



Universidade Federal de Goiás (UFG)
Faculdade de História (FH)
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

Renato Fagundes Pereira

L’histoire naturelle et l’histoire se fondirent sous mon regard: história e ciências da vida em Jules Michelet – da *L’Histoire de France* à *História Natural* (1830-1856)

Goiânia – GO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Renato Fagundes Pereira

3. Título do trabalho

L'histoire naturelle et l'histoire se fondirent sous mon regard: história e ciências da vida em Jules Michelet – da L'Histoire de France à História Natural (1830-1856)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO FAGUNDES PEREIRA, Discente**, em 02/05/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Jeison Salomon, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2023, às 06:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3715443** e o código CRC **EC9E7CFC**.

Renato Fagundes Pereira

L'histoire naturelle et l'histoire se fondirent sous mon regard: história e ciências da vida em Jules Michelet – da L'Histoire de France à História Natural (1830-1856)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), para obtenção do título de doutor em História

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História

Orientador: Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

**Goiânia – GO
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira, Renato Fagundes

L'histoire naturelle et l'histoire se fondirent sous mon regard: história e ciências da vida em Jules Michelet – da L'Histoire de France à História Natural (1830-1856) [manuscrito] / Renato Fagundes Pereira. - 2022. CLXXX, 180 f.

Orientador: Prof. Marlon Jeison Salomon.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022. Bibliografia. Anexos.

1. Jules Michelet, Historiografia, ciências naturais e da vida. I. Salomon, Marlon Jeison, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 040/2022 da sessão de Defesa de Tese de **RENATO FAGUNDES PEREIRA**, que confere o título de **Doutora(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **14h00**, na **Sala de Defesas do PPGH/UFG**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada **“L’histoire naturelle et l’histoire se fondirent sous mon regard: história e ciências da vida em Jules Michelet – da L’Histoire de France à História Natural (1830-1856)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Marlon Jeison Salomon (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Temístocles Américo Corrêa Cezar (UFRGS)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Tiago Santos Almeida (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Tese**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Marlon Jeison Salomon**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação**, em 01/08/2022, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 02/08/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Jeison Salomon, Professor do Magistério Superior**, em 03/08/2022, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2963569** e o código CRC **1CE76487**.

Agradecimentos

Eu apenas entendi o que é uma rede de apoio quando precisei de uma. Nesse tão esperado momento de escrever os agradecimentos e dividir com aqueles que me apoiaram a alegria de entregar este trabalho para a defesa, este momento de alegria é compartilhado com as memórias dolorosas dos desafios e momentos difíceis que fizeram parte dos anos que levaram a produção desta tese. Por vezes não encontramos forças em nós, lapsos... que flertei. Se cheguei até aqui foi porque mudei o terrível hábito de me isolar em momentos de crise, porque reconheci a necessidade de ajuda profissional e, principalmente, porque recebi em abundância paciência e amor dos “meus”.

Após esta breve introdução, *meio dramática*, não posso deixar de reconhecer a importância do professor Marlon Salomon, não apenas para esta tese, mas para a minha vida acadêmica e profissional. Permitam-me delongar um pouco. Menino pobre, do interior, vindo de escola pública, com muitos problemas de formação, nenhuma pessoa “estudada” em casa; fui o primeiro a conseguir uma graduação quando, em 2008, cursei a disciplina de História Moderna na UFG. Diferentemente de todos os professores até então, ficamos o semestre inteiro discutindo dois textos, somando pouco mais de 20 páginas. A sensação que eu tinha era a de que o professor torcia o texto, fazia cada noção ou conceito virar três horas de análise e... “na próxima aula continuamos!” E tudo ali, dentro do texto. Não era aquela coisa de ideia geral que podíamos extrair daquelas páginas, era algo diferente! Gosto de utilizar um adjetivo concedido a Koyré para descrevê-lo: um mestre de leitura. De lá para cá, já se passaram mais de uma década. Consegui as tão sonhadas aprovações nos concursos públicos (IF, UEG, Prefeitura de Goiânia, Senador Canedo, Alto Horizonte...) mas nunca consegui reproduzir aquele método em minhas aulas, mas ele me permitiu enxergar um texto de outra forma. No decorrer dessa história, houve muitos puxões de orelhas, mas também muito apoio e paciência. Houve compreensão. Marlon sempre me deu autonomia, nunca foi o professor “tem que ser desse jeito”. – Obrigado, professor! Sou muito grato a você! E, por mais louco que isso possa parecer, minha mãe te coloca nas orações dela e usa seu nome para me pressionar nos momentos de procrastinação: “– *tenho certeza que o Marlon deve tá estudando agora*”. Foi muito pessoal? *Me desculpem*.

Extendo parte dos agradecimentos aos servidores e professores da UFG, à professora Raquel Campos, Fabio Almeida, Tiago Almeida, Ana Teresa Marques, Carlos Oiti, Fabiana Fedrigo e ao querido e falecido Noé Sandes. O curso de História foi um momento de inflexão na minha vida e reconheço que estive em ombros de gigantes. Sou muito grato e me esforço em honrar seus ensinamentos.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, professora Maria Juliana Gambogi Teixeira e professor Temístocles Cezar, pela leitura atenta, pela disposição em colaborar e pelos textos indicados. A professora Maria Juliana, sobretudo, colocou-se à disposição para colaborar na leitura de Michelet e enviou textos. *Acho que até “folguei” um pouco!* Sinto que poderia ter explorado mais sua boa vontade. Seria bom para mim, para a tese. Não consegui. Não tive cabeça.

Preciso agradecer à FAPEG pela bolsa de desenvolvimento de pesquisa. Foram dois anos generosos.

Não posso deixar de agradecer aos familiares, amigos, médicos... à terapeuta, e aos colegas de trabalho! E sobre aquele medo de esquecer alguém? É gente demais! Para evitar isso, agradeço a todos, de forma geral, pela paciência, pela acolhida em momentos de desespero e de choro; por fazer as minhas malas e dizer: “– hoje você vai dormir aqui”. Era preciso. Hoje reconheço. Se der tudo certo, faço questão de abraçar a todos e dizer pessoalmente como a atitude individual de cada um foi importante.

Por fim, mamãe, irmã, filho e sobrinhas. O que seria de mim sem vocês? Ufa! Não consigo escrever. Esta tese, por mais limitada que seja, vai para vocês. Vocês sabem a luta que foi, mas chegamos lá!

L'histoire naturelle et l'histoire se fondirent sous mon regard

Michelet

Resumo

Na primeira metade do século XIX, Jules Michelet ascendeu como o principal historiador no cenário francês, em um terreno marcado, simultaneamente, por instabilidades política (Revolução de 1830, Revolução de 1848 e a instauração do Segundo Império), sociais e científicas. A hipótese sobre qual nos debruçamos é que esse ambiente permitiu que Michelet buscasse ferramentas e noções nas ciências naturais e da vida que estavam em emergência (embriologia, teratologia, geologia, paleontologia) para a sua historiografia, concentrando-nos especificamente no contexto entre 1830 e 1856, entre a primeira publicação de sua *L'Histoire de France* e seu primeiro livro de História natural, *L'Oiseau*. Essa aproximação permitiu que o historiador produzisse um novo tipo de escrita da História, preocupado com as organizações internas e novos questionamentos sobre a temporalidade na relação entre passado-presente. No entanto, se as obras do início de 1830 são caracterizadas por uma ideia de natureza fatalista, sua radicalização às ciências da natureza e da vida levou sua historiografia, em um contexto pré-darwiniano e matizado pela presença da ideia de cadeia dos seres, a operar nesse período por uma ideia de providência da natureza.

Palavras-chave: Jules Michelet, Historiografia, ciências naturais e da vida.

Abstract

In the first half of the 19th century, Jules Michelet rose as the leading historian on the French scene, in a terrain simultaneously marked by political (1830 Revolution, 1848 Revolution and the establishment of the Second Empire), social and scientific instabilities. Our hypothesis is that this environment allowed Michelet to search for tools and notions in the natural and life sciences that were emerging (embryology, teratology, geology, paleontology) for his historiography, focusing specifically on the context between 1830 and 1830. 1856, between the first publication of his *L'Histoire de France* and his first natural history book, *L'Oiseau*. This approach allowed the historian to produce a new type of history writing, concerned with internal organizations and new questions about temporality in the past-present relationship. However, if the works of the early 1830 are characterized by an idea of a fatalistic nature, their radicalization to the sciences of nature and life led their historiography, in a pre-Darwinian context and portrayed by the presence of the idea of a chain of beings, to operate in this period by an idea of the providence of nature.

Keywords: Jules Michelet, Historiography, natural and life sciences.

Résumé

Dans la première moitié du XIXe siècle, Jules Michelet s'impose comme l'historien de premier plan sur la scène française, dans un terrain marqué à la fois par des instabilités politiques (Révolution de 1830, Révolution de 1848 et instauration du Second Empire), sociales et scientifiques. L'hypothèse sur laquelle nous nous penchons est que cet environnement a permis à Michelet de rechercher des outils et des notions dans les sciences de la nature et de la vie qui émergeaient (embryologie, tératologie, géologie, paléontologie) pour son historiographie, s'intéressant spécifiquement au contexte entre 1830 et 1830. 1856, entre la première publication de son *L'Histoire de France* et son premier livre d'histoire naturelle, *L'Oiseau*. Cette approche a permis à l'historien de produire une nouvelle écriture de l'histoire, soucieuse des organisations internes et de nouvelles interrogations sur la temporalité dans le rapport passé-présent. Cependant, si les œuvres du début des années 1830 se caractérisent par une idée de nature fataliste, leur radicalisation vers les sciences de la nature et de la vie conduit leur historiographie, dans un contexte pré-darwinien et marqué par la présence de l'idée de une chaîne d'êtres, à opérer dans cette période par une idée de la providence de la nature.

Mots-clés: Jules Michelet, Historiographie, sciences de la nature et de la vie.

Sumário

Apresentação	14
1. JULES MICHELET E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA FRANÇA: A (RE)FUNDAÇÃO DA NAÇÃO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO COM MODELOS DAS CIÊNCIAS DA VIDA NA ESCRITA DA <i>HISTOIRE DE FRANCE</i> (1833)	20
1.1 O discurso histórico e a Monarquia de Julho: a busca por uma outra história	24
1.1.2 <i>Discurso histórico das raças como um problema</i>	26
1.1.2 <i>O Estado e o povo: Jules Michelet e o discurso político dos intelectuais da Monarquia de Julho</i>	29
1.2 Sob um olhar naturalista: o paralelismo orgânico na <i>Histoire de France</i> (1833)	32
1.2.1 <i>“Da limpeza do olhar” para “olhar para o interno” e as novas formas de estabelecer a identidade de uma espécie: a transformação do olhar no interior das ciências da natureza do século XVIII (até 1830)</i>	36
1.2.2 <i>A nação é outro tipo de organização: Michelet e Dugè</i>	42
1.3 A História da França pela construção de uma outra forma de identidade em Jules Michelet	48
2. MICHELET E A TERATOLOGIA NOS TEXTOS MORALISTAS: OS DESCAMINHOS DA REVOLUÇÃO E A DOENÇA DO CORPO SOCIAL	53
2.1 Da ascensão profissional à crítica social	56
2.1.1 <i>O lugar privilegiado do púlpito do Collège de France</i>	56
2.1.2 <i>Os descaminhos da revolução e o aprofundamento do problema da história moderna</i>	57
2.1.3 <i>O acirramento do conflito com os grupos católicos</i>	62
2.2 Corpo orgânico e Corpo mecânico (monstruoso)	67
2.2.1 <i>Jules Michelet e os naturalistas em 1840: a emergência da escrita negativa</i>	67
2.2.2 <i>A teratologia do social em Michelet: da crítica embriogênica do monstruoso mecânico ao programa natural</i>	75
3. A REVOLUÇÃO FRANCESA COMO ERUPÇÃO: A CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO SIMONIANA A PARTIR DE UMA LEITURA GEOLÓGICA NA <i>HISTOIRE DE LA RÉVOLUTION FRANÇAISE</i> (1847)	81
3.1 Sob o olhar de Janus: a crítica do presente e o problema da escrita histórica em Jules Michelet	83
3.2 A leitura de Michelet sobre a Revolução Francesa interpretada por de Roux e Buchez	87
3.3 Beaumont e Michelet: uma datação geológica da revolução francesa	95
3.3.1 <i>Beaumont e o saber geológico na primeira metade do século XIX</i>	95
3.3.2 <i>Datar através dos princípios</i>	101
3.3.3 <i>A falsa percepção antirrevolucionária do presente: uma convergência entre o geólogo e o historiador</i>	105
4. MICHELET E O RENASCIMENTO. DO CURSO AO LIVRO: OS IMPACTOS DOS MUSEUS E DAS CIÊNCIAS DA VIDA	108
4.1 O Renascimento no curso em 1839: a morte do povo e o limite das artes	112
4.2 A radicalização do naturalismo: Michelet no infortúnio do Segundo Império	121
4.3 O exercício clínico na <i>Histoire de France du XIX siècle</i>: o museu teratológico	125
5. JULES MICHELET, NATURALISTA: O TRABALHO DOS ANIMAIS, A MARCHA DA NATUREZA E AS REVOLUÇÕES EM L’OISEAUX	135

5.1	A marcha da natureza em <i>L'Oiseau</i> de Jules Michelet	137
5.2	Da geografia histórica à História Natural: Natureza, política e a cura no encontro das três revoluções	149
	Considerações finais	157
	Anexos	161
A.	ISIDORE GEOFFROY-SAINT-HILAIRE E MICHELET	161
B.	Quadro cronológico da obra e vida de Jules Michelet	168
C.	Nota sobre as fontes bibliográficas da obra micheletiana	172
	Referências Bibliográficas	174

Apresentação

A natureza me atraiu a partir de 1830. Contido pela absorvente especialidade fora das ciências naturais, às vezes ficava feliz em pelo menos dar uma olhada nela. Eu tirei luzes brilhantes dela. Fui, comovido e devoto, muitas vezes ao *Jardin des Plantes*. Vi o grande Geoffroy ali, um homem inocente de gênio, de infância admirável e sublime. Encontrei ali a acolhida calorosa desta família única, mas para sempre arrependida, onde tudo respirava doçura, uma calma fecunda para o espírito. Em 1842, conheci Serres, que poderia ser considerado um dos Geoffroys. Às vezes eu assistia às aulas dele. Seu livro de embriogenia levantou-me o véu de Isis, me fez vislumbrar o enorme significado moral do que se acredita ser físico. Pensou por muito tempo em mim até que fui revelado no gênio de Pouchet, nas belas pesquisas de Coste, Gerbes, no ponto gravíssimo em que as ciências do homem e da natureza se cruzam, da vida material ... e do social. Este ponto é o nosso nascimento, o mistério da nossa origem, do nosso berço vivo.¹

De uma nota escrita por Jules Michelet em 1863 e trazida até nos por Gabriel Monod, podemos indicar a cronologia e as relações que ele estabeleceu com as ciências da natureza. Eis o itinerário desta tese: percorrer os caminhos por meio dos quais o historiador francês fez dessas ciências um espaço de inteligibilidade da história até o momento em que elas promoveram o levantar do véu de Ísis. Isso implica avaliar como as ciências da natureza foram convocadas em contextos específicos no seu percurso intelectual e no interior da sua produção historiográfica. Fundamentalmente, nosso objetivo é compreender como Michelet opera esse cruzamento entre história e ciências da natureza,² simultaneamente, entre o natural e o social, de 1830, quando ele iniciou sua *Histoire de France*, até seu primeiro livro de História Natural em 1856.

Nossa hipótese é que por trás dessa radicalização, que acabará por fundir a história e a história natural em um olhar,³ existe também uma transformação na

¹ MONOD, Gabriel. Isidore Geoffroy-Saint-Hilaire et Michelet. In: *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques*. Tomo 66, 2º semestre. Paris: A. Picard et fils, 1911, p. 366. Tradução nossa.

² A variação das etiquetas ciências da natureza e ciências da vida é parte do nosso argumento. Michelet usou a terminologia ciências da natureza, mas ele é um pensador da curva do século XVIII e XIX, na qual essas ciências passam por uma ruptura, uma transformação profunda, da qual seu discurso historiográfico, em parte, apropriou-se.

³ Michelet retomou essa ideia em um rascunho do prefácio da *Historie de France* de 1869, "l'histoire naturelle et l'histoire se fondirent sous mon regard". MICHELET, Jules. *L'Héroïsme de L'Esprit* (1868-1869). In: *Œuvres Complètes*. Organizado por Paul Viallaneix. Tomo IV. Paris: Flammarion, 1988, p. 39.

percepção do historiador sobre a emergência de uma crise moral da sociedade francesa, na qual simultaneamente às apropriações operatórias que essas ciências da natureza podiam fornecer, ele também encontrou uma ideia de cura em uma determinada forma de interpretar a natureza que intrinsecamente era pensada com uma moral. Ísis, em Plutarco, filósofo que o historiador francês conhecia bem,⁴ retira seu véu para revelar o que separa a vida da morte, o que é permanente no passageiro, o conhecimento que revela aos homens sua ignorância. O entrelaçamento entre a história e as ciências da natureza, além da aproximação pessoal do ciclo de naturalistas, pode ser pensado também como resultante de uma busca terapêutica para um distúrbio do seu tempo, que conduziu os caminhos da sua *Histoire de France* à História Natural.

Isso nos permitiria circunscrever nosso objeto no interior da história da historiografia como uma história dos problemas, como a definiu Blanke,⁵ uma história que, poderíamos acrescentar, inscreve-se nas relações entre campos disciplinares e busca compreender como essas vinculações promoveram um lugar para o homem e a natureza na primeira metade do século XIX.

Esta tese está dividida em cinco capítulos que discutem as formas de operacionalização da relação entre história e ciências da vida em Jules Michelet.

No primeiro capítulo, dedicamo-nos à emergência do projeto da *Histoire de France*. Período marcado pela presença de Edwards e o debate sobre a identidade francesa. A instauração da Monarquia de Julho e o discurso político de união dos grupos sociais franceses cria um cenário de questionamento do discurso historiográfico. Nós nos concentraremos em como Jules Michelet se posicionou frente a um discurso preciso: o das raças. De Dubos, Boulainvilliers e Thierry defenderam, em suas histórias, que a nação é uma raça. Jules Michelet vai propor uma história da nação realizada por misturas das raças. O historiador realizou uma apropriação por paralelismo, na qual se apoiando nas ciências da vida defende a ideia de mistura orgânica. Mais preocupado com as formas de organização do corpo social, o escritor da *Histoire de France* diferencia as estruturas e os princípios das composições internas. Não se trata, portanto, apenas de afirmar que a França surge da mistura de

⁴ O historiador dedicou parte do *doctorat* no *Examen des Vies des hommes illustres de Plutarque*, em 1819.

⁵ BLANKE, Horst. Para uma nova História da Historiografia. In: MALEBAR, Jurandir (Org.) *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 31.

raças, mas que essas raças são unificadas por um princípio que a torna uma nação. Esse olhar para os princípios internos e profundos que forjam a nação francesa é constatada, na acepção do historiador, no fato de que a França é orgânica, mas contraditoriamente não pode ser definida pela materialidade, mas sim pelo espírito. Destacaremos como essa apropriação reelabora a forma de compreender a história francesa, redefine marcos, durabilidade das tradições e o lugar da fundação dos reinos no seu interior.

No capítulo dois, concentramos nos textos de Jules Michelet categorizados como moralistas, produzidos no intervalo entre 1843 e 1846. No interior desses textos, ele buscou uma interpretação da sociedade pelas lentes das ciências da vida levado pela compreensão da fragmentação da sociedade francesa e a denúncia da mecanização das almas durante a Monarquia de Julho. A descrença nos caminhos do governo instaurado com a Revolução de 1830 (Revolução Sequestrada) e a percepção da fragmentação do social promoveram o esforço de encontrar uma outra inteligibilidade da sociedade a partir dos conflitos que existem na sua profundidade. Esse contexto é caracterizado pela querela do escritor de *O Povo* com os partidários católicos pela liberdade de cátedra e a aproximação de um ciclo de naturalista, nos quais podemos destacar Étienne e Isidore Saint-Hilaire, A. Serres e Pouchet. Dedicados às pesquisas embriológicas e teratológicas, foram a partir das teorias desses naturalistas que Jules Michelet realizou o intento de compreender as forças da morte que produzem a gangrena dos problemas do corpo social. Parece-nos que é diante desses conjuntos de elementos que podemos perceber uma relação diferente estabelecida entre o autor da *Histoire de France* e as ciências da vida; não se trataria de uma relação acessória, como nos textos do início dos anos de 1830; indicaremos assim os primeiros esforços de unificar homem e natureza em uma explicação moral baseados em noções naturalistas.

No terceiro capítulo, analisamos a crítica que Jules Michelet realiza nos volumes de 1847 de *Histoire de la Révolution française à l'Histoire parlementaire de la Révolution française* de Roux-Lavergne e Buchez. Trata-se da indicação de um paradoxo ao estabelecer a continuidade entre o espírito do cristianismo e o da Revolução Francesa. Nesse contexto, o escritor de *Os Jesuítas* estava particularmente preocupado com os efeitos da escrita da história na sociedade francesa, não por acaso, sua denúncia é que essa interpretação saint-simoniana é

fruto do esquecimento no presente do princípio revolucionário e de uma leitura dogmática. Podemos perceber, no interior dessa reflexão, como o escritor da *Histoire de France* vai propor uma reflexão sobre a escrita da história que, antes de construir uma imagem dogmática e miraculosa dos sujeitos do passado, deve se dedicar a uma construção humanista do esforço realizado no seu tempo. As transformações das concepções de tempo, sejam da história dos homens ou geológica, exigem esforços, por vezes, revolucionários. Para ilustrar sua tese, ele recorre a uma metáfora geológica, ciência da qual Élie de Beaumont criticava a concepção uniformitarista de que as transformações da natureza não ocorriam de forma revolucionária e deveriam ser entendidas exclusivamente por forças continuístas que atuam no presente. São justamente as diferenças de princípio que o geólogo retoma para refutar a ideia de que a crosta terrestre seja formada exclusivamente por forças da natureza constantes – a historicidade das estruturas inorgânicas na geografia seria resultante de revoluções que poderiam ser explicadas por fenômenos físicos e químicos, em que a aparência de tranquilidade do presente, por vezes, pode esconder a natureza revolucionária que transformou a superfície da terra. Parece-nos que, por trás da analogia geológica de Jules Michelet, há a possibilidade de que a ciência de Beaumont possa ter sido acessória na construção de uma outra inteligibilidade em sua interpretação da Revolução Francesa.

O capítulo quatro é destinado às diferenças entre o curso e os livros sobre o Renascimento, de Jules Michelet. Marcado pelo período do fracasso da Revolução de 1848 (Revolução abortada), a instauração do Segundo Império e o afastamento do historiador dos cargos públicos e de Paris, a história do século XVI (1855-1856) é escrita como a construção de corpos e semi-corpos; o Renascimento é um aborto; trata-se da apropriação da embriologia e da teratologia em sua historiografia. Se o curso foi impactado pela morte da esposa Pauline, pelo Museu da Renascença e pelo limite da arte plástica sobre a formação de um povo, como descreve Haeskell, não seria exagero afirmar que Jules Michelet retoma sua *Histoire de France* para ressuscitar os mortos do presente e do passado, ideia que poderíamos associar à sua interpretação do Museu de História Natural e seu reencontro com a natureza na presença de sua segunda esposa, Athénaïs. É entre uma análise teratológica e a reconstrução de rostos que o historiador encontrou uma função pedagógica ou terapêutica para o presente lidar com sua monstruosidade moral. Se no curso o

Renascimento tornou-se uma época, nos livros a historiografia micheletiana radicalizou o seu naturalismo.

O capítulo cinco é o fim do nosso caminho de análise do entrelaçamento micheletiano entre homem e natureza. É sobre sua História Natural e o comício harmônico da natureza no livro *L'Oiseau* que nos concentramos, a fim de encontrar a sua ideia de natureza e como funciona sua marcha. A História da natureza de Jules Michelet não é como as *historiae naturalis* do século XVI; é uma literatura que se dedica à mobilidade da natureza no interior da imobilidade da sua ordem. Doente, o escritor de *O Povo* encontrou sua cura na harmonia da ordem natural, lugar que ele acredita que o homem deve se restabelecer a partir dessa leitura promovida pela elevação do véu de Ísis, o álibi da natureza. Interrogamos como a interpretação de Jules Michelet sobre a natureza passa por uma ideia histórica da Revolução Francesa e posteriormente problematizamos como essa ideia pode ser pensada como uma providência, concedendo à natureza uma espécie de norma, como uma base de regulação para o comportamento humano.

Jules Michelet viveu por quase oito décadas e escreveu muito. Nenhuma das transformações que ocorreram durante sua vida lhe escapou, fazendo dele um historiador incontornável para a compreensão da História da Historiografia do século XIX. Suas obras sobre a história da França e da Revolução Francesa foram de extrema importância para o espírito dos historiadores do seu tempo. Não pretendemos, em nosso estudo, avaliar ou valorizar a cientificidade da sua leitura historiográfica, mas compreender como foi possível, na década de 1850, o aparecimento, no seu percurso individual, de uma historiografia que não se decalca das ciências da vida no seu interior. Nesse sentido, poderíamos interrogar até que ponto o pensamento historiográfico de Jules Michelet, diferente do que afirmou Koselleck sobre o moderno conceito de História,⁶ representaria um exemplo no qual a História não passaria por uma desnaturalização, mas sim por uma mudança de interpretação sobre a natureza, que, através das lentes das nascentes ciências da vida, fez da natureza uma ordem natural, uma espécie de fundo no qual a natureza e a história se encontraram em um mesmo plano.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2011, p. 123.

Lidar com a historiografia e a ciência do início do século XIX é desafiador. Trata-se de um objeto sinuoso. A historiografia estava passando por um momento de transição e a ciência ainda não tinha definido claramente seus elementos metodológicos. No entanto, é nesse cenário que podemos compreender a pluralidade de ideias que foram superadas para que ambas, historiografia e ciência, pudessem se tornar importantes ferramentas para a compreensão do homem.

CAPITULO I

JULES MICHELET E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA FRANÇA: A (RE)FUNDAÇÃO DA NAÇÃO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO COM MODELOS DAS CIÊNCIAS DA VIDA NA ESCRITA DA *HISTOIRE DE FRANCE* (1833)

A França passou por duas mudanças simultaneamente por volta de 1830. Uma dessas transformações ocorreu na ordem do discurso sobre a nação, resultante das Três Gloriosas e das revoluções liberais europeias. A Monarquia de Julho, governo instaurado a partir da Revolução de 1830, objetivava estabilizar a sociedade marcada por conflitos internos, que desestruturou a França desde o contexto que promoveu a Revolução Francesa. Um problema latente, num cenário europeu do início do século XIX, marcado pela fragmentação dos grandes impérios, revoltas pelas independências e as guerras de unificação, que deixavam as nações fragilizadas. Com a emergência do novo regime francês, a Monarquia de Julho, o discurso de unificação da nação se entrelaçava à ideia de que o Estado devia realizar uma gestão racional da sociedade, em oposição ao discurso do direito da nobreza e ao radicalismo revolucionário. Assim, o problema da refundação da nação se funde à emergência de um Estado impessoal e mediador.

A segunda mudança ocorreu na ordem do saber, uma vez que as ciências da natureza passaram, entre os séculos XVIII e XIX, por uma renovação na compreensão da ciência da formação dos seres, ou se se preferir, um novo modo de ver a constituição dos organismos pelos processos interiores. A adoção dessa maneira de fazer conhecimento resultou em uma efervescência que catapultou esse canteiro do saber ao panteão mais alto da ciência, sendo um dos seus ápices o debate difundido pelos jornais e salões de Paris em 1830, a *querela dos análogos*.

No contexto dessa dupla mudança, Jules Michelet publicou seus primeiros volumes da *Histoire de France*. Parece-nos que a emergência do projeto historiográfico micheletiano está associado a esse encontro fortuito entre mudanças políticas e sociais que almejavam repensar a identidade nacional e a emergência de métodos científicos ocorridas nas primeiras décadas do século XIX. Por esse encontro poderíamos entender a *Histoire de France* (1833) como uma forma de escrever a

história por um esforço de constituição de uma identidade similar àquele realizado nas ciências da natureza.

Consideremos esta passagem-síntese do seu livro:

Tal foi o acúmulo de raças na nossa Gália. Raças sobre raças, povos sobre povos: Gauleses, Kymri, Bolgos, Iberos de outra parte, Gregos de ainda outra, Romanos, os Germanos vêm por último. Isto dito, o que é a França? Quase tudo ainda está a ser dito. A França se fez, ela própria, desses elementos dos quais toda outra mistura podia resultar. Os mesmos princípios químicos compõem o óleo e o açúcar. Os princípios dados, tudo não está dado: resta o mistério da existência própria e especial. Quão mais deve-se ter conta quando se trata de mistura viva e ativa como uma nação; de uma miscigenação suscetível de se trabalhar, de se modificar? Esse trabalho, essas modificações sucessivas, pelas quais nossa pátria vai se transformando, é o objeto da História da França.

Não exageremos, então, nem o elemento primitivo do gênio celta, nem os acréscimos estrangeiros. Os Celtas o fizeram, sem dúvida, Roma também, a Grécia também e, ainda, os Germanos. Mas quem uniu, fundiu, desnaturou esses elementos, quem os transmudou, transfigurou, quem deles fez um corpo, quem deles tirou uma França? A própria França, por esse trabalho interior, por esse misterioso parto, mistura de necessidade e de liberdade, do qual a história deve prestar contas. A bolota do carvalho é pouca coisa em comparação com o carvalho gigantesco que dela saiu. Que se orgulhe o carvalho vivo que se cultivou, que se fez e faz por si mesmo!⁷

Na citação acima, Michelet define o objeto da história da França como resultados das misturas sucessivas nas quais o primitivo e o estrangeiro se miscigenam criando o novo, a nação. A história não deveria ser escrita pelo princípio da imobilidade, mas por uma construção interior que se transforma na fusão de vários elementos. Já na introdução do primeiro volume da *Histoire de France*, o historiador define “as raças. Elas são unidas, mas não misturadas. No segundo [volume], as províncias, sua geografia e sua tendência a unidade monárquica”,⁸ a “ordem geral” de sua história, para utilizar a expressão empregada pelo próprio autor, indica a união e a mistura das raças à unidade do território, como corpo, numa espécie de síntese da nação, que se consolidaria no volume três, o parto da nacionalidade francesa.

Não passam despercebidos dois elementos que se cruzam e se fundem na escrita dessa história: a nação e as ciências da natureza. A primeira é o objeto que surge das misturas e transformações das raças, as substâncias primitivas e estrangeiras que formam esse amálgama singular, a nação. As ciências da natureza, por sua vez, são apresentadas por meio das metáforas e na maneira de analisar e

⁷ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tomo I. Paris: Hachette, 1833, p. 133. Tradução nossa.

⁸ Idem, p.VII-VIII.

circunscrever esse objeto ao processo histórico como interno e misterioso, da formação do corpo até o parto.

Essa relação entre a escrita da história de Jules Michelet e as ciências naturais foram exploradas pela historiografia. Lucien Febvre sugeriu a adoção de noções da química na interpretação sobre o Renascimento, como a de síntese, por Jules Michelet, ao ingressar no *Collège de France* administrado por Thénard – que estudou a classificação dos metais e “descobriu” a água oxigenada, período em que a química gozava de grande prestígio como ciência moderna por excelência, defendida por figuras como Fourcroy, de Chaptal, Berthollet e Gay-Lussac.⁹

Ainda sob da égide da ciência química, Aurélien Aramini compara metaforicamente a descrição do historiador ao modelo de fusão de Lavoisier na *Introdução à História Universal* (1831). A primeira fase seria a mistura de elementos naturais balanceados e homogêneos, enquanto a segunda se referiria a decomposição dos elementos naturais com a ação do calor, e a terceira fase o da recomposição com a criação de uma nova unidade produzindo um elemento novo. Sob essa perspectiva, os povos iriam se homogêneoando, gradativamente neutralizando, assim, as heterogeneidades da sociedade. A França seria a promotora da fusão que produziu o mundo moderno, mediante o fracasso da Espanha, da Itália, da Inglaterra e da Alemanha em balancear os elementos da equação química.¹⁰

Paule Petitier, por sua vez, defende que os primeiros volumes da *Histoire de France* se assemelham a mutações embriológicas, pois os dois primeiros volumes se relacionariam à embriogênese da nação, o estágio de fluidez absoluta, a substância gaulesa e seu processo de nutrição com as miscigenações e misturas realizada por “esses espíritos volúveis”.¹¹ Dessa forma, o estágio de cristalização e divisão, que corresponde ao volume dois, no qual as províncias e os feudos emergem de forma progressiva, da massa inorgânica inicial à segmentação, ocorre da periferia em direção ao centro. O estado primitivo de indiferenciação, deste modo, é seguido por um estado de dispersão para descentralização de organismos. O fracionamento da gema segue uma marcha centrípeta: sua segmentação prossegue constantemente de fora para dentro, da periferia ao centro. O resultado dessa segmentação é, portanto,

⁹ FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995, p. 124.

¹⁰ ARAMINI, Aurélien; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. “Michelet, le philosophe historien”. In: MICHELET, Jules. *Philosophie de l’histoire*. Paris: Champs classiques, 2016, p. 53.

¹¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome II. Paris: Hachette, 1833, p. 139.

uma metamorfose da gema em uma infinidade ilimitada de escalas microscópicas, os ovários, para que as organelas saiam e se tornem os órgãos. Enfatizando que a noção de metamorfose se tornou lugar comum para os corpos organizados no processo de desenvolvimento e o princípio geral de suas mudanças e transformações, a historiadora cita¹² o fato de Michelet encerrar essa passagem com *Metamorfose*, de Ovídio: “A matéria se afasta e se dissipa em direção aos quatro ventos do mande. A divisão é subdividida, o grão de areia aspirado ao átomo e é produzido isolando-se”.¹³

Seja com noções ou em comparação a processos químicos ou embriológicos, parece-nos que essas análises nos permitem pensar algo que, de certa forma, as unificam e que os usos de noções como mistura e metamorfose estariam mais relacionados às consequências que ao fim. Ao se propor uma história do povo que não esteja no nível da estrutura imóvel das raças, Jules Michelet cria sua história da França no nível da invisibilidade interna da mistura. Esta forma de interpretar a história pela referência da nação buscava uma refundação do discurso historiográfico em ressonância com os ideais de sociedade e Estado da Monarquia de Julho e os problemas que objetivava solucionar, a saber, os conflitos internos entre os grupos sociais que se encampavam no discurso historiográfico pela narrativa da fixidez das raças. Essa releitura não é provocada por uma mudança nas ordens dos acontecimentos ou um documento recém-descoberto, mas por uma mudança na forma de produzir o conhecimento histórico, estabelecendo uma outra inteligibilidade.

Nesse sentido, nosso objetivo é compreender como a leitura de Jules Michelet pode ser pensada como uma nova forma de entender a identidade francesa, não através de uma raça fixa, mas por meio de uma nação que é uma construção móvel resultante de uma mistura. Isso não significou a exclusão da raça da sua historiografia, mas o permitiu redefinir pontos de referência e elaborar uma outra narrativa para a história da França. Portanto, não interrogaremos o que é uma raça ou o que é a nação para o historiador, mas como ele construiu essas identidades e como esse exercício pode ser relacionado à emergência do projeto político da Monarquia de Julho e uma forma de produzir o conhecimento das ciências da vida no início do século XIX. Para isso, nós nos dedicaremos inicialmente a circunscrever uma questão, o problema da raça no discurso historiográfico. Ela não resume a historiografia francesa do início do

¹² PETITIER, Paule. *La Géographie de Michelet*. Territoire et modèles naturels dans les premières œuvres de Michelet. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 136.

¹³ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome I. Paris: Hachette, 1833, p. 434.

século XIX, mas indica um discurso que o governo instaurado em 1830 deseja combater. Posteriormente, nós nos esforçaremos para relacionar a *Histoire de France* com a forma de leitura promovida pelas ciências da vida na virada do século XVIII para o XIX. Por fim, pretendemos demonstrar como esses elementos citados anteriormente estão presente em sua interpretação sobre a formação da identidade francesa.

1.1 *O discurso histórico e a monarquia de julho: a busca por uma outra história*

As Três Gloriosas (nome dado em referência aos três dias do ápice do conflito) instauraram a Monarquia de Julho, uma monarquia parlamentar com Louis-Philippe de Orleans como rei. Amigo pessoal de Jules Michelet, François Guizot, deputado do distrito de Lisieux, é uma das figuras centrais na oposição ao monarca, e que proclama o desejo popular por eleições e a desconfiança pela nomeação de Auguste Polignac como primeiro-ministro. A vitória da oposição nas eleições estimulou o rei Carlos X a realizar um golpe.¹⁴ Ele dissolveu o parlamento e modificou a lei eleitoral, além de suprimir a liberdade de imprensa com as ordenanças de 26 de julho. Essas medidas geraram reações dos jornalistas que se mobilizaram e fizeram com que as manifestações se espalhassem pelas ruas de Paris. Assim, combates violentos marcaram os dias 27, 28 e 29 de julho, culminando com a abdicação do rei e a nomeação, pelo parlamento, de Louis-Philippe de Orleans como novo monarca regido pela Carta Constitucional.

Para Guizot, o principal teórico dos primeiros dias da Monarquia de Julho, a Revolução de 1830 completa a de 1789, uma vez que a questão social estaria concluída na carta constitucional e na integração, com a Monarquia de Julho sendo seu último episódio: a nação enfim estaria inclusa no Estado. Portanto, a monarquia parlamentar emerge como uma estrutura política flexível, garante a ordem pública e evita a necessidade da ação coercitiva revolucionária, fundando o consenso entre o Antigo Regime e a Revolução. Era preciso, naquele momento, preencher o abismo

¹⁴ Entre os motivos apontados para o desgaste precoce do governo de Carlos X podemos destacar a alteração da regra de sucessão, que não era mais segurada de pai para filho, mas de irmão para irmão, estimulando o conflito de gerações. Os jornais atacaram principalmente a relação pessoal entre o rei e Polignac, e a crise econômica que havia começado em 1826. Esses elementos levaram a constantes derrotas no interior do parlamento a partir de 1827. DIGEON, Claude. *Les écrivains français face à la Restauration et à la Monarchie de Juillet*. Saarbrücken: Universaar, 2012, p. 65.

que separava a nova França, reconciliadora do seu passado de impotência política, marcada pela incompreensão do espírito da nação, ao mesmo tempo em que se buscava uma legitimidade que não se dava nem por hereditariedade nem tampouco pelo caminho eleitoral, mas no movimento da história.¹⁵ Com isso, seria preciso uma escrita da história que pudesse compreender a nova experiência de comunhão dos revolucionários de 1830. Se essa demanda não provocou uma mudança radical na produção do conhecimento histórico, pelo menos, podemos mapear uma elevação ao plano prático político e administrativo, de ideias que já circulavam nos meios acadêmicos que ambicionavam uma dupla filiação: a continuidade das tradições monárquica e revolucionária de 1789.¹⁶

Como define Caire-Jabinet: “a história se encontra verdadeiramente no centro do debate intelectual e político francês”.¹⁷ Esse interesse pela história estimulou a criação de institutos e de meios que permitissem a difusão do conhecimento sobre o passado. Deste modo, em 1834, houve o lançamento do Boletim da Sociedade da História da França, que se propunha a publicar documentos pouco conhecidos sobre a história francesa. Já em 1837, a Sociedade dos Estudos Históricos fundou seu jornal e, alguns anos depois, em 1848, o Ministério da Educação Pública e dos Cultos criou o Comitê Histórico para a publicação dos monumentos escritos da história da França. Vale aqui ressaltar que Michelet era um dos membros do referido Comitê, cujos boletins produzidos seriam distribuídos gratuitamente nas bibliotecas.

Esse retorno aos arquivos e ao passado, estimulado pelo gosto pessoal de Louis-Philippe de Orleans pela arqueologia, não estava dissociado da busca por fatores que permitissem a reelaboração da história francesa. Sem correr o risco de generalizar uma pluralidade de inteligibilidade possível para o discurso historiográfico desse período, no mínimo, podemos apontar uma celeuma que era um obstáculo para a reflexão sobre a identidade francesa até o século XIX. “Reatar a cadeias dos tempos” e “apagar os males”¹⁸ da história francesa implicava em, pelo menos, lidar com um discurso historiográfico preciso, matizado pelo conflito das raças pelo Estado.

¹⁵ Não por acaso, símbolos foram produzidos e resgatados, como com a adoção do galo gaulês e da bandeira tricolor (institucionalizada na Carta Constitucional de 1830, art. 67).

¹⁶ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França do século XIX e XX*. Tradução de Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

¹⁷ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 92.

¹⁸ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França do século XIX e XX*. Tradução de Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 28.

1.1.1 *Discurso histórico das raças como um problema*

A questão das raças era um dos problemas historiográficos do século XVIII na França. Como exemplo, podemos citar a divergência entre Boulainvilliers e Dubos. Para Boulainvilliers, o reino francês foi fundado com a vitória dos Francos; isso justificava o direito e o poder da nobreza; já gauleses-romanos foram os vencidos. Nesse sentido, o rei e o povo deviam acatar os direitos e se submeterem às assembleias nobiliárquicas de origem franca.¹⁹ Para Dubos, o poder e as decisões cabiam ao rei, pois a ele cabe a herança do direito romano e do sangue gaulês. A legitimidade do poder é definida historicamente por um espólio sanguíneo e pensado pelas tipologias das raças.

Michel Foucault, no seu curso *Em Defesa da Sociedade*, faz uma genealogia dessas histórias realizadas pelo critério das raças. Elas surgiram, para o filósofo francês, no século XVIII em oposição ao discurso histórico como história do rei. A história do rei é o discurso histórico predominante da Idade Média até o século XVIII; a história era o discurso de justificação e reafirmação do poder régio. Ao narrar a história, tratava-se de vincular juridicamente os homens mediante a continuidade do poder e da lei pelas glórias do monarca, enfatizando a intensidade do passado, lembrando aos vassalos e servos de suas obrigações perante o rei. Seria a história da memorização e da intensificação do poder do rei, de seu domínio e de sua soberania.

No século XVIII, surge uma outra história em contraste que, ao invés de justificar, vai narrar os enfrentamentos das raças no interior das nações e das leis – história das raças. Essa insurreição do saber histórico, ou seja, o instante em que a narrativa histórica deixou de ser exclusivamente ligada ao poder real para se tornar uma história da decifração e da revelação do segredo, buscava, através do conhecimento do passado, estabelecer a legitimidade do poder das nobrezas e assembleias nobiliárquicas.

A história da França como história das raças, para Foucault, rompeu com a identificação do povo com o monarca, da nação com seu soberano, o que ocasionou no fato de que foi possível evidenciar como o poder do rei resultou da violência e da

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 136.

extorsão do povo: triunfos de uns, submissão para os outros. Sob essa perspectiva, a função da memória, nessa história, muda de sentido, pois deixa de ser legitimadora, passando a registrar as injustiças e os segredos do passado. Assim, “o papel da história será o de mostrar que as leis enganam, que os reis se mascaram, que o poder ilude e que os historiadores mentem”.²⁰ Essa contra-história da soberania do rei não diz respeito à história dos oprimidos, mas a uma história dos subjugados, servindo aos interesses da nobreza e, posteriormente, da burguesia, com o objetivo de desmitificar o poder monárquico, guardando consigo a dívida não paga e a promessa revolucionária. A aristocracia lembra, pela história do tipo raça, os deveres e os pactos realizados pelos reis com seus vassallos, e, assim, “a história será a arma da nobreza traída e humilhada”.²¹ Por trás da dualidade da interpretação da história francesa do tipo raça, franco-gaulesa, tipificadas pelas histórias de Dubos e Boulainvilliers, esconde-se o conflito entre o rei e a nobreza pelo poder sobre o Estado, no qual o discurso histórico condicionava o veredito de apropriação a partir da constituição do reino.

No entanto, no contexto pré-revolucionário de 1789, surge, como descreve Foucault, um outro sujeito, mais antigo que o próprio Estado, perpassando a soberania do rei, definindo um conjunto coletivo: a nação. A nação, então, circularia por trás das fronteiras e das instituições. No primeiro momento, é identificada com a nobreza. Mais tarde, permitiu o discurso revolucionário. Por volta de 1780, descreve o filósofo francês, a história se tornou o discurso pelo qual cada nação valoriza seu próprio direito tornando-se um discurso geral das lutas políticas. Não por acaso, na Revolução Francesa, temos a formulação política de Sieyès: “Que é o Terceiro Estado? Tudo. Que ele foi até agora na ordem política? Nada. O que ele exige ser? Alguma coisa. O Terceiro Estado é uma nação completa”.²² A nação deixa de ser efetivamente representada no corpo do rei e passa a ser definida como a junção dos indivíduos orientada por uma lei comum e instâncias que a formulem. A nação existe antes do próprio Estado, cabe a este reconhecê-la no interior de sua forma jurídica. Ora, desde então a história do povo encontraria seu fim na Revolução Francesa por meio da inclusão do Estado.

²⁰ Idem, p. 61.

²¹ Idem, p. 110.

²² Idem, p. 162.

Com a Revolução de 1789, a história da França não poderia mais ter seu momento constituinte com a vitória dos Francos, nem pela consolidação do direito romano, o que excluiria o direito do Terceiro Estado ao corpo da nação. De certa forma, essa questão foi reelaborada por Augustin Thierry. Em sua *Lettres de L'Histoire de France* (1827),²³ a nação francesa surgiria quando se perde a identidade romana e franca, com o advento de uma nova raça. O marco constituinte da nação francesa começa com a revolução de 888, justamente, porque “eleva ao trono um homem inteiramente estranho à família dos Carolíngios”.²⁴ É nesse momento que se funda o reino, pois seria “o advento da terceira raça”. A nação francesa é uma terceira raça, uma criação libertada das origens do sangue, mas não da formação de um sangue. Essa foi a saída de Thierry para escapar daquela dualidade franco-gaulesa e simultaneamente colocar o Terceiro Estado no caminho da história. A história das raças de Thierry usa esse verbete, que, se não emerge com a Revolução Francesa, é com ela que se torna imperativo no espectro político, a nação. Ele transforma o direito do Terceiro Estado em uma herança histórica de sangue, fazendo uma história pelos modelos do Antigo Regime contra o próprio Antigo Regime e vê os franceses como uma nova espécie que surge sem uma filiação do passado.

Em 1830, o regime parlamentar instaurado tem outro desafio, afinal, não se quer apenas incluir o Terceiro Estado, mas fazê-lo sem negar a tradição monárquica e nobiliárquica franco-gaulesa. A Monarquia de Julho nasceu com a promessa de reconciliação entre a tradição da monarquia e as ideias revolucionárias, fundando, assim, uma Monarquia Parlamentar como modelo racional de gestão do Estado aliada ao pacto de apaziguamento entre os grupos sociais franceses.

Por mais que a história tipo raça não fosse a única no interior das escritas historiográficas da virada do século XVIII para o XIX, seu combate significava, de alguma maneira, o confronto com a imagem das lutas e conflitos no interior da nação ou de uma única raça como nação, pela emergência de uma história da conciliação e da mistura.

As Três Gloriosas produziram um contexto profícuo para a historiografia; mais que uma nova fase política, os revolucionários se viam como promotores do

²³ Esse livro é resultado de cartas e ensaios publicados no *Censeur Européen* e *Courrier Français* e posteriormente reunidas em um livro com o título de *Lettres de l'histoire de France*. THIERRY, Augustin. *Lettres de L'Histoire de France*. Paris: Sautélet et Compagnie, 1827.

²⁴ Idem, p. 179.

nascimento de uma nova França. Ao se aproximar da historiografia em 1830, Jules Michelet concedeu uma posição central à Revolução de Julho no interior da sua trajetória pessoal e intelectual; nesse cenário, o problema de como conceder à história francesa uma legitimidade histórica a um regime que quer promover a união da sociedade unificando a tradição monárquica e revolucionária não lhe era estranha.

1.1.2 O Estado e o povo: Jules Michelet e o discurso político dos intelectuais da Monarquia de Julho

Jules Michelet não era um historiador de formação e nem poderia sê-lo. Não existia uma formação em história e seu ensino era limitado até 1815, quando a recém-criada comissão de Instrução Pública, chefiada por Royer-Collard, promoveu seu estudo nos Colégios de Paris.²⁵ Aos vinte anos, o historiador se dedicava aos autores latinos e gregos como professor substituto no *Lycée Charlemagne*. Um decreto, em 1822, criou a cadeira de História no *Collège Saint-Barbe*, que ele ocuparia.²⁶ Enquanto professor da *École Normale*, a partir de 1827, a separação das cadeiras de História e Filosofia, em 1829, desagradou-o, pois sua aproximação com a escrita da história se deu simultaneamente com a filosofia. Não por acaso, em 1824, o jovem Jules Michelet procurou Victor Cousin, interessado por um autor que ele havia discutido brevemente em seu *Fragmentos Filosóficos: Vico*. Mesmo após a tradução,²⁷ o jovem professor

²⁵ No final do século XVIII, é comum interpretar a história no interior das recém-formadas ciências do homem que se propõem a estudar os indivíduos em suas dimensões físicas e morais, como Condorcet as situou em seu relatório de 1792. Ciências essas que foram eliminadas do Instituto da França em 1803 por Napoleão Bonaparte, que as considerava demasiadamente subversivas. Quando, em 1815, começa a ser ensinada como disciplina nas escolas, a história se assentou então num lugar próximo às literaturas antigas. Jablonka descreve que a história se encontrava em um lugar incômodo. Como literatura residual, permanece no sistema de Belas Artes, porém sem a legitimidade das ciências exatas, mesmo que atraída pela ambição da verdade. JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 50.

²⁶ Existe uma divergência entre Lanson e Febvre sobre a predileção de Michelet em assumir a cadeira de História em Saint-Barbe. Lanson enfatiza que o ensino de História foi imposto pela administração, e Febvre descreve que foi uma solicitação de Michelet. Por trás da afirmação do historiador dos *Annales*, não se pode ignorar a antipatia por uma história intimamente preocupada com questões filosóficas. Para Jules Michelet, ao contrário, a história sempre caminhou junto à filosofia. Michelet não estava certo da decisão até 1830. Encontramos essas informações em seu diário de juventude, sobre sua carreira ou especialização. Inclusive, concorreu a uma vaga como professor de Geografia. Sua queixa, na carta destinada à direção de *Saint-Barbe*, era sobre a divisão das cadeiras e do programa, que não permitiria ao professor de História se prolongar em questões da filosofia. FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

²⁷ A tradução da *Ciência Nova* de Vico por Michelet foi publicada precedida por uma introdução explicativa e biográfica denominada de *Princípios da Filosofia da História* (1827).

continuou assistindo às aulas do ilustre professor de História da Filosofia na *Sorbonne*, inclusive sendo citado no curso transcrito de 1828.

A relação entre Michelet e Cousin foi conturbada e marcada por um afastamento, que efetivamente ocorreu na década de 1840. Antes disso, contudo, o professor foi uma influência decisiva para a ascensão institucional do historiador. Apesar de indicar, em seu *Fragments Philosophiques*, uma variedade de filósofos que o influenciou, Cousin foi o grande responsável por difundir as ideias da filosofia alemã na primeira metade do século XIX e, quando foi destituído da sua cadeira na *École*, partiu para a Alemanha para conhecer pessoalmente os filósofos que discutia em seus cursos. Interessado inicialmente por Schelling, retorna encantado pelo sistema filosófico-científico de Hegel e assume a cadeira de História da Filosofia na *Sorbonne*, tornando-se o vetor de uma nova filosofia, que batizou de ecletismo. Aproveitou-se de sua habilidade política e se tornou membro do Conselho Superior de Educação Pública, além de presidente da comissão responsável pela agregação em filosofia, diretor da *École Normale* e presidente da Academia de Ciências Morais e Políticas. Sem dúvida, a Revolução de 1830 lhe concede uma posição institucional e intelectual central. Não por acaso, é descrito como o filósofo da Monarquia de Julho.

Não demorou para que, após a Revolução de 1830, Michelet procurasse Guizot para discutir os danos sofridos alegando que seus ganhos na *École Normale*, onde os dois se tornaram amigos a partir de 1827, não eram suficientes para se sustentar, uma vez que perdeu seu salário como professor da Princesa Louise, filha de Carlos X. Imediatamente Guizot atendeu à ansiedade do seu antigo colega de trabalho nomeando Michelet como chefe da Seção Histórica dos Arquivos e professor de História da Princesa Clémentine, filha de Louis-Philippe de Orleans.

Guizot e Cousin são homens importantes que definiram as primeiras matrizes do Estado fundado em 1830. Guizot interpreta o governo representativo das Três Gloriosas na fórmula de Pascal, segundo a ideia de que “a multiplicidade que não se reduz à unidade é confusão, a unidade que não depende da multiplicidade é tirania”.²⁸ Essa expressão define, de forma precisa, o governo representativo, que consiste em “impedir a tirania e a confusão”.²⁹ Sua ideia de governo, alinhada ao liberalismo doutrinário da geração da Restauração, pretendia afastar as paixões políticas que

²⁸ GUIZOT, François. *Du gouvernement représentatif de l'état actuel de la France*. Paris: Maradan, 1816, p. 79.

²⁹ Idem, p. 83.

havam provocado os excessos revolucionários, em prol de uma gestão da soberania e da liberdade pela razão. O Estado deveria atuar como legislador e organizador se baseando na razão e na justiça. Por isso, seu sistema representativo não significa a somatória de um conjunto aritmético de interesses e vontades da maioria, mas reflete uma concepção de razão transcendental que é acessível a poucos indivíduos. Assim, temos a ideia de sufrágio, não como direito, mas como função. Portanto, seu exercício se daria por meio dos poucos capazes de extrair da sociedade sua verdade para que esta seja aplicada ao governo, subtraindo interesses imediatos e a existência particular.³⁰

Por trás da interpretação sobre o governo representativo de Guizot, é perceptível o cuidado que deve existir no interior do Estado para evitar o Terror de 1793.³¹ Isso significou uma reavaliação dos direitos dos indivíduos e a emergência de uma interpretação de que se deve proteger o direito público, defendido em uma teoria moral por Victor Cousin com sua crítica à filosofia moral sensualista, que inviabilizaria os direitos do homem ao se maximizar o bem-estar do indivíduo.³²

Partindo da análise das faculdades psíquicas essenciais do homem, a psicologia, Cousin cria uma teoria moral que divide em três as categorias básicas dos fatos da consciência: fatos intelectuais (razão), fatos sensíveis (sensibilidade) e fatos voluntários (vontade). A razão coloca a consciência na presença de uma razão impessoal, caracterizada pelo filósofo como divina, constituindo a essência ou a verdade invisível do mundo fenomenal. A teoria moral de Cousin consiste na articulação destes três termos: a razão impessoal ordena que a liberdade humana se desenvolva e se fortaleça permanentemente, isto é, afaste-se das seduções da sensibilidade que depreciam o homem à condição animal.³³

A fórmula moral sintética dada por Cousin não deve mascarar o fato de que a liberdade humana está sempre sujeita a uma obrigação que advém de uma autoridade transcendente: a razão impessoal. O método psicológico torna possível abstrair, graças à observação interna, o homem universal do homem concreto sem, contudo, separar o homem da sociedade. Do mesmo modo, a ordem social ideal pode ser

³⁰ GIRARD, Louis. "Le Régime Parlementaire Selon Guizot." In: *Bulletin De La Société De L'Histoire Du Protestantisme Français (1903-)*, vol. 122, 1976, pp. 121–129.

³¹ ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

³² BILLARD, Jacques. *De l'École a la République: Guizot et Victor Cousin*. Paris: PUF, 1998.

³³ COUSIN, Victor. *Cours de philosophie: Introduction à l'histoire de la philosophie*. Paris: Pichon et Didier, 1828.

pensada com base nesse homem universal, sem ser radicalmente oposta à ordem social concreta com todas as suas imperfeições.

Essa forma de interpretar o Estado e a moral não deixa de ser uma maneira de neutralizar as várias correntes que tencionam a estabilidade política. Louis-Philippe construiu um discurso de que o Estado deve dirigir a sociedade por um regime do meio, evitando as paixões e os interesses políticos individuais. Assim, cabe fundamentalmente ao Estado a gestão da sociedade, que é formada por uma multiplicidade. Não por acaso, o monarca do regime parlamentar mudou a alcunha de rei da França para rei dos franceses.

Esses grandes nomes que integravam a elite do regime instaurado em 1830 nos permitem compreender o problema histórico e social da refundação da nação, a conciliação das tradições e a pacificação da diversidade, na qual a aspiração de um Estado racional pudesse se conciliar e, simultaneamente, afastar o calor das paixões políticas. Não queremos com isso afirmar que Michelet é um eclético como Cousin ou guizotiano, mas que ele tinha uma proximidade com intelectuais que eram centrais na Monarquia de Julho, e que esses problematizavam a relação entre o povo e o Estado. Se a história micheletiana da origem da nação francesa não reflete completamente essas ideias filosóficas, pelo menos ela implica em uma interpretação da sociedade diferente daquela na qual a legitimidade do Estado pertence a uma herança exclusiva de uma raça. Michelet, senão junto, pelo menos ao lado, propõe uma narrativa da história francesa: os franceses não são os gauleses; o povo se dá diante de outras condições de possibilidades, de transformações tão específicas que se trataria de um outro ser. A nação surge da mistura das raças; nem francos, nem gauleses, nem romanos, mas uma fusão de todas elas. Ao mesmo tempo que o historiador promoverá a união das raças, ele o faz sem excluir a contribuição de todas elas para a formação da nação. Portanto, não se trata da exclusão das raças, mas de uma outra forma de pensar a sua formação pela fusão delas.

1.2 *Sob um olhar naturalista: o paralelismo orgânico na Histoire de France (1833)*

Gabriel Monod observou que Jules Michelet já nutria uma inclinação para as ciências da natureza antes mesmo dos seus livros chamados “naturalistas”, cujas publicações começaram em 1856. Em 1825, ele já havia planejado escrever um

estudo sobre o assunto.³⁴ Na segunda década do século XIX, o historiador visita constantemente seu amigo Poinsot em seu trabalho, no hospital em Bicêtre, aos domingos. Em seu diário, descreve: “é essencial que, sem interromper muito os meus estudos, entremos em contato com as ciências naturais, a fim de termos uma nova linguagem comum a Poinsot”.³⁵

Em seu *Discurso sobre a unidade da ciência*, proferido no *Collège Saint-Barbe*, em 1825, Jules Michelet compartilha sua interpretação de que se deve pensar a ciência unificando os campos do conhecimento: “a ciência é una: as línguas, a literatura e a história, a física, as matemáticas e a filosofia, aparentemente o conhecimento mais distante se tocam, ou melhor, todos eles formam um sistema”.³⁶

Em 1868, ele refletirá sobre como essa visão influenciou seu percurso como historiador:

[...] meus ensaios de geografia física e moral de juventude tiveram um esforço de fertilizar a história por essas várias artes. Em dez anos, ampliei meu círculo prodigiosamente de ciência e ação. Pelo direito e pelas línguas, para o Oriente, para a natureza, espalhei-me por todos os lados (1840). Meu querido amigo Edwards, um homem muito engenhoso, liderou toda essa frente. Meus amigos Burnouf, Élie de Beaumont, [Etienne] Serres, Geoffroy e Robin mais tarde e nossos excelentes médicos foram bons para mim e me servem de centenas de maneiras indiretas.³⁷

De fato, Michelet deixa evidente sua relação estreita com as ciências e os múltiplos campos de saberes, bem como a forma de relacionamento que ele gostaria de estabelecer com eles, partindo de um conjunto de preocupações, noções e teorias que movimentam sua escrita da história, no qual esse grupo de amigos citados acima contribuíram decisivamente.

Um pouco mais tarde, em 1829, Michelet conheceria o médico William Edwards, conhecido por suas teorias das raças e pelos efeitos de agentes exteriores nas funções orgânicas. Sua pesquisa sobre a língua celta recebeu, em 1844, o prêmio da Academia de Inscrição de Belas Letras. Seus estudos o incluíram na etnologia, dedicando-se às relações entre personagens fisiológicos e manifestações culturais, história e línguas. Em 1839, fundou um instituto de etnologia, que teve Jules Michelet como um de seus primeiros membros.

³⁴ MONOD, G. *Les maîtres de l'histoire: Renan, Taine, Michelet*. Paris: C. Levy, 1894.

³⁵ MICHELET, Jules. *Écrits de Jeunesse*. Paris: Gallimard, 1959, p. 79.

³⁶ MICHELET, Jules. “Discours sur l'unité de la Science” (1825). In: *Écrits de Jeunesse*. Paris: Gallimard, 1959, p. 293.

³⁷ MICHELET, Jules. *L'Héroïsme de L'Esprit* (1868). In: *Œuvres Complètes*. Tomo IV. Paris: Flammarion, 1988, p. 38. Tradução nossa.

Os trabalhos de Edwards representam os tipos de estudos que Michelet quer propor, a união de várias ciências para a compreensão dos fenômenos do passado. Com isso, Michelet vai pensar uma explicação inédita para nação francesa, se baseando parcialmente nas ideias do médico. Não se trataria de pensar a França como a raça gaulesa, como fez Thierry, mas como uma série de misturas e miscigenações, que mais tarde se tornariam a nação francesa.

Em 1829, William Edwards escreveu um conjunto de cartas dialogando com Augustin Thierry, que contestavam sua noção de raça na *História dos Gauleses*; mais tarde, foram incluídas no livro *Des caractères physiologiques des races humaines considérés dans leurs rapports avec l'histoire*, de Edwards. Seus questionamentos partem fundamentalmente das ciências da natureza, já que as raças, tais como descritas pelo historiador, seriam completamente distintas daquelas admitidas pela História Natural. Nesse sentido, situa-se em um espectro pouco explorado, interrogando: “Quem eram os gauleses no passado? O que há em comum entre eles e os povos que hoje ocupam o mesmo solo? O que tem a história a ver com a fisiologia?”³⁸ Apoiando-se nas pesquisas de Blumenbach e Roulin, Edwards defende que o meio, ou seja, o clima e as condições naturais, alteram as estruturas fisiológicas, e neste tocante descreve:

Recentemente, eu estava na Academia de Ciências quando o médico Roulin veio ler um artigo sobre as mudanças que sofreram animais domésticos transportados do antigo para o novo continente (...). Os animais transportados para o novo mundo, em geral, só experimentaram essas pequenas mudanças que eu indiquei acima como resultado da influência do clima.³⁹

Edwards, em sua obra, recupera Blumenbach ressaltando que as raças humanas que mais diferem entre si são constantemente mestiças. O etnólogo define que “é assim que o mulato sempre resulta da mistura de raças brancas e negras. O fato é comum entre as nações europeias”.⁴⁰ Essas transformações fisiológicas seguiriam a mesma dinâmica de elementos culturais, como a linguagem e, nesse contexto, Edwards questiona: “Mas, se as formas de linguagem deixam traços nos idiomas modernos que revelam sua origem antiga, o que devemos pensar das formas do corpo? Estas serão menos persistentes?”⁴¹

³⁸ EDWARDS, William Frédéric. *Des caractères physiologiques des races humaines considérés dans leurs rapports avec l'histoire*. Paris: S/N, 1829, p. 27.

³⁹ Idem, p.41. Tradução nossa.

⁴⁰ Idem, p. 38.

⁴¹ Idem, p. 52.

É aos experimentos de Edwards que Étienne Geoffroy Saint-Hilaire recorre para ilustrar, em *Recherches sur de grands sauriens trouvés à l'état fossile vers les bords maritimes de la Basse-Normandie*, como os agentes físicos podem interferir no processo de metamorfose do girino.⁴² Posteriormente, Saint-Hilaire vai relacionar os estudos do médico a uma perspectiva buffoniana, na qual as metamorfoses no interior de uma mesma espécie são plenamente possíveis. De fato, Edwards realiza, em seus estudos, uma junção da raça e da espécie; as raças assumem o lugar de subespécies, divisões no interior da espécie, algo semelhante ao que Buffon fez.

Para o médico, a mistura de raças é possível desde que não seja entre espécies extremamente diferentes. Como descreve:

Ao refletir sobre as relações em que as raças primitivas se encontram, aqui estão condições que podem dar precedência a um ou outro desses efeitos. Quando as raças diferem tanto quanto possível, como quando não são da mesma espécie, como o burro e o cavalo, o cão e o lobo ou a raposa, seu produto é constantemente misturado. Se, pelo contrário, são verossimilhantes, eles podem não dar origem a misturas, e reproduzir os tipos puros primitivos. Estes são dois princípios fundamentais que são frutíferos em sua aplicação.⁴³

Michelet concorda parcialmente com seu amigo Edwards sobre a mistura das raças. A reticência do historiador se encontra na ausência do espírito na natureza, como podemos perceber em seu anexo no final do livro I da *História da França* (1833), quando ele defende que a mutabilidade deveria ser explicada “pela ação da liberdade sobre a matéria”.⁴⁴ De certa forma, Michelet interpreta a natureza como matéria, preferindo explicações “francamente espiritualistas”,⁴⁵ portanto, definidas pela ação do espírito, que apenas ocorreria no homem. Minimamente podemos inferir, no interior do limite da concordância entre o escritor da *Histoire de France* e o médico, uma leitura comum dos fenômenos e uma divergência sobre o princípio que promove a mistura. Nesse momento, insistiremos por essa lente, que permitiu ao historiador compreender que a nação francesa é uma raça diferente, mas que mantém as heranças de franco e gauleses unificadas.

⁴² SAINT-HILAIRE, E. Geoffroy. *Recherches sur de grands sauriens trouvés à l'état fossile vers les bords maritimes de la Basse-Normandie*. Paris: Firmin Didot Frères, 1831, p. 82.

⁴³ EDWARDS, William Frédéric. *Des caractères physiologiques des races humaines considérés dans leurs rapports avec l'histoire*. Paris: S/N, 1829, p.22. Tradução nossa.

⁴⁴ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome I. Paris: Hachette, 1833, p. 326.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

Não estaríamos apenas diante de uma nova história, adicionada a fatos e acontecimentos que estavam esquecidos, mas também de um jeito diferente de conceber o que é histórico, partindo de outros princípios. A França não é uma raça ou um Estado, mas uma pessoa. Isso resulta fundamentalmente de uma nova forma de produzir o conhecimento histórico que dialoga com as ciências naturais. O paralelo que Jules Michelet fez entre as ciências naturais e sua ideia de formação da nação nos faz problematizar quais eram seus vínculos com esse canteiro e qual a situação desse campo do saber, especificamente, o da formação dos seres, na curva entre o século XVIII e XIX até os anos 1830.

1.2.1 *“Da limpeza do olhar” para “olhar para o interno” e as novas formas de estabelecer a identidade de uma espécie: a transformação do olhar no interior das ciências da natureza do século XVIII até 1830*

As ciências da natureza se transformaram significativamente entre o século XVII e o XIX. François Jacob descreve esse período como esforço de “colocar as antigas questões de maneira nova”⁴⁶ e “como os objetos tornaram-se acessíveis a análises”.⁴⁷

No século XVII, a natureza se transformou em conhecimento, diferentemente do que acontecia até o Renascimento, pois não se trata exclusivamente de encontrar as intenções de Deus e da natureza por seus indícios; acredita-se que é possível compreendê-las e estabelecer leis através da estrutura visível nas quais o criador fez o universo: a ciência da natureza vira o espaço da decifração da natureza. A produção do conhecimento partiria da ideia de que a natureza operaria por leis imutáveis, por regras que podem ser compreendidas através do olhar. François Jacob define que “mais que pela vontade divina que ordena sigilosamente os seres e as coisas, a ciência da natureza interessa-se, de agora em diante, pela descoberta da cifra, pelo código que o pensamento humano tenta aplicar à natureza para desvendar sua ordem”.⁴⁸

Nesse período, a medicina e a história natural se responsabilizam por compreender o inventário dos seres no mundo. Ambas estão sujeitas ao princípio epistemológico da mecânica, uma vez que o mundo vivo é interpretado como uma

⁴⁶ JACOB, François. *Lógica da vida: uma história da hereditariedade*. Tradução de Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 07.

⁴⁷ Idem, p. 18

⁴⁸ Idem, p. 36.

máquina: “só o que depende claramente das leis do movimento do corpo dos animais é acessível à análise”.⁴⁹ Procedente delas surge a fisiologia, entendendo seu objeto como as engrenagens e as articulações do corpo.

Essa forma de ver o corpo e a natureza como um processo mecânico é uma espécie de “limpeza do olhar”, como define François Jacob, “não é mais possível colocar em um mesmo plano as ideias que deles podem ter os viajantes, os historiadores ou os juristas. O que é lido ou ouvido não se iguala mais ao que é visto”.⁵⁰

A reprodução não fugiu à regra e se torna expressão das leis da natureza e da manifestação da estrutura visível que emerge a partir do século XVII, na qual a noção de espécie é central. Desse modo, a espécie é a manifestação da regularidade da natureza, a capacidade que o ser vivo tem de produzir seu semelhante, a ordem na diversidade do mundo vivo e simultaneamente assegura a ligação entre o hoje e o projeto primitivo da natureza. Nesse sentido, a geração ocorre de forma pré-formativa e pré-existente, ou seja, a geração se dava como o acionamento do processo de desenvolvimento de germes que, prontos, começavam a crescer: no interior da fêmea, o ovo, com todo seu organismo pronto, recebia do macho o ânimo que o ativava. Desde Lineu, cada espécie é uma entidade imutável, fundamentada na máxima de que a Natureza conta com tantas espécies quantas criadas desde a origem.

Por trás dessas ideias que modelam a forma de ver e pensar do naturalista até o século XVIII, perpassa a ideia de continuidade linear dos seres no tempo e no espaço e o imperativo do conhecimento em classificá-los e dar-lhes um lugar na grande ordem dos seres por sua estrutura visível. É justamente entre os séculos XVIII e XIX, que o conhecimento começa a mudar ao se atentar para os processos internos, o invisível das funções e as organizações. Não se trataria mais de perceber a ordem do mundo vivo e classificar os seres vivos, mas de entendê-los nas exigências da vida.

É justamente esse deslocamento de uma concepção de seres pré-organizados por uma força exterior para uma concepção na qual os organismos existem como esforço pela vida, que transforma a estrutura do conhecimento sobre o vivente. Não se trata mais de compreender as leis universais que regulam o mundo vivo, mas de entender as estruturas e os processos internos que lhe permitem viver. A ideia de que os seres vivos não são definidos por regras exteriores e pré-existent,

⁴⁹ Idem, p. 40.

⁵⁰ Idem, p. 35.

mas por um conjunto de estruturas que permitem a sua coesão e lhe permitem a vida, estabelece sua finalidade não como resultado de uma força externa, mas como ação da existência do próprio organismo, definido na máxima de Bichat: “a vida é o conjunto de funções que se opõem a morte”,⁵¹ o que fundamentalmente provoca um aprofundamento do olhar para os processos internos. Como ponto de partida em uma concepção da totalidade e do funcionamento orgânico do ser, adquirindo um estatuto epistemológico diferente do mecânico, a vida emergiu como “referência transcendental”.⁵²

No entanto essa transformação não ocorreu de forma abrupta. Inicialmente, ela se manifesta de maneira crítica ao materialismo do vivo, como no animismo da Idade Clássica, que rejuvenesceu a medicina se aparando em uma perspectiva mágica-alquímica e religiosa. É essa forma de entender os fenômenos do mundo vivo que, no século XVIII, define Jacob, “mudará um pouco de natureza e se tornará a força vital”.⁵³ O princípio vital constitui os seres vivos, rege as atividades do organismo e substitui progressivamente a estrutura visível por elementos internos e ocultos aos dados imediatos da descrição.

Dessa forma, surge, no horizonte epistemológico, a noção de composição elementar. Cabe aqui ressaltar que é o esforço intelectual de encontrar essa força vital que anima o vivo nas menores partículas possíveis, que na fisiologia de Haller aparece como fibra, que representa “o limite teórico da análise anatômica, o que deve poder ser encontrado na ponta do escalpelo quando se dissociam músculos, os nervos e tendões”⁵⁴ ou as partículas vivas de Maupertius e as moléculas orgânicas de Buffon, que são partículas vivas que, uma vez combinadas, formam a composição dos seres e dos elementos orgânicos. Pensar a constituição dos seres pelas partículas colocava em jogo a compreensão dos organismos de forma mecânica, uma vez que não se tratava mais de compreender o funcionamento de um órgão visível, mas de como a organização dessas partículas ocorriam de forma a exercer uma função que definia a existência desse órgão. Assim, partindo da fisiologia de Haller, se os órgãos são compostos pelas mesmas fibras, o que define sua singularidade é a sua organização. Os seres e os órgãos deixam de ser pensados como partes indissociáveis. Passam a

⁵¹ Idem, p. 97.

⁵² Idem, p. 95.

⁵³ Idem, p. 46.

⁵⁴ Idem, p. 83.

ser compreendidos como reunião, articulação de moléculas, fibras ou partículas que, por meio de uma organização diferente, podem exercer as mais variadas funções a fim de garantir a vida.

Essa nova forma de entender a constituição dos seres vivos teve seus ecos nas teorias da geração de Maupertuis e Buffon. Para Maupertuis, os órgãos não existem prontos e apenas esperando o sêmen para sua ativação no útero da mulher; cada semente contém uma amostra completa de tipos diferentes que compõem os diferentes órgãos, mas que são alimentados e seguem uma memória nesse processo de maturação. Buffon também recorre a um molde interior que realiza a recepção das moléculas moldando a forma da evolução do embrião de acordo com o processo de alimentação.

Diferentemente do que algumas interpretações historiográficas apontam,⁵⁵ mais que o debate entre fixistas e transformistas, entre Lineu e Buffon existe uma forma diferente de ver e conhecer os fenômenos da natureza. Enquanto o primeiro buscava entendê-los por grandes leis que comportam o visível e explicam os lugares dos seres na grande rede do mundo vivo, o segundo começa a compreender os vivos em outra dinâmica, que leva em consideração as funções e a organização dos seres. Para Buffon, os seres vivos não são mais uma simples associação dos órgãos, mas um todo que depende mutuamente. O que está em jogo nas teorias da geração, no século XVIII, não é somente o processo de crescimento do embrião, como na teoria pré-formativa, mas sua constituição, o processo complexo de alimentação, de misturas e codependência entre esse embrião e o todo do organismo.

Essa nova forma de enxergar o vivo é um resultado da transformação da maneira de ver do naturalista. Os transformistas, nomenclatura usual para descrever esses naturalistas, nos quais podemos situar Buffon, propunham uma teoria da geração atenta às dinâmicas internas, às formações interiores dos organismos e às

⁵⁵ São inúmeras as obras que optam em compreender a história das “ciências biológicas” na transição do século XVIII para o XIX enfatizando o debate entre fixismo e transformismo. Não se trata aqui de desmerecer ou de afirmar que essa leitura é equivocada. Nosso esforço é o de demonstrar que, independentemente da corrente na qual podemos caracterizar uma determinada interpretação sobre o funcionamento do corpo e da natureza, aqueles que se dedicavam ao estudo dos seres vivos adotaram um conjunto de noções e uma forma de compreender os organismos que faziam os pesquisadores do século XIX de correntes opostas estarem mais próximos do que seus corregilônios do século anterior. Entre as obras que se dedicam ao debate sobre fixismo e transformismo podemos indicar: ROSTAND, J. “As ciências da natureza”. In: TATON, R (Dir). A Ciência Moderna: o século XVIII. Tomo III. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1960. ROONEY, Anne. A História da Biologia. Da Ciência dos tempos antigos à ciência moderna. São Paulo: Brasil editora, 2018.

suas funções, à transposição do fluxo de matéria, à química do vivo, ideias fundamentais para o desenvolvimento da teoria epigenista com Wolf, na segunda metade do século XVIII, na qual os órgãos não estão pré-formados, mas se constituem gradualmente no decurso do seu desenvolvimento numa íntima relação de nutrição com o corpo e o meio. A epigênese prepara o terreno para que Lamarck, discípulo de Buffon, unifique a transformação das espécies à hereditariedade na teoria do uso e desuso dos caracteres adquiridos e sua herança pela reprodução.

No começo do século XIX, essa abordagem a partir dos processos internos e das relações de dependência mútua do organismo, produz a querela dos Análogos. A disputa entre Cuvier e Geoffroy Saint-Hilaire, que seria chamada de *querela dos análogos*, ressoou e fascinou intelectuais em toda a Europa. As divergências envolvendo esses dois pesquisadores se prolongaram na Academia de Ciências de Paris, principalmente, entre fevereiro e junho em 1830. Não se tratava do embate de dois estudiosos em seus laboratórios e bibliotecas, pois ambos eram naturalistas extremamente conceituados na época – o que contribuiu para que a imprensa exercesse um posicionamento ativo quanto à situação, não exclusivamente por motivos científicos, mas também políticos.

Essa polarização colocou em lados opostos duas formas do estudo genealógico da vida e seus critérios para definir uma espécie: a Anatomia Transcendental saint-hilairiana e a Anatomia Comparada cuvieriana. A oposição entre Cuvier e Saint-Hilaire se dava, principalmente, pelo fato de que Cuvier classificou os animais quanto aos seus requisitos funcionais, enquanto Saint-Hilaire se preocupou com a construção interna dessas funções.

Segundo Cuvier, todos os animais obedecem a quatro modos de organização fundamentais: vertebrados, moluscos, articulados e radiata. Já Saint-Hilaire defendeu que era possível buscar um padrão organizacional comum a essas quatro ordens, que, por trás das aparências, existia um plano que os unificava. Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, portanto, propunha um plano de composição comum entre as espécies contra o “fixismo cuvieriano”. É importante compreender o impacto dessa proposta no interior de um pensamento pré-darwiniano. Ele questionou, de certa forma, a classificação de seres proposta por Lineu, base da História Natural desde o século XVIII. Antes da evolução das espécies, seria preciso diluir as paredes intransponíveis que existiam entre elas e estabelecer um plano de composição comum.

Para Saint-Hilaire, a incompreensão do plano de composição comum resultava, entre outros elementos, de um paradigma das especialidades. Seus contemporâneos se dedicavam, em suas pesquisas, em construir monografias especializadas e detalhadas, colocando como regra fundamental o limite das espécies, sem nunca as relacionar. Para compreender o plano de composição comum entre as espécies seria preciso romper os limites da especialização, portanto, uma mudança de método de análise. O naturalista propunha a diferença entre estruturas homólogas e estruturas análogas. Estruturas homólogas são derivadas da ancestralidade comum de espécies, órgãos morfológicamente ligados, ossos, ou tecidos, relacionados, e frequentemente exibem diversas formas e funções (por exemplo, patas de gato e mãos humanas). Estruturas análogas, pelo contrário, são estruturas anatômicas com formas ou funções semelhantes, mas com linha de descendência completamente distinta (por exemplo, asas de pássaros e de borboletas). Para ele, não se podia confundir o real e as semelhanças aparentes entre espécies separadas, por isso, definiu: “Todos os animais possuem as mesmas estruturas morfológicas fundamentais. Mesmo que a forma e a função desses componentes sejam diferentes entre as espécies, a identidade dos materiais nunca muda”.⁵⁶

Ao invés de definir um vencedor na disputa que ocupou salões e academias na França e em outros países, importa destacar a relevância desse debate que lançou o campo biológico ao patamar de um grande modelo científico. Fundamentalmente, o fazer científico se associa a uma forma de ver e enxergar os fenômenos por processos internos e enxergar sua formação em longas durações, atentando-se à composição e às formas diferentes de organizações e funções. Tanto Saint-Hilaire quanto Cuvier fizeram leituras dos seres vivos analisando as articulações entre as funções e as estruturas ligadas na profundidade dos corpos, naquilo que imediatamente não está visível ao olhar.

A emergência dos dois métodos não deixa de ser uma consequência do trabalho de naturalistas que operam pelo interior e não mais pelo visível dos corpos, concentrando-se na formação de organizações orgânicas. Simultaneamente, essas duas formas de classificar o reino animal carregam a tensão que existia entre aqueles que debatiam entre a fixidez e a mobilidade das espécies. Essas formas de

⁵⁶ SAINT-HILAIRE, Étienne GEOFFROY. *Philosophie anatomique*. Paris: Bahlrière, 1834, p. 15.

compreender o mundo vivo mobilizaram os pensamentos sobre as ciências e a história do homem, das quais, parece-nos, Michelet não se desviou completamente.

1.2.2 A nação é outro tipo de organização: Michelet e Dugès

Parece-nos que é nessa interpretação ligada à forma de entender o processo da relação entre raças, que passa por um tipo de compreensão da espécie como algo passível de ser produzida por misturas, que fundamentalmente colocará Michelet ao lado de Edwards e Saint-Hilaire. De fato, os franceses não são os gauleses, mas resultam de inúmeras miscigenações, nas quais aqueles representam parte da contribuição para a formação de um novo elemento, tornando possível essa leitura que encontra um elo entre gauleses, francos e a nação francesa, uma interpretação sobre a ideia de raça diferente daquela de Thierry. Vejamos como Michelet define Edwards ao citar diretamente seu amigo médico nas notas no final da sua *Introduction à l'Histoire Universelle*:

Espero que, mais cedo ou mais tarde, esse ilustre fisiologista exponha mais plenamente suas ideias sobre o cruzamento de raças. Só ele talvez seja capaz de elevar essa parte da fisiologia a uma forma científica, porque somente ele levará em conta um elemento muito negligenciado por aqueles que se dedicam a esses estudos. Anatomia e química combinadas ainda não são fisiologia. Elementos idênticos costumam produzir resultados diferentes, o mistério da vida própria e original varia os resultados *ad infinitum*. Da combinação de hidrogênio e carbono resultam óleo e açúcar. Da mistura do latino-germânica emergem a França e a Inglaterra.⁵⁷

Essa citação é emblemática para a compreensão do pensamento micheletiano sobre sua noção de mistura e transformação. Uma crítica à forma como o estudo das raças era realizado. Não se trata aqui da crítica ao transformismo, mas da forma materialista como ele era realizado. A “fusão” química é diferente da “mistura” fisiológica, o que leva Michelet a afirmar: “anatomia e química combinadas não é uma fisiologia”. Fundamentalmente, é à fisiologia que devemos recorrer para compreender como do “latino-germânico emergem a França e a Inglaterra”. Na fisiologia, nem sempre partindo-se dos mesmos elementos, têm-se os mesmos

⁵⁷ MICHELET, Jules. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831, p. 139. Tradução nossa. Edwards depois indicaria seu amigo historiador para enfatizar a moral dos celtas: “Basta consultar o caráter que César dá dos Celtas, e o que M. Michelet tem presente em sua História da França”. EDWARDS, William Frédéric. *Des caractères physiologiques des races humaines considérés dans leurs rapports avec l'histoire*. Paris: S/N, 1829, p. 32.

resultados, *ad infinitum*. Se Michelet usa uma terminologia cara à química, isso ocorre a partir de uma estrutura das ciências da natureza, na qual os elementos da físico-química já haviam sido incorporados, como nos processos de respiração e digestão, inclusive, uma contribuição decisiva de Lavoisier para a fisiologia. No entanto, essa anatomia combinada à química não é uma fisiologia. Seu vocabulário não é químico de origem, mas fisiológico, o que é perceptível nas palavras do historiador ao encerrar o *Tableau de la France* (1833): “não posso me fazer compreender melhor senão reproduzindo a linguagem de uma engenhosa fisiologia”.⁵⁸

Essa afirmação de Jules Michelet é reveladora, pois, no final do segundo volume da *Histoire de France*, lançado no mesmo ano do primeiro volume, ele recorreu à tese de Antoine Dugès para explicar a formação da França.

Formado em Paris, na Faculdade de Medicina, Antoine Dugès se dedicou à zoologia e ocupou a cadeira de obstetrícia na Faculdade de Medicina de Montpellier a partir de 1824. No decorrer da sua carreira, Dugès se esforçou para unificar elementos das teorias opostas à *querela dos análogos*, apesar de discordar de Saint-Hilaire sobre a comparação entre vertebrados e invertebrados em sua dissertação sobre a conformidade orgânica, citada por Michelet; o médico defende as ideias de unidade e harmonia para definir o equilíbrio entre os vários segmentos do animal articulado.

Iniciando com os invertebrados, enfatiza Dugès que isso só seria possível mediante “contato direto com o agente nervoso, (...) através da medula espinhal (...), como teria acontecido no inseto através de um gânglio”.⁵⁹ O médico cita o experimento realizado com um louva-a-deus:

[...] portador de um único gânglio e um único par de pernas, ainda é dotado de sensibilidade, vontade, tanto que as garras ainda são direcionadas para os dedos segurando-os como se o animal estivesse saudável e inteiro. A relativa autonomia de uma seção do artrópode, desde que possua um gânglio, é demonstrada.⁶⁰

Essa relação entre órgãos passa por sua definição de zoonito: “Um conjunto de órgãos que é suficiente para a vida quando é naturalmente isolado, que participa mais ou menos em solidariedade quando se reúne com outros”.⁶¹ Os experimentos de

⁵⁸ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome II. Paris: Hachette, 1833, p. 125-127.

⁵⁹ DUGÈS, Antoine. *Mémoire sur la conformité organique dans l'échelle animale*. Montpellier: Castel, 1832, p. 14. Tradução nossa.

⁶⁰ Idem, p. 41.

⁶¹ Idem, p. 132.

Dugès demonstraram que alguns organismos vivos invertebrados, quando separados em alguns órgãos, continuam se mantendo vivos de forma independente. O zoonito seria um organismo individual no interior de um organismo coletivo, que aparentemente poderia viver individualmente e se desenvolver à parte. No entanto, ao fazer parte de uma organização coletiva, assume outra função no interior desse ser, estabelecendo outro organismo vivo. Um mecanismo singular que explicaria a organização dos invertebrados por um dispositivo autossuficiente. Em outras palavras, zoonito é a tendência de “soldar, fundir em uma única massa comum e que confundem suas vidas particulares em uma”.⁶² A metamorfose dos insetos é um exemplo da passagem de uma justaposição de segmentos (na larva) para segmentos perfeitamente diferenciados e unidos em um animal. Rejeitando a ideia de que o germe contém em miniatura todos os órgãos do adulto, sustentava que os órgãos são formados do mesmo material pré-existente, mas não das formas pré-existentes.

É necessário ressaltar que Dugès se dedica a animais articulados, pois, para ele, animais simples podem ser entendidos como zoonitos individuais, mas, conforme se avança na escala dos seres para organismos mais complexos, coerentes e diversos, a tendência é a formação de organismos formados por múltiplos zoonitos e cada vez mais elaborados. A noção de zoonito pretendia classificar esses organismos a partir de sua embriogênese. O que é fundamental em sua tese é a relação entre embriogênese e a escala dos seres.

Uma primeira observação a se fazer é que Dugès se coloca ao lado dos epigenistas. No entanto, vale ressaltar, a teoria do zoonito demonstra a multiplicidade de ideias epigênicas. Claramente, sua teoria tem divergências com a teoria de Antoine Serres, que posteriormente dominou a embriologia no século XIX, chamada de organogênese. Apesar de que ambas defendem o movimento na formação dos seres pelo movimento centrífugo e pela justaposição (contra o deslocamento centrífugo e da intussuscepção da pré-formação), a organogênese não interpreta que as partes que formam os seres são organismos individuais pré-existentes. A teoria embriogênica dos invertebrados de Dugès mantém uma fase pré-formativa. O zoonito, em sua individualidade, desenvolve-se de forma epigênica, mas, uma vez formado, ele realiza a junção com outros zoonitos gerando um organismo composto. A

⁶² Idem, p. 133.

metamorfose ocorre tanto na fase epigênica, quanto na fase em que os zoonitos se unem formando um organismo composto.

É intrigante como Michelet se apoiou na tese de Dugès para explicar, por paralelismo, que as diferentes partes dos órgãos se juntam e se soldam em torno de um núcleo central, em um movimento centrípeto, movimento de síntese operado pela Monarquia na França – que justifica sua importância, o que faz com que ele cite Dugès diretamente:

Entre os animais de ordem inferior, peixes, insetos, moluscos e outros, a vida local é forte. Em cada segmento das sanguessugas se encontra um sistema completo de órgãos, um centro nervoso, alças e engrossamentos vasculares, um par de lobos gástricos, órgãos respiratórios, vesículas seminais. Assim, notou-se que um desses segmentos pode viver algum tempo, ainda que separado dos outros. À medida que se evolui na escala animal, vê-se os segmentos unirem-se mais intimamente uns aos outros e a individualidade do total se pronunciar fortemente... A individualidade, nos animais compostos, não consiste somente na solda de todos os organismos, mas também no gozo comum de um número de partes, número que se torna maior à medida que se aproxima dos degraus superiores. A centralização é mais completa à medida que o animal sobe na escala.⁶³

Como Michelet evidencia, é a centralização sem excluir a multiplicidade que fez da França uma nação mais evoluída na escala dos seres que as demais. O que torna os franceses superiores é sua forma de organização na coexistência da unidade e do todo. A Monarquia Francesa não abole completamente as diferenças das províncias, mas age como um sistema nervoso central, ligando os zoonitos e estabelecendo a formação de um organismo complexo, unificando os simples. O que faz da França uma nação, para Michelet, é a forma como o conjunto é construído por sua personalidade e pelo espírito, relação secreta que une as partes a partir da estrutura visível e define sua organização própria do “legislador dos tempos modernos”.⁶⁴ Uma segunda conclusão, que podemos extrair dessa analogia, é que não é o Estado ou o território que garante a existência do povo, mas a forma como o povo se une entre seus elementos individuais e internos. Como descreve o historiador:

Para aquele que passa a fronteira e compara a França aos países que a cercam, a primeira impressão não é favorável. Há poucos aspectos em que o estrangeiro não parece superior. De Mons a Valenciennes, de Dover a Calais, a diferença é incômoda. A Normandia é uma Inglaterra, uma pálida Inglaterra. O que são para o comércio e a indústria de Rouen, Le Havre, ao

⁶³ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome II. Paris: Hachette, 1833, p. 345. Tradução nossa.

⁶⁴ MICHELET, Jules. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831, p. 54

lado de Manchester e Liverpool? A Alsácia é uma Alemanha, menos o que faz a glória da Alemanha: a onisciência, a profundidade filosófica. Mas não se deve tomar a França pedaço por pedaço, é preciso abraçá-la em seu conjunto. É justamente porque a centralização é poderosa, a vida comum forte e energética, que a vida local é fraca. Eu diria mesmo que é a beleza de nosso país. Não há essa cabeça da Inglaterra monstruosa forte de indústria, da riqueza: mas também não há o deserto da Escócia, o câncer da Irlanda. Não encontrareis aí, como na Alemanha e na Itália, vinte centros de ciências e de arte; há apenas um, uma vida social. A Inglaterra é um Império, a Alemanha um país, uma raça, a França uma pessoa. Entre os animais, a unidade, é por aí que o ser se coloca na escala dos seres.⁶⁵

Fica evidente, a partir da associação entre Michelet e Dugès, que a novidade do historiador não está apenas no nível da mudança da noção de raça para nação, como resultante de um mobilismo, mas também na sua representação. Não é que a raça não seja a nação; é que a nação não é uma raça definida por regras exteriores e pré-existentes. A nação assume um caráter de subespécie nas organizações humanas. Como criação do espírito, ela elimina aquilo que a define como raça. É justamente essa criação orgânica do espírito que a diferencia nas escalas dos seres, não sua matéria orgânica, mas a sua organização. É aqui que Michelet expressa uma espécie de cuverianismo, pois, como Dugès, ele valoriza o plano de composição comum das espécies, sem negar organizações internas particulares que diferencia os seres.

Portanto, a questão orgânica em Michelet assume um caráter explicativo de paralelismo, sem definir um lado exclusivo na *querela dos análogos*. Da mesma forma que existe uma escala dos seres do mundo animal, existe uma escala dos seres dos povos, no qual a nação assume seu ápice. Michelet se apropria do modelo, mas não do princípio.

Podemos aqui levar ao limite o aporte que Michelet fez de Dugès, ao sugerir que as raças são zoonitos, que unificados assumem a identidade coletiva de nação na formação de um outro ser, adquirindo uma outra função no interior desta identidade plural. O que define os povos para Michelet não é a visibilidade, mas a organização constituída na espessura. Sua compreensão não está na ordem do visível, mas das transformações interiores que permitem uma organização singular. Por isso, a ruptura com a noção de raça é um deslocamento de uma história que opera dos fatos para uma história interior. Nas próprias palavras de Jules Michelet: “acabo de resumir a

⁶⁵ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome II. Paris: Hachette, 1833, pp. 125-126. Tradução nossa.

história política, a história exterior. Mas, no meu livro, ela está esclarecida pela história interior”,⁶⁶ das transformações, mas, também das organizações internas, do invisível que se relaciona com o visível. Sua história se transforma nessa organologia, nessa análise e reconstituição do plano interno de organização de uma nação; e as noções epistemológicas fundamentais que dão inteligibilidade a essa história, Michelet as retoma do pensamento biológico e as desloca para o pensamento histórico. A noção biológica de *formação* torna-se central para dar inteligibilidade a um conjunto de fenômenos e acontecimentos históricos por meio dos quais essa entidade denominada de nação se formou. E a representação de temporalidade histórica que essa noção biológica fornecia ao pensamento histórico não parece ter sido sem importância para a compreensão epistemológica dos contornos que essa disciplina assumia na pena de Michelet por volta de 1830.

Se o historiador se desloca da raça fixa para uma concepção de nação como mistura, é porque sua própria história não se dá exclusivamente no domínio do visível, mas nesse espaço das representações e da linguagem que não pode se dar unicamente nos fatos, mas a partir do diálogo entre o visível e o invisível. Se o historiador da *Histoire de France* evidencia a organização particular da nação, que a torna como que uma pessoa, é porque sua escrita se define, assim como a de Dugès, como uma embriogênese das organizações que se esforça em dialogar com aquilo com o que, nos anos de 1830, era visto como dois paradigmas diferentes.⁶⁷

É nessa esteira em que mais devemos compreender o impacto de um debate como o da *querela dos análogos* na história da França micheletiana, no qual produzir conhecimento foi estabelecer um sistema de organização que submeta o visível ao interno da organização: a França é um organismo, Paris é seu centro nervoso, que atrai a diversidades das províncias estabelecendo um grande organismo centralizado; o povo é construído “no processo de decomposição e composição, análise e síntese”,⁶⁸ com o objetivo de encontrar essa harmonia íntima, essa ordenação que surge da própria vida.

⁶⁶ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome I. Paris: Hachette, 1833. P. II.

⁶⁷ Poderíamos, sem dúvida, estender-nos e discutir como metodologicamente Michelet opera por meio de uma proposta mais próxima da Anatomia Transcendental do que por uma Anatomia Comparada. No entanto, isso fugiria do nosso escopo, uma vez que isso implicaria pensar o método e não o olhar orgânico que permite a Michelet criar o seu paralelismo em 1833. Além disso, abriríamos para a associação de ocasião ou não com Cousin e a interpretação de Michelet sobre Vico.

⁶⁸ Idem, p. 68.

1.3 A História da França pela construção de uma outra forma de identidade em Jules Michelet

A proposta micheletiana de mistura das raças era no mínimo inovadora. De um lado, ele estabelecia o fim do debate da “vitória de uma raça” e do dualismo franco-gaulês; do outro, a questão do poder sobre o Estado adquire uma importância menor frente aos elementos que formam essa nação; ou seja, a refundação da história da França para Michelet passa pelo deslocamento do Estado para a ideia de povo. Não se trata da noção burguesa de povo como Terceiro Estado, tampouco da noção de povo como uma raça específica real ou nobiliárquica. O povo é uma mistura, uma outra categoria por excelência, que surge da fusão e na qual o ritmo da fundação dos Estados e sua história política sozinha não consegue capturar. Para compreendê-lo, deve-se pensar uma outra forma de se criar uma identidade.

É justamente essa nova forma de construir uma identidade que está em jogo na *querela dos análogos*, resultante da nova inteligibilidade que emerge nas ciências da natureza, diluindo o mundo linear e exterior de Lineu. A nação, para Michelet, não é uma espécie de raça imutável – no que, sem dúvida, é devedor das reflexões de Edwards –, mas ela se constitui pelos seus processos internos, como um organismo vivo, e cabe ao historiador fazer ver sua identidade em movimento no transcorrer do tempo identificando por análise, composição e justaposição as relações existentes que a definem.

A união do povo se consolida, para Jules Michelet, nas guerras contra a Inglaterra:

A luta contra a Inglaterra, descreve o historiador, prestou um imenso serviço. Ela confirmou, definiu sua nacionalidade. À força de unir-se contra o inimigo, as províncias acharam-se povo. Foi vendo de perto os ingleses que elas sentiram que eram a França. Aconteceu com as nações como acontece com os indivíduos, ele conhece e distingue sua personalidade pela resistência do que não é, ele percebe o eu pelo não eu.⁶⁹

A formação da nação deixa de ser uma criação associada ao reino para se tornar a constituição do corpo social. O povo é resultante desse material vivido em movimento que forma a identidade nacional, “a força de unir-se”. Não se trataria mais da consolidação do direito romano, da vitória dos Francos ou da aclamação de um rei; a história e as crônicas políticas exclusivamente não permitem contar a história do

⁶⁹ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome II. Paris: Hachette, 1833, p. 113. Tradução nossa.

povo como nação; para isso, deve-se atentar a processos longos e internos da religiosidade, da língua e da formação da sociedade, que ocorrem junto ao processo de mistura das raças.

Jules Michelet muda a forma de mobilizar o passado e conseqüentemente a forma de fazer ver o que no passado é a história da França. Não se trata mais da luta pelo Estado, mas essa outra referência que paira e que deve servir como inteligibilidade para se compreender o processo histórico: a identidade viva da nação, a mistura que define a personalidade francesa. A história torna-se um meio de lembrar ao povo aquilo que ele tem em comum e que o define como povo, como corpo social. O problema da dominação deixa de ser uma questão interna; pelo contrário, os indivíduos dessa nação devem se unir para evitar a subordinação da mistura estranha.

As formas de ativação da história relacionadas à raça como algo imóvel ocorriam em Clóvis ou Carlos Magno, já a história relacionada à nação, de Michelet, reativa a partir dos conflitos com a Inglaterra, nas quais a Guerra dos Cem Anos é uma espécie de ápice. Daí duas diferenças pontuais: no primeiro caso, percebe-se o início com francos ou gauleses, enquanto Michelet reativa, estabelecendo uma conexão entre francos e gauleses que fundidos, unem-se contra o inimigo; a segunda diferença é que esse inimigo passa a ser um outro que não se insere nessa mistura nacional. Fundamentalmente, com Jules Michelet, o povo deixa de ser uma raça ou um Estado e passa ser uma identidade construída no processo do tempo através de misturas e caracterizado pela união e oposição a outros tipos de misturas. Em suas palavras: “esta fusão íntima de raças constitui a identidade de nossa nação, sua personalidade”.⁷⁰ Retomemos brevemente a parte da citação do historiador que abre este capítulo para evidenciar o fato de que é a singularidade da mistura que caracteriza a identidade nacional: “a França se fez, ela própria, desses elementos dos quais toda outra mistura podia resultar. Os mesmos princípios químicos compõem o óleo e o açúcar. Os princípios dados, tudo não está dado: resta o mistério da existência própria e especial”.

Ao instaurar essa outra forma de compreender o processo de formação do povo, Jules Michelet não apenas amenizou o marco fundador político, mas esticou a história da formação da nação francesa. No final do seu primeiro volume, ele afirma:

⁷⁰ MICHELET, Jules. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831, p. 76.

“a França já percorreu duas eras na sua vida de nação”.⁷¹ Ao deslocar a constituição da nação francesa da consolidação do reino ou de um Estado, simultaneamente, Michelet excluiu um marco político único como constituinte para defini-la.

Quando Jules Michelet passa pelos grandes marcos fundadores, não o faz para negá-los, mas para situá-los em um processo maior, mitigando seus impactos como inauguradores ou em uma dinâmica de deslocamentos e variações, atenuando seus efeitos ou ressaltando elementos que ficaram adormecidos e não extintos com os processos de conquista. Sobre o direito e a conquista romana, por exemplo, tese de Dubos que definiria a morte do mundo gaulês, o historiador disse: “a língua e a religião nacionais não haviam definitivamente perecido. Elas dormiam silenciosas, sob a cultura romana, no aguardo do cristianismo”.⁷² A invasão romana não significou o fim dos elementos gauleses, adormecidos, pois esses elementos impregnavam e se misturaram a outros, criando e contribuindo para a formação de um novo. Da mesma forma, as invasões dos bárbaros não podem ser reduzidas, “o abade Dubos não deseja que a conquista de Clóvis seja uma conquista”.⁷³ No entanto, isso não significou o fim da cultura romana, a quem Michelet credits a degenerescência dos Merovíngios. Em suas palavras: “foi a riqueza e as delícias do mundo romano que eles invadiram”.⁷⁴

O Estado ou o reino, como existiam na Antiguidade ou na Idade Média, é caracterizado pelo historiador como força exterior, violenta e superficial. Podemos encontrá-lo quando ele retoma a tese de Boulainvilliers, que atribuía à invasão franca e a Clóvis o nascimento do Estado e do primeiro monarca francês, ou quando define Augustin Thierry como seu interlocutor, para quem os capetíngios e o advento de uma monarquia nova representava o surgimento de uma terceira raça. Citando Guizot, Michelet ameniza a iniciativa de Clóvis: “a invasão, ou melhor, as invasões foram eventos parciais, locais e momentâneos”.⁷⁵ Elas não provocaram a criação de um Estado, mas a desarticulação das estruturas de poder romano, ao quebrar os liames que uniam as regiões. Algo semelhante ocorreu com Carlos e Hugo Capeto. “Durante muito tempo, diz o historiador, o rei não terá importância maior que um duque ou um

⁷¹ Idem, *Ibidem*.

⁷² Idem, p. 115.

⁷³ Idem, p. 127.

⁷⁴ Idem, p. 281. Não nos passa despercebida a opção micheletiana pelo verbete “degenerescência”, comum ao vocabulário naturalista e cara a Buffon, para descrever o declínio de um povo. Michelet se apropria de um termo que usualmente se referia ao declínio de uma espécie ou raça.

⁷⁵ Idem, p. 201.

conde comum”.⁷⁶ Portanto, o que existe nos reinados de Clóvis e Carlos Magno não é um Estado, mas uma aparência de unidade. Essa unidade frágil ocorre para Michelet porque ela só pode se dar pelo espírito, a “unidade das inteligências, a unidade real”;⁷⁷ essa é a unidade do verdadeiro Estado, porque ela não pode manter “os elementos heterogêneos unidos pela força”, “acoplamento tirânico de naturezas hostis”.⁷⁸

Essa forma de compreender o Estado, que passa de forma discreta na *Histoire de France*, merece atenção por dois efeitos de negação: primeiro, porque a história da França, contada pelo viés da raça fixa, diz respeito a histórias da dominação e da apropriação do Estado. Ao se afastar do Estado como grande aglutinador do processo histórico, Michelet pode subtrair o conflito interno que perpassava esse tipo de discurso historiográfico. Na história micheletiana das misturas não há dívida com a nobreza ou legitimidade sobre a apropriação do Estado; segundo, porque é essa negatização do Estado como principal agente que abre espaço para o povo como sujeito e foco principal da análise histórica. O Estado como criação do espírito confere a ele uma espécie de neutralidade para intervir e garantir a segurança do povo, em suma, deixando de ser um problema do direito público. A razão de Estado não é a razão do príncipe. Ela transcende os interesses individuais dos sujeitos e deve resguardar o direito do povo. Essa forma de Jules Michelet pensar o Estado estabelece uma relação com a ideologia da Monarquia de Julho, na qual o Estado torna-se um aparelho para uma gestão racional.

O historiador não legitima historicamente o Estado de 1830, mas a multiplicidade daquilo que forma o corpo social e a identidade nacional francesa. O Estado deve ser avaliado enquanto gestor capaz de unificar e centralizar essa diversidade sem esmagá-la.

Se a *Histoire de France* não é uma produção panfletária da Monarquia de Julho, não podemos deixar de perceber que sua proposta se torna possível pelo discurso de apaziguamento dos conflitos internos e da reelaboração do passado mediante um regime que se autodenomina “meio justo” e professa o ideário de união e pacificação, na qual o Estado é um gestor, um aglutinador do corpo social. Portanto, não se tratou aqui de definir Jules Michelet como um ideólogo ou sua escrita da história como aliada do governo de Louis-Philippe, mas de como sua história buscou

⁷⁶ Idem, p. 430.

⁷⁷ Idem, p. 433.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

instrumentos balizados nas ciências da natureza para tentar indicar outras formas de compreender a história francesa a partir do problema da identidade da nação, que entra em jogo com a Revolução de Julho e que nos permite entendê-la sob a lente, definida por ele, da reconstrução da vida.

Deslocando o problema historiográfico – que antes associava a formação da nação à emergência do Estado – para o da identidade nacional, o historiador forjou um jeito de pensar e mobilizar o conhecimento sobre o passado em um nível distinto daquele do Estado, marcado pelos relatos das guerras, para uma escrita atenta à constituição dos élanos internos que *formam* o organismo histórico do corpo social e a partir da criação de uma identidade nacional *formada* por elementos vivos da sociedade que se misturam. Não nos parece exagero inferir um jeito de ver e produzir a história que pode ser resumida na metáfora de Saint-Hilaire, para quem os naturalistas perderam o fio de Ariadne ao negligenciarem as analogias, bem como as transformações e as identidades possíveis de serem criadas quando se atentaram exclusivamente às formas que se enquadram nos sentidos.⁷⁹

⁷⁹ GEOFFROY SAINT-HILAIRE, Étienne. *Philosophie anatomique des organes respiratoires sous le rapport de la détermination et de l'identité de leurs pièces osseuses*. Paris: Méquignon, 1818, p. XVIII.

CAPÍTULO II

MICHELET E A TERATOLOGIA NOS TEXTOS MORALISTAS: OS DESCAMINHOS DA REVOLUÇÃO E A DOENÇA DO CORPO SOCIAL

Três textos, interpretados como moralistas, marcam o início de uma postura militante de Jules Michelet perante a sociedade: *Os Jesuítas* (1843), *O Padre, A família e a mulher* (1845) e *o Povo* (1846). Nossa proposta de leitura buscará uma interpretação que destaca elementos desenvolvidos nessas obras a partir de instrumentos conceituais das Ciências da Vida como meio para a elaboração de uma teoria do funcionamento da sociedade. Mais do que imagens ou metáforas inerentes ao conjunto desses textos, vemos um esforço de sistematização da sociedade francesa com noções caras à embriologia e à teratologia.

Michelet dedicou o seu curso de 1843, no *Collège de France*, a uma análise do espírito jesuítico. Os jesuítas, define o historiador, posicionavam-se contrários à liberdade. Com seu espírito de polícia e injúria, teriam tomado a França após a Revolução de 1830 promovendo a contrarrevolução: “parece que agora só restam dois partidos, pois há apenas dois espíritos: o da vida e o da morte”.⁸⁰ O espírito da morte dominou a religião, tem companhia na política, na literatura e na arte, “os jesuítas estão levando a conquista do século”,⁸¹ postula Michelet. Sua análise histórico-filosófica se dedica ao estudo “de uma ferida”,⁸² de uma “gangrena”,⁸³ uma doença⁸⁴ que, mesmo diante da mudança de hábitos de pensamento, alterou a alma e toma conta da carne e dos ossos da França. O mal do jesuitismo difere das outras mortes, uma vez que toma conta da alma. Nesse sentido, afirma o historiador, na medida em que “a morte que mata apenas o corpo, permite que você viva em seus filhos, mas matando a alma, o que resta? A morte, matando a si mesma, permite que você viva em seus filhos; com a morte da alma você perderia seus filhos e seu futuro”.⁸⁵ O jesuitismo não é uma doença comum e, portanto, não lança a sociedade na

⁸⁰ MICHELET, Jules; Quinet, Edgar. *Des jésuites*. Paris: Hachette et Paulin, 1843, p. 11.

⁸¹ Idem, p. 12.

⁸² Idem, p. 01.

⁸³ Idem, *Ibidem*.

⁸⁴ Idem, p. 125.

⁸⁵ Idem, p. 02.

temporalidade de uma morte típica. Ele constrói um corpo-morte, um corpo monstruoso que modifica a relação entre vida e morte.

Essa perspectiva dualista de interpretação da sociedade, que remete ao corpo e à eficiência do seu funcionamento, não deixa de ser um eco da medicina e da fisiologia bichatiana, na qual o conflito entre forças da vida e da morte é inerente ao exercício da vida do ser orgânico. Se, desde Hipócrates, o prognóstico é o momento oportuno de revelação da crise e da ação terapêutica,⁸⁶ com o fisiologista francês o tempo da doença apresenta uma temporalidade prognóstica própria e diferente na morte.

No entanto, com Michelet, a França não está morrendo de morte natural; trata-se de uma mudança estrutural. Mais que estabelecer essa dicotomia, o historiador atribuiu uma valorização aos fenômenos nos quais a doença está enraizada na estrutura interna do corpo, circunscrevendo as forças da morte que apenas podem ser combatidas por um renascimento ou metamorfose do corpo social; seu problema é embriológico, ou melhor, teratológico – e a junção desses dois saberes indica a dívida do historiador com as Ciências da Vida, como ela é pensada e organizada por Saint-Hilaire.

Esse exercício de pensar a sociedade como organismo não é incomum no início do século XIX. O esforço de compreender a sociedade cientificamente levou à formação de teorias sociais, aquilo que posteriormente seria chamado de Sociologia. Saint-Simon é considerado, por muitos, o fundador desse campo e buscou analisar a sociedade através de critérios racionais objetivando entender os impactos do industrialismo e dos valores burgueses na França por uma teoria denominada de fisiologia social. Na década de 1840, levado pelo despertar da questão social, Jules Michelet realizou um exercício de reflexão que não era completamente distinto daquele realizado pelo simoniano ao promover uma junção da análise da sociedade a partir de ferramentas teóricas das Ciências da Vida.

Para compreender esse exercício micheletiano, devemos entender o que ele nomeia por “forças da morte” na sociedade e o contexto de sua emergência no interior do seu itinerário pessoal e intelectual. Na década de 1840, o historiador realizou dois

⁸⁶ CAIRUS, HF., RIBEIRO JR., WA. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

movimentos que definiram uma postura ativista, a ideia, a saber, que a sociedade precisa se curar das forças da morte que criam uma vida mecânica.

Paule Petitier destaca que nesse período o escritor da *Histoire de France* toma conhecimento do corte social, atentando-se para o fato de que “o regime de Julho não procurou nem iluminar nem representar as massas, mas explorá-las”⁸⁷; a questão social prevalece sobre a questão política, em uma imagem da sociedade fragmentada que pode ser percebida nos tipos sociais de *O Povo*. Os descaminhos da Revolução de Julho e sua descrença institucional provavelmente colaboraram para que o historiador recorresse a uma outra compreensão da sociedade. A Monarquia de Julho, após 1840, ofereceu um quadro de ausência de conflitos reais, com vários partidos disputando o poder sem que houvesse conflitos ideológicos: “tudo é feito para garantir que confrontos reais não possam ser institucionalizados (movimentos operários esmagados, republicanos condenados ao silêncio)”⁸⁸. Essa ausência estruturante de conflitos se contrapõe às oposições da sociedade, ricos/pobres, França moderna/nostalgias do passado, confrontos realizados em uma realidade abaixo da aparência institucional.

Em sua análise, Petitier destacou como essa compreensão de uma sociedade desmembrada levou ao aprofundamento do método íntimo de Jules Michelet. Nesse sentido, gostaríamos de explorar outra perspectiva, que, apesar de não isolada do seu método subjetivo de elaborar a história, parece-nos colaborar com a forma que Michelet compreende e interpreta o corpo social. Sua descrença sobre a ineficiência das transformações sociais promovidas pelas instituições e seu conflito com a Igreja levaram-no a uma leitura cientificista. O historiador buscou construir respostas para o interior do corpo social a partir de ciências que estudavam a interioridade do corpo orgânico.

Nossa exposição será dividida em dois momentos. No primeiro momento, pontuaremos elementos na década de 1830 e 1840 que levaram Jules Michelet a essa postura mais ativa e engajada perante a sociedade, como ela pode ser pensada como confluência de um reflexo dos descaminhos da Revolução de 1830, da leitura do presente realizada pelo historiador sobre a mecanização da sociedade e como isso reverberou no ambiente que produziu, no *Collège de France*, uma efervescência

⁸⁷ PETITIER, Paule. Du clivage au conflit: la représentation du social par l'intime chez Michelet In: *Le Moi, l'Histoire 1789-1848*. Grenoble: UGA Éditions, 2005, p.171.

⁸⁸ Idem, p. 174.

revolucionária. Parece-nos que esses elementos não podem ser separados do conflito com os partidários da Igreja Católica. Na segunda parte, mostraremos como Jules Michelet interroga e propõe um funcionamento para a tecido social através das ideias das Ciências da Vida.

2.1 *Da ascensão profissional à crítica social*

2.1.1 *O lugar privilegiado do púlpito no Collège de France*

Em 1833, ainda como consequência das transformações institucionais da Revolução de Julho, Jules Michelet assume como suplente de François Guizot na Faculdade de Letras da *Sorbonne*. No mesmo ano, começa a publicação da obra *Histoire de France*. O sucesso dos volumes um e dois se mistura a uma audiência cada vez maior no anfiteatro do edifício da faculdade no *Quartier Latin*.⁸⁹ Correspondências pedem para que o curso seja aberto às mulheres, enquanto os estudantes de Direito solicitam a programação do curso antecipadamente, o que ocasionou o crescimento considerável da notoriedade de Michelet. Um exemplo evidente desta curiosidade inerente a sua pessoa e posicionamentos foi o fato de que Lamartine, provavelmente o poeta mais aclamado na França, na década de 1820, ter pedido para conhecê-lo. Jules Michelet começou a receber títulos e honras de várias academias e sociedades provinciais (Guizot concede a ele a cruz de honra). Nesse contexto, vale ressaltar que a crítica lhe era extremamente favorável, principalmente aquelas advindas de Nisard⁹⁰ e Latour. Os críticos concedem a Michelet o título de fundador de escola, diferente daquela dos pitorescos e filosóficos, dedicando-se aos fenômenos interiores do passado, à geografia, à religiosidade e à cultura, que seduz seu público por um “racionalismo aventureiro”.⁹¹ Victor Hugo, por sua vez, descreve a *Histoire de France* como edifício: “digo edifício, porque escritores como você não são somente escritores, mas arquitetos”.⁹²

⁸⁹ O aumento do público e a liberdade de ensino na Sorbonne fizeram com que Michelet pedisse a liberação de suas obrigações na *École Normale*. Seu diário pessoal traz queixas de que as achava repetitivas. Após inúmeras recusas do diretor Victor Cousin, o Ministério do Interior interveio em favor do professor.

⁹⁰ Trata-se do artigo publicado por Désiré Nisard no periódico *National* em 1834. Vale ressaltar que seu homônimo, Auguste Nisard, em 1842, no *Courrier Français*, fez críticas pesadas a Jules Michelet, o descrevendo o tomo V da *Histoire de France* como uma deturpação do método histórico. C.f. PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006, p. 172.

⁹¹ VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours*. 1798-1874, Paris, Gallimard, 1998, p. 145-146.

⁹² VICTOR HUGO apud. Idem, p. 147.

Michelet foi eleito em 1838 para o *Collège de France*,⁹³ fato que leva Gabriel Monod a destacar que, durante aquela ocasião, o público era numeroso demais para comportar-se no maior salão, uma vez que todos desejavam apreciar o momento de inauguração da figura de Jules Michelet como professor do *Collège de France*. Na presença do Ministro da Instrução Pública, Narcisse-Achille de Salvandy, “ele [Michelet] se viu no topo de suas ambições”.⁹⁴ Michelet não era mais o jovem professor promissor de 1830. O sucesso da sua obra havia transformado o professor de quase quarenta anos, com cabelos precocemente grisalhos, em um historiador e escritor respeitado pela crítica. Dispunha de amplo acesso às fontes, consequência de sua posição na Seção de Arquivos e de seu círculo de amizade e vínculos profissionais. Michelet, por exemplo, encontrava-se frequentemente com a Princesa Clementine e a Duquesa de Orleans, que atribuíam a ele a tarefa de distribuir dinheiro entre os pobres. Torna-se necessário ressaltar, também, que Michelet possuía boas relações com os principais nomes da elite política, artística, intelectual e científica francesa. Trocava cartas cotidianamente com Eugène Burnouf, Élie de Beaumont, Léon Faucher, Saint-Beuve, Ampère, Victor Hugo, Lamartine, dentre outros. Não por caso, foi eleito para o restrito grupo de membros da Academia de Ciências Morais e Políticas, que contava com a presença de trinta colaboradores, entre eles, Guizot, Bignon e Mignet.⁹⁵

2.1.2. Os descaminhos da Revolução e o aprofundamento do problema da história moderna

⁹³ Em 1838, o *Collège de France* contava com figuras renomadas como o matemático Lacroix, o físico Savart, o orientalista Eugène Burnouf, Saint-Hilaire e Élie Beaumont. Jules Michelet assumiu a cadeira de História e Moral após Letrome, que tinha dedicado seus cursos à História Antiga. Com a morte de Champollion, a cadeira de arqueologia tinha ficado vaga. Os opositores de Michelet resistiram ao deslocamento de Letrome, pois tinham conhecimento que o nome do historiador da *História da França* era forte para substituí-lo na vaga. A intervenção de Salvandy, Ministro da Instrução, foi fundamental. Não contentes, articularam o nome de Benjamin Guérard, que saiu derrotado por 8 votos a 14 para Jules Michelet.

⁹⁴ MONOD, Gabriel. *La vie et la pensée de Jules Michelet: cours professé au Collège de France*. Tomo II. Paris: Champion. 1923, p. 48.

⁹⁵ Cabe mencionar, no ciclo de relações de Michelet, alguns de seus auxiliares. Conta com seus secretários, colaborando com construção de tabelas, classificação de documentos e organização dos escritos: Félix Raivasson, Adolphe Müntz e Victor Duruy. Jules Michelet foi o maior responsável pelo início da carreira de seus secretários, que não esqueceram da colaboração do mestre, registrada em seus trabalhos posteriores. Inúmeras vezes, substituíram ou aturam como suplentes de Michelet na École, até a substituição efetiva deste por Victor Duruy, em 1838, na oportunidade da eleição de Jules Michelet ao *Collège de France*.

De fato, se nos concentrarmos na esfera profissional, ao analisar os anos de 1830 a 1838, seria difícil fugir dos signos da euforia e do progresso. No entanto, em um espaço mais íntimo, podemos entender algumas divergências de Jules Michelet com os caminhos da Revolução traçados pelo Governo. Em seu diário pessoal, o historiador registra suas impressões da visita ao *château* d'Eu, uma das residências da família real, dizendo da “grande acumulação”, o mau uso da riqueza, lamentando que Louis-Philippe não fugiu da vaidade e do deslumbre de poder e dinheiro de seus ancestrais. Um outro exemplo, em sua viagem a Lyon, o historiador comenta sua inquietação diante da situação popular, já que a miséria e a fome estavam aumentando. Em carta destinada a Edgar Quinet, Michelet condena a violência do Governo e da polícia contra os movimentos de resistência ao regime que, inclusive, inspiraram *Les Misérables*, de Victor Hugo. É importante destacar que, entre 1830 e 1834, Michelet havia se afastado de Quinet justamente por terem impressões distintas do governo instaurado com a Monarquia de Julho, o que torna o conteúdo daquela carta ainda mais significativa.⁹⁶

Michelet repudiou a renúncia do Estado francês ante o esmagamento da Polônia pelo exército russo, bem como o abandono da França em relação aos movimentos de insurreição nacional, liberal e popular na Polônia e na Itália. Esses fatos estão em oposição a sua ideia de que “o povo francês está interessado na liberdade do mundo”.⁹⁷ Observando passagens de seu diário pessoal, relacionadas aos acordos entre Guizot e Laffite acerca das decisões do governo, pode-se dizer que Michelet demonstrava a diferença entre a origem gloriosa da Revolução de Julho e a constituição do governo posterior. Ele afirma que “a liberdade que pretende servir não pretende mais ao campo liberal, continua sendo a dos insurgentes de julho”.⁹⁸ Em outra carta, destinada a Gustave d'Eichtal, datada em 1838, ao abordar a situação da

⁹⁶ A amizade natural que Jules Michelet conferia a Quinet em seu livro *O Povo* (1846) é marcada por dois momentos de afastamentos. O primeiro, entre 1830 e 1835, quando Quinet questionou a relação de Michelet com a Monarquia de Julho. A retomada da relação mais íntima dos dois contribuiu com a decisão de Michelet de solicitar o término da preceptoría com a princesa Clémentine em 1845, o que mostra seu afastamento das ideias que orientam a prática do governo. Em 1868, uma divergência sobre a condução democrática da Revolução, e um conflito entre as esposas Hermione Quinet e Athénaïs Michelet, afastou as duas famílias. O ciclo pessoal, no qual podemos citar Quinet e seu cunhado Alfred Dumesnil, foi em parte responsável pela ideia de que Athénaïs manipulava Michelet na última década de sua vida. Cf. BERNARD-GRIFFITHS, Simone. “Rupture entre Michelet et Quinet”. In: *Romantisme*, 1975, n°10. Michelet cent ans après. pp. 145-165. QUINET, Hermione. *Cinquante ans d'amitié, Michelet-Quinet*. Paris: Colin, 1899.

⁹⁷ MICHELET, Jules. *Journal* (1828 - 1848). Tomo I. Paris: Gallimard, 1959, p.122.

⁹⁸ Idem, p. 134.

educação e do governo, Jules Michelet afirma que “a educação pública é uma coisa séria nessa letargia que nos encontramos. Não é fácil galvanizar todos os mortos” e que “nosso governo é apenas um espasmo contínuo”.⁹⁹ É perceptível uma mudança em relação à expectativa sobre os caminhos da Revolução.

Nos primeiros três volumes da *Histoire de France* (1833-1837), Michelet fez inúmeras vezes menção à Idade Moderna como a etapa do desenvolvimento histórico que sucederia à Idade Média. Essa transição não aconteceria de maneira abrupta. “Aos poucos os princípios aristocráticos foram aniquilados e nos levaram à equidade e igualdade dos tempos modernos”.¹⁰⁰ Esse ideal existia na Igreja Católica que, ao salvar a tradição da lei romana, torna-se *defensor civitatis* durante a Idade Média: a universalidade imperial aparecerá como universalidade católica. Esse ideal generalizado vai derramar no povo quando o amor de Deus se transformar no amor à humanidade, quando o homem descobrir Deus em si mesmo. O símbolo maior dessa descoberta seria *La Pucelle*, Joana D’Arc, quando o povo morre pelo povo no século XV. Para isso acontecer, a França teve que passar pela etapa de deixar sua feudalidade e cristandade para tornar-se uma nação, que se efetivaria durante a dinastia capetiana e faria transição para a era moderna com Felipe, o Belo, “no rebaixamento do papado, com o tapa em Bonifácio VIII” e na constituição de um direito civil, atos de “cruéis demolidores da Idade Média”.¹⁰¹

Essa leitura da época moderna se aprofunda com a pesquisa histórica de Jules Michelet. A partir de 1835, no seu curso e livro sobre Lutero, o historiador encontrou no protestantismo uma grande tragédia do século XVI, a velha briga sobre liberdade e morte. Sua pesquisa o conduzirá a uma interpretação na qual a Reforma, como o movimento pela liberdade humana, seria uma precursora do Iluminismo e o princípio da liberdade, “ressurreição do poder moral e intelectual do homem, o chamado para aquele infalível deus da consciência contra o deus mentiroso do Vaticano!”¹⁰² Em *Le Temps*, a crítica Pauline Roland definirá Michelet como opositor do cristianismo, “uma instituição pura e divina”.¹⁰³

Michelet dividiria com Lutero a experiência da incompreensão e dos ataques de um cristianismo dogmático e violento, que ele associa à Companhia de Jesus. Ao

⁹⁹ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 163.

¹⁰⁰ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome I. Paris: Hachette, 1833, p. 111.

¹⁰¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome III. Paris: Hachette, 1837, p. 40.

¹⁰² VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours*. 1798-1874, Paris, Gallimard, 1998, p. 166.

¹⁰³ Idem, *Ibidem*.

mesmo tempo, o historiador se queixa das inflexibilidades do ensino na *École Normale* e na *Sorbonne*. Ele reclama de um currículo estreito, repetitivo, que dá pouco espaço para o estímulo do pensamento criativo. Datam desse período seus primeiros desacordos com Victor Cousin, então diretor da *École*, que inclusive sugere ao historiador, a renúncia. Na *Sorbonne*, a leitura e a obra sobre Lutero são alvos de críticas de seus colegas. A “gótica *Sorbonne*” é a primeira manifestação de divergência de Jules Michelet com uma determinada forma de interpretar a Idade Média. O que não deixa de ser curioso, já que a incongruência não ocorreu devido ao exame sobre ela especificamente, mas sobre o século XVI. Em outras palavras, a incursão do historiador a Lutero promove o encontro anacrônico da Reforma com a Idade Média e uma determinada forma de entendimento que este articula quanto a ambas no século XIX. De certa forma, Michelet associa a reação a Lutero, no século XVI, ao comportamento e à leitura romântica do século XIX, que levaram ao neogoticismo. Estabelece, assim, uma conexão entre a contrarreforma e esse novo cristianismo, com raízes no jesuítico. Formula, a partir dessa perspectiva, um problema moral contemporâneo.

Ao ser eleito para o *Collège de France*, Michelet projeta o livre exame e o espírito de liberdade que não encontrou nem na *École Normale* e nem na *Sorbonne*. Na Academia de Ciências Morais e Políticas, o historiador se vê como oponente ao desenvolvimento conservador que toma conta da instituição, o que seria uma distorção do espírito de sua criação, já que, de origem, voltada para o método crítico. No curso de 1838, especificamente na aula referente à história da Universidade de Paris, Michelet enfatiza que o conflito entre a Rainha Branca de Castela e a burguesia representou a perda da antiga glória, uma vez que o ensino passou ao domínio de franciscanos e dominicanos. O historiador começa uma “digressão”,¹⁰⁴ vai até o século XVII, para explicar o motivo pelo qual o domínio das ordens religiosas tem um efeito negativo na educação: é no interior dessa dominação que o monasticismo de São Tomás de Aquino se difunde. O historiador continua:

No século XVII, após a grande reforma de Lutero, o catolicismo buscou um novo elemento que pudesse restaurá-lo à grandeza. Este elemento, ele encontrou na obediência lida. Então apareceu o corpo mais altamente organizado que já existiu: a Companhia de Jesus. Várias coisas devem ser apontadas neste instituto fundado por Inácio de Loyola. Havia ensino, pregação e confissão, que se tornou para os jesuítas a arte de dirigir almas com habilidade. Não podemos admirar e glorificar demais a Companhia de

¹⁰⁴ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 154.

Jesus. Esta famosa empresa foi criticada por muitos motivos. Por quase dois séculos, teve o monopólio do ensino, mas esse ensino não produziu nada de bonito, nem de grande: não se podia citar entre os jesuítas um único homem de gênio. Quando olhamos para seus livros de água catiônica e instruções, vemos que eles transformaram as práticas mais minuciosas em leis fundamentais para delimitar tudo com muita precisão, suprimindo todo entusiasmo.¹⁰⁵

A partir dessa abordagem é possível compreender melhor a sua crítica ao monasticismo, o que corrobora o fato de que, no interior de sua pesquisa sobre a história da Universidade de Paris, Michelet estabeleça a continuidade entre o monasticismo medieval e o jesuitismo moderno. Uma reação católica hostil ao princípio moderno. Não que o historiador antes desconhecesse esse fenômeno, já que, no seu *Tableau*, associa a Companhia de Jesus à Inquisição espanhola, e, no volume II da *História da França*, já alertava para os perigos do jesuitismo. A novidade se encontra na permanência entre a filosofia das ordens eclesiásticas medievais e o jesuitismo fazendo parte constituinte do próprio espírito do tempo. Não se trata aqui da escolástica como problema de um pensador do século XVII, mas como um problema da *digressão* do tempo. Problema, portanto, de continuidades e reminiscência. Michelet estabelece a manutenção do espírito da Idade Média na Idade Moderna, não apenas no século XVI e XVII, mas também do século XIX, buscando explicar parte da moral contemporânea do catolicismo militarizado que ataca o livre exame e constrói a interpretação romântica da Idade Média.

Essa interpretação micheletiana não está desalojada de questões que lhe são contemporâneas. Desde a Lei Guizot, a França foi tomada por um grande debate público sobre a importância ou não da religiosidade na educação. A lei Guizot de 1833 complementou o artigo 69 da Carta Constitucional da Revolução de 1830, estabelecendo a liberdade de Ensino no âmbito Fundamental e rompendo com o domínio da Igreja Católica. Assim, qualquer indivíduo poderia exercer a função de professor, desde que tivesse o certificado de competência. Além disso, definiu que a instrução moral e religiosa estaria limitada ao ensino fundamental e aos pais. No Ensino Superior, a educação estaria limitada às instituições públicas com viés secular, mantendo o que os grupos católicos denominaram de monopólio da Universidade. Grupos mais conservadores reagiram a essa ruptura com uma série de ataques às

¹⁰⁵ Idem, p. 157. Tradução nossa.

interpretações acadêmicas que eram contra a moral cristã, na qual Michelet foi um dos alvos.

2.1.3 O acirramento do conflito com os grupos católicos

Durante a década de 1840, dois cenários que se imbricam promoveram o interesse de Jules Michelet em pensar a sociedade e seus problemas: a mecanização da sociedade e o conflito com a Igreja. Ambos podem ser compreendidos no interior do contexto do púlpito nos cursos realizados no *Collège de France*.

No fim de julho de 1840, Michelet viajou para a Bélgica com o intuito de consultar os arquivos da casa da Borgogne do século XV, permanecendo quatro dias em Bruxelas. Em seu diário, ressalta os movimentos de emancipação do povo durante o Renascimento e afirma que “o fim da Idade Média corresponde ao advento do povo como força histórica”.¹⁰⁶ Van Eyck também merece destaque, por ser “inventor da cor e pintor da luz”.¹⁰⁷ Michelet acabou por concluir que existem duas maneiras de apoiar o mundo: aceitá-lo e aprová-lo como cristão, ou refazê-lo como artista. Para isto aponta para a época do Renascimento, que comprova que, quando há falta de resignação cristã, e os homens, não aceitando mais o mundo, começam a refazê-lo. Paule Petitier, por sua vez, define a atitude do historiador após a viagem: “Michelet agirá para refazer o mundo e não para suportá-lo”.¹⁰⁸

Não nos passa despercebida essa atitude mais engajada do escritor da *Histoire de France*. Sem dúvida, isso o tornou alvo e catalizador de críticas, mas também, certo de suas ideias, alimentou ainda mais a convicção de que era necessário mudar a sociedade. Simultaneamente a essa atitude ativista que toma conta do seu pensamento, de refazer o mundo, seu púlpito no *Collège de France* se transformou em um espaço no qual suas análises devem mais que compreender o passado, servir para uma transformação do presente.

Na década de 1840, especificamente em 1843, os conflitos com os membros do partido católico e seus interesses ultramontanos se acirram. O *L'Univers*, jornal cotidiano que servia como uma espécie de porta-voz do partido católico, realizou uma petição pedindo o fim das aulas de Edgar Quinet e Jules Michelet no *Collège de*

¹⁰⁶ PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006, p. 161.

¹⁰⁷ Idem, p. 162.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 163.

France, declarando-os anticatólicos. Michelet havia tido uma relação amistosa com o Conde de Montalembert, proprietário do semanário até 1840. A reviravolta na relação começou com a ascensão de um jovem escritor ultramontano, Louis Veuillot, que se torna editor do jornal.¹⁰⁹

Mauduit, um dos ouvintes de Michelet, escreve uma carta ao historiador na qual afirma: “publicamente o senhor insultou um auditório inteiro (...) com um absurdo misticismo”.¹¹⁰ Michelet responde com um convite para conversar, dizendo que cabe à cadeira que ocupa o livre exame de Ramus (referência ao pensador do século XVI caracterizado por se opor ao método aristotélico). Como respostas à censura pela crítica que fez à Igreja Católica, Jules Michelet vai se dedicar ao curso elaborado em conjunto com Quinet, *Os Jesuítas* (1843). No seu interior, podemos entender a carta destinada a Lamartine, na qual o historiador declara que “não poderia dizer o que é um organismo vivo, sem dizer o que é a morte”.¹¹¹

No curso do ano seguinte, intitulado *Roma e França*, as críticas à Igreja Católica, à falsa vida do cristianismo e da Companhia de Jesus, tornaram essas relações ainda menos amistosas. O historiador descreve nessas aulas um protestantismo do livre exame, bem como sua conciliação com a natureza, como princípios da era moderna. O objetivo do curso foi demonstrar como a Companhia de Jesus representou o espírito da morte, e isso com uma mecânica imposta capaz de criar máquinas para sufocar a vontade humana. O uso do termo máquina por Michelet não é aleatório, é o antagônico de orgânico. Seu foco principal é o século XVII e a denúncia feita por Tartufo, de Molière, que descreveu os religiosos como hipócritas e dissimulados. O historiador indica, por meio desse diálogo, o embelezamento vazio e sem alma que enfraquece o espírito. Não é difícil de encontrar a similitude entre o curso de 1844 e o seu livro *Do padre, da Mulher e da família* (1845). Trata-se de uma história intelectual e religiosa do século XVII, e do vínculo entre Educação e Religião com a família, denunciando o esforço jesuítico de controle da mulher: “quem tem as mulheres terá o homem a longo prazo”.¹¹²

¹⁰⁹ CARRÉ, J. “Michelet et Montalembert”. In: *Michelet et son temps*. Paris: Perrin et Compagnie, 1926, pp. 96-120.

¹¹⁰ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 472.

¹¹¹ Idem, p. 511.

¹¹² Cabe sublinhar, no interior dessa citação, como Michelet inclui a mulher no interior do povo. Cf. MICHELET, Jules. *Du Prêtre, de la femme, de la famille*. Paris: Hachette, 1845, p. 11.

O curso nomeado *Os Jesuítas* (1843) deve ser compreendido no interior dessa querela sobre a relação entre o Estado francês, a Igreja Católica, a Imprensa e a liberdade de cátedra e expressão. Acusados de ministrar aulas contra a religião e o dogma católico, os professores do *Collège de France* se tornaram alvos, dando origem a um debate público, principalmente nos jornais. Se, de um lado, podemos destacar a atuação do semanário *L'Univers* representando os interesses da Igreja Católica, não se pode negligenciar o *Constitutionnel*, que toma papel crítico à postura ultramontana, sendo editado por Génin, amigo pessoal de Michelet. A ação católica não se limita ao *Collège de France*. Constitui-se de reclamações jurídicas contra a liberdade de culto protestante e contra a criação de inúmeras instituições de ensino direcionadas às mulheres católicas. O esforço católico no debate parlamentar consentiu à Igreja Católica manter as congregações femininas.

A animosidade entre os grupos católicos e Michelet, Quinet e Mickiewicz ameaçou a continuidade dos cursos. A situação torna-se perigosa com a substituição de Villemain por Salvandy, no Ministério da Instrução Pública, e o fato dos professores não completarem o mínimo de quarenta aulas anuais. Na ausência de Michelet, o colegiado do *Collège de France* determinou a substituição dos professores que faziam apenas uma aula semanal. Michelet chegou a ser advertido, Mickiewicz suspenso, enquanto Quinet se afastou por meio de uma licença. Em março de 1845, uma petição, que contou com as famílias de Marseille, solicitou a demissão de Michelet e Quinet de suas cadeiras do *Collège de France* pelos “ultrajes religiosos à maioria dos franceses”.¹¹³

Gabriel Monod cita inúmeras manifestações frente ao governo contra a pregação revolucionária ou irreligiosa em cursos dos professores do *Collège de France* e menciona que um grupo de bispos se direcionou ao rei sobre o problema. As manifestações contra os professores se acentuam com a adesão da imprensa liberal ligada à monarquia. Por mais que Michelet fosse o mais contido em relação a esse aspecto, era difícil dissociar sua imagem das falas de Quinet e Mickiewicz.¹¹⁴

Nesse terreno inóspito, Michelet rompeu definitivamente com o ecletismo e com Victor Cousin, para quem a filosofia caberia apenas à elite, como meio de evitar revoltas e transtornos na ordem social. Michelet se posicionava a favor de uma

¹¹³ PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006, p. 200.

¹¹⁴ MONOD, G. *La vie et la pensée de Jules Michelet*. cours professé au Collège de France. Tomo II. Paris: Champion, 1923.

educação para o povo, como meio de intermediar a interferência dos valores cristãos. Em seu entendimento, a filosofia eclética oferecia um sistema imóvel de pensamento, já que não rejeitava nenhum sistema filosófico, interpretando que, no mundo filosófico, tudo estava dado, uma vez que não existiria invenção, apenas misturas de sistemas pré-existentes.¹¹⁵

Paule Petitier destaca que, nos cursos de 1844 e 1845, Jules Michelet efetivamente demonstra sua ruptura com o ecletismo e suas divisões hierárquicas e o faz com a denúncia da aliança de intelectuais com o poder, que objetiva a construção de uma casta de letrados.¹¹⁶ Para o historiador, o ecletismo, assim como a filosofia da história de Hegel, reproduz uma forma estagnada de História, na qual o povo não constrói a sua história. Cabe ao ecletismo, portanto, a mesma crítica realizada ao jesuitismo, como ferramenta de controle da vontade e da liberdade.

Essa mecanização das almas se assemelha à industrialização da vida, que esmaga os pobres e os torna vítimas de maquinismo de uma outra ordem no tecido social. Ainda em 1834, durante uma visita a Inglaterra, deparou-se com o trabalho nas minas, altos fornos e fábricas. O historiador se questiona sobre o desgosto que o produtor tem quando é colocado a serviço de uma máquina. Convidado pelo embaixador belga para uma reunião amistosa, ele coletou testemunhos de trabalhadores contra as máquinas a vapor:

Eles abominam. Fazer esta máquina horrível parar por uma hora por dia. Deixe-me trabalhar dezesseis ou dezessete horas, mas pelo menos deixe-a me dar uma hora para ir comer com minha esposa e filhos. Então me tornarei um homem novamente. Hoje eu sou apenas uma coisa. Não é mais o homem que faz a máquina funcionar, é a máquina que faz o homem trabalhar. Que não se possa dizer que o motor real é o fabricante. Ele próprio só está condenado à velocidade desta fabricação pela concorrência de outros países, por uma força fatal que está aumentando a cada dia. Assim, a roda gigante industrial é sempre mais rápida, empurrada pela ciência e pelo comércio, mas esmagando os homens sob ela¹¹⁷.

Em solidariedade às vítimas, Michelet designa a "força fatal" que as esmaga. Assim, ele fez uma acusação radical contra a ordem social resultante de máquinas, registrando como uma alienação e como uma derrota da liberdade, o

¹¹⁵ PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006, p. 203.

¹¹⁶ Idem, p. 214.

¹¹⁷ MICHELET apud VIALLANEIX, Paul. Michelet, machines, machinisme. In: *Romantisme*, 1979, n°23. Aspects d'une modernité. p. 06. Tradução nossa.

desaparecimento de alguns dos mais antigos comércios do mundo. Como professor, ficou indignado ao ver que a impaciência para produzir mais e mais rapidamente leva, com a contratação da força de trabalho infantil, à eliminação da aprendizagem e do tempo necessário para qualquer educação: "Máquinas", explica, "requerem habilidade, vivacidade, segurança do olho. Eles empregam crianças mais do que os homens, ou seja, eles se cansam e destroem as gerações em princípio, ocupam no trabalho e ganham o tempo que o homem precisaria para se preparar para viver"¹¹⁸.

Em 1842, Jules Michelet visitou a região de Rouen. Em seu diário, descreveu sua impressão sobre uma oficina de duzentos comércios e cem trabalhadores, recentemente construída em Saint-Sever: "Essa infinita variedade de movimentos sob uma ação comum é uma das coisas mais marcantes que já vi. Não pode ser imaginado nem sonhado. Em ambas as extremidades desse movimento, duas coisas parecem imóveis, por um lado, o relógio que mede lentamente as longas horas de trabalho, por outro, no olho de um boi, a figura bronzeada do motorista pedindo sua ajuda, que respira fora de suas máquinas por esta oficina".¹¹⁹

O ensino no *Collège de France* permite que ele exerça sua voz contra esses maquinismos que encampam a sociedade. O maquinário, seja de origem jesuítica ou industrial, aliena e perverte. Para tanto, Michelet define que "o homem não é mais do que uma mola que é tocada à vontade. Só que não pergunte nada além do que uma máquina pode produzir; uma máquina dá ação, mas nenhuma produção viva, ao contrário do organismo animado, que não só age, mas produz organizações como ele".¹²⁰

Não por acaso, Michelet se dedicou a um projeto que fez com que temporariamente se afastasse da *Histoire de France: Os Jesuítas* (1843), *O Padre, A família e a mulher* (1845) e *o Povo* (1846). Nesses livros, ele se esforçou na compreensão de que parte dos problemas sociais resulta da falta de união do povo como corpo social. Encontramos a busca da compreensão desses problemas através de uma interpretação orgânica da sociedade. Seu interesse se direciona a uma forma de compreender o social de maneira ativa, sustentando sua análise em um saber sancionado, que permitisse combater as forças da morte e recriar a sociedade.

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*.

¹¹⁹ Idem, p. 7.

¹²⁰ MICHELET, Jules; QUINET, Edgar. *Des jésuites*. Paris: Hachette et Paulin, 1843, p. 32.

2.2 *Corpo orgânico e o corpo mecânico (monstruoso)*

2.2.1 *Jules Michelet e os naturalistas em 1840: a emergência da escrita negativa*

No esforço de elaboração de uma ciência do homem, frequentemente fascinados pela ciência de seu tempo, alguns pensadores buscam amparo na linguagem e nas interpretações das ciências da vida para a elaboração de concepções do social. Para fazer isso, foi usual procederem por condensação de conhecimento múltiplo na construção de ideias para fins filosóficos, religiosos, políticos ou mesmo estéticos. Nesse sentido, Michelet não seria uma exceção, pois encontramos em Saint-Simon um esforço semelhante de pensar a sociedade pelas lentes da fisiologia.

Saint-Simon fez uma apropriação da fisiologia para refletir sobre fatos que interferem nos seres organizados: “A fisiologia examina a influência de agentes externos na organização e aprecia as modificações que esses agentes determinam no exercício de nossas funções”.¹²¹ Nesse sentido, uma fisiologia social permitiria uma compreensão dos efeitos deletérios de ações que desequilibram a economia e a saúde da sociedade. Partindo da noção de vida orgânica de Bichat, pretende-se identificar os elementos que interferem nas funções orgânicas da sociedade. Assim, define que “a fisiologia geral se dedica a considerações de ordem superior; paira sobre os indivíduos que não são mais [indivíduos], mas órgãos do corpo social, cujas funções orgânicas devem ser estudadas, assim como a fisiologia especial estuda em indivíduos”.¹²²

A sociedade deve ser pensada como um organismo, no qual a união dos homens constitui um ser, que depende de seus órgãos para cumprir funções. Saint-Simon atribui à fisiologia social uma atitude ativa: identificar aquilo que prejudica a vida social e erradicar, bem como tratar “o homem cercado por agentes que podem ser úteis ou prejudiciais para ele (...). A espécie humana, considerada um único ser vivo, provavelmente oferecerá irregularidades semelhantes nos diferentes períodos de sua existência. Por isso, estamos interessados em estudar a causa desse distúrbio, a fim de preveni-lo”.¹²³

¹²¹ SAINT-SIMON, Claude-Henri. *La physiologie sociale*. Oeuvres choisies. Introduction et notes de Georges Gurvitch (org.). Paris: Presses universitaires de France, 1965, p. 31.

¹²² Idem, *Ibidem*.

¹²³ Idem, p. 32.

O filósofo entende que, da mesma forma que acontece com o embrião, o corpo social desenvolveria seus órgãos um após o outro, até que todos adquiram sua força e volume. Revoluções periódicas promoveriam o desenvolvimento do corpo. As doenças são resultantes de defeitos no excesso e uso exclusivo do desenvolvimento de algum órgão e na paralização de outros, resultantes da paixão e de interesses particulares daqueles que conduzem a nação. Conseqüentemente, afirma que “assim como sociedades, cujo desenvolvimento não é completo, provavelmente produzirão ações mais frequentemente em oposição ao seu bem particular, para indivíduos e com o bem geral, para sociedades”.¹²⁴

No interior da reflexão acerca do desenvolvimento da sociedade, distingue-se desenvolvimento orgânico do desenvolvimento artificial. O desenvolvimento orgânico ocorre quando nenhuma parte prevalece sobre as outras e todas as faculdades físicas e morais são desenvolvidas em unidade e harmonia. O desenvolvimento artificial ocorre quando líderes, que se mantêm no poder através de uma ordem gerada pela opressão das faculdades, estabelecem um desequilíbrio entre o natural e o artificial, guiados pelos seus interesses particulares e pela ambição.

Cabe então ao espírito público reagir a esse poder que oprime. Entende, assim, a ocorrência de revoluções para combater as ameaças que causem perturbações vitais à sociedade e para estabelecer um regime político que defina a higienização da sociedade. Temos isso através de “fatos materiais que derivam da observação direta da sociedade, e uma higiene contendo os preceitos aplicáveis a esses fatos”. Daí o fato de serem essas as “únicas bases positivas sobre as quais se pode estabelecer o sistema de organização exigido pelo estado atual da civilização”.¹²⁵

De uma forma singular e menos programática que Saint-Simon, Michelet difundiu em seus livros, na década de 1840, uma teoria da sociedade que opera com noções oriundas das Ciências da Vida. Como historiador, suas análises não deixam de apresentar um fundo histórico que justifique sua compreensão de como a sociedade deveria funcionar e lidar com os problemas que surgiam no seu interior. Talvez por lidar com as questões mais concretas que estavam na ordem da sua vida cotidiana, ele nomeia, em seus cursos, o grande problema do corpo social, o

¹²⁴ Idem, p. 34.

¹²⁵ Idem, p. 37.

jesuitismo, expandindo essa reflexão ao unificá-lo em um sistema de mecanização. Mais que uma doença, o jesuitismo promove a criação de um corpo monstruoso.

De fato, a distinção entre mecânico e orgânico já aparecia em suas obras do início de 1830: a França como uma nação orgânica se distinguia da nação alemã petrificada, da dos italianos, divididos por disputas internas, e da falsa unidade do império inglês.¹²⁶ No entanto, a distinção entre conflito político e questão social, dos anos de 1840, introduz essas linhas divisórias na profundidade da sociedade francesa com certos caracteres de interioridade. Simultaneamente, Jules Michelet se aproxima do ciclo de relacionamentos que tem o naturalista Geoffroy Saint-Hilaire como uma figura central. Não significa que o pensamento de Michelet estava antes completamente apartado das Ciências da Vida, mas esse avizinhamo radicalizou essa relação que já existia.

Essa confluência é evidenciada em seu livro *O Povo* (1846), dedicado ao seu amigo Edgar Quinet; porém, não passa despercebida a sua homenagem *in memoriam* a Etienne Geoffroy Saint-Hilaire.¹²⁷ No primeiro volume de sua *História da Revolução Francesa* (1847), volta a citar o naturalista e suas edições de Buffon.¹²⁸ A relação com os Saint-Hilaire se prolonga através do filho, Isidore, com encontros e visitas constantes de um grupo que contava com o próprio Jules Michelet, bem como Quinet, além de progressistas e saint-simonianos, conforme indicado na carta de Isidore destinada a Michelet:

Se você sair às vezes à noite, nos fará muito felizes vindo, quando puder, nos ver às sextas-feiras. O nosso amigo, Sr. Quinet, nosso outro amigo de Eichthal, o Sr. Reynaud e muitos outros prometeram vir nos ver nas noites de sexta-feira, e seria um prazer encontrá-lo. Somos apenas um pequeno comitê de amigos, unidos pela ciência e pela filosofia.¹²⁹

No funeral de Broussais, Michelet faz uma anotação, em seu diário pessoal, extremamente interessante para se compreender a relação com o pensamento saint-hilairiano:

Eu estava entre Blanqui, Lucas, Châteauneuf, Villeture, perto de Geoffroy-Saint-Hilaire. Em frente, uma verdadeira reunião de materialismo, toda a

¹²⁶ MICHELET, Jules. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831, p. 73.

¹²⁷ MICHELET, Jules. *O Povo*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 152.

¹²⁸ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 69.

¹²⁹ MONOD, Gabriel. Isidore Geoffroy-Saint-Hilaire et Michelet. In: *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques*. Tomo 66, 2º semestre. Paris: A. Picard et fils, 1911, p. 373. Tradução nossa.

Faculdade de Medicina. Ao pé do catafalco, a figura sinistra de Orfila e o rosto doce de Larrey. Eu tinha em perspectiva, como compensação, o Sr. Dumas, o químico. Pareceu-me como se o mecanismo médico estivesse morrendo, começando no futuro, como resultado da química, da medicina orgânica. Broussais, embora recomendasse a observação fisiológica, porém, contentou-se com um medicamento mecânico e negativo, renunciando a questionar os caminhos medicinais da natureza. Broussais era um herói; seu remédio, ou melhor, sua cirurgia, a de uma era heróica, realmente francês para ter mais espírito e coragem, em um dado momento, é francês.¹³⁰

Em Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, Michelet enxerga as bases de uma refutação das ideias mecanicistas nas ciências. De certa forma, isso também nos faz compreender o pensamento do historiador: seu organicismo não é de origem filosófica, como aquele que foi combatido como panteísta e petrificante no início da década de 1830; é um organicismo de origem naturalista. Não que seja possível separar estritamente o organicismo filosófico literário do naturalismo científico, mas, durante a primeira metade da década de 1830, o historiador interpretava as ideias de Herder e Goethe, por exemplo, como sinônimo de uma cegueira vinda da Idade Média e uma determinada forma de retração do espírito.¹³¹ Da confluência dos Saint-Hilaires, temos uma revisão da forma como Michelet via sua relação com o pensamento orgânico.

No mesmo dia em que recebe uma carta de Isidore, Gabriel Monod indica que Michelet escreveu em seu diário: “*Omnis natura ingemiscit et parturit*”¹³² [toda a natureza está gemendo em dores de parto]. De modo diferente dos trabalhos do início da década de 1830, Michelet atribui à natureza uma força criadora, que antes pertencia exclusivamente ao espírito. Não se trataria mais de oposição; o homem seria resultado da própria natureza e a natureza age no homem com o seu potencial de gerar vida. O historiador continua, no espaço íntimo do seu diário:

Ele tinha essa coisa única, que era sua *causa vivendi*, por mais fugaz que fosse, é que o Criador o fez criador. Sem ele, teria durado menos do que qualquer uma das espécies extintas. foi por isso que a natureza sonhou com isso por tanto tempo, buscou em seus esboços informe, aquele salvador que foi o primeiro a lutar contra a morte, aumentar a vida, criar ao lado da criação, opor-se ao trabalho incessante de destruir obras quem não morre.¹³³

Concluindo, define que a “Platão e Geoffroy Saint-Hilaire, nós devemos nos unir melhor”, em referência ao livro do filósofo grego, *O Banquete*, e à unidade de

¹³⁰ Idem, p. 366. Tradução nossa.

¹³¹ MICHELET, Jules. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831, p. 235.

¹³² MONOD, Gabriel. Isidore Geoffroy-Saint-Hilaire et Michelet. In: *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques*. Tomo 66, 2º semestre. Paris: A. Picard et fils, 1911, p. 370.

¹³³ Idem, p. 371. Tradução nossa.

composição. Essa associação que Michelet propõe entre moral e natureza leva à interpretação de que o retorno à natureza seria sinônimo de uma fraternidade natural, tal como os diferentes tecidos surgem das células multipotentes do embrião. Na origem natural, existiria igualdade e liberdade entre os opostos. A natureza não tem em si apenas o princípio vital que cria, mas também gera harmonia, igualdade e justiça. Sua leitura parte da sua interpretação filosófica da unidade do plano de composição de Saint-Hilaire. A ideia de Saint-Hilaire na qual a natureza formou os seres sobre um plano único, essencialmente o mesmo em seu princípio, variando as partes acessórias, assume, no pensamento micheletiano, a ideia de lugar no qual a amizade e a fraternidade entre os indivíduos são cativadas, impedindo a desunião dos homens, tema que rege o livro de Platão e que serve ao historiador como base para a elaboração de uma teoria da criação de um corpo social orgânico, poderíamos dizer, normal.

Esses naturalistas, nos quais podemos circunscrever os nomes citados por Michelet – Félix-Archimède Pouchet, Etienne Serres, Étienne e Isidore Saint-Hilaire – estavam se dedicando, na década de 1840, à embriologia, à teratologia e a questões que se desdobravam desses campos do saber, como a participação feminina no processo de geração, o desenvolvimento do embrião no interior do ovo e a teratologia.

Geoffroy Saint-Hilaire desenvolve suas pesquisas partindo da embriologia, tendo como um colaborador Étienne Serres. Este, desde o início de sua carreira, direciona-se ao seu objeto de estudo, que dá nome a seu livro *Leis da Osteogênese* (1819). Inicialmente, Serres se dedicou ao processo de formação óssea. Depois, à formação do cérebro e da medula espinhal na embriologia. É importante ressaltar a importância do inorgânico e do fenômeno da nutrição, já que a ação exterior atua sobre o desenvolvimento do indivíduo. O estudo da embriogênese, para esses dois naturalistas, não se separa das causas danosas que podem evitar a evolução sadia do embrião, ou seja, a formação de monstruosidades, a teratologia. O ambiente externo pode, portanto, ter uma influência transformadora sobre a estrutura e a constituição do indivíduo, que é levado a modificar seu trabalho de forma adequada. Simultaneamente, isso não o impede de realizar o que chamam de lei da natureza, que rege todo o processo de embriogênese e organogênese.

O nome Teratologia foi usado por Isidore Geoffrey Saint-Hilaire para definir o estudo da formação dos monstros e das anomalias numa perspectiva embriológica.

Ele declarava a criação dos métodos e das problemáticas ao seu pai, um bem de família. Sem dúvida, Étienne contou com a colaboração de Serres, principalmente, porque, nos últimos anos de vida, sofrendo com a cegueira, foi com ele que dividiu o laboratório.

Etienne Serres foi um médico e embriologista francês, figura pouco estudada dentre os personagens das ciências da vida da primeira metade do século XIX, já que permaneceu nas sombras de nomes mais famosos do Museu Natural de História Natural, como Geoffroy Saint-Hilaire. Apesar disso, foi valorizado por seus contemporâneos, a ponto de pertencer à Academia Nacional de Medicina e das Ciências. Michelet acompanhou seus cursos, ministrados na cadeira de antropologia do Museu, no início da década de 1840. Nesse momento, os cursos se dedicam à aplicação da Anatomia Transcendental à embriologia e à organogênese e acabam por colaborar decisivamente para a emergência da Teratologia.

De acordo com as leis da organogênese de Serres, todos os órgãos do embrião se desenvolvem de acordo com leis constantes, que funcionam da circunferência para o centro. Inicialmente duplos ou simétricos, unem-se, tornando-se intimamente unidos “de tal maneira que duas formas orgânicas formam uma”,¹³⁴ o que ele chama de conjunção e afinidade. Os órgãos se desenvolvem em volume ou massa na proporção do seu contato com a corrente sanguínea e, por isso, o sistema circulatório é considerado regulador ou formador de todos os outros. Para o naturalista, o poder da natureza se manifesta durante todo o processo de formação. Não se trata mais, contudo, de uma natureza divina, mas da relação do orgânico com seu meio através dos fenômenos da nutrição e de ações exteriores. Nesse sentido, ele rechaça a teoria da geração espontânea e da pré-existência:

encerrando-nos dentro dos limites da natureza, livraremos a ciência das hipóteses que imaginamos para explicar o maravilhoso que supusemos. Não recorreremos a essa ideia gigantesca da preexistência de germes e órgãos, que atingiu a esterilidade das melhores pesquisas em anatomia, nem a essas leis irregulares que nos mostram a organização sob a ação de um poder. Cegos e caprichosos, nem a esses pretensos jogos da natureza que transformam dificuldades sem nunca as resolver. O estado atual da anatomia nos permite seguir caminhos menos tortuosos.¹³⁵

¹³⁴ SERRES, Etienne-Renaud-Augustin. *Recherches d'anatomie transcendante et pathologique: théorie des formations et des déformations organiques, appliquée à l'anatomie de Ritta-Christina, et de la duplicité monstrueuse*. Paris: Firmin didot frères, 1832.

¹³⁵ Idem, p. 64. Tradução nossa.

Sua organogênese não comunga com as teorias da geração espontânea e da pré-existência porque essas não partiriam de explicações racionais da deformação do embrião. Assim, ele produz uma patologia embriogênica racionalista, uma teratologia que foge das concepções de explicações místicas para explicar a deformação do ser vivo. Explicando a ocorrência de monstros na embriologia por fatores que impediam o correto desenvolvimento no processo de gestação.

Etienne Serres é o responsável por apresentar Félix-Archimède Pouchet a Jules Michelet. Pouchet, que havia usado o laboratório de Serres para experimentos, defende uma geração espontânea com a proposta de Heterogeneidade, gerando uma série de controvérsias no meio científico, no final da segunda metade do século XIX. Sua singularidade acadêmica foi ter se dedicado ao fenômeno da ovulação dos mamíferos, tema pouquíssimo explorado até então, que permitiu uma nova forma de enxergar o feminino no processo de geração. Junto aos Saint-Hilaire, Pouchet é um dos estimuladores da popularização dos museus de História Natural, colaborando decisivamente para a fundação de um em Rouen. Médico de formação, dedicou suas pesquisas à embriologia e à zoologia.

Pouchet, ao se dedicar à fertilização, destaca o papel de igualdade entre os gametas masculinos e femininos. Até o século XVIII, era comum a operação da vida ser reputada exclusivamente ao macho, pelo sêmen. O médico descreveu: “Nos mamíferos, a fertilização nunca ocorre até que a liberação dos ovos coincida com a presença de líquido seminal”.¹³⁶ Nesse sentido, sua tese não apenas demonstrava a importância da fêmea, mas atribuía a ela uma certa preponderância, já que define a autonomia da liberação dos óvulos, independentemente de uma ação consciente: “o ovário emite seus óvulos independentemente da fertilização”.¹³⁷ Estabelece, assim, que os elementos fundamentais da fertilização são femininos.

Pouchet também realizou uma pesquisa sobre a ressuscitação de animais e as falsas formas da vida. Não teve êxito e foi enfático em afirmar que a morte é algo natural e intransponível.¹³⁸ Seu tratado busca justamente diferenciar o que ele chama de movimento vital de reações físico-químicas que se assemelham à vida. Não

¹³⁶ POUCHET, Félix-Archimède. *Théorie positive de la fécondation des mammifères, basée sur l'observation de toute la série animale*. Paris: Roret, 1842, p. 17.

¹³⁷ Idem, p. 41.

¹³⁸ POUCHET, Félix-Archimède. *Recherches et expériences sur les animaux ressuscitants, faites au Muséum d'histoire naturelle de Rouen*. Paris: Baillièere et fils, 1859, p. 04.

podemos deixar de perceber, na sua leitura, a presença de elementos bichatianos. Vale lembrar que Pouchet e Serres realizaram a reedição dos trabalhos do fisiologista em 1842.

Para Pouchet, da mesma forma que os seres podem ser divididos em duas classes, orgânicos e inorgânicos, as manifestações dos seres orgânicos devem ser interpretadas diante dessas duas propriedades: as orgânicas e vitais, e as físicas e artificiais, uma vez que os tecidos existem independentemente da existência de vida. São as manifestações orgânicas e vitais que caracterizam a vida. As reações físicas e inorgânicas também produzem manifestações artificiais, que se assemelham à vida quando realizam um rearranjo de suas moléculas do estado natural e orgânico. Portanto, não são os tecidos que definem a existência da vida, mas a força que gera seu movimento. As forças artificiais são exteriores, enquanto a força vital, que define a vida, parte do interior da própria vida, mantendo-a, de certa forma, autossuficiente, através do processo de nutrição. Para o naturalista, a lei da vida governa os seres em todos os tamanhos ou dimensões. Como define o médico, “para evitar qualquer ilusão, qualquer causa de erro e decidir positivamente sobre os fatos da revivificação, é necessário: 1º) ver os animais vivos; 2º) vê-los morrer; e 3º) vê-los reviver”.¹³⁹ Percebemos aqui reflexões que encontramos também em Bichat, de forma assemelhada, mas em outra perspectiva.

O olhar clínico teratológico, que unifica esses naturalistas, não é um olhar médico qualquer. A teratologia aproxima a anomalia da patologia; ambas são desvios da condição natural. Se elas se confundem no olhar é porque esse olhar se funda no interior de uma perspectiva da cura pela prática médica. No entanto, enquanto a última leva à morte, a primeira constitui uma mudança estrutural. A teratologia, antes de problematizar os desvios da normalidade que levam à morte – como faz a patologia clínica –, interessa-se pelo desvio da formação que produz uma outra ordem, um rearranjo de equilíbrio que opera como normalidade. O problema teratológico não é o de uma doença, mas de uma organização patológica. É sobre a constituição de uma aparente normalidade de um corpo monstruoso da sociedade que Michelet denuncia sua produção patológica.

Jules Michelet, como já indicamos, insere-se no círculo dividido dos naturalistas. Assim, se lhe ocorre pensar a sociedade na relação entre a parte e o todo de uma

¹³⁹ Idem, p. 43.

perspectiva orgânica, a sociedade precisa manter a sua unidade orgânica para que funcione de acordo com seu princípio vital que regula a vida. Sua interpretação sobre o povo francês adquire um estatuto orgânico diferente daquele apresentado em suas obras do início de 1830. Há uma aproximação de uma concepção que pretende definir os elementos patológicos da sociedade em uma perspectiva teratológica. Escrita negativa, para usar o termo de Paul Viallaneix,¹⁴⁰ uma escrita que objetiva analisar e apontar problemas e estabelecer críticas à organização da sociedade. A Teratologia e a embriogênese fornecem elementos que permitem definir e estabelecer elementos para a correção da moral contemporânea.

2.2.2 A teratologia do social em Michelet: da crítica embriogênica do monstruoso mecânico ao programa natural

Sobre o espírito jesuítico, Jules Michelet pontua que Inácio de Loyola havia construído, no século XVI, uma máquina da religião: a moralidade, que se tornou, por sua vez, admirável mecânica, “uma máquina da ação, mas não produz nada vivo, uma grande diferença com os organismos animados, que além de atuarem, produzem organismos vivos como ele. A mecânica dos jesuítas era ativa e poderosa, mas não fez nada vivo”.¹⁴¹ Os jesuítas colaboraram com seus métodos escolásticos para a aplicação de um “gênio mecânico”, uma “moral mecânica”, que simplificou e ampliou a vida moderna, mas que enfraqueceu as coisas da mente, “porque o espírito e inteligência não podem viver no homem com uma vontade morta”.¹⁴² Na interpretação micheletiana, o jesuitismo assume essa função do agente exterior que precisa higienizar, para o funcionamento orgânico da sociedade; é o artificial que impede a força vital por meio do desequilíbrio entre espírito e vontade e que, assim, produz uma vida artificial. Fundamentalmente, a moral jesuítica é a mecânica que se opõe à vida.

A favor de um engajamento moral contra a Igreja Católica, Jules Michelet argumenta que os jesuítas, atuando para restaurar a autoridade papal, realizaram um combate sem tréguas por todos os meios para dominar a sociedade. Os jesuítas encontraram, nas mulheres e na educação, um instrumento de controle e meio de

¹⁴⁰ VIALLANEIX, Paul. “Prefácio”. In: MICHELET, Jules. *O Povo*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. XXXI.

¹⁴¹ Idem, p. 41.

¹⁴² Idem, *Ibidem*.

ação para o domínio dos homens, e isto a partir de uma moral mecânica resultante do quietismo, que se expande para toda a família, desnaturalizando-a.

No século XVII, de acordo com o escrito da *História da França*, estruturou-se o método dos jesuítas, que ainda vigorava no século XIX. Temos que, através das confissões e das práticas espirituais quietistas, os jesuítas teriam assumido o controle feminino através de uma direção devota. A prática da exumação dos pecados mediante a confissão colocava a mulher sob autoridade do seu confessor e de Roma. Nas palavras de Michelet, tal prática seria o “penhor da alma”.¹⁴³ Essa submissão era exercida nos conventos e escolas pela figura do diretor, responsável por substituir a vontade de cada indivíduo. O diretor, assim, colocava a sua própria vontade no lugar, impedindo a “santa liberdade do espírito”.¹⁴⁴ Os jesuítas, ao se apossarem das escolas, estabelecem “o monopólio das gerações novas”¹⁴⁵ e as transformam em “máquinas de comprimir as cabeças e atrofiar os espíritos”¹⁴⁶ ao transferir seus métodos às crianças gerando *homens-máquinas*.¹⁴⁷

Para Michelet, a separação entre corpo e alma, pregada pela filosofia religiosa, faz com que o sujeito tenha uma “vida mortificada”. Afinal, ambas se misturam na ação. O afastamento e a passividade do sujeito perante o mundo, pregados pelo quietismo, suprimiam a mulher da harmonia moderna e de sua família. Sua passividade e a inércia resultavam na paralisia da vontade e na aniquilação daquilo que constitui a identidade do próprio homem. Ao abandonar a vontade, sua personalidade moral, o indivíduo a concedia progressivamente àquele que lhe dirige, no caso, o confessor jesuíta. Ocorre, assim, a *transhumanização*: “quando uma criatura tomou, sem saber, substância por substância, outra humanidade”.¹⁴⁸ Torna-se outro ser. A esposa se torna inimiga do marido, o filho deixa sua casa para ir à escola cristã, e eles não mais se associam. A moral mecânica jesuítica cria, por um movimento exterior e por seus hábitos, uma segunda natureza contrária à harmonia moderna e orgânica da família.

Para que a família resista à influência estranha, que pode dissolvê-la, Michelet defende que o filho fique o máximo possível com a família até que a mãe comum, a

¹⁴³ MICHELET, Jules. *Du Prêtre, de la femme, de la famille*. Paris: Hachette, 1845, p. 127.

¹⁴⁴ Idem, p. 54.

¹⁴⁵ Idem, p. 55.

¹⁴⁶ Idem, p. 62.

¹⁴⁷ Idem, p. 42.

¹⁴⁸ Idem, p. 150.

pátria, reclame-o para uma educação pública. É a educação familiar e da pátria que garantem o desenvolvimento harmônico do indivíduo moderno. A intervenção materna instintiva garante o aprendizado pela fluidez da vida e pela pedagogia do amor. É a ruptura precoce da educação materna que destrói a originalidade e o primor do homem. Como afirma o historiador: “A ingenuidade original e livre do caráter, o gênio sagrado que se traz do nascimento, quem o respeita hoje? É quase sempre o lado que se fere, que se censura, é o lado por onde ele não é como toda a gente. Apenas a natureza, nas suas primícias, desperta e floresce com toda a liberdade”.¹⁴⁹

Sob o poder da mãe, o filho vive na graça, e é onde o gênio ensaia suas primeiras aparições heroicas, seja nas ações ou no saber. Nas palavras de Michelet, “não se sabe se ele virá a ser um Napoleão, um Voltaire, ou um Newton”¹⁵⁰ que servirá à pátria. Na definição do autor, “o ideal de toda mãe é o verdadeiro da educação ao fazer heróis, um homem poderoso nos atos e fecundos nas obras, que queira, que possa e crie”.¹⁵¹ A seguir, na educação pública, deve haver harmonização da criança com a pátria e com a pátria do mundo, fornecendo um conjunto de ideias comuns, para que não haja discrepâncias com o que lhe rodeia. O amor materno inicia o amor pela pátria e a igualdade sinceramente desejada: “no mundo civil, o amor fará outra coisa? A sua obra é também chamar à vida social. Ao fraco, ao pobre, na rude carreira, em que trabalham de pés e mãos contra a fatalidade, coloca-os na igualdade e em liberdade”.¹⁵² A família, portanto, é o edifício no qual a religião, bem como a política, vai estabelecer a pátria.

A família e a mãe atuam como estágio embrionário no qual o sujeito desenvolve sua identidade e personalidade. Simultaneamente, é onde ocorre a união dos gametas, dos diferentes que se tornam um, espaço no qual o órgão está diretamente relacionado às forças primitivas da natureza. A família é, assim, o *locus* em que se produz o encontro do homem com a natureza e suas verdadeiras potencialidades, tal como a fraternidade orgânica experienciada pelo embrião no útero. Natureza-Amor-Mãe, a tríade embrionária micheletiana, que relaciona os elementos da embriologia à moral social, que deve ser preservada para o

¹⁴⁹ Idem, p 178.

¹⁵⁰ Idem, p 181.

¹⁵¹ Idem, p 184.

¹⁵² Idem, p 187.

desenvolvimento do indivíduo moral e para a reprodução da nova fé, fundamentada na igualdade, na justiça e na liberdade, como a religião da Revolução de 1789.

Em *O Povo* (1846), Michelet credits a impotência moral do povo francês a uma sujeição pela ordem mecânica, que realiza um desequilíbrio vital da relação entre a parte e o todo. O que ele chama de Maquinismo, desde seus textos de 1842, ganha uma formulação teórica mais elaborada, que consiste na separação do homem das ações humanas que se transformam exclusivamente em ferramentas, o “agir sem a alma”.¹⁵³ Essa forma de ação, ou pensamento, separados da alma promovem uma cooperação mecânica sem uma associação moral, promovendo a queda da pátria.

Não se trata, para o historiador francês, de uma simples crítica à industrialização, já que as máquinas possibilitaram o progresso material que permite uma certa igualdade visível entre os homens. Temos, em verdade, uma questão moral, que suprime a ação dos indivíduos. Temos uma separação de pensamento e ação, que cria um vazio do espírito, “não lhe permitindo sonhar”.¹⁵⁴ O vazio do espírito se faz como ausência de todo o interesse intelectual, causado por um trabalho que não exige nem força, nem habilidade e nunca solicita o pensamento. Essa distância entre a ação e o pensamento não permite que os homens se associem de forma verdadeira, criando apenas uma união de ação, distinta da verdadeira associação dos corações. Assim, o maquinismo também se dá quando se separa o pensamento da ação e o pensamento puro da verdade, através de uma “escolástica artificial”. É criada, dessa forma, uma máquina de pensar a política, uma “filosofia de Estado” que é alheia à vontade da sociedade.

A moral mecânica não produz vida, mas efeitos de vida; é uma vida mortificada, ou melhor, a morte com aparência de vida, vida artificial, promovida a partir de reações inorgânicas, modificando o arranjo orgânico. Nesse sentido, não se trata apenas da ação do jesuitismo. Michelet parte, portanto, de uma interpretação na qual elementos promovem a desorganização da parte e do todo orgânico da sociedade. Sua análise é uma denúncia contra o inorgânico que ataca a força vital da sociedade. O maquinismo seria uma forma inorgânica na qual o morto se aparenta vivo, pois o que lhe movimenta não é o princípio vital, mas o exterior e o artificial. Nas palavras do historiador,

¹⁵³ MICHELET, Jules. *O Povo*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 109.

¹⁵⁴ Idem, p. 52.

As máquinas (não exceto as mais bonitas, industriais, administrativas) deram ao homem, entre tantas vantagens, uma facilidade infeliz, a das forças unidas sem precisar unir corações, cooperar sem amar, agir e viver juntos sem se conhecerem; o poder moral da associação perdeu toda aquela concentração mecânica adquirida. Isolamento selvagem na própria cooperação, contato ingrato, sem vontade, sem calor, que sentimos apenas na duração do atrito. O resultado não é a indiferença, como se poderia pensar, mas a antipatia e o ódio, não a mera negação da sociedade, mas seu oposto, com a sociedade trabalhando ativamente para se tornar insociável.¹⁵⁵

A vida mortificada, ou melhor, a morte com aparência de vida, pode ser interpretada à luz da teoria de Pouchet da revivificação; não se trata apenas do conflito entre as forças da vida e as forças da morte da fisiologia bichatiana, mas como o morto pode se aparentar como vivo.

Esse desencontro entre pensamento e ação exclui a vontade e o coração e fomenta os isolamentos, as indiferenças e ódios no interior do organismo social. Esse divórcio do mundo promove a oposição entre instinto e reflexão que, como define Michelet, “desconhecemos o instinto, a aspiração e a energia que fazem os heróis”.¹⁵⁶ É da união desses dois instintos que nasce o gênio social ideal para a cidade moral. A respeito do assunto, o historiador diz que “o gênio, força inventiva e geradora, supõe que um mesmo homem seja dotado das duas potências reunidas em si, às quais podemos chamar os dois sexos do espírito, o instinto do simples e a reflexão dos sábios”.¹⁵⁷

Michelet, portanto, entende que o homem é harmônico e produtivo quando os dois homens vivem nele: o simples e o crítico. Essa dualidade fecunda, que estabelece o alto grau moral e legítimo, está ligada à doçura e à simplicidade do coração, que vive na natureza e conecta o homem ao mundo. Apenas o homem reconciliado é fecundo. Seus laços são criados no amor, na amizade e na fraternidade natural. Michelet reivindica a necessidade da formação completa dos dois sexos, dos elementos masculinos e femininos no desenvolvimento da moral social, como no embrião. O organismo deve ser formado em equilíbrio, entre a razão masculina e a vontade feminina, entre o espírito e a natureza. A sociedade e o povo apenas estão completos na união orgânica de todos.

¹⁵⁵ MICHELET, Jules. *O Povo*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988, pp. 108-109.

¹⁵⁶ Idem, p. 110.

¹⁵⁷ Idem, p. 159.

Há, como base, a perspectiva de que a ausência da busca da liberdade é uma doença moral da vontade. Michelet, portanto, lança-se à sociedade como um teratologista que, ao retornar ao histórico do paciente, encontra a enfermidade no tempo da constituição da anomalia. O historiador francês opera como um fisiologista para avaliar a derrota das forças da vida e restabelecê-las no presente. Elabora a história das forças vivas na luta contra as forças da morte, que fizeram do corpo enfermo no passado um corpo anormal no presente do historiador.

Seu apelo às forças vivas reflete o otimismo da história e da ação criadora dos indivíduos. A reação das forças da vida é luta para refazer o corpo contra a *causa morbis* no presente. A denúncia do presente doente é resultante da formação de um organismo anormal, que, em Jules Michelet, faz o historiador retomar, via tempo do prognóstico, o momento em que as forças da morte definiram a estrutura do corpo. Faz isso ao olhar para a Idade Média e a Igreja, analisando a consolidação de máquinas de controle. Após a análise da origem dos desvios, seu pensamento assume uma função quase terapêutica contra a moral mecânica que se reproduz na sociedade desses homens sem almas oriundos do jesuitismo.

CAPÍTULO III

A REVOLUÇÃO FRANCESA COMO ERUPÇÃO: A CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO SIMONIANA A PARTIR DE UMA LEITURA GEOLÓGICA NA *HISTOIRE DE LA RÉVOLUTION FRANÇAISE* (1847)

Ainda em 1833, com base em seu *Précis de l'Histoire de France*, Jules Michelet havia traçado uma sinopse e imaginado que encerraria sua *Histoire de France* em seis volumes. Realidade bastante distinta da produção da obra, que chegou aos dezesseis tomos entre os anos de 1833 e 1867. Essa distância entre o planejamento e a execução da sua obra evidencia os percalços e alterações que Jules Michelet viveu no decorrer da sua produção, no qual o volume VI (1844) demonstrou o primeiro confronto do historiador com o encerramento da Idade Média e a transição para a Idade Moderna. É intrigante observar que, nesse momento da sua obra, ele tenha operado uma descontinuidade, pois, entre 1844 e 1855, além de textos sobre a moral e a sociedade contemporânea, ele inicia sua *Histoire de la Révolution française* (1847), abandonando a sequência cronológica em que se estruturava o projeto.

A Revolução Francesa foi uma lente importante para Jules Michelet. Como descreve Hartog, “é essa luz que brilha em seu olhar, essa chama candente em seu coração, que ilumina e esquenta as trevas da história”.¹⁵⁸ Nas palavras do próprio Michelet, o espírito da Revolução “contém o segredo de todos os tempos anteriores”.¹⁵⁹ Por isso, quando ele publica o primeiro volume destinado a esse objeto, não escapa ao historiador o que seus contemporâneos haviam esquecido: o legado revolucionário.

Esse caráter profundamente pacífico e benevolente da Revolução hoje parece um paradoxo. A tal ponto ignoram-se suas origens, a tal ponto sua natureza é desconhecida, a tal ponto a tradição, ao final de um tempo tão curto, já está obscurecida. Os esforços violentos, terríveis, que ela foi obrigada a fazer para não perecer contra o mundo conjurado, foram tomados por uma geração esquecida como sendo a própria Revolução.¹⁶⁰

O paradoxo resultante da ignorância e do esquecimento da Revolução está em assumir o antirrevolucionário como revolucionário, aquilo contra o que a

¹⁵⁸ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Tradução de João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.157.

¹⁵⁹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 15.

¹⁶⁰ Idem, p. 17.

Revolução se conjurou, tornou-se no interior de sua geração, sinônimo da Revolução. Essa leitura equivocada encontra suas raízes na própria Revolução e seus feitos que permitem essa interpretação. A Revolução teria se transformado na sua própria farsa no decorrer do processo revolucionário. Diante dessa percepção, a escrita histórica da revolução torna-se para Michelet uma forma de separar o que foi revolucionário, do que não foi, sua conjuração do seu logro, e como essa transição produziu uma sequela, então ainda presente.

Essa sequela é mapeada, por Jules Michelet, no comportamento e na interpretação da Revolução Francesa em parte presente nos pensadores saint-simonianos e na defesa de uma revolução cristã. É principalmente sob o olhar da *l'Histoire parlementaire de la Révolution Française*, de Roux-Lavergne e Buchez, que o historiador interroga uma leitura condescendente com o catolicismo, “um papismo socialista”,¹⁶¹ com uma apologia a práticas dogmáticas que deturparam a Revolução e sua história, exaltando a figura da era do Terror e o comitê de Salvação Pública.¹⁶² Essa leitura da Revolução, na qual Jules Michelet identifica a permanência de um dogmatismo de origem medieval, reflete como comportamento letárgico no presente, em uma sociedade francesa na qual a Revolução de Julho havia encontrado seus limites. A saída desse cenário de apatia significava redescobrir as verdadeiras, mas esquecidas, origens da Revolução.

Para descrever essa incongruência da Revolução com seu legado, Jules Michelet recorreu a uma certa imagem:

Se viajastes alguma vez pelas montanhas, terei vistos talvez o que uma vez encontrei. Entre um ajuntamento confuso de rochas amontoados, em meio a um mundo variado de árvores e de verdor, erguia-se um enorme pico. Esse solitário, negro e despido, era muito visivelmente filho das profundas entranhas do globo. Nenhum verdor o alegrava, nenhuma estação o transformava; ali o pássaro pouco pousava, como se, ao tocar a massa saída do fogo central, temesse queimar as asas. Essa sombria testemunha das torturas do mundo interior parecia com elas sonhar ainda, sem prestar a menor atenção ao que cercava, sem jamais se deixar distrair de sua melancolia selvagem... Quais foram então as revoluções subterrâneas da terra, que incalculáveis forças lutaram em seu seio, para que essa massa, erguendo os montes, perfurando as rochas, fedendo os bancos de mármore, brotasse até a superfície!... Que convulsões, que torturas arrancaram do fundo do globo esse prodígio suspiro! Sentei-me, e, de meus olhos velados, lágrimas lentas, penosas, começaram a exprimir-se uma a uma... A natureza lembra-me demais a história.¹⁶³

¹⁶¹ Idem, p. 32.

¹⁶² Michelet identifica a mesma leitura dogmática da Revolução Francesa, de Buchez e Roux, em Louis Blanc. No entanto, ele afirma que somente realizou a leitura da *l'Histoire de la Révolution* de Louis Blanc em 1867. Idem, p. 32.

¹⁶³ Idem, p. 47.

A conjuração da Revolução Francesa assume, nessa metáfora micheletiana, a figura desse enorme pico solitário, incompreendido, completamente apático, mas simultaneamente enraizado na fauna e na flora que o circunda; essa erupção foi resultado de um esforço profundo de ruptura das camadas da superfície da terra, mas foi engolfada por uma geografia estranha a sua. Essa imagem é significativa para compreender a tese de Jules Michelet acerca da Revolução Francesa e sua incompatibilidade com o presente.

De fato, algo presente no decorrer de todos os escritos do historiador é a atenção ao território, a descrição do espaço, da paisagem, alimentada pelo costume, simultânea à visita aos arquivos, da apreciação da geografia e do visual no qual sua história iria se dedicar. Algo diferente ocorre quando o historiador evoca essa imagem, pois se utiliza do conhecimento, poderíamos dizer, da Terra; essa citação nos parece singular, pois entrelaça o histórico e o geológico, um fenômeno da natureza para pensar o histórico.

Essa problematização da Revolução Francesa, poderíamos dizer, por uma lente geológica, é oportuna. No mesmo período, esse campo do saber estava lidando com os limites e os questionamentos de uma outra revolução, aqueles referentes às superfícies do globo terrestre e à forma como ela é descrita por Cuvier. O grande debate que, inclusive, etiqueta e divide duas correntes de pensamento, catastrofistas e uniformitaristas, paira sobre a definição da história da terra: ou por transformações abruptas, ou por transformações que são provenientes de forças constantes e imutáveis da natureza, e qual a idade da espécie humana no interior dessa historicidade.

No que tange à especificidade desse saber, existe uma presença no ciclo de amizade e convivência de Jules Michelet que contribuiu com esse tipo de reflexão: Élie de Beaumont. A proximidade entre Beaumont e Michelet tornou a geologia um saber familiar ao historiador, mas também um canteiro proeminente para sua reflexão sobre a história e sua compreensão do tempo. Isso não necessariamente sugere uma conexão causal, mas trabalharemos com a ideia de um diálogo possível pela sincronia de interesses: é no mesmo ano em que o historiador procura entender a Revolução Francesa que o geólogo publicou dois estudos importantes na *Société Géologique de France*: *Nota sur les émanations volcaniques et métallifères* e *Note sur les*

systemes de montagnes les plus anciens de l'Europe, nos quais ele se esforça em entender os limites das revoluções na superfície do globo terrestre, a datação dos corpos e como elas, as revoluções, deveriam ser compreendidas com o objetivo de traçar uma história da Terra. Acreditamos que essa relação auxiliou Michelet na interpretação dos cenários da Revolução Francesa, diante de uma necessidade de reelaborar seu pensamento histórico a partir de novas experiências no presente. Fundamentalmente, o historiador questiona a continuidade entre o cristianismo e a revolução de 1789, ou se a última é a emergência de um novo credo.

Nesse sentido, nossa exposição será dividida em três momentos. No primeiro ato, nós nos esforçamos em compreender como Michelet se depara com uma situação de estranhamento em relação ao presente, o que, para nós, é um momento ímpar de reelaboração da sua escrita da história. No segundo momento, concentramos em estudar como o historiador se depara com uma das facetas desse problema do presente, no interior da Revolução Francesa, e na sua interpretação saint-simoniana. Na parte final, dedicamos a entender a leitura da Revolução Francesa de Jules Michelet no interior das teorias geológicas e seu intento de diferenciar o que foi revolucionário e o que não foi – de certa forma, para ele, deturpado no processo revolucionário.

3.1. *Sob o olhar de Janus: a crítica do presente e o problema da escrita histórica em Jules Michelet*

Em 1831, quando Michelet escreveu sua *Introdução à História Universal*, a expectativa da Idade Moderna como início da marcha do espírito moderno, no sentido da realização do humanitarismo,¹⁶⁴ confundia-se com a promessa da Revolução de Julho e com o modelo francês de adesão das multiplicidades e diferenças no interior de um Estado. No decorrer da década, iniciam seus questionamentos políticos, simultaneamente às mudanças em sua interpretação histórica sobre a Idade Média.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Convivência de todos os povos harmonicamente no exercício da sua liberdade, do autoconhecimento, no ideal de igualdade e justiça harmonicamente. Podemos dizer que o Renascimento é o começo da marcha rumo àquilo que Jules Michelet chamou de Igreja universal. Cf. BÉNICHOU, Paul. "Michelet". In: *El Tiempo de los profetas: Doctrinas de las épocas românticas*. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 2001, pp. 463-525.

¹⁶⁵ Gabriel Monod descreveu esse período da obra micheletiana, na transição da década de 1830 para 1840, como sinônimo de uma crise do pensamento, possível de ser entendida pelos seus cursos. Já Paule Petitier faz uma leitura na qual existe uma mudança no cenário social e político que foi refletida na produção de Jules Michelet. Se, no início da década de 1830, a questão da identidade nacional e o problema da Monarquia Parlamentar eram questões políticas de primeira ordem, as questões sociais

Podemos notar que, quando a experiência histórica de Michelet começa a se transformar, a partir de seu afastamento das diretrizes do governo, ele associa a postura no cenário político à letargia, essa incapacidade de reagir, uma determinada forma de apatia, inércia ou desinteresse. O que encontramos, portanto, é uma oposição dos princípios que o historiador professava à realidade da governabilidade. E isso se deve ao fato de que a Monarquia de Julho não conseguiu promover as mudanças que, para Jules Michelet, eram necessárias.

Portanto, não se trata apenas de entender o insucesso, segundo a experiência de Michelet, do governo instaurado com as Três Gloriosas, mas de compreendê-lo num conjunto de reações antimodernas ou do comportamento apático coletivo, que caracterizam seu tempo e que permitem uma nova leitura da história. O cenário pós-revolução de 1830, particularmente a partir de 1835, coloca Michelet à frente de um povo francês que não foi aquele herói anônimo da jornada de Julho, pois havia uma hostilidade ao próprio legado revolucionário que outrora o povo promovera.

Michelet vai se opor a este controle da personalidade pela imitação, que objetiva a criação de uma identidade. Trata-se de uma interpretação a partir da ruptura da liberdade: não mais vista como força objetiva constante. A construção de uma sociedade humanitária, baseada na liberdade e na justiça, exige que os indivíduos e o povo lutem e se sacrifiquem, o que o historiador chama de *princípio heroico*. Para isso, a história deve funcionar “como religião para as almas, a ciência da morte”.¹⁶⁶ Não por acaso, com a morte da Senhora Dumesnil e do seu velho amigo, doutor Edwards, que se converteu ao catolicismo após um ataque apoplético, formula: “que crença eu dou aos homens que os capacitam a enfrentar a morte sem se converter ao julgo do passado?”¹⁶⁷

Jules Michelet chega à função do historiador como aquele que deve ressuscitar os mortos, ou seja, a escrita da história deve servir como lugar de crítica para o presente. É assim que:

A história começa com os símbolos silenciosos: imagens, estátuas, medalhas. Esse assunto engana muitos. Mais as crônicas, “dizemos” sem saber por quem. Os atos oficiais são uma base melhor, mas as leis mentem: elas não são aplicadas. Finalmente, há os costumes, atitudes, os atos reais

emergem como escopo desde que “a Revolução não parece mais adequada ou suficiente” PETITIER, Paule. Du clivage au conflit: la représentation du social par l'intime chez Michelet In: *Le Moi, l'Histoire 1789-1848*. Grenoble: UGA Éditions, 2005.

¹⁶⁶ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France (1838-1844)*. Paris: Gallimard, 1995, p. 349.

¹⁶⁷ MICHELET, Jules. *Journal (1828 - 1848)*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1959, p. 427.

que provêm das ideias. Esta é a história da alma, o supremo controle dos outros. A grande injustiça da história que deve ter passado em silêncio por gerações. Ela deve ressuscitar aqueles que perecem sem memória. Aqui o historiador deve ser o adivinho, vates. Não é uma questão de inspiração, mas de uma ciência completa.¹⁶⁸

Contra uma escrita histórica que se fundamenta em retórica e inchaço, essa história que, ao aumentar as coisas, esmaga a alma e mata o indivíduo, pois substitui a análise dos precedentes por feitos milagrosos e por atos excepcionais, Jules Michelet busca uma escrita da história que sirva como lugar de crítica para o presente. É assim que, no curso de 1842, o historiador chega a citar o exemplo de Napoleão, que invadiu os Alpes, mas que, para isso, antes estudou durante seis anos, com apoio de uma equipe.

Para Michelet, “O verdadeiro historiador é um homem muito simples, que busca a verdade (...), que, pelo estudo consciente do passado, rejeita sua explicação como uma série de milagres”.¹⁶⁹ O método retórico, na compreensão micheletina, apenas manteria o bem da morte, negando que grandes homens tenham humanidade, e “assim que renunciamos a explicar os grandes homens, desistimos de imitá-los”.¹⁷⁰ O bem da morte seria a ideia na qual os homens comuns não podem fazer nada diante dos obstáculos impostos, a não ser se resignar, já que as transformações caberiam apenas aos homens milagrosos. É possível destacar que, a partir da crítica a uma ideologia, o historiador realiza um exame sobre a escrita da história que a reproduz: a história retórica. A história retórica realiza uma manipulação do passado para promover a apatia dos homens no presente. Nesse sentido, Michelet propõe uma história que convoca à luta, imitando o princípio heróico dos homens do passado que a realizaram. Para isso, a escrita da história passaria por uma posituação, isto é, os homens do passado não seriam tratados como santos, mas como homens que, mesmo em suas dificuldades e limites humanos, mudaram seu tempo. A imitação martirológica seria substituída por uma imitação humana em uma escrita da história com viés secularizante do homem.

Para Jules Michelet, o engajamento, a vontade e a ação, no interior do agir humano, devem ser reavivados na escrita da história. A *autopoiesis*, sua interpretação pelo princípio viconiano da criação da história pelas ações coletivas dos homens, deve

¹⁶⁸ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 359. Tradução nossa.

¹⁶⁹ Idem, p. 356.

¹⁷⁰ Idem, p. 358.

sair da reflexão e reverberar na escrita. Se, desde suas primeiras obras, o historiador compreende que toda ação é histórica – afinal, a partir dela podemos compreender o passado – no entanto, nem toda ação age para a transformação do tempo; o princípio heróico, na escrita histórica, deve fazer os sujeitos se tornarem conscientes de si mesmos, fazendo suas ações criadoras do tempo. Mais do que revelar o que aconteceu, a escrita precisa demonstrar ações da vontade, dos exercícios da liberdade, o que tornou possível a mudança e a construção da história.

Portanto, além da ação reprodutora do tempo histórico, temos uma problematização de como deve ocorrer sua representação na escrita histórica. Para separar os homens da sucessão de trabalhos e dias, a representação da história deve reavivá-los para a temporalidade dos fins. A escrita da história nesse interior adquire uma função pedagógica de ressuscitar os homens do seu lugar como promotores da história.

Jules Michelet unifica, na história dos esquecidos e dos heróis, a solução para a falta de ação no presente. Ressuscitar os mortos em sua humanidade serve, antes de tudo, como exemplo para a sociedade do presente na luta contra a sua própria letargia. “A lei da humanidade é a força criativa da vontade humana. O progresso moral depende da vitalidade das massas”,¹⁷¹ diz Michelet. Diferentemente de uma interpretação retórica e cristã, o estudo histórico do herói ganha uma nova perspectiva. Não se trata de descrevê-lo como um homem fora da média, ou como um santo. A história não seria um martirologio. O enfoque é na sua humanidade, que estimularia o povo pela sua vontade; daí seu interesse por Napoleão, não como uma figura histórica acima da média, mas como resultante de esforço e preparo e, ao mesmo tempo, no interior de suas contradições, como ele afirma em seu curso de 1840.¹⁷²

Jules Michelet quer fazer da sua escrita da história uma ciência da morte e, não por acaso, usa o termo *vates*, que indica aquele que tem uma vidência por objetos para muitos não visíveis. Trata-se de assumir uma postura engajada da história e na sociedade, como ele define: “A grandeza da história é julgar todas as paixões, formar um julgamento de equidade que permanece. A maneira que proponho aqui é cuidar dos heróis. O Império Romano, por exemplo, acabou por falta de heróis, povo, homens

¹⁷¹ Idem, p. 361.

¹⁷² MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 360.

essenciais da história. Esse é o método que pode fundar a ciência e unificá-la”.¹⁷³ Cada homem pode e deve ser herói. A escrita da história deve servir para que o homem se torne seu próprio Prometeu, representando a coletividade com seus atributos individuais, rechaçando o fatalismo de uma construção imposta por modelos exteriores que representem a tirania moral de outros tempos. A tarefa da escrita da história é transformar. Logo que a história é entendida, ela pode influenciar as pessoas e suas paixões.

A crítica à moral de seu momento histórico marca, no pensamento micheletiano, a reabertura para as possibilidades frente às forças que engendram o tempo. Não se trata mais da certeza da realização universalizante da harmonia e da liberdade. Exigência, portanto, de vontade e luta, revoluções constantes contra os espíritos mortuários que aprisionam o povo. Essa avaliação, dentre outros fatores, permite que, na véspera de 1848, Michelet se torne um intelectual da Revolução.

Esses elementos contribuíram para a sua mudança de interpretação sobre a Idade Média e sua relação com a quebra de expectativa na continuidade da Revolução de 1830, que são assumidas por Michelet no seu prefácio de 1869:

Mas o que o tornou chocante no caso dos simonianos foi a feiura de um Janus, mantendo em sua adoração uma imitação servil da instituição católica (...). Quando voltei para casa, movido por um impulso cego e generoso, escrevi palavras contundentes a favor da idade de morrer que estava sendo saqueada durante sua agonia de morte. Essas linhas juvenis, tolas, mas sem dúvida desculpáveis como uma emoção sincera, pertenciam ao meu livrinho inspirado na Revolução e liberdade de julho, por sua vitória sobre o clero.¹⁷⁴

A citação de Janus é emblemática. Deus romano das mudanças e transições, a sua dupla face simboliza a coexistência de tempos, do passado e do futuro. Não é uma coincidência que essa imagem seja associada a sua mudança de leitura sobre a Idade Média, que, nos primeiros livros de sua *Histoire de France*, é caracterizada pelo autor, movido pelo “impulso cego e generoso”, como “linhas juvenis e tolas”, simultaneamente, ao choque, descrito pelo historiador, à imitação servil católica dos simonianos.

¹⁷³ Idem, p. 362.

¹⁷⁴ MICHELET, Jules. “Preface de 1869”. In: *Oeuvres complètes*. Tomo I. *Histoire de France*. Tomo I. Organizado por Gabriel Monod. Paris: Flammarion, 1893 - 1898, p. XIV. Tradução nossa.

É justamente contra a fé simonina do catolicismo revolucionário que Jules Michelet objeta. Dessa forma, contrariando a ideia de que a Revolução cumpre a promessa do Evangelho, o historiador proclama que a Revolução é uma nova religião.

3.2 A leitura de Michelet sobre a Revolução Francesa interpretada por de Roux e Buchez

Nos primeiros anos de 1830, a ideologia conciliadora da Revolução de Julho fazia do presente um lugar de exaltação e de pacto entre os grupos sociais sob a Monarquia Parlamentar. O passado havia se tornado um lugar de elaboração dessa mistura que, apesar de não ter sido pacífica, encarnava a combinação democrática resultante da organização da personalidade francesa. Uma vez que as Três Gloriosas deixou de ser a conclusão da Revolução de 1789, e a ascensão do povo ao Estado não garantiu o exercício da personalidade do povo, a imagem da França moderna se fragmenta, ocasionando uma interpretação frágil do povo francês como personificação da modernidade, uma vez que a experiência revolucionária não conseguiu extinguir os espectros do passado, pois a Revolução Francesa não extirpou os demônios da Idade Média. A moral escolástica se reproduziu e permaneceu como moral jesuítica e definiu a moral do século XIX. Fundamentalmente, é a durabilidade do passado e não a aceleração do seu desaparecimento que intriga Michelet; em outras palavras, é o atraso e a letargia que marcam a experiência.

Jules Michelet transbordou a Idade Média, ou, pelo menos, seu dogmatismo servil, até o século XIX. Ela não morreu mais no século XIV ou XV, como a tradição filosófica e histórica burguesa afirmava, mas se manteve na Idade Moderna, pelos seus mecanismos de reprodução e reminiscências, uma vez que o passado coexistia ao presente. A paisagem do presente demonstrava que a personalidade do povo francês (moderna, democrática, livre e justa) estava sendo suprimida pela moral jesuítica antimoderna. Como lidar com essa interpretação histórica que a Idade Média ainda persiste no presente? Acreditamos que a *Histoire de la Révolution Française* (1847) demonstra um esforço de compreender esse problema.

Ah! Pobre Revolução, tão confiante em teu primeiro dia, havias convidado o mundo ao amor e à paz... “Ó meus inimigos”, dizia tu, “Já não há inimigos!” Estendeste a mão a todos, ofereceste-lhe tua taça a beber pela paz das nações... mas eles não quiseram.¹⁷⁵

¹⁷⁵ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 16.

Para Michelet, a Revolução surge com a proposta de uma nova moral, “advento da Lei, a ressurreição do Direito, a reação da Justiça”.¹⁷⁶ No entanto, no decorrer do seu processo, “uma mão pérfida e odiosa, a mão da morte, ofereceu-se a ele, avançou em sua direção, e ele não retirou a sua, acreditou que os inimigos da liberdade religiosa podiam tornar-se amigos da liberdade política”.¹⁷⁷ Esses inimigos, que provocam o engano e corrompem os princípios da Revolução, estabeleceram uma relação que explica o problema moral existente à época de Michelet. Como descreve o historiador, “a miserável convivência em que permanecem esses dois partidos é uma das causas dominantes do nosso enfraquecimento moral”.¹⁷⁸

Fundamentalmente, Jules Michelet vai se opor a uma leitura da Revolução Francesa que será difundida pelo círculo simoniano, que unifica a moral revolucionária ao cristianismo, no qual a figura de Philippe Buchez é proeminente.

Entre 1834 e 1838, com a colaboração de Pierre-Célestin Roux-Lavergne, Buchez publicou uma obra monumental em quarenta volumes, *Histoire parlementaire de la Révolution Française*. O diretor da revista *L'Atelier* ostenta o fato de ter sido o primeiro a escrever essa história se servindo de documentos e arquivos disponíveis na Biblioteca Real. Como um dos criadores do movimento católico revolucionário, ele defendeu a tese de que a Revolução completa a promessa de um cristianismo primitivo de unificação por uma fraternidade cristã; ou seja, em sua interpretação, o movimento revolucionário é um continuador do cristianismo, como assevera:

A Revolução Francesa é a última e mais avançada consequência da civilização moderna, e a civilização moderna emergiu inteiramente do Evangelho. Este é um fato irrecuperável, se olharmos para a história, e particularmente a do nosso país, estudando não apenas os eventos, mas também as ideias motrizes por trás desses eventos. Este ainda é um fato indiscutível se alguém examina e compara com a doutrina de Jesus, todos os princípios que a revolução inscreveu em suas bandeiras e em seus Códigos; aquelas palavras de igualdade e fraternidade que ela colocou à frente de todos os seus atos, e com o qual ela justificou todos os seus trabalhos. Quando, há alguns anos, esse pensamento foi emitido pela primeira vez, causou um escândalo, mas desde então foi adotado por muitas mentes, e o dia não está longe, talvez, quando se tornará popular.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Idem, p. 39.

¹⁷⁷ Idem, p. 17.

¹⁷⁸ Idem, p. 41.

¹⁷⁹ BUCHEZ, Philippe-Joseph-Benjamin; ROUX-LAVERGNE, Pierre-Célestin. *Histoire parlementaire de la Révolution française*. Volume I. Paris: Paulin, 1834, p.48. Tradução nossa.

É essa leitura da Revolução que Michelet aponta não somente como equivocada, mas como a causa do enfraquecimento moral contemporâneo.¹⁸⁰ Para compreender o problema da Revolução, em sua perspectiva, seria preciso distinguir as diferenças entre esses dois princípios, dois sujeitos, descreve o historiador. “Não vejo ainda senão dois grandes fatos, dois grandes princípios, dois atores e duas pessoas, o Cristianismo e a Revolução”,¹⁸¹ que se mesclam de forma inextricável no decorrer do processo revolucionário. “A Revolução continua o cristianismo e o contradiz. É ao mesmo tempo sua herdeira e sua adversária”.¹⁸²

Para Michelet, os “autores da *Histoire Parlementaire*, dos dois termos que comparam e fundem sem julgamento, a Idade Média e a Revolução, não conhecem o primeiro, e não compreendem o outro”,¹⁸³ cometem, portanto, um erro grave, que “consiste em supor que a tradição católica se perpetuou na Revolução. Para defender esse paradoxo, foi preciso sustentar, a respeito da própria Revolução, que ela se enganou, que é idêntica àquilo que acreditou combater, o que não é nada menos que representá-la imbecil e idiota”.¹⁸⁴ Para conseguir explicar essa tese, que para Michelet é paradoxal, o historiador afirma que Buchez e Roux identificaram

[...] a era da liberdade com a era da autoridade, de tirania espiritual; precisaram colocar a primeira naquilo que menos foi ela própria, naquilo que foi menos livre, naquilo que a Revolução oferece de análogo às Barbáries da Idade Média. A Revolução, segundo eles, aparece precisamente em seus semelhantes com o sistema contra o qual, há séculos se fazia a Revolução. Nascida e crescida na indignação legítima inspirada no terror da Inquisição, ela triunfa afinal, explode e revela seu livre gênio, e seu gênio não seria outra coisa senão o Terror de 1793 e a inquisição jacobina?¹⁸⁵

A interpretação de Jules Michelet sobre *l'Histoire parlementaire de la Révolution française* parte de pelo menos duas críticas: primeiro, a ideia de que a Revolução seria uma continuação do cristianismo, o que acarreta a leitura de que a era do Terror, era da autoridade, resultaria de uma indignação pública legítima.

¹⁸⁰ Gabriel Monod destaca uma relação entre a tese defendida por Quinet, no seu livro sobre o Cristianismo e a Revolução (1845), e esse problema moral defendido por Michelet. Monod Gabriel. Michelet e a história da Revolução Francesa. In: *Revue internationale de l'enseignement*, tome 59, Janvier-Juin 1910. pp. 414-437.

¹⁸¹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 40.

¹⁸² Idem, p. 43.

¹⁸³ Idem, p. 292.

¹⁸⁴ Idem, p. 295.

¹⁸⁵ Idem, p. 297.

Segundo, a demasiada indulgência com o clero, que fizeram os autores apagar a tradição antieclesiástica que funda a Revolução.

Se, por um lado, argumenta Michelet, a Revolução divide com o Cristianismo o sentimento de fraternidade, “a Revolução funda a fraternidade no amor do homem pelo homem, no dever mútuo, no Direito e na Justiça”,¹⁸⁶ enquanto o cristianismo se difere ao fundá-la por base em uma arbitrariedade dogmática: “a fé é a condição da salvação, não as obras de justiça”.¹⁸⁷ O dogma imprime uma arbitrariedade, produzindo a fraternidade apenas no interior daqueles que acreditam em um mesmo dogma, criando séquitos e excluindo a justiça como construção da vontade, que o historiador pontua como uma base fundamental do princípio da Revolução. É essa construção de séquitos que o escritor da *Histoire de France* atribui a católicos e simonianos, compreendida não apenas nas experiências das reuniões, mas também em suas leituras preparatórias, como nos trabalhos de Buchez e Roux. Como definiu:

Do mesmo modo como, ao multiplicarem-se as seitas cristãs, houve jansenistas, molinistas etc., e não mais cristãos, as seitas da Revolução anulam a Revolução; passa-se a ser constituinte, girondino, não mais revolucionário. Despreza-se Voltaire, rejeita-se Mirabeau, exclui-se a sra. Roland. O próprio Danton não é ortodoxo... como! Então só restarão Robespierre e Saint-Just?¹⁸⁸

Para a desconstrução dessas interpretações dogmáticas, Michelet dedicou parte do curso de 1847, no *Collège de France*, a problematizar as figuras heroicas da Revolução.¹⁸⁹ Crítico do hábito de criar heróis, gesto no qual via uma atitude monárquica, o historiador estava interessado em pensar as ações desses homens no processo revolucionário, construindo um personagem histórico diferente daquele descrito por Victor Hugo em seu *Étude sur Mirabeau* (1834). Ao aproximar os sujeitos históricos dos indivíduos no presente, desmistificava-os, tornava-os mais humanos, uma alternativa ao culto estéril do passado e à promoção de dogmas. Não podemos deixar de enxergar aí elementos de uma história que substituísse as narrativas lendárias e românticas. Esse esforço de construir personagens históricas, desenvolvido por Jules Michelet, pode ser compreendido como uma tentativa de realizar uma leitura distinta daquela que Bouchez e Roux fizeram de Robespierre, na

¹⁸⁶ Idem, p. 43.

¹⁸⁷ Idem, p. 44.

¹⁸⁸ Idem, p. 18.

¹⁸⁹ Mais tarde, o conteúdo foi organizado por sua última esposa e lançado como livro, *Os soldados da Revolução* (1877).

qual o “apóstolo do Terror foi aparentado a Jesus Cristo”.¹⁹⁰ Por isso, não são estranhas as críticas de seus alunos quanto a sua visão excessivamente severa a respeito dos revolucionários. O jornal estudantil *Union Monarchique* definiu a aula como “uma hora e meia de depreciação de Mirabeau pelos vícios e falhas”.¹⁹¹

Já no livro de 1847, sobre o legado anticlerical do século XVIII, apagado no esforço de Bouchez e Roux de criar uma Revolução Cristã, Jules Michelet desenvolveu outra estratégia. Ele buscou diferenciar a conjuração do processo revolucionário por meio de uma construção inspirada na inteligibilidade geológica; como descreve o historiador, “não busquei aqui as retas e os ângulos, as linhas rígidas de vossas construções de pedra e mármore”.¹⁹²

Retomemos o exemplo citado no início desse capítulo, da erupção do pico encoberto por uma fauna e flora indiferente. A Revolução seria, para Jules Michelet, uma conjuração, uma erupção, na qual seria “preciso cavar mais fundo que Dante, descobrir e observar na Terra o profundo fundamento popular em que foi edificado esse colosso”.¹⁹³

A crítica do historiador se dá quanto à forma como o início anticlerical da Revolução, marcado pelas ideias do século XVIII,¹⁹⁴ foi escamoteado no século XIX pela interpretação de Bouchez e Roux. Para Michelet, o século XVIII teria contribuído na formação desse novo mundo com a produção da ciência e uma leitura secular da natureza, a História Natural de Buffon, por exemplo.

[...] ferve e se anima, como o despertar do Etna, flameja um vulcão imenso. Toda a ciência e toda arte irrompem... Ocorria a erupção, uma massa permanece, mescla de escórias e de ouro, massa enorme: a enciclopédia. Eis duas eras do jovem mundo, dois dias da criação.¹⁹⁵

A pedra angular da Revolução Francesa é um novo mundo construído no Direito, no qual Montesquieu, Voltaire e Rousseau colaboram, enfatiza o historiador.

Montesquieu escreve, interpreta o Direito, Voltaire chora e grita pelo Direito. E Rousseau funda-o. Belo momento em que surpreendendo Voltaire

¹⁹⁰ Idem, p. 285.

¹⁹¹ MONOD, Gabriel. *La vie et la pensée de Jules Michelet*: cours professé au Collège de France. Tomo II. Paris: Champion. 1923, p. 225.

¹⁹² MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 69.

¹⁹³ Idem, p. 57.

¹⁹⁴ Paul Viallaneix destaca “a importância privilegiada dos primeiros episódios, os únicos talvez que sejam verdadeiramente revolucionários”. VIALLANEIX, Paul. Michelet et la Révélation de 1789. In: *Romantisme*, 1985, n°50. Religions et religion. p. 62. Tradução nossa.

¹⁹⁵ Idem, p. 69.

atormetado por um novo infortúnio, o desastre de Lisboa,¹⁹⁶ cego de lágrimas e não vendo mais o céu, Rousseau o reergue, devolve-lhe Deus, e sobre as ruínas do mundo proclama a providência. Pois é bem mais que Lisboa, é o mundo que desaba.¹⁹⁷

Essas ideias não se limitam a manifestações individualizadas, pois são difundidas e reproduzidas, mudando apenas o cenário. De acordo com Jules Michelet, “a França é abalada em suas profundezas. A Europa fica toda mudada”.¹⁹⁸ Para enfatizar essa concepção do historiador, citemo-lo mais uma vez:

[...] há aqui um fenômeno mais estranho, mais misterioso, uma influência sentida mesmo por aqueles que não leem, que jamais poderiam compreender. Não se sabe de onde isso vem, mas desde que essas palavras ardentes se espalharam nos ares, a temperatura mudou, é como se um cálido alento houvesse soprado sobre o mundo; a Terra começa a produzir frutos que jamais teria dado.¹⁹⁹

A partir das citações acima, não nos parece exagero insistir na comparação, realizada por Jules Michelet, entre o século XVIII e uma revolução da superfície do globo terrestre. A “conjuração” da Revolução Francesa é uma erupção que surge desse cataclisma, uma consequência desse novo mundo. Descrevê-la dessa forma implicaria, em um primeiro olhar, uma associação com a tese de Cuvier, na qual grandes revoluções alteram o ambiente ao promover uma alteração nas forças constantes da natureza, pois, com essas revoluções, afirma o naturalista, “quebrou-se o fio das operações, alterou-se a marcha da natureza, e nenhum dos agentes que ela emprega seria suficiente para produzir as suas obras antigas”.²⁰⁰ Porém, no caso da interpretação da Revolução Francesa, de Jules Michelet, algo diverso ocorreu:

É preciso considerar amplamente o grande curso revolucionário, em suas duas manifestações úteis e legítimas, tanto de cruzada como de polícia – os girondinos, os jacobinos. Procurei fazê-lo. Acentuei fortemente os erros dos girondinos, o erro de terem sempre rejeitado a Montanha em Danton e em Cambon, o erro de ter, a despeito de pureza, sofrido a impura fusão das turbas realistas que, introduzindo-se entre eles nos departamentos, entravam na Revolução.²⁰¹

¹⁹⁶ Michelet provavelmente se remete ao *Poème sur le désastre de Lisbonne*, de Voltaire (1756).

¹⁹⁷ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 71.

¹⁹⁸ Idem, p. 72.

¹⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁰ CUVIER, George. *Discurso sobre as Revoluções da Superfície do Globo*. Tradução de Francisco de Ferreira Abreu. São Paulo: Edições Cultura, 1945, p. 45.

²⁰¹ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 33.

“O expurgo jacobino”²⁰² mudou a configuração criada pela Revolução ao realizar e se associar com aquilo contra o que ela rompeu, promovendo uma “adoração da força”,²⁰³ um “eclipse do Direito”,²⁰⁴ na era do Terror: “A Idade Média, repetimo-lo, tem toda a honra nesse sistema”.²⁰⁵

3.3 *Beaumont e Michelet: uma datação geológica da revolução francesa*

3.3.1 *Beaumont e o saber geológico na primeira metade do século XIX*

Ao pontuar a inflexão entre a conjuração e o processo revolucionário, a Revolução Francesa não caberia mais no modelo cuvieriano. Afinal, uma revolução do globo terrestre não implicaria em uma mudança total? Então, como foi possível essa retomada da Idade Média no processo revolucionário? No entanto, durante as décadas de 1830 e 1840, os limites das revoluções cuvierianas e a datação dos corpos inorgânicos da natureza gerava, no interior das teorias geológicas, um intenso debate, nos quais as ideias de Beaumont podem colaborar para a sua compreensão.

Élie de Beaumont nasceu no mesmo ano que Michelet, em 1798. Provavelmente se conheceram no *Collège Charlemagne* por volta de 1815. Mais tarde, reencontraram-se no *Collège de France*, pois, com a morte de Cuvier, Beaumont se tornou professor assumindo a cátedra de História Natural dos Corpos Inorgânicos. Michelet consultou inúmeras vezes Beaumont para escrever aquele que foi seu livro mais vendido na década de 1830, o volume II da *Histoire de France, Tableau de France* (1833).²⁰⁶

O professor Élie de Beaumont tornou-se uma figura emblemática para compreender a geologia, na primeira metade do século XIX, e sua relação com o legado de Cuvier. Seus trabalhos foram referências amplamente difundidas, especialmente o *Mapa Geológico da França* (1841) – trabalho que foi produzido em dezesseis anos e apresentava como novidade as explorações de cavernas, o que possibilitou uma descrição inédita do mundo geológico subterrâneo francês. Ao mesmo tempo que suas análises são caracterizadas por uma primorosa interpretação

²⁰² Idem, p. 36.

²⁰³ Idem, p. 17

²⁰⁴ Idem, Ibidem.

²⁰⁵ Idem, p. 297.

²⁰⁶ PETITIER, Paule. *La Géographie de Michelet. Territoire et modèles naturels dans les premières œuvres de Michelet*. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 109.

mineralógica, fruto de sua vasta experiência como engenheiro, professor e diretor da *École des Mines*, o geólogo fugiu do ofício, tal como ele havia sido criticado por Cuvier, realizado no gabinete.²⁰⁷ Nesse sentido, Élie de Beaumont estampa a nova fisionomia da geologia. Ao mesmo tempo que viajava para os cumes mais elevados, dividia seu tempo com as análises de laboratório e os cálculos matemáticos que permitiam um discurso técnico das formações rochosas e dos sedimentos, posições geográficas precisas, distintas dos textos de caráter geológicos do século XVIII.

Como descreve Paolo Rossi, o campo da geologia, até o final do século XVIII, não tinha uma comunidade circunscrita e um campo particular, por isso era difícil “manter-se dentro dos tranquilos limites de uma pesquisa setorial”.²⁰⁸ O discurso sobre a formação da Terra se entrelaçava com princípios teológico-naturais, como a narração do *Gênese*, temas cosmológicos da formação e destruição do Universo. Contando com comunidades consolidadas e grupos de pesquisadores que proclamavam o direito de discutir as questões científicas da geologia, como a *Geological Society* de Londres e *Société Géologique* de Paris (fundadas respectivamente em 1807 e 1830), os geólogos, na primeira metade do século XIX, não promoveram completamente a fuga de questionamentos, como em período da história do planeta terra ocorreu o dilúvio.

A tese cuvieriana de que as catástrofes levaram à extinção de espécies havia se tornado um promotor de problema decisivos para a organização desse saber. Afinal, é por ela, em continuidade ou ruptura, que se pergunta pela idade das cadeias montanhosas, se a superfície se transformava radicalmente com as revoluções da superfície, se elas eram imprevisíveis ou se essas revoluções seguiam uma constante, uma força unificadora da natureza. Questionamentos, sem dúvida, que pertenciam ao canteiro geológico da primeira metade do século XIX, no qual a geologia beaumontiana não passou completamente pela tangente.

O Catastrofismo, etiqueta que designa a tese de Cuvier descrita no *Discours sur les révolutions de la surface du Globe* (1825), intentava explicar as grandes revoluções e transformações na superfície do globo terrestre por eventos que promoviam rupturas e modificavam sensivelmente a flora e a fauna. A presença de conchas em grandes alturas, ou montanhas superiores ao nível de todos os mares

²⁰⁷ Idem, p. 109.

²⁰⁸ ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 338.

seriam exemplos de que “o mar se demorou ali por algum tempo dilatado, e tão pacificamente, que pode formar os depósitos regulares”.²⁰⁹ A tese de Cuvier se amarra a uma consolidação do fóssil como instrumento privilegiado de análise. São eles que permitem “a certeza de que o globo não teve sempre a mesma capa, pela certeza em que estamos de que eles deveriam viver na superfície antes de serem sepultados em profundidade, como estão”.²¹⁰ Os fósseis, diferentes em camadas e com características distintas, mediante estudos da mineralogia, indicam uma certa historicidade da terra, na qual as extinções de determinadas espécies apenas poderiam ser explicadas por mudanças radicais da superfície do globo terrestre.

Para Cuvier, as escavações de montanhas demonstravam camadas distintas de conchas e de fósseis de animais marinhos diferentes, o que permitia inferir fenômenos como degelo e calor, que atuaram nesse remodelamento da paisagem. São essas desordens revolucionárias que permitiriam pressupor o fato de a Terra passar por revoluções cataclísmicas, que promovem as erupções, formam montanhas e redefinem o relevo. Esses fenômenos de ruptura, descreve o naturalista, “foram produzidos, em sua maioria, de forma súbita”,²¹¹ citando o caso de animais que se mantiveram preservados, como um exemplo de mudança na temperatura que ocorreu rapidamente, promovendo esse tipo de congelamento total e instantâneo.

Cuvier descreveu uma história geológica da Terra caracterizada por sucessões sincrônicas de fauna e flora divididas por revoluções abruptas – sucessão biótica. Os sinais mais evidentes dessa forma de historicidade seriam os estratos geológicos. O estrato geológico do período secundário inferior seria composto exclusivamente por moluscos, gastrópodes e pela vida marinha, indicando um período marcado pela submersão dos mares. Nos estratos superiores do secundário começariam as primeiras aparições de peixes. Somente no terciário, após a última grande Revolução do globo terrestre, ocorreriam as manifestações de mamíferos quadrúpedes.

Contra essa interpretação, constituiria-se uma corrente denominada de Uniformitarista, para a qual a formação geológica não seria resultante de catástrofes, mas da atuação constante e de longa duração da natureza, que agiria por erosão,

²⁰⁹ CUVIER, George. *Discurso sobre as Revoluções da Superfície do Globo*. Tradução de Francisco de Ferreira Abreu. São Paulo: Edições Cultura, 1945, p. 26.

²¹⁰ Idem, p. 32.

²¹¹ Idem, p. 35.

decomposição e atividade vulcânica formando as identidades geográficas da superfície. James Hutton foi o criador da máxima que define, de maneira genérica, as ideias geológicas dessa corrente: “o presente é a chave para o passado”.²¹² Ele insiste que “desde o topo da montanha à praia do mar, tudo está em mudança” e que a Terra “possui um estado de crescimento e aumento e outro de diminuição e degeneração”.²¹³ Charles Lyell é o nome mais reconhecido dessa corrente, no século XIX, seja por sua associação posterior às ideias de Darwin, ou pela difusão do seu *Principles of Geology* (1830), ou ainda por suas ideias terem sido usadas para se opor à concepção de que a superfície da terra seria uma decorrência de eventos inconstantes e aleatórios.

O debate entre as ideias Catastrofistas e Uniformitaristas, por vezes, foi turvado pela questão nacional, na qual os primeiros foram associados a um estilo francês de geologia, enquanto os últimos representariam o modelo inglês, ou pelo peso que Darwin promoveu em toda a história e historiografia das ciências; ainda uma leitura retrospectiva associou os catastrofistas a uma interpretação religiosa contra uma laica e evolucionista. No entanto, a grande querela que divide essas duas correntes é a questão das mudanças das leis da natureza. Para Cuvier, com as grandes Revoluções, “quebrou-se o fio das operações, alterou-se a marcha da natureza, e nenhum dos agentes que ela emprega seria suficiente para produzir as suas obras antigas”.²¹⁴ Os Uniformitaristas se esforçam em compreender essas revoluções no interior de leis da natureza que sejam constantes. Nesse sentido, Lyell não nega que tenham ocorrido grandes revoluções na superfície da terra; sua oposição se dá nas mudanças das forças da natureza. Para ele, essas catástrofes seriam um efeito da natureza geradas ao longo do tempo,

Uma comparação próxima das espécies recentes e fósseis e das inferências desenhadas em relação aos seus hábitos, acostumou o geólogo a contemplar a Terra como tendo sido em períodos sucessivos o local de moradia de animais e plantas de diferentes raças, algumas terrestres e outras aquáticas — algumas equipadas para viver em mares, outras nas águas dos lagos e rios. Pela consideração desses tópicos, a mente foi lentamente e insensivelmente retirada de imagens imaginárias de catástrofes e confusão caótica, como assombrar a imaginação dos primeiros cosmogonistas. Inúmeras provas foram descobertas da tranquila deposição da matéria sedimentar, e do lento desenvolvimento da vida orgânica. Se muitos escritores, e o próprio Cuvier no número, ainda continuaram a afirmar que "o

²¹² HUTTON apud EICHER, Don L. *Tempo Geológico*. Tradução de José Eduardo Siqueira Farjallat. São Paulo: USP, 1975, p. 19.

²¹³ Idem, *Ibidem*.

²¹⁴ CUVIER, George. *Discurso sobre as Revoluções da Superfície do Globo*. Tradução de Francisco de Ferreira Abreu. São Paulo: Edições Cultura, 1945, p. 45.

ção da indução foi quebrado", ainda, em raciocínio pelas regras estritas de indução de espécies recentes a fósseis, eles em grande medida repudiaram o dogma que, em teoria, eles professavam.²¹⁵

Para Lyell, todas as transformações poderiam ser explicadas no interior de ações lentas e constantes, seja pelas ações da força da natureza, seja pelo resultado do desenvolvimento orgânico que ocupa a crosta terrestre, que, por sua vez, seria uma obra contínua dessas forças.

Essa interpretação das transformações da natureza continuísta traz objeções à interpretação Catastrofista. O grande desacordo do geólogo inglês quanto às postulações de Cuvier se refere ao caráter dos fenômenos e sua consequência na sucessão biótica. Uma vez que essas transformações ambientais não ocorreram de forma intempestiva, as espécies não se extinguiriam. Para Lyell, há “uma capacidade, em todas as espécies, de se acomodar às mudanças”;²¹⁶ no entanto, isso não significaria uma transmutação ou uma mudança de espécie, apenas um ajuste a contextos ambientais específicos. Em suas palavras, “parece que as espécies têm uma existência real na natureza; e que cada um foi dotado, na época de sua criação, com os atributos e organização pelos quais agora se distingue”.²¹⁷

Nas décadas de 1830 e 1840, o cenário do campo geológico foi caracterizado pelo debate e diálogo com as teses uniformitaristas e o questionamentos de como as forças da natureza moldam a estrutura geológica da terra, nas quais Beaumont se enquadra. Se, de um lado, havia interesse em compreender as transformações realizadas em longa duração como efeitos legítimos na natureza, do outro, havia esforço em questionar essa história pacífica, escondida por trás da tranquilidade do presente geológico.

Em *Recherches sur quelques-unes des révolutions de la surface du globe* (1841), Beaumont já afirmava a coexistência de conjunto de montanhas formadas por mudanças repentinas e outras formadas por constantes operações da natureza. O geólogo descrevia os processos que formam a superfície da Terra de maneira distinta da cuvieriana, que resumia os fenômenos em revoluções totais ou parciais. Nesse sentido, Beaumont não foi um completo adepto da teoria cuvieriana, pois as formações geológicas não são resultados exclusivamente de períodos de completa

²¹⁵ LYELL, Charles. *Principles of Geology*. Nova York: Appleton, 2010, p. 60. Tradução nossa.

²¹⁶ Idem, p. 611.

²¹⁷ Idem, *Ibidem*.

estabilidade ou de cataclismas, que renovaram radicalmente a superfície do globo, afinal, em suas palavras, “cadeias de montanhas foram capazes de subir sem produzir verdadeiras revoluções na superfície do globo”.²¹⁸ Os terrenos formados pela laboriosa junção de sedimentos e as erosões contínuas ocupam, em seus estudos, um lugar que permite distinguir as diferenças do conjunto de montanhas europeias.

Daí todo o seu esforço em diferenciar os tipos de formação montanhosa, a fim de encontrar os fenômenos que permitissem explicá-los por séries e estabelecer sistemas relacionados às referidas cadeias, uma vez que podem ser estabelecidas pela “direção média de um sistema de fraturas” e “devem ser desconsiderados na busca de leis gerais do fenômeno das camadas de endireitamento”.²¹⁹ O geólogo intentava, através das direções das formações montanhosas, encontrar os fenômenos que permitissem explicar a sua formação; “as luxações dirigidas na mesma direção, devem naturalmente ter nos levado a supor que eles (os fenômenos) foram produzidos pela mesma ação mecânica”.²²⁰

Se as montanhas não são formadas exclusivamente por grandes revoluções, elas podem ser formadas por movimentos discretos e mecânicos que atuam constantemente. Nesse interior, as direções das cadeias montanhosas indicam a movimentação que ocorre no interior da terra. Como descreve Beaumont,

Caso essa indução seja precisa, o número de fenômenos de deslocamento que o solo de cada país teria experimentado seria aproximadamente igual ao das direções de cadeias de montanhas verdadeiramente distintas e independentes que poderiam ser distinguidas lá. Esse número nunca é muito grande e quase da mesma ordem que as mudanças na natureza e o depósito dos depósitos de sedimentos em cada país, mudanças que os fizeram distinguir, desde Werner, em uma série de formações, e que têm sido consideradas cada uma o resultado de um grande fenômeno físico.²²¹

Sem descartar completamente as grandes revoluções violentas, ele também adere à interpretação de que a formação de montanhas também pode ser resultante de constantes forças da natureza, ou seja, existem montanhas que surgem de erupção revolucionária, que ocorrem em períodos de grandes perturbações da natureza, e existem elevações de Terra que são produzidas em esforços mais longos

²¹⁸ BEAUMONT, Élie de. *Recherches sur quelques-unes des révolutions de la surface du globe*. Paris: Brochant de Villiers, 1841, p. 663.

²¹⁹ Idem, p. 620.

²²⁰ Idem, p. 621.

²²¹ Idem, *Ibidem*. Tradução nossa.

e contínuos. Ambas podem ser interpretadas em conjuntos de operações de fenômenos naturais.

Beaumont descreveu as cadeias montanhosas por meio de fenômenos de nascimento e reformulações, nos quais se enquadravam os Pirineus:

A convulsão que acompanhou o nascimento dos Pirineus foi obviamente uma das mais fortes que o solo da Europa até então experimentou; foi apenas com o surgimento dos Alpes que experimentou uma mais intensa, mas durante o intervalo entre a re-formação dos Pirineus e a formação do sistema dos Alpes ocidentais, durante o qual a maioria das chamadas camadas terciárias foram depositadas, a Europa não foi palco de nenhum outro evento tão importante. As elevações que, durante esse intervalo, talvez tenham mudado a forma das bacias terciárias várias vezes, não foram sentidas lá com a mesma intensidade e o sistema Pirineus formou-se, ao longo deste intervalo, a característica dominante da parte da superfície do nosso planeta que se tornou a Europa; portanto, o caráter pireneso é quase tão bem descoberto no mapa onde o senhor Lyell tem mostrado indistintamente todos os mares dos vários períodos terciários, como no que eu procurei restaurar separadamente a forma de uma parte dos mares onde as terras terciárias inferiores foram depositadas.²²²

Na citação acima, Beaumont diferencia o nascimento da formação dos Pirineus. Se seu processo de nascimento surge de erupção violenta, no entanto, durante o terciário, houve transformações significativas que não foram resultados de grandes revoluções, mas de ações constantes que permitem ao geólogo defender uma “reformulação”. Não por acaso, ele cita o trabalho de Lyell, no qual as ações dos mares no processo de formação de sedimentos atuam regularmente na configuração dos terrenos.

3.3.2 Datar através dos princípios

Em 1847, portanto, no mesmo ano de publicação da *Histoire de la Révolution Française*, de Michelet, Beaumont publicou dois estudos que enfatizavam esse diálogo entre as revoluções violentas cuvierianas e as transformações constantes lyellianas. Em *Note sur les systèmes de montagnes les plus anciens de l'Europe*, ele insistiu nas duas naturezas das formações das cadeias montanhosas, as que são fenômenos das revoluções e as que são constituídas no esforço longo da natureza.²²³

²²² BEAUMONT, Élie de. *Recherches sur quelques-unes des révolutions de la surface du globe*. Paris: Brochant de Villiers, 1841, p. 643. Tradução nossa.

²²³ BEAUMONT, Élie de. *Note sur les systèmes de montagnes les plus anciens de l'Europe*. S/N, 1847.

Já em sua *Note sur les emanations volcaniques et métallifères*, Beaumont realizou um importante estudo que permitiu diferenciar os tipos de mudanças que ocorreram na Terra por meio das emanções vulcânicas e seus fenômenos físico-químicos, amplamente utilizados para falsear a ideia de que as forças da natureza foram sempre constantes.

Partindo da constatação de que as erupções vulcânicas trazem para a superfície do globo os elementos que existem no seu interior, em forma de lava, rochas derretidas e seus acessórios e, em forma volátil, vapor d'água, gases e ácidos, o geólogo argumenta sobre a mudança de natureza na forma como esses elementos estão dispostos nos estratos:

Em todos os momentos da história do globo, fenômenos eruptivos deram origem a produtos pertencentes a essas duas classes, mas a natureza de ambas variou ao longo do tempo. Se voltarmos por períodos geológicos, vemos materiais vulcânicos à maneira de lava ficarem mais ricos e ricos em sílica. Os mais ricos em sílica, os granitos, são, em massa, os mais antigos. Ao mesmo tempo, vemos materiais vulcânicos à maneira de enxofre se tornando cada vez mais variados. (...) No estado atual da natureza, as duas classes de produtos são quase completamente separadas. Mas, na origem das coisas, eles eram muito menos assim. Deve-se conceber que quando a superfície da Terra derretida começou a esfriar, os vários corpos simples foram espalhados lá sem qualquer ordem determinada. Tudo parece ter sido confundido neste caos primitivo onde as primeiras massas graníticas se originaram; mas gradualmente os materiais eruptivos da lava tinham menos silício, e as emanções vulcânicas à maneira de enxofre, que originalmente continha quase todos os corpos simples, tornaram-se cada vez mais pobres.²²⁴

O raciocínio de Beaumont, apesar de elaborado por meio de estudos químicos, é simples: as emanções vulcânicas, no decorrer do tempo, liberaram elementos químicos diferentes. Se, nos períodos geológicos mais antigos, eram ricos em enxofre e silício, essas emanções foram ficando mais pobres nesses tipos de elementos químicos. Essa diferença de conteúdo das matérias é fruto de ações físico-químicas distintas: “Na origem dos fenômenos eruptivos, durante a produção dos primeiros granitos, as duas classes de produtos foram muito menos distintas em sua composição”,²²⁵ “todos originalmente unidos em uma espécie de mistura universal”.²²⁶ Essa transformação demonstra uma mudança na temperatura

²²⁴ Esse texto é resultado das aulas no *Collège de France* nos anos de 1846 e 1847. Originalmente foi publicado no *Extrait du Bulletin de la Société Géologique de France* (sessão de 5 de julho 1847). Tivemos acesso ao texto por uma versão publicada em 1849. Beaumont, Élie de. *Note sur les emanations volcaniques et métallifères*. S.N, 1849, p.02. Tradução nossa.

²²⁵ Idem, p. 74.

²²⁶ Idem, p. 75

geral da Terra, “mostra que um grande número de corpos simples se concentraram nas partes do envelope da Terra em que o primeiro dano de resfriamento deve ter sido feito; que, portanto, foram removidos, por assim dizer, de circulação”,²²⁷ ou seja, coagulados e imobilizados com o resfriamento. A partir dessa análise, ele concluiu:

Em suma, silício e potássio, e uma grande série de corpos simples, são encontrados mais abundantemente no primeiro envelope consistente do globo e em suas emanações diretas do que no resto da crosta terrestre. Alguns estão ainda mais ou menos concentrados lá. Esses corpos foram removidos mais ou mais completamente de circulação assim que o primeiro envelope do nosso globo foi formado, imobilizado pelo início de seu resfriamento. Todos esses corpos permaneceram na profundidade a partir do qual eles só foram trazidos à superfície em alguns casos excepcionais, por fenômenos eruptivos comparativamente modernos. Sua grande gravidade específica, sem dúvida, ajudou a mantê-los nas entranhas da Terra; mas, talvez eles também tenham sido arrastados para longe da superfície como resultado de sua menor tendência a combinar com oxigênio. Essas várias considerações possibilitam conceber, se não me engano, que a concentração de silício, potássio e uma grande classe de metais em granitos, e o acúmulo deste último em certas partes dessas rochas, não apresentam um problema insolúvel; mas, qualquer que seja a explicação definitiva que possa ser dada de seu encontro, é certo que ela existe e que ela necessariamente remonta a fenômenos extremamente antigos que devem ter sido diferentes dos fenômenos que estão acontecendo hoje na superfície do globo; que durante a coagulação do primeiro envelope da Terra, deve ter havido alguma causa para que um grande número de corpos fosse removido de circulação; que havia uma enorme diferença entre os fenômenos peculiares à época em que a granidade foi formada e o que aconteceu mais tarde, durante a formação das outras rochas cristalinas; portanto, segue-se que os fenômenos que ocorreram na superfície do globo seguiram uma certa gradação. Seja qual for a natureza dos primeiros fenômenos geológicos, grande parte dos corpos simples foram então sequestrados para não reaparecer em outro lugar, e este fato, por si só, indica uma mudança gradual no curso dos fenômenos geológicos. Vemos como isso é contrário a certos sistemas em que se presume que tudo tem acontecido constantemente da mesma forma na superfície da Terra, e que a origem do globo seria perdida na noite de um período indefinido, durante o qual fenômenos geológicos teriam se tornado perpetuamente no mesmo círculo.²²⁸

A conclusão de Beaumont é que os fenômenos da natureza nem sempre foram os mesmos. Existem fenômenos peculiares de uma época que são possíveis de serem verificados a partir do tipo de elementos inorgânicos que são liberados e determinam um tipo de ambiente e sua transformação “gradual”. Isso não implicou na revogação de que existem, por exemplos, montanhas que foram criadas por forças constantes da natureza. O fato de existirem forças constantes que atuam na natureza não implica dizer que elas sempre foram as mesmas.

²²⁷ Idem, *Ibidem*.

²²⁸ Idem, p. 82. Tradução nossa.

Nesse sentido, podemos concluir que o geólogo distingue as forças da natureza das leis físico-químicas. Os corpos inorgânicos da natureza, sejam as montanhas, sejam os processos eruptivos dos vulcões, são passíveis de uma historicidade que fragmenta a percepção visual de unidade e tranquilidade, tal como são apresentados na natureza no presente. O estudo dos elementos que definem a matéria permite compreender suas origens que, por vezes, demonstram esse princípio pouco pacífico do seu surgimento. Mais rigoroso com a análise química que Cuvier, Beaumont define que as transformações graduais da Terra demonstram uma mudança nos efeitos da natureza, mas que seguem as leis físico-químicas.

Se, nos intervalos das grandes concussões dinâmicas, que produzem as cadeias de montanhas e depois matam miríades de seres organizados, sem destruir completamente todas as espécies, ainda retêm os mesmos órgãos de movimento e mudança que, em sua origem, esses órgãos não mais retêm a mesma vivacidade da ação, não são mais alimentados por tais substâncias energéticas. É óbvio que o mais intenso desses fenômenos químicos, dos quais a natureza mineral é o produto, deve ter ocorrido, em sua maioria, antes da existência dos seres organizados; e, isso por si só, mostra que a Terra passou por uma série de fenômenos diversos e sucessivos, que houve um desenvolvimento de natureza inorgânica. É em meio a esse desenvolvimento de natureza inorgânica que ocorreu o desenvolvimento da natureza orgânica, como nos indica a sucessiva aparição das diferentes classes de seres organizados (...). As substâncias de erupções eram, ao longo do tempo, restritos quase exclusivamente a corpos simples, que tinham de ser constantemente devolvidos à superfície do globo, de modo que nenhuma ilha de suas partes não possuía os materiais dos quais os seres organizados deveriam ser compostos; e os corpos simples, por sua natureza, poderiam ter exercido uma ação deletéria sobre os seres organizados, ou que tinham que permanecer alheias à sua composição, foram removidos, em grande parte, de circulação desde as primeiras eras do mundo. As organizações mais complexas e frágeis só apareceram depois que os princípios que poderiam tê-los prejudicado foram quase completamente fixos ou reduzidos a proporções inofensivas.²²⁹

Beaumont renova o Catastrofismo, pois as revoluções não quebram os fios das operações da natureza – enquanto as leis físico-químicas continuam as mesmas – mas a disposição daquilo que se encontra disponível, na crosta terrestre, muda sensivelmente com as revoluções na superfície. Ora, os seres organizados não existem, como afirma Lyell, desde a data da criação do mundo, porque as fontes de riqueza minerais disponíveis são outras dos seus primórdios; em outras palavras, não se pode colocar o homem na origem da Terra, pois existe, de certa forma, um contexto que o torna possível. Sua existência anterior a esse contexto era impossível por forças

²²⁹ Idem, p. 83. Tradução nossa.

“deletérias”. Daí podemos extrair algumas ideias que, parece-nos, serviram como apoio para Michelet entender a Revolução Francesa e sua escrita à sua época.

3.3.3 *A falsa percepção antirrevolucionária do presente: uma convergência entre o geólogo e o historiador*

Para o historiador, mais importante do que entender a Revolução Francesa como um único processo, é fundamental entender os princípios que ele difunde e qual tipo de ações estimula; em outras palavras, assim como para Beaumont, é necessário analisar o tipo de natureza dos elementos que estão nos princípios de suas ações. Enquanto a conjuração da Revolução surge da ação anticlerical do século XVIII, promovendo a criação de um novo mundo, cujo alicerce é o Direito, a era do Terror e a Salvação Pública são a reminiscência de um princípio dogmático, da formação de séquitos e do quadro policialesco da Idade Média. A erupção que promoveu a Revolução Francesa não conseguiu limpar todas as “forças deletérias”.

Em Michelet, por trás da aparente continuidade da narrativa da Revolução Francesa, há um conjunto de ideias que permite uma gradação; como na descrição das cadeias montanhosas, o princípio da Revolução não é o mesmo princípio do cristianismo católico dos saint-simonianos; existe uma diferença de origem que é passível de datação, mas que o presente, por vezes, esconde.

A geologia traz uma reflexão sobre a permanência do passado no presente, segundo a qual o passado não desapareceu, está invisível, enterrado, mas possível de ser analisado materialmente no presente onde vivemos. Os uniformitaristas realizam essa análise a partir da ação imperceptível, mas indefinidamente repetida dos agentes atuais (erosão, sedimentação, elevações lentas da terra) suficientes para explicar, desde que se admita sua ação por períodos suficientemente longos, as transformações mais monumentais, pelas constantes leis da natureza. Parece-nos que esse tipo de convite também é visto no catastrofismo de Cuvier, por meio das análises dos fósseis e dos estratos bióticos criados pelas revoluções violentas e rápidas turbulências da superfície do globo. Com Beaumont, essa continuidade da natureza é colocada em xeque a partir da natureza físico-química dos fenômenos naturais. Não por acaso, o historiador representou sua atividade como a de um geólogo:

[...] um mundo inteiro pereceu, soçobrou, corpo e bens. Redescobriu-se poemas, redescobriram-se ossadas no fundo das cavernas, mas não nomes,

não sinais... é com esses tristes restos que posso refazer essa história? Que triunfem, os nossos inimigos, pela impotência que nos criaram, e por terem sido tão bárbaros que não se pode contar, com certeza, suas barbáries! [...] Pelo menos o deserto conta, o deserto do Languedoc, e as solidões dos Alpes, e as montanhas despovoadas da Boêmia, tantos outros lugares, de que o homem desapareceu, em que a Terra se tornou estéril para sempre, em que a natureza, depois do homem, parece ela própria exterminada.²³⁰

Não nos parece exagero estabelecer uma relação entre a história da Revolução Francesa, de Jules Michelet, e as teorias geológicas. Assim como Beaumont e sua reavaliação do catastrofismo à luz de uma crítica do uniformitarismo, Michelet atua contra a falsa aparência de continuidade do presente convocando as especificidades das ciências para estabelecer uma datação das ideias e definir princípios do presente no passado. Como ele afirma:

É tendência comum querer ler todos os pensamentos de hoje no passado, que muitas vezes não foram pensados. Para aqueles que têm essa fraqueza, nada é mais fácil. Toda grande questão é eterna; é quase impossível não a encontrar em qualquer época. Mas é próprio da ciência não tomar assim esses aspectos vagos e gerais das coisas, esses caracteres comuns dos tempos em que eles se confundem; ao contrário, é específica; insistir, para cada época, na questão realmente dominante.²³¹

A nosso ver, é de maneira beaumontiana que Jules Michelet denuncia as rupturas que existem no interior da Revolução Francesa, expondo e datando as diferentes naturezas ou, como ele prefere dizer, morais que estão em jogo no interior do processo revolucionário. Uma vez que, por trás da continuidade revolucionária cristã, existem dois fenômenos de origens distintas, um moral (que remete à Idade Média e seu comportamento dogmático), e outro que se assenta no Direito e na perspectiva anticlerical do século XVIII, é possível definir as diferenças entre a conjuração e o processo revolucionário, no qual o presente, ao unificá-los, comete uma sátira. Como Michelet define:

Sátira amarga da Revolução! Que ela declame quinhentos anos contra a Idade Média e que, chegando o seu dia, intimada pela necessidade de mostrar o que é, o que quer não mostre nada de si senão uma impotente dedução da Idade Média, senão uma imitação servil de seus procedimentos bárbaros, barbárie mais chocante ainda quando se apresenta, em pleno século XVIII, depois de Rousseau e Voltaire.²³²

²³⁰ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989, p. 52.

²³¹ Idem, p. 292.

²³² Idem, p. 297

Michelet e Beaumont não estavam apenas interessados no presente como lugar de reflexão, mas também em como esse lugar pode promover equívocos, logros e falsas percepções. O inconformismo e a inquietação com a aparente harmonia e tranquilidade fizeram ambos retomarem os princípios revolucionários, cada um em reflexões específicas. Se o geólogo se dedicou a demonstrar que as revoluções na crosta terrestre não significavam uma ruptura com as leis físico-químicas e que as continuidades das forças no presente eram insuficientes para compreender a historicidade da Terra, o historiador se concentrou na falsa manutenção continuísta entre cristianismo e revolução e como ela foi promovida por uma escrita da história dogmática.

CAPÍTULO IV

MICHELET E O RENASCIMENTO – DO CURSO AO LIVRO. OS IMPACTOS DOS MUSEUS E DAS CIÊNCIAS DA VIDA

Em 1855, Jules Michelet retoma sua *Histoire de France* se dedicando ao século XVI, precisamente ao Renascimento, matéria do seu curso no *Collège de France* em 1839. Para Lucien Febvre, esse livro é o “resultado”²³³ de suas pesquisas empreendidas durante o curso.²³⁴ Interessado em atribuir uma paternidade à categoria Renascimento, o historiador dos *Annales* se concentra na continuidade entre o curso e o livro. Para o historiador de Rabelais, “entre o que ele traz de novo aos ouvintes do *Collège de France*, e o que Michelet publica em 1855, a diferença não é sensível”.²³⁵ Em uma perspectiva distinta dessa afirmação, poderíamos recorrer à máxima micheletiana: “um livro é um todo orgânico”.²³⁶

A partir dessa frase do escritor de *O Povo*, na qual ele procura evidenciar as diferenças entre um curso e o arranjo de um livro, torna-se necessário compreender, na trajetória do curso ao livro sobre o Renascimento, uma acentuação da aproximação do seu pensamento historiográfico com o naturalismo. Parece-nos que a *Histoire de France* se difere do curso na medida em que ocorre uma radicalização de um projeto historiográfico que se entrelaça às Ciências da Vida, promovendo um tipo de naturalismo historiográfico. Consideremos sua síntese sobre os primeiros trinta anos do século XVI:

Isso dado ao método, à crítica, à fontes, restava talvez traçar uma fórmula breve, que resumisse os trinta anos, permitisse abarcar tudo num relance, como um vasto país num pequeno mapa geográfico. É a idade adulta do Renascimento, sua infinita grandeza e ambição, seu aborto precoce, a necessidade de confiar no princípio, essencialmente diferente, da Reforma (...). Esta é a França de Gargântua, o principal órgão do Renascimento, ao

²³³ FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995, p. 35.

²³⁴ O curso sobre o Renascimento efetivamente ocorre em 1840. Lucien Febvre leva em consideração a parte final do curso sobre a escolástica (1838-1839) como parte integrante da reflexão de Michelet sobre o Renascimento.

²³⁵ Idem, p.183.

²³⁶ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 362.

nível de seu papel? Com este cérebro gigantesco, ela tem um corpo? Ela tem coração? Ela tem essa vida geral, espalhada por toda parte, que a Itália tinha em sua boa idade? A França surpreende com contrastes assustadores. Ela é um gigante e um anão. Está transbordando vida, é morte e é um esqueleto. Como povo, ainda não é.²³⁷

Na citação acima, podemos destacar algumas questões inerentes ao intento micheletiano. Primeiro, as imagens da França como um “orgão”, ou o Renascimento como um “aborto precoce”, remete-nos a uma interpretação da história que é realizada por lentes das Ciências da Vida, a partir de uma estratégia de construção de inteligibilidade dos fenômenos históricos. Em si, isso não seria uma completa novidade, pois Michelet já havia afirmado anteriormente que a França era um organismo. No entanto, percebe-se que há uma extrapolação; entra, neste contexto, nossa segunda acepção do papel da imagem biológica: a França simultaneamente pode ser um indivíduo, mas “ela tem um corpo?”, interrogou-se o historiador. Há um efeito de escalonamento de imagens, de indivíduos, ou, se se preferir, de corpos. O Renascimento tem um corpo como época, como período, a forma como ele se inscreve no interior da História tem uma identidade, um corpo integrado por outros corpos-órgãos. As nações, por sua vez, são esses corpos ou semicorpos que possuem sua própria identidade histórica, uma personalidade datada, construída pelo tempo em que os próprios séculos adquirem uma identidade.

Sobre a ordenação do tempo na *Histoire de France*, de Jules Michelet, o *XVI siècle* marca uma novidade. Até o seu último volume (1841), Michelet tinha operado pela lógica das Idades (Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna); mas esse livro marca uma divisão em séculos. De fato, o historiador já havia descrito a diferença de objetos e sua complexidade ao escrever a história na era moderna.²³⁸ No entanto, que nossos olhos – tão acostumados a ver etiquetas em todos os lugares – não nos permitam negligenciar essa singularidade, quando ela não era comum; que nossos olhos não nos façam entendê-la simplesmente como uma mera divisão. Essa

²³⁷ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Reforme. Paris: Chamerot, 1855, p. X – XIII. Tradução nossa.

²³⁸ Sobre a complexidade da História Moderna, Michelet descreveu em 1831: “O mundo, desde os gregos e romanos, até perdeu aquela unidade visível que dá um caráter tão simples e dramático à história de antiguidade. A Europa moderna é um organismo muito complexo, cuja unidade, cuja alma e a vida não está nesta ou naquela parte preponderante, mas em seu relacionamento e arranjo mútuos, em seu profundo entrelaçamento, em sua harmonia íntima”. Cf. MICHELET, Jules. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831.

novidade, essa forma de dividir a história, ocupou Lucien Febvre e muitos outros historiadores; a ideia fundamental era que o Renascimento, em Jules Michelet, deixava de ser exclusivamente um movimento circunscrito na arte e na literatura para se transformar em uma época.

Se o século XVI é uma época com uma identidade própria, é porque não podemos pensá-lo – a partir da metáfora de Michelet – no mesmo corpo da Idade Média. Essa compreensão não é incomum; no século XIX, a tradição filosófica e histórica burguesa afirmava que o século XVI marca a aurora da “era moderna” e o início do “triumfo da razão”.²³⁹ No entanto, no caso da *Histoire de France*, o Renascimento é um aborto, um projeto interrompido; isso coloca em jogo uma outra compreensão de História e de sua escrita. A História, para Michelet, não seria resultado do desenvolvimento contínuo de um organismo, muito menos signo de um progresso constante da razão. Se os projetos fracassam é porque falta-lhes algo; se eles foram frustrados é porque algo lhes interrompeu. É sobre esse ausente, sobre a interrupção da constituição do povo que se realiza o movimento da história e que a escrita torna visível e promove um aprendizado.

Nesse sentido, uma história das formas da morte de um povo ou da construção do seu corpo não deixa de ter um esforço pedagógico. Michelet assevera sobre seu livro: “Este livro, de resto, não foi escrito para afligir os moribundos. É um apelo às forças vivas”; ou ainda: “A história, que não é senão conhecimento da vida, devia vivificar-nos; ao contrário, ela nos enfraqueceu”.²⁴⁰ Parece-nos que o conhecimento da vida, no interior da historiografia micheletiana, do qual suas ciências constroem um acervo significativo, pode não somente servir como elemento para a construção de uma inteligibilidade, mas também para pensar um papel para a escrita da história em sua *Histoire de France* do século XVI. Não por acaso, entre as publicações dos livros que compõem esse escopo, ele escreve seu primeiro livro de História Natural; signo disso, as Ciências da Vida e o esforço pedagógico da escrita da história, que constituem e se fundem no interior do seu pensamento, em *L'Oiseau*, ele descreve sua percepção acerca do Museu de História Natural:

Em nossos dias, um espetáculo maior se fixou sobre a comovida atenção de todas as nações do mundo, quando dois grandes homens (mais que dois

²³⁹ CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 2013, p.120.

²⁴⁰ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Renaissance. Paris: Chamerot, 1855, p. LXXXIX.

homens: dois métodos) Cuvier e Geoffroy, ali travaram batalha. Todos se interessaram ora por um, ora por outro; todos tomaram seu partido e enviaram ao Museu provas a favor ou contra como, por exemplo, livros, animais ou fatos desconhecidos. De maneira que estas coleções, que se suporiam mortas, estão vivas, palpitam ainda dessa luta, animada pelos grandes espíritos que chamaram todos estes seres para testemunhas do seu combate.²⁴¹

No Museu de História Natural, a morte palpita animada pela batalha entre Cuvier e Saint-Hilaire; as coleções, os fósseis, esses corpos incompletos, estimulam o interesse em reconstruir o passado, dão vida ao passado, mas simultaneamente tiram os espectadores do seu lugar de tranquilidade e de desinteresse pela História. Essa descrição é emblemática, e nos permite unificar o papel pedagógico da escrita da história, que Michelet lhe confere como uma forma de apresentar o tempo a partir de corpos que se encontram em seus livros sobre o Renascimento.

A ideia de que a experiência museológica tenha um impacto na escrita da história micheletiana foi argumentada por Haeskell. Para ele, Jules Michelet ficou demasiadamente submerso com a organização do Museu da Renascença e a leitura de Brunelleschi, realizada por Quinet, no momento do seu curso.²⁴² Nesse sentido, uma nova experiência museológica e a proximidade com as ideias de Serres e Saint-Hilaire poderiam ter feito o mesmo em 1855, data da publicação do livro? A ideia da *História do siècle XVI* como um tipo de Museu de História Natural poder ser uma chave interpretativa interessante para se pensar a distância entre o curso e o livro sobre o Renascimento e a radicalização do pensamento micheletiano em relação às Ciências da Vida.

Com esse intento, discutiremos sobre os cursos ministrados no *Collège de France* (1838-1841) e os livros publicados (1855-1857) para percebermos as mudanças da leitura de Michelet sobre o Renascimento. Pois, foi no intervalo entre esses dois momentos que Jules Michelet radicalizou sua escrita da história e sua relação com a Ciências da Vida, a fim de promover uma história do século XVI que se assemelhasse a uma espécie de Museu de História Natural. Para isso, começaremos analisando o curso e a tese que emerge a partir dele. Posteriormente, analisaremos o cenário entre ambos que, de certa forma, permitiu essa radicalização das Ciências da

²⁴¹ MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. 38. Tradução nossa.

²⁴² HASKELL, Francis. Michelet et l'utilisation des arts plastiques comme sources historiques. In: *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 48^e année, N. 6, 1993.

Vida e a emergência do naturalismo. Na última parte, nós nos concentraremos na análise dos seus livros sobre o século XVI.

4.1 O Renascimento no curso de 1839: a morte do povo e o limite das artes

O curso sobre a escolástica se encerra em julho de 1839 e, poucos dias após, Pauline Michelet, a primeira esposa de Jules Michelet, falece. Seria difícil negar as consequências pessoais na interpretação histórica de um historiador que disse, inúmeras vezes, que sua compreensão da história era sua vida. A morte de Pauline o perturbou profundamente, uma vez que se sentia culpado em relação à frieza e ao afastamento do relacionamento. A experiência de lidar com a produção do último retrato é evidente em seu diário pessoal: “meus filhos ficaram horrorizados e com medo no primeiro dia. Eu fui para o terceiro. A natureza! Meus sentidos começaram a falhar”.²⁴³ Em uma nota escrita no final do curso, Michelet revela a coexistência de dois sentimentos no decorrer daquele ano: a dor pela morte de Pauline e a esperança advinda do renascimento do amor no consolo da senhora Dumesnil. Sem dúvida, podemos ver o esforço micheletiano de encontrar sentido no papel da morte. Não por acaso, o final do Volume IV da *Histoire de France* se encerra com a Dança Macabra, festa da tradição medieval que lembra a naturalidade e a universalidade da morte, escrito um dia após a partida de sua esposa. Esses episódios preparam, servem como antecâmara para sua interpretação sobre o Renascimento em seus cursos no *Collège de France* entre 1839 e 1841.²⁴⁴

Em fevereiro de 1840, Michelet iniciou uma viagem à Itália com o intuito de pesquisar e escrever seu curso sobre o Renascimento. Durante o percurso, dedicou-se à leitura do livro *Cartas Espirituais*, de Fénelon. Michelet já tinha lido o *Diálogo dos Mortos*, do mesmo autor, que ressuscita e faz o julgamento de personagens históricos. *Cartas Espirituais* é um livro composto pela junção de várias correspondências de Fénelon. A reflexão sobre a morte como um elemento natural ocupa uma boa parte do livro do pensador do século XVII, e não é estranho que Michelet tenha concluído que precisamos aprender a morrer.²⁴⁵

²⁴³ MICHELET apud PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006, p. 150.

²⁴⁴ É comum ao analisarem os cursos sobre o Renascimento (1839-1841) compreendê-lo como sinônimo do livro de 1855. Febvre e Le Goff, por exemplo, realizam citações do texto do *Renaissance* para justificar passagens do curso.

²⁴⁵ VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours*. 1798-1874, Paris, Gallimard, 1998, p. 215.

Esses episódios pessoais são partes do argumento de Lucien Febvre sobre a invenção do Renascimento como etiqueta de uma época em Jules Michelet, em parte, extraídos das análises de Gabriel Monod.²⁴⁶ Acrescentar-se-ia a isso a percepção melancólica de Florença, cidade na qual o escritor da *Histoire de France* se deparou, uma cidade medíocre. O historiador dos *Annales* descreve assim essa passagem: “uma cidade que foi, na verdade, a pátria daquilo que designamos por Renascimento, à qual se pode melhor identificar a renascença e que adormeceu no dia mesmo que a renascença se esvaneceu e que não mais despertou desse sono”.²⁴⁷ De fato, as ruínas e a incapacidade de se reconstruir como uma república livre ocupa, no curso do historiador, uma reflexão pertinente quanto aos alcances do Renascimento artístico e literário.

No entanto, acreditamos que exista algo importante na interpretação sobre o Renascimento em Jules Michelet, que começa a se consolidar em seus cursos e nos livros da *Histoire de France*, entre 1839 e 1841, a saber, a ideia de que o povo francês morreu ou, como procuraremos demonstrar, passou por um tipo de morte. Essa reflexão sobre os tipos de morte, que a noção micheletiana de historicidade carrega como uma necessidade, transforma-se em um recurso para a produção do conhecimento por meio de um negativo do povo: sua estreiteza e insuficiência – o obstáculo para uma vida plena do social.

Para Jules Michelet, o Renascimento da arte e das letras na Itália não correspondeu à emergência de um espírito moderno. Sua análise se desloca das especialidades para pensá-la a partir de outra perspectiva, o povo. Não apenas o povo francês, mas o povo de uma época. Nesse sentido, sua investigação historiográfica não é orientada exclusivamente para a validade racional do movimento artístico e humanístico, mas também para saber até que ponto essas novidades específicas colaboraram para o surgimento de uma concepção de povo.

A partir desse objeto, Jules Michelet descreve que os franceses, ao chegarem na Itália, no final do século XV, a partir das invasões de Carlos VIII, depararam-se com seus partidários, Maquiavel e Jerônimo Savonarola, este último um frei dominicano que profetizou a invasão francesa. O dominicano, que se destacava em Florença, a

²⁴⁶ MONOD, Gabriel. *La vie et la pensée de Jules Michelet: cours professé au Collège de France*. Tomo I. Paris: Champion, 1923.

²⁴⁷ FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995, p. 168.

mais francesa das cidades italianas, foi condenado à fogueira por meio das ordens monásticas e pelo Papa Alexandre VI, pois exortava o povo contra o perigo eclesiástico e contra os Médici. Inspirado em Jean Wycliffe e Joachim de Flore, Savonarola se posicionou contra a escolástica e Tomás de Aquino, apoiando-se na filosofia natural, pregando igualdade, moralidade e justiça. Ele é o retrato do destino incontornável da França. Ao atravessar os Alpes, os franceses se deparam com uma Itália que estava menos preocupada em se defender do que em continuar sua descoberta – tal qual Marco Polo e Leonardo da Vinci –, defende o historiador. Uma Itália que garantia um espaço maior às mulheres, como se observa nos exemplos de Vitória Colonna, musa de Michelangelo, e Cristina de Pisano, escritora de Veneza. Itália que nutria a individualidade moderna em suas associações e guildas. Para Jules Michelet, o trabalho com as guildas garantia a propriedade privada (protegida da apropriação dos feudos) e a aspiração à liberdade e à dignidade.

De início, portanto, Michelet não nega que existia na Itália um potencial Renascimento. O historiador vai situar seu início no movimento artístico italiano e na descoberta das ruínas antigas. É no túmulo do Império Romano, sobre seus escombros, que o povo começa a ressuscitar, rumo ao seu encontro com a Antiguidade. Esse encontro não se dá de forma fortuita, mas devido ao fato de os principados italianos estarem em guerras constantes. É nessa morte incessante que Dante, Petrarca, Rafael e Michelangelo, mesmo trabalhando para o papa, buscaram encontrar a verdadeira Roma sobre os destroços. “A descida ao túmulo é uma revolução violenta”,²⁴⁸ define Michelet. Aos poucos, a arte vai se transformando. O historiador francês pontua essa mudança através do aparecimento das temáticas mitológicas e dos deuses romanos. Foi sob esta roupagem pagã que a arte se reencontrou brevemente com a natureza e com a República. Assim, surge o espírito que anima as revoltas contra o domínio papal em Colonna, Arnaud de Brescia, Rienzi e Porcaro, e “que tentou duas vezes restaurar a República prevista em Petrarca”.²⁴⁹

Esse élan do Renascimento artístico, que poderia realizar a restauração da República, não passou de um ensaio. O Renascimento, afirma Michelet, não se consolida, “a não ser na cabeça dos grandes artistas”.²⁵⁰ Voltam, assim, a ser escombros de um povo que não renasce, sujeito ao domínio papal. É a Igreja que

²⁴⁸ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 389.

²⁴⁹ Idem, p. 392.

²⁵⁰ Idem, p. 393.

domina “a multidão dos fracos”²⁵¹ e “que administra o mundo em nome de uma religião hostil ao mundo”.²⁵² Se houve algo semelhante a uma autonomia do povo, esse cenário, descreve o historiador, foi mais próximo na França, na qual sua resistência ao domínio católico permitiu uma liberdade nacional.

Encontrava-se na França a concepção de direito, lei e justiça, estabelecida desde Luís XI: “O espírito moderno encontra-se na confissão de Saint Louis, na ideia de nação chamada para julgar o indivíduo: veja em Joinville, espírito leve, mas já crítico”.²⁵³ É relevante afirmar que já se encontrava uma ideia de povo, limitada, mas possível de ser enxergada na *La Pucelle*, o que levava a crer que a França estava preparada para criar uma nova era, com o que encontrou ao invadir a Itália: “a França aprenderia o que era essencial para a Europa”.²⁵⁴ No entanto, mesmo esse terreno preparado foi frustrado pela coalizão.

O escritor da *Histoire de France* descreve que o terreno da coalizão foi promovido por Carlos V e a Igreja Católica, atuando como inimigos da liberdade com o pretexto de promovê-la. Agiram contra a ocupação francesa da Itália, mas também contra a difusão do protestantismo; contra o espírito moderno e a missão francesa da realização do novo Império Romano. Se a “França é a unidade na harmonia das mentes”, o “Império de Carlos V era apenas guerra”,²⁵⁵ não conseguiria impor a unidade.

No conforto francês contra o espanhol, Lutero foi assistente de Francisco I, propondo o livre exame de consciência da religião. Aqui, temos a independência do pensamento, pensamento livre que se estenderia por toda a França com seus vencedores, e que, além do próprio Lutero, eram os valdenses e os maçons, contrários à ortodoxia e sua lógica geométrica, “a lógica do inferno”.²⁵⁶ Os místicos e a filosofia destruiriam aquele velho mundo promovendo a liberdade, o retorno à natureza e ao amor universal. No cerne dessa engrenagem, surgem Inácio de Loyola e os jesuítas que, sob a bandeira da liberdade, estabeleceram o princípio da servidão absoluta. A Igreja Católica, para Jules Michelet, impedia o *conhece-te a ti mesmo*, não apenas como homem, mas como humanidade, como parte de uma cidade do mundo, no

²⁵¹ Idem, p. 395.

²⁵² Idem, *Ibidem*.

²⁵³ Idem, p. 397.

²⁵⁴ Idem, p. 398.

²⁵⁵ Idem, p. 448.

²⁵⁶ Idem, p. 460.

relacionamento com seu passado e entre os povos. Ela é um obstáculo para a realização divina do humanitarismo. Na sua ambição de se tornar a Igreja viva de Deus, ela impedia a vitalidade intelectual livre, e o racionalismo era reduzido. Como conclusão dessas ideias, diz Michelet sobre o catolicismo, “a universalidade cristã é fictícia”.²⁵⁷

A diferença do terreno francês frente ao da coalizão, explica Michelet, pode ser representada nas figuras de Bernardino Ochino e Giordano Bruno. Giordano Bruno, napolitano que promove o amor divino ao estudar o mundo da natureza, foi queimado em Roma.²⁵⁸ Ochino, frade franciscano, voltou-se ao protestantismo. É então perseguido, na Nápoles sob domínio espanhol, escapando para Genebra. Ao fugir do símbolo visível da Igreja, percebeu que Deus não estava no altar, mas em toda parte, e encontra o amor invisível em liberdade.

No século XV, diz o historiador, a imprensa poderia ter promovido esse espírito moderno,²⁵⁹ difundindo o sensualismo, o heroísmo, o retorno à natureza e à crença do livre arbítrio, ideias estimuladas pelos místicos e pela descoberta da Antiguidade, através dos textos que chegavam pela fuga de Constantinopla. No entanto, a mesma imprensa também divulga os textos da Igreja, e a tensão entre os dois movimentos do espírito se constitui. “A Igreja em toda parte, ou a Igreja do papa; a igreja do coração, ou a igreja proibida e fechada com espinhos”.²⁶⁰ A imprensa realiza atividades para unidades funcionais distintas, da Idade Média e do espírito moderno.

Assim, a partir dessa perspectiva acerca do Renascimento, é possível chegar a algumas ideias que permeiam a história de Jules Michelet e o fazem questionar o Renascimento artístico e literário como ponto constituinte do século.

Um aspecto que podemos interrogar diz respeito a uma preocupação do historiador com o coletivo e a circulação das ideias na formação desses espíritos ou regimes que dividem o século. Michelet não pensou o Renascimento como época exclusivamente, como uma manifestação individual, mas como espírito de uma coletividade em disputa. Interpretação, sem dúvida, singular. Michelet presenciava a era das massas, do debate sobre o sufrágio universal, das revoluções populares e

²⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁸ Idem, p. 461.

²⁵⁹ Idem, *Ibidem*

²⁶⁰ Idem, p. 404.

industrial, mas também foi alguém que acompanhou a rotina da tipografia, uma vez que seu pai, Furcy-Michelet, era tipógrafo e, por isso, estava ciente de que nem sempre se publicam livros da sua concordância ideológica. Por vezes, os melhores livros, ou aqueles cujas ideias eram mais subversivas, não circulariam ou não teriam o impacto que se esperava. Não por acaso, pode-se perceber sua preocupação com as edições e as transformações de reedições, após as obras estarem com editor. Uma atenção rara e inovadora para os historiadores do seu período. A tese de que a invenção da imprensa teria sido um marco significativo para a história da humanidade – uma vez que teria permitido a circulação das ideias contrárias ao *status quo* – é iluminista. Lembremos de Condorcet, para quem a prática da impressão dos livros contribuiu para a emergência da era moderna. Michelet questiona o princípio de que a ideia seja uma ação subversiva isoladamente, pois é preciso entender os lugares que essas ideias ocupam e suas funções, problematizando o alcance das ideias e como as mesmas são transformadas em ação e adquirem uma dimensão coletiva. Michelet não exclui a imprensa como fenômeno significativo para o século XVI. Se a imprensa não foi um fenômeno que permitiu o domínio moderno exclusivamente, por que o historiador lhe dá atenção? Porque ela é simbólica para a compreensão do Renascimento como época, pois encarna o conflito que caracteriza o próprio período, expresso por Michelet nos números de publicações e edições. Se a imprensa surge inicialmente como meio para as difusões das ideias da Reforma e do Renascimento, aos poucos ela também foi agenciada por aqueles que difundiam as ideias que agiriam contra a liberdade do povo.

Podemos destacar ainda outro ponto sobre sua descrição do Renascimento. Sem negligenciar a interpretação de Hegel, para quem a Reforma Protestante representou o início da modernidade, Jules Michelet estabelece uma articulação entre Renascimento e Reforma Protestante sobre a qual não há referências anteriores na historiografia. No interior da historiografia erudita, separados, por vezes, pela história das religiões e pela história da arte, eram colocados juntos pela força do quadro e da ordem, porque ocorreram em um mesmo quadro cronológico. Na história filosófica, a dificuldade era de alojar a Reforma em um terreno do livre exercício de pensamento, uma vez que é comum a ideia de que “os reformadores não conduziam à verdadeira liberdade de pensar. Cada religião, nos países em que ela dominava permitia apenas

certas opiniões”.²⁶¹ Averso a essas interpretações, Michelet, atento às correlações, enxergou na Reforma e no Renascimento elementos que permitiam pensá-los no interior de grandes unidades funcionais capazes de realizar uma mesma função: o retorno à natureza e ao livre exame do pensamento. Será justamente essa forma de perceber os fenômenos no tempo que o fez questionar a forma como se dava a interpretação da importância da invenção da imprensa na história.

Daí seu questionamento sobre os efeitos do Renascimento artístico e das letras na construção da nação italiana como liberdade e exercício livre do pensamento. Excetuando alguns momentos, ou atos isolados de filósofos e artistas, a dominação pelo dogmatismo da Igreja Católica se manteve. O exercício comparativo de Michelet define um momento em que o Renascimento, como signo moderno, ocorreu com maior alcance. Isso teria ocorrido na França, onde a aliança entre o rei e o protestantismo estimulou o povo na busca pelo livre exame, pela liberdade e pelo retorno à natureza.

Conclui-se, assim, que, se o Renascimento é definido por momentos isolados do *ser* moderno, é porque o século não seria completamente moderno. Problematizadas todas as ações, ideias e instituições por essa grande lente, das viagens de Marco Polo e Cristóvão Colombo, às guerras franco-italianas e à inquisição de Loyola, o que assim temos é que, no interior dessa grande operação de fundação, o Renascimento não conseguiu produzir um novo mundo. O século XVI se tornou o cenário de um conflito de dois espíritos, mapeado pelo historiador. *Homo duplex*, como ele definiu, marcado por esse conflito interno entre o se tornar moderno e o se manter medieval, que o historiador exemplifica com a *Luta de Jacó com o anjo* na pintura de Delacroix. Se o pessimismo engoliu a Idade Média em Jules Michelet, como afirma Le Goff, não se pode negligenciar os limites que o escritor da *Histoire de France* concedeu ao moderno.²⁶²

O uso por Michelet desse antigo *topos*, o *homo duplex*, evidencia sua percepção de fragmentação e de tensão entre a subjetividade do indivíduo e as representações sociais no interior da história. Sua interpretação sobre o Renascimento revê a marcha do espírito moderno na constituição de um povo livre. Existem eras que não podem ser resumidas a um espírito e, sim, a uma dualidade, na

²⁶¹ CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 2013, p. 128.

²⁶² LE GOFF, Jacques. *A História deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: UNESP, 2015, p. 48.

qual o jogo de forças e mecanismos do espírito de uma era persiste ao seu fim e convive com o espírito de uma outra que nasceu. O instinto de um povo não é mais guiado, em misturas, no sentido de um único espírito. Nesse sentido, a própria história não pode ser definida por um espírito, pois sua vitalidade e dinâmica está no desafio de escrevê-la a partir de um exercício de mapear e compreender as forças que atuam sobre o povo. Os inimigos são aqueles que evitam que o povo alcance sua liberdade, que se apoderam dos homens com “um langor contagioso”, um “espectro da morte”, que sentimos na *Balsa da Medusa* e no *O Cuirassier ferido*, de Géricault.²⁶³ Essa nova forma de compreender a história lhe dará um papel ativo na construção do futuro, mas que passa fundamentalmente pela ação no presente.

Suas aulas sobre o século XVI descrevem o cenário da luta entre o princípio escolástico e o moderno. O Renascimento, pensado como movimento artístico e das letras, reflete a concepção liberal da Idade Moderna, visto que a ascensão das luzes equivaleria à ascensão do Terceiro Estado, e a Revolução Francesa seria seu ápice. No século XVIII, a historiografia e a filosofia difundiram a tese de que a imprensa colaborou com a difusão da ciência e das ideias de contestação, que abalaram a estrutura do julgo e do poder real com a formação de um povo mais crítico. A historiografia, de Barante à Thierry, defendia que a Idade Média tinha acabado com a submissão dos senhores feudais ao rei. Michelet vai se posicionar de forma diferente no volume V da *Histoire de France*, que foi escrito a partir de suas anotações do curso de 1839. Ele não acreditava que o princípio da Idade Média tinha acabado no século XIV. Os séculos XV e XVI não seriam resumidos como uma marcha linear da ascensão do espírito e da burguesia ao Estado, mas, como drama, conflito, tensão, morte, gerados pela pluralidade de forças que atuam no tecido histórico, em um povo que ainda não havia se realizado completamente como ser moderno.

Nesse sentido, não se trata de uma novidade no Renascimento, mas de duas. Em primeiro lugar, o Renascimento não seria descrito exclusivamente como a manifestação do progresso das letras e da arte, mas como a história da formação do povo em busca da sua liberdade, como característica de um período histórico. A segunda novidade é que a história de uma era não seria mais representada pelo movimento de um único espírito, o moderno, mas pela coexistência de movimentos que devem ser representados em sua complexidade, em sua integralidade. De outra

²⁶³ MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France* (1838-1844). Paris: Gallimard, 1995, p. 368.

maneira, a história não seria mais a totalização do povo francês em sua marcha. Ocorre uma mudança de percepção, e vemos forças pluralizadas que, para serem visíveis ao historiador, exigem a compreensão das correlações. Assim, é possível ter uma visão mais ampla e privilegiada da integralização de uma época da história, mapeando não apenas uma evolução contínua de um movimento, mas forças que ocorrem simultaneamente. Michelet desloca, da unicidade do povo pelo espírito, para uma história que busca compreender o povo a partir das correlações de ações que existem na época. A potência da história não está na forma da aparência exterior, mas em suas contradições interiores.

A questão fundamental deixa de ser a liberdade, mas as condições do seu exercício, ou seja, a vontade, expressa nos cursos por máximas: “Leibniz, Vico. Uma causa única: a liberdade se causando”; “arranquei uma vida nova da ciência”. “A liberdade é provocada”.²⁶⁴ A liberdade deixa de ser algo incondicional, como um reflexo do espírito, e passa a ser, como ele mesmo definiu, causada, provocada pela vontade. Cada período histórico terá o seu próprio espírito, sua organicidade e contradições. O povo é que produz o espírito de uma era. Dessa forma, por vezes o espírito não evolui, permanece estagnado, e estes são os momentos em que as propostas inovadoras, que transformam significativamente o povo, fracassam ou regridem, como no caso do Renascimento.

Essas novidades de análise são produzidas a partir da diferença de método utilizado por Jules Michelet sobre o século XVI, período analisado por uma forma coletiva de suas manifestações. Se essa forma de análise era uma novidade para o século XVI, não o era no interior da historiografia micheletiana. Com o objetivo de fazer uma história do povo, o historiador se esforçou em capturar essa categoria pelas multiplicidades de objetos, sincrônicos e diacrônicos, uma história com um esforço enciclopédico.

Haeskell descreve como a leitura do Renascimento de Jules Michelet teve uma relação com a interpretação das artes. Os historiadores da arte, durante muito tempo, defendiam a tese de que a pintura italiana, do século XV, teria refletido uma crise espiritual e política da Itália, utilizando-a para caracterizar o Renascimento dos valores antigos no pensamento coletivo italiano desse período. Michelet, com sua aversão à Idade Média, não conseguiu enxergar, exclusivamente nesse

²⁶⁴ Idem, p. 473.

Renascimento das técnicas artísticas, uma descoberta do mundo e do homem devido à perseguição à ciência e ao protestantismo. Brunelleschi, o único que podia permitir a unificação entre arte, ciência e natureza, não teria deixado seguidores, e o gótico moribundo teria sobrevivido. Essa interpretação de Michelet, de acordo com Haeskell, é um débito da leitura de Edgar Quinet, na qual Brunelleschi seria um gênio isolado, lutando contra a arte gótica, “um gigante isolado lutando em vão contra a persistência e inércia do gótico”.²⁶⁵ Portanto, somente o renascimento das técnicas antigas não teria sido suficiente para afastar o gótico da arte.

Além dessa crítica, que interpreta a arte do Renascimento como fenômeno coletivo, Jules Michelet, de acordo com Haeskell, teria se impactado com o Museu Renascentista reaberto nas salas do Louvre em 1835. Esse Museu exibiu um ponto de vista artístico no qual a França e a Itália surgiam em pé de igualdade e que teria “encorajado Michelet a atribuir à França um papel importante”²⁶⁶ nessa história. Essa organização, promovida sob a direção do departamento de Antiguidade Clássica, teria denominado de “era da Renascença” a exposição das obras, uma atribuição tão ampla que se perdeu.

Não podemos deixar de perceber, com Haeskell, que a leitura micheletiana sobre o Renascimento é o resultado da sua forma de interpretar a arte e conseqüentemente sua história: a arte não pode ser definida apenas pelos seus critérios técnicos. Ele não elege as obras do próprio Renascimento para representar a época e seu povo, muito menos quadros neoclássicos – que, inversamente, Géricault e Delacroix, artistas que têm obras citadas para descrever o espírito dessa época, minam uma determinada forma de representação acadêmica da arte que tem suas origens na Renascença. As obras de arte clássica são desligadas do mundo exterior e por isso não conseguem definir o interior que expressam o próprio homem desse tempo. De certa forma, essas escolhas de Michelet exemplificam a traição do Renascimento artístico com sua própria época e a forma como a reflexão sobre a história deve operar. É sobre esse olhar que poderíamos interrogar as vicissitudes entre o curso e o livro: o curso marcaria, se não uma ruptura com uma determinada forma de representação e escrita da história, pelo menos um meio do caminho no qual o livro nos parece estar mais consolidado.

²⁶⁵ HASKELL, Francis. Michelet et l'utilisation des arts plastiques comme sources historiques. In: *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 48^e année, N. 6, 1993, p. 1418.

²⁶⁶ Idem, p. 1417.

4.2 A radicalização do naturalismo: Michelet no infortúnio do Segundo Império

Diferentemente de Lucien Febvre, acreditamos que exista, entre o curso e o livro sobre o Renascimento, uma reflexão que radicaliza o papel da escrita da história em Jules Michelet. Em um contexto de ruptura institucional – devido a seu afastamento do *Collège de France* e à aproximação com as ciências da vida e a História Natural (provocada, em parte, por Athénaïs Mialaret) – o historiador deu uma outra roupagem a sua interpretação sobre o Renascimento.

O afastamento de Jules Michelet do *Collège de France* ocorre, entre outros fatores, devido ao seu envolvimento com a Revolução de 1848 e com o novo cenário político e social gerado. Já no contexto revolucionário, Michelet foi notificado do decreto ministerial de Salvandy, no qual suas aulas seriam suspensas por perturbação da ordem pública, sendo acusado de fomentar a revolta nas mentes dos jovens.²⁶⁷ Com a Revolução de Fevereiro e o fim do governo de Louis Phillipe de Orleans, o historiador foi notificado do cancelamento do decreto. A mudança política acaba por ser um fator que interferiu para que Michelet não assumisse a vaga de Letronne como Guarda Geral dos Arquivos, lugar que ambicionava desde a morte de Daunou. O conselho de ministro opta por François de Chabrier, amigo pessoal do presidente.

As ideias micheletianas não podem ser separadas da discussão sobre a educação e a implantação da Lei Falloux (1850), que levou a sua demissão do *Collège de France*. Após Alfred Falloux assumir como Ministro da Instrução, a repressão havia aumentado e muitos professores foram demitidos. A promulgação da lei, que leva seu nome, representa a institucionalização do domínio conservador sobre a educação, uma vez que ela rompia com aquilo que os católicos chamavam de monopólio da Universidade. De acordo com a Lei Falloux, bastaria um bacharel para a criação de uma escola secundária, e as instituições católicas estariam isentas dessa necessidade contanto que apresentassem uma carta de obediência. A educação,

²⁶⁷ Lembremos novamente que a suspensão não atingiu somente o curso de Michelet. Um terço das aulas no *Collège de France* foram suspensas, inclusive o curso de Quinet. Também relembremos o que Gabriel Monod aponta, afirmando que a atitude do governo estava relacionada ao temor da ação das escolas desempenhado na Revolução de 1830, e que o *Collège de France* teria se tornado a lareira do espírito revolucionário de 1848. Cf. MONOD, Gabriel. *La vie et la pensée de Jules Michelet: cours professé au Collège de France*. Tomo II. Paris: Champion. 1923.

após o fracasso da Revolução de 1848, foi dominada pela Igreja Católica e pelos grupos mais conservadores.

O *Collège de France* não permaneceu à margem dessas mudanças educacionais. A repressão ali havia aumentado desde que Barthélemy havia assumido como administrador. Agentes disfarçados acompanhavam o cotidiano, a pedido do próprio administrador. Em fevereiro, Michelet havia enviado uma carta a Barthélemy, negando as acusações de que havia atacado Falloux e sua lei. O historiador sentia a ameaça sobre o seu curso. Há muitos anos era acusado de proselitismo, de ser incitador e de não lecionar a quantidade mínima de aulas.

Michelet foi convocado para uma reunião de colegiado, na qual seria discutida a suspensão de sua cadeira. O Administrador havia descrito em seu relatório ao ministro Falloux: “Sr. Michelet é um encantador muito perigoso, que seduz a juventude entusiasmada pela bela linguagem; seu ensino trará desolação e morte”.²⁶⁸ Michelet não apareceu na primeira reunião. Na segunda convocação, ele se apresentou e leu uma carta de repúdio à perseguição, mas, por 17 votos a 21, seu curso foi suspenso. Barthélemy enviou a Jules Michelet uma carta informando oficialmente da suspensão e lembrando seus esforços e avisos, dos últimos anos, para evitar que essa infelicidade ocorresse. Os alunos se manifestaram e até pediram a intervenção de Victor Hugo na Assembleia, mas foi inútil. Apesar da resistência de seus colegas, seu salário foi reduzido, fato que o historiador não aceitou. Assim, encerra-se a carreira de professor de Jules Michelet em 1851. Apesar de não ter sido exilado pela instauração da Segunda República, ele promove seu próprio isolamento de Paris.

O infortúnio da Revolução fracassada e de sua demissão do *Collège de France* foi dividido com a presença de Athénaïs Mialaret a partir de 1849. Nas palavras de Paule Petitier, aí houve uma espécie de renovação mística, “o amor como força para reverter o curso da história”.²⁶⁹

Ainda antes do seu afastamento do *Collège de France*, no último trimestre do ano de 1848, Michelet lidava com a frustração dos movimentos políticos que levaram à eleição de Luís Bonaparte para a presidência da República, por meio do sufrágio universal masculino. Nesse período, as cartas enviadas à Viena levaram sua correspondente, Athénaïs Mialaret, a Paris. Em dezembro, Michelet dividiu com

²⁶⁸ BARTHÉLEMY SAINT-HILAIRE apud VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours*. 1798-1874, Paris, Gallimard, 1998, p. 361.

²⁶⁹ PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006, p. 255.

Eugene Noël a intenção de se casar. O historiador tinha então 50 anos, a jovem estava com 23 anos. Ao dedicar seu curso à família, à mulher, à educação e ao amor, Michelet demonstra seu desencantamento com a política institucional. Com a descoberta do papel das mulheres na Revolução de 1789 e dos estudantes na Revolução de 1848, mais ainda do que antes, Michelet demonstra descrença com as instituições. Não acredita que as transformações necessárias viriam dos políticos e do governo, mas construída entre os homens e pelos homens em sua coletividade.

O casamento de Michelet com Athénaïs Mialaret proporcionou esse impulso maior em direção às ciências da natureza. Athénaïs apresentou-se, pela primeira vez para Michelet, como uma aspirante à escritora. Logo após seu casamento, ela focou suas atenções na história natural. As dificuldades de Athénaïs com o ato sexual estimulam o historiador a retomar seus estudos sobre a anatomia. A esposa de Michelet teve inúmeros casos de dores abdominais; seu marido recorre à ajuda médica e busca se informar estudando medicina. A consumação do casamento ocorre efetivamente depois de seis meses de matrimônio, e esse aprofundamento nas ciências da vida marca e dá força às reflexões de Jules Michelet a respeito da indivisibilidade do conhecimento acadêmico e da vida.

Em 1850, o filho recém-nascido de Michelet e Athénaïs morreu, tendo sobrevivido por quase dois meses. Quando a morte o atingiu mais uma vez, Michelet já estava sob o impacto da Revolução de 1848. Dois anos depois, em face da morte da criança, ele reiterou seu credo historiador: “Recuperei-me muito mais nas catacumbas do que Cuvier já encontrou em seus fósseis: recuperei almas. Eu restaurarei as almas de ouro que, sem mim, pereceriam, deixado de existir”.²⁷⁰

Introduzido em um rico círculo de amizades, formado por médicos e naturalistas, Jules Michelet segue o caminho de encontrar, nas ciências da vida, elementos para a sua história. Acompanha, de 1842 até 1846, o curso de Anatomia de Antoine Serressobre, cuja temática era a teratologia. O vocabulário de Michelet, seus cursos, livros e ideias são a demonstração de que as ciências da vida começaram a ocupar um lugar primordial nas suas interpretações historiográficas. É, no mínimo, curioso que, nesse cenário de radicalização de sua escrita da história e das ciências da vida, no seu cenário pessoal, Michelet recorra à imagem de Cuvier

²⁷⁰ MICHELET apud GROSSMAN, Lionel. “Michelet and Natural History: The Alibi of Nature”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 145, 2001, p. 289.

como recuperador de almas. Essa afirmação de Michelet não pode ser minimizada, principalmente quando diz respeito a um historiador que pretende fazer reviver o passado, ressuscitar os mortos. O passado se faz vivo quando posto em combate, como testemunha, como prova; o passado, em movimento no presente, rompe o limite da morte, torna-se uma força viva.

Essa acentuação da perspectiva naturalista, nesse contexto de crise pessoal e social que o historiador presenciou, aprofundou a sensação de crise da década anterior, movimento que sua análise teórica ratifica e que podemos perceber em sua compreensão historiográfica.

4.3 O exercício clínico na *Histoire de France au XVI siècle: o museu teratológico*

Em sua *História da França no século XVI*, podemos estabelecer alguns elementos que nos permitem escrever a história de um século como exercício clínico. Como na medicina, Michelet decifra as forças atuantes no interior das tessituras, composições, organizações e, ao falar sobre o Renascimento, diz que a prática, empreendida por ele, envolve “a constituição fisiológica (..) atingida em sua essência”.²⁷¹ Uma clínica que pretende analisar a formação do corpo de um século formado por outros corpos-órgãos de povos, empreendimento distinto, por exemplo, daquele realizado por Bichat, uma vez que para o fisiologista a única divisão possível de se estabelecer no organismo vivo é sobre suas funções: “do animal que vive fora”²⁷² e “do animal que existe dentro”.²⁷³ A constituição do corpo, em si, não foi objeto da fisiologia bichatiana, mas se apoiando nela, a embriologia hilaireiana vai constituir um novo campo: a teratologia. Foi nesse sentido que Jules Michelet, mais próximo de Saint-Hilaire e Serres, realizou uma operação semelhante, pois sua escrita da história como clínica é, fundamentalmente, teratológica.

Serviriam a um exercício clínico da história os ensinamentos da fisiologia de Bichat, para quem o princípio da vida “é o modo de existência dos corpos vivos e que tudo, ao redor deles, tende a destruir”.²⁷⁴ A vida se manifesta em oposição ao inorgânico, que age como força da morte. Os corpos inorgânicos agem

²⁷¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Renaissance. Paris: Chamerot, 1855, p. 64.

²⁷² BICHAT, Xavier. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Brosson, 1805, p. 48.

²⁷³ Idem, p. 47.

²⁷⁴ BICHAT, Xavier. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Brosson, 1805, p. 29.

incessantemente sobre os orgânicos, exercendo, uns sobre os outros, uma ação contínua; logo os corpos vivos sucumbiriam se não houvesse neles um princípio permanente de reação. A força da vida pode ser mensurada nessa relação, e assim ele define: “A medida da vida, então, é, em geral, a diferença que existe entre o esforço dos poderes externos e o da resistência interna. O excesso de um anuncia sua fraqueza. A predominância do outro é o índice de sua força”.²⁷⁵ Portanto, para o fisiologista, em quem Foucault identificou a emergência de um olhar médico clínico,²⁷⁶ todas as explicações fisiológicas se basearam na vitalidade.

Michelet seguiu, em seu livro, esses princípios bichatianos, pois, se no curso ele já estabelecia uma oposição, no livro essa oposição recebe uma linguagem fisiológica, tipificando essas duas forças como orgânicas e inorgânicas, as que fazem o século viver e aquelas que atuam para a sua morte. A Liga, por exemplo, no final do século XVI, incorpora, na interpretação micheletiana, as aspirações dessas forças mortuárias: “Heróis falsos e pessoas falsas: duas forças da Liga, efeitos cruéis de uma mentira tão longa, tão teimosamente mantida! Por força de miséria, fúria, de tolice, tornou-se uma verdade”.²⁷⁷ A participação da Liga decreta a morte moral da França. Morte anunciada desde a noite de São Bartolomeu e a vitória católica: “Todo o resto é o sepulcro, admirável, verdadeiramente patético”.²⁷⁸ Foi a Liga que garantiu os privilégios locais prometidos à maioria católica e estimulou a guerra entre católicos e protestantes, uma vez que seu objetivo final era o extermínio do protestantismo.

O século XVI, como a vida em Bichat, é caracterizado pela luta do orgânico contra o inorgânico que, na ausência de vida, organiza-se como a máquina de perseguição,²⁷⁹ a máquina católica,²⁸⁰ a máquina de reação fanática,²⁸¹ a máquina de

²⁷⁵ Idem, p. 31.

²⁷⁶ FOUCAULT, Michael. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

²⁷⁷ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. La Ligue et Henri IV. Paris: Chamerot, 1856, p. 452.

²⁷⁸ Idem, p. 65.

²⁷⁹ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Réforme. Paris: Chamerot, 1855, p. 153

²⁸⁰ Idem, p. 425.

²⁸¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Guerres de religion. Paris: Chamerot, 1856, p. 211.

força aterradora,²⁸² a máquina de tirania,²⁸³ as grandes máquinas de assassinato,²⁸⁴ a máquina de oração,²⁸⁵ a máquina de pensar e a máquina de educação.²⁸⁶

Em oposição a essas forças da morte, há a constituição das forças da vida, na qual se dá o elo entre o Renascimento e a Reforma. Como define o historiador, “Lutero e Calvino, apesar de si mesmos, viram-se irmãos de Rabelais e Copérnico, dois ramos da mesma árvore. Do mesmo tronco florescem a Reforma e o Renascimento, ancestrais das liberdades modernas”.²⁸⁷ Essa relação que ocorre no interior das forças que fazem viver não são mecânicas, mas íntimas; relação estabelecida mais do que pela aparência, deve ser avaliada, como no olhar clínico, pela atuação comum no interior da contradição contra a Idade Média. Nas palavras do historiador,

Renascimento e Reforma. Um, de Rabelais, Voltaire, pela revolução da lei, a revolução política, afasta-se do cristianismo. O outro, de Lutero e Calvino, os puritanos, os metodistas, esforça-se para abordá-lo. Movimentos misturados na aparência, na maioria das vezes, ao contrário. O jogo de sua ação, suas alianças e suas disputas, são o mistério íntimo da história, da qual sua luta comum contra a Idade Média ocupa o primeiro plano, o lado externo.²⁸⁸

As figuras relacionadas às forças da morte e às forças da vida são recorrentes na *História da França no século XVI* que, em uma perspectiva bichatiana, é a potência vital na luta contra as forças da morte; afinal, “a vida é a totalidade das funções que resistem à morte”.²⁸⁹ A história, como corpo vivo, só pode ser narrada nessa dualidade que é inerente à própria vida, antes de tudo, no interior de níveis da aparência, superficiais e artificiais, e os níveis interiores nos quais se estabelece a constituição profunda dos tecidos.

Seu apelo às forças vivas reflete seu otimismo na história e na ação criadora dos indivíduos. A reação das forças da vida é luta do corpo contra a *causa morbis* no presente. A denúncia do presente doente, em Jules Michelet, fá-lo retomar, via tempo do prognóstico, o momento em que as forças da morte tomaram o corpo. Faz isso ao olhar para a Idade Média e a Igreja analisando a consolidação de máquinas de

²⁸² Idem, p. 84.

²⁸³ Idem, p. 35.

²⁸⁴ Idem, p. 63.

²⁸⁵ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. La Ligue et Henri IV. Paris: Chamerot, 1856, p. 51.

²⁸⁶ Idem, p. 115.

²⁸⁷ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Réforme. Paris: Chamerot, 1856, p. 447.

²⁸⁸ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. La Ligue et Henri IV. Paris: Chamerot, 1855, p. 63. Tradução nossa.

²⁸⁹ BICHAT, Xavier. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Brosson, 1805, p. 28.

controle. Após a análise da origem da doença, a história assume a função de terapêutica, no presente possível, mediante a clínica do historiador.

A história é um chamado às forças vivas, uma medicina da vontade. Os indivíduos, para o historiador, devem se reconciliar com a natureza, a mãe natureza, como ele a denomina, a fim de reestabelecerem a força orgânica vital rumo à fraternidade, à igualdade e à liberdade. O fim último da história é essa fraternidade e o exercício da liberdade, mas para isso é necessário matar a moral do tempo e romper com as forças que se constituíram nele como enfermidade.

No entanto, o problema do século XVI não é uma doença qualquer, é uma doença congênita, uma doença que existe desde o seu nascimento ou, no caso micheletiano, uma má formação do corpo. A compreensão do século se desenvolve como se estivesse se referindo a uma pessoa, como ser vivo, organismo, corpo constituído de vida (com órgãos e tecidos), tal como o descreve Michelet afirmando que “existe a unidade do século XVI. A partir de então, ele [o século XVI] se torna uma pessoa. Nós poderíamos desenhar o seu retrato”.²⁹⁰ O historiador deve lidar com o passado como se lida com um corpo, mas um corpo em construção.

Podemos entender, assim, as ideias que produzem a vontade que movimenta o tempo. Daí toda a sua crítica à moral católica, quando esta mata a vontade, assassina o próprio tempo. Assim Michelet caracteriza a Idade Média no seu texto de 1855:

O Estado estranho e monstruoso, prodigiosamente artificial, que foi o da Idade Média, tem como único argumento a seu favor a sua extrema duração, sua resistência obstinada ao retorno da natureza. Mas não é natural, indagar-se-á, uma coisa que, abalada, extirpada, retorna sempre? O feudalismo, vejam como ele se prende à terra. Ele parece morrer no século XIII, para então reflorescer no século XIV. Ainda no século XVI, a Liga nos refaz uma sombra dele, a que a nobreza dará continuidade até a Revolução. E o clero é bem pior. Nenhum golpe adianta, nenhum ataque é capaz de dobrá-lo. Surpreendido pelo tempo, pela crítica e pelo progresso das ideias, sempre renasce de baixo por força da educação e dos hábitos. Assim perdura a Idade Média, ainda mais difícil de matar por já estar morta há muito tempo. Para ser morto, é preciso estar vivo.²⁹¹

A questão do estágio monstruoso da Idade Média nos faz pensar nas referências da teratologia de Étienne Serres e o caso de Ritta e Christina. Ambas

²⁹⁰ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. La Ligue et Henri IV. Paris: Chamerot, 1855, p. 447.

²⁹¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Renaissance. Paris: Chamerot, 1855, p. IV. Tradução nossa.

foram irmãs siamesas, unidas no nível do peito, que nasceram na Sardenha em 1829. Após o falecimento de ambas, Isidore Geoffroy Santi-Hilaire realiza um estudo a partir da autópsia. Em 1833, cabe a Etienne Serres descrever detalhadamente seu resultado. Esse caso não passou despercebido pela sociedade da época, pois os pais realizaram exposições das irmãs em várias cidades. O caso, tido como exótico, também ficou registrado no romance de Balzac, *Une fille d'Ève*.

Para Serres, os defeitos orgânicos ocorrem por imperfeição. Constituem monstruosidades quando as partes orgânicas do embrião são separadas por um intervalo removendo, assim, seu arranjo normal e desequilibrando o restante do processo de desenvolvimento. Isso faz com que a medula espinhal se feche ou que o cérebro ultrapasse o crânio, como define o médico. Apesar da variedade das monstruosidades que podem sair desse desequilíbrio, todas ocorrem por “uma parada na simetria da parte anterior da coluna vertebral e partes que são análogas a ela”.²⁹² Quando as partes orgânicas, que constituem o embrião, têm seu desenvolvimento desigual, sucede a formação de apenas metade do órgão, ou um desenvolvimento atrofiado de um órgão. Disso resulta indivíduos com apenas um pulmão, ou um rim, o que são casos menos incomuns. Quando o desenvolvimento do órgão para e sua evolução é imperfeita, gerando elementos deformados e, por vezes, interrompendo sua metamorfose, teríamos objetos da anatomia patológica, reproduzindo uma disposição normal mediante tratamento. Esses casos correspondem ao que ele denomina de monstros padrões, ocorrendo quando defeitos se transformam em doenças.

Já no caso de monstros por excesso, isso seria impossível: “como explicar a produção de uma nova cabeça, ou mais de um membro?”²⁹³ – Serres se pergunta. Monstruosidade por excesso seria o caso de órgãos sobrepostos ou duplicados. Buscando uma resposta diferente de apenas “mal-entendidos da natureza”, o médico os reinterpreta. Seu objetivo é uma compreensão que estabeleça elementos para a reinserção desses casos dentro da regra que regula a natureza. Declaradamente herdeiro de uma tradição bichatiana, a quem direciona inúmeros elogios, Serres parte de noções da histologia para definir o que chama de monstro padrão, ou seja, aqueles

²⁹² SERRES, Etienne-Renaud-Augustin. *Recherches d'anatomie transcendante et pathologique: théorie des formations et des déformations organiques, appliquée à l'anatomie de Ritta-Christina, et de la duplicité monstrueuse*. Paris: Firmin Didot Frères, 1832, p. 65.

²⁹³ Idem, p. 37.

que conseguem ter uma vida no interior da normalidade. A compreensão de uma morte que age no interior da vida permite estabelecer a vida orgânica. Em contraponto, os casos das monstruosidades por excesso devem servir para definir as organizações normais.

O emprego da terminologia de Bichat fica evidente em Serres quando este define a tendência de vida e morte no caso das duplicações: “o tipo mortal se torna viável, retornando a condições quase normais, e o tipo viável se torna fatal ao se aproximar mais ou menos das condições anormais. A morte de alguns explica a vida de outros”.²⁹⁴ A monstruosidade por excesso ocorre quando a penetração dos órgãos que formam o embrião é acidental ou anormal. Em suas palavras: “Quando partes homogêneas feitas para permanecer distantes umas das outras são acidentalmente levadas a se tocar, ou mesmo quando, em excesso de monstros, um novo órgão é formado na presença daquele exigido pela ordem natural do desenvolvimento”.²⁹⁵

No interior da teratologia, existe um estatuto da monstruosidade padrão que consegue estabelecer uma disposição normal de vida e, se necessário, mediante tratamento médico. No entanto, a monstruosidade por excesso assume um caráter anormal permanente enquanto estiver em estado de morte eminente, nessa situação vida-morte caracterizada pela coexistência de dois seres operando em um. O caso Rita e Cristhina não é um estado patológico comum, mas está para além do patológico, porque a restituição da normalidade depende da morte. Conclusão instigante, afinal, a morte, antes de ser o fim absoluto da vida, neste caso é o início da normalidade.

Temos como referência a análise profunda do caso Rita e Christina, as irmãs siamesas, do qual já tratamos rapidamente acima. Uma das irmãs sobrevive em estado anormal e fatal. Para que uma sobreviva, a outra precisa morrer. Em situação de morte, mas não morta, a existência de uma mata o porvir da outra, resistindo à naturalidade da sua morte. A Idade Média, no Renascimento de Jules Michelet, ocuparia esse papel de matar o porvir ao agir contra a força vital do tempo, a vontade. Um tempo que, mesmo morto, não morre, mas impede outro de viver no seu estado normal.

²⁹⁴ BICHAT, Xavier. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Brosson, 1800, p. 38.

²⁹⁵ Idem, p. 41.

Decorre daí a noção da Idade Média como estado monstruoso, o monstruoso por excesso da teratologia, o estado para além do patológico, pois, afinal, não há remédio possível a não ser a morte de um. Não se trata apenas do orgânico do povo, mas o tempo adquire vida e possui regras para manter sua força vital orgânica. Não por acaso, enfatiza a necessidade da morte dos tempos na Itália:

Em um país onde uma decomposição sucessiva havia estabelecido tantos povos e cidades extintas, uma sobre a outra, não havia morte tão morta que não retomasse a voz e exigisse suas espoliações. Estes, passados em outros, foram reivindicados, defendidos por mortes recentes. Para que um revivesse foi forçado, talvez, a sufocar o outro, e definitivamente fechá-lo ao sepulcro.²⁹⁶

A identidade do tempo se consitui pela vontade, e cabe ao historiador se guiar pela sua força orgânica. Essa concepção origina a diferença entre o escrivão e o historiador para Michelet: “o escrivão data a morte a partir do dia em que o serviço funerário se compromete a enterrar o corpo, enquanto o historiador data a morte a partir do dia em que o velho perde a atividade produtiva”.²⁹⁷ Essa morte natural, que a Idade Média não permite a si, gera o estado que Michelet caracteriza como monstruoso e artificial. Coisa não natural, que, mesmo extirpada, retorna sempre, mas que já está morta; cabe ao historiador, mais que um olhar clínico, um olhar clínico-teratológico.

Não por acaso, Michelet retomará a teratologia para explicar esse estado mortuário, essa verdadeira monstruosidade; não se trata de um estado de vida que se encontra em Bichat. A Idade Média perdura, mesmo que seu estado normal não exista mais, uma vez que o tempo não permite que ela prossiga.

O próprio da doença, define Canguilhem sobre o novo estatuto que ela adquire no século XIX, é vir interromper o curso de algo “(...) [já que] há sempre um passado”.²⁹⁸ “É próprio da anomalia ser constitucional, congênita, mesmo se aparece depois do nascimento e só se manifesta ao iniciar-se o exercício da respectiva função (...). O portador de uma anomalia não pode ser comparado a si mesmo”.²⁹⁹ A anomalia é interpretada quanto a seus efeitos e em relação à atividade do indivíduo. Temos, assim, com a “imagem que ele tem de seu valor e de seu destino, [que] a anomalia é

²⁹⁶ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Renaissance. Paris: Chamerot, 1855, p. 34. Tradução nossa.

²⁹⁷ Idem, p. VI.

²⁹⁸ CANGUILHEM, Georges. *O normal e patológico*. Tradução de Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2002, p. 107.

²⁹⁹ Idem, p. 108.

enfermidade”,³⁰⁰ nas palavras do filósofo francês. A Idade Média não é uma patologia comum; ela só pode ser pensada nos quadros de uma teratologia, pois é uma monstruosidade por excesso; não se trata, de um lado, de uma atitude homeopática, mas da ação revolucionária da morte; de outro, não se espera que ela se manifeste nas funções das atividades, pois isso só seria possível se estivesse atuando em vida. No estado monstruoso do tempo, só é possível tomar consciência da enfermidade mediante a história, e esta não é um exercício clínico convencional, pois convoca as forças vivas para a morte.

Em Jules Michelet, assim como na clínica, temos uma história que é forjada na busca por constituir o rosto do século na sua exterioridade, mas apenas após a análise de suas forças internas, da vontade no tempo. Assim como a vida, são as disputas e os conflitos que definem o tempo como ser. É no interior de uma moral, constituída em uma compreensão da monstruosidade, que teremos a emergência de uma história como clínica teratológica e como terapêutica do presente.

Esses argumentos, que agem como contrapontos, contrapesos, que se opõem, não de modo perfeito e simétrico, funcionam mais como heteromorfismos, fazem o jogo agonístico do século XVI pensado por Michelet. Ele recua, dá passos para trás e observa, para além das especialidades da arte e da filosofia, elementos que foram construídos, essas máquinas, para desarticular as ideias que rompiam e desviavam o corpo de uma constituição clássica. Por isso, define o Renascimento como exitoso ou abortado.

A Histoire de France au XVI siècle, no seu esforço enciclopédico diacrônico e sincrônico, pretendeu abraçar o século como corpo, mas também todos os corpos e corpos-orgãos no seu interior, reconstituindo o rosto do século; pretendeu reconstituir os rostos das nações e até mesmo redefinir a fisionomia dos seus atores. Para Michelet, Rabelais foi aquele que atuou como expressão do melhor Renascimento. Sua morte, seu eclipse, o ódio e a crítica a ele, significam o enfraquecimento do próprio espírito do Renascimento. O inverso também funciona, pois, a proximidade com suas ideias, sua inspiração e a familiaridade são elementos que indicam esse pulso de vida do Renascimento. Rabelais significa o prosaico, o popular, a alegria, a liberdade de expressão e pensamento e o retorno à verdadeira natureza. Foi ele quem revelou a face antinatural da Igreja Católica e da Idade Média e estabeleceu bases

³⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

para o verdadeiro cristianismo, a fraternidade do homem com a natureza e entre todos os povos. Por essa razão, Rabelais divide, com a França, a função de principal órgão do Renascimento. Como ele descreve,

A língua francesa nunca apareceu em uma magnitude antes ou depois. Foi dito precisamente: o que Dante fez pelo italiano, Rabelais fez isso pela nossa língua. Ele usou e derreteu todos os dialetos, os elementos de cada século e todas as províncias que lhe deram a Idade Média, acrescentando ainda outro mundo de expressões técnicas que fornecem as ciências e as artes. Outro sucumbiria a essa imensa variedade. Ele harmoniza tudo. Antiguidade, especialmente o gênio grego, o co-nascimento de todas as línguas modernas, permita-nos envolver e dominar os nossos.³⁰¹

O Renascimento é rabelaisiano-francês-protestante. Perguntemos, como Michelet, qual era o homem do Renascimento? Ou melhor, qual homem ele não era? Homem de todo estudo, de toda arte, de todo idioma, do verdadeiro agente universal da ciência e dos negócios, que era tudo e peculiar a todos, que continha o gênio da época e transbordava a cada momento.

Montaigne é o Renascimento cansado, desbotado e enfraquecido. Não podemos confundir essa definição com os heróis falsos criados pela Liga, ou com as próprias figuras que representam a medievalidade no século XVI. Ao descrevê-lo, Michelet afirma: “eu posso ver lá alguém que ainda vive, esse paciente egoísta, fechado em seu castelo de Montaigne”,³⁰² pois, em seus “ensaios aparece o desânimo, o aborrecimento, o desgosto que enche as almas”.³⁰³ Com isso reflete o “homem doente, que, diz ele, em 1572, o ano de São Bartolomeu, trancou-se em sua casa”.³⁰⁴ Sua indiferença perante a vida contrasta com sua liberdade, o uso da razão e sua importância:

a primeira descrição exata e minuciosa do interior do homem. O que Vesalius fez pelo homem físico, Montaigne faz pela moral, ligando, é verdade, tristemente a muitas partes baixas e vísceras nojentas. Não importa, ele é muito verdadeiro. Ele coloca o indivíduo no que ele tem de mais individual. Só agora, nesta base, os renovadores do mundo vão começar, vai construir o homem coletivo.³⁰⁵

³⁰¹ MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. Réforme. Paris: Chamerot, 1855, p. 412. Tradução nossa.

³⁰² MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVI siècle*. La Ligue et Henri IV. Paris: Chamerot, 1856, p. 62.

³⁰³ Idem, p. 397.

³⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁵ Idem, p. 399. Tradução nossa.

Se Rabelais é o Homem do Renascimento, Montaigne é o Renascimento-micheletiano. A razão, a liberdade e a descoberta indiferente ao mundo. Seria esse o retrato do Renascimento, na interpretação de Jules Michelet. “Ele tinha, como os outros, seu entusiasmo por uma juventude nobre. Tudo isso terminado, apagado. Hoje ele não quer nada. Mas, por que você publica? – Para os meus amigos, para a minha família”, diz ele.³⁰⁶

Essa reconstituição sucessiva de corpos, de corpos-órgãos, de redefinição de rostos, lembra-nos o exercício dos Museus de História Natural, de exposição dos fósseis, ou dos estudos anatômicos e teratológicos. Michelet descreveu assim a experiência museal: “nenhum homem, por mais iletrado e ignorante que seja, nenhum espírito cansado e insensível poderá furtar-se à emoção de respeito, direi quase de terror, ao entrar nas salas de nossos Museu de História Natural”.³⁰⁷ Diferente da arte clássica, marcada rigorosamente pelo estilo acadêmico, a construção naturalista permitia uma exposição que mexia com os homens do seu tempo e com o interesse pela história.

Foi no Museu de História Natural que Michelet pediu que colocassem, ao lado dos naturalistas, fotos dos grandes navegadores, “pelo heroísmo e grandeza das almas”,³⁰⁸ que enviaram animais, fósseis e fatos desconhecidos do mundo. Diferente dos artistas do Renascimento, os naturalistas e os navegadores não são homens isolados do seu tempo e fazem do seu ofício uma oportunidade para a transformação da sociedade, fazendo do esquecido uma forma ativa e heróica; como Cuvier, são recuperadores de alma.

Talvez Michelet se visse como esses grandes homens, os naturalistas, que, após os feitos heroicos dos navegadores, classificavam e davam ordem ao mundo vivo, de onde despertava o interesse do mundo. Talvez o historiador quisesse fazer, com sua história, o mesmo que o Museu de Anatomia provocou nele, em um momento de doença, quando se deparou com uma cabeça de tigre, “essas cabeças maravilhosamente reproduzidas e aumentadas apresentavam, em suas formas horríveis, uma coisa mais horrível ainda. Descobriam-se ali, perfeitamente, as precauções delicadas com que está armada essa poderosa máquina da morte”.³⁰⁹

³⁰⁶ Idem, p. 398.

³⁰⁷ MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p.35.

³⁰⁸ Idem, p. 38.

³⁰⁹ Idem, p. 103.

Para a sociedade doente, Michelet fez uma história naturalista teratológica na qual, sob a lupa desses corpos, pudesse dar conta de sua patologia.

CAPÍTULO V

JULES MICHELET NATURALISTA: O TRABALHO DOS ANIMAIS, A MARCHA DA NATUREZA E AS REVOLUÇÕES EM *L'OISEAU*

Em junho de 1852, quando Michelet se recusou a fazer o juramento de fidelidade ao imperador, ele havia sido demitido de sua posição como diretor do Arquivos Nacionais. Afastado do *Collège de France*, desde 1851, ele nunca mais ocupou outra posição pública e logo ficou óbvio que ele e sua jovem segunda esposa seriam, cada vez mais, dependentes dos direitos das vendas de seus livros para o sustento familiar. Em 1856, Michelet começou a explorar um novo rincão em sua carreira: os livros de História Natural.

Essa empreitada, em um gênero que ainda lhe era estranho, tornou-se comercialmente a mais bem-sucedida. *L'Oiseau* passou por dez edições em onze anos e vendeu 33 mil cópias. Esse primeiro livro não foi um sucesso isolado, pois *L'Insecte*, que foi publicado em 1857, com uma primeira impressão de 8 mil exemplares, teve edições subsequentes no início de 1858, início de 1859 e novamente em 1860, com tiragens de 4 a 5 mil cópias cada. Houve seis edições, durante a vida de Michelet até a sua morte, em 1874; o livro vendeu 28 mil cópias. Somem-se a isso *La Mer*, colocado à venda em 1861, com uma primeira tiragem de 24 mil exemplares, e *La Montagne*, de 1868, com sete impressões no primeiro ano de publicação. Todos os quatro trabalhos foram amplamente traduzidos. Em inglês, *The Sea* apareceu no mesmo ano do original em francês e passou por quatro reimpressões entre 1861 e 1883. Entre 1868 e 1879, houve sete reimpressões da tradução para o inglês de *The Bird*. Essas obras, escritas em colaboração com a segunda esposa de Michelet,³¹⁰ Athénaïs Mialaret, foram verdadeiros *best-sellers*, ultrapassando em muito a *Histoire de France*. Como descreve Gossman, “a *Histoire de France* foi um *succès de prestige*,

³¹⁰ Em mais de uma passagem de *L'Oiseau*, Michelet evidencia que a escrita do livro foi feita por duas pessoas: “Duas pessoas trabalhadoras, naturalmente reunidas após o dia de trabalho”; “Este trabalho, pelo menos, tem o caráter de ter vindo como toda a verdadeira criação viva vem. Foi feito no calor de uma incubação suave. E ela se fez una e harmônica, precisamente porque ela veio de dois princípios diferentes”. “Das duas almas que a cercavam, uma estava mais próxima dos estudos da natureza porque ela tinha nascido lá de certa forma”. “Que o coração de uma mulher está misturado com este livro, não vejo razão para rejeitar essa censura”. Apesar de a publicação apenas identificá-lo como autor, posteriormente, em seu testamento, o historiador atribuiu a elaboração como conjunta a sua esposa do segundo casamento, Athénaïs Mialaret.

mas não o dos mais vendidos”.³¹¹ O interesse de Jules Michelet pela História Natural não deixa de ser o retrato de um público carente e atento a novas propostas de literatura.

A literatura francesa do século XIX mostrou-se particularmente receptiva ao conhecimento dos seres vivos, que decolou desde o início do século, tornando possível um impacto para além do domínio estritamente científico, deixando vestígios em outros campos e debates particulares. Portanto, longe de se contentar em utilizar esses conhecimentos produzidos dessas novas lentes, a literatura participa de sua disseminação e da transformação desse conhecimento sobre uma nova imaginação sobre o mundo no interior de debates filosóficos, religiosos e políticos.

A relação entre literatura e conhecimento da natureza – sem dúvida, devedoras das mudanças revolucionárias, golpes e movimentos políticos que ensejam a virada para o século XIX – constrói-se no interior do papel transformador e criativo do tempo histórico. No plano epistemológico, por exemplo, essas ciências da natureza e da vida provocaram convulsões na percepção do vivo, da estabilidade (mudança ou fixa), e o número de espécies conhecidas colocaram em crise a classificação dos seres e a ordem sistemática da natureza.

A doutrina cristã – apesar dos questionamentos expressos, desde o século XVIII – impunha uma concepção de tempo natural fixo, que tinha no *Gênesis* o seu marco. Em seu *Sistema Natural*, Lineu ainda tem a convicção de que o mundo natural é fixo e mantém a ordem dada pelo criador. A História Natural lineana faria apenas o inventário e a classificação dos seres conforme Deus os colocou na Terra. Somente no final do século XVIII, novos conceitos de tempo começam a surgir e atacar a fixidez da antiga ordem da natureza. Reflexões sobre a idade da Terra, a descoberta de espécies extintas, tudo isso levanta questões, até mesmo dúvidas, e os naturalistas viriam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento de novas noções de tempo e na própria história das criaturas vivas.

Jules Michelet – historiador que nasceu ainda durante a Revolução Francesa, presenciou o clarão de julho, o fracasso da Revolução de 1848 e a instauração do Segundo Império – não ficou alheio à experiência dessas grandes transformações políticas e intelectuais na França. Além disso, sua íntima relação com as ciências o

³¹¹ GROSSMAN, Lionel. “Michelet and Natural History: The Alibi of Nature”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 145, 2001, p. 287.

fará divulgador dessa nova visão histórica e natural de mundo, distinta da visão fixa e criacionista, em suas Histórias Naturais.

Nesse sentido, realizaremos a análise de *L'Oiseau* com o objetivo de compreender o intento que levou Michelet à História Natural, qual a sua ideia de natureza e o lugar do homem nela. Para isso, nós nos concentraremos inicialmente na compreensão do texto e nas possibilidades de interconexão com as teorias sobre as ciências da vida, no início do século XIX, na qual uma moral da natureza não era estranha. Posteriormente, compreenderemos como a História da Natureza, de Jules Michelet, tem a ambição de encontrar o homem e revelar-lhe o seu papel no interior da historicidade da natureza e como, de certa forma, isso implicou em uma mudança de interpretação do historiador sobre a natureza matizada em suas primeiras obras.

5.1 A marcha da natureza em *L'Oiseau* de Jules Michelet

Em *L'Oiseau*, Michelet quer revelar a economia da natureza, romper com o disfarce que transforma sua harmonia em vontade malévol. “Um escritor fez um livro contra os Alpes; um poeta colocou loucamente o trono do mal nessas geleiras benéficas, que são a reserva das águas da Europa, que derramam seus rios e que fazem sua fertilidade”.³¹² Essa leitura, que outrora Michelet também realizava, “a guerra e o ódio, a maldade da natureza”,³¹³ dá lugar ao encanto do imutável plano e da mobilidade do orgânico.

Fundamentalmente, o historiador destacou o trabalho silencioso realizado pelos seres no interior da natureza. Os insetos, diz Michelet, “morte e dissecação, das quais eles vão armados na guerra, e eles trabalham, perfuram, cortam, rasgam, dividem finamente, com tanta habilidade e destreza quanto amargura furiosa”;³¹⁴ os urubus “[fazem] o grande trabalho da saúde pública [que] é realizado com uma regularidade maravilhosa e solene”.³¹⁵ Durante todo o seu livro, Michelet destaca os pássaros e o trabalho deles como destruidores de insetos. O pica-pau, que se alimenta de vermes e insetos, “procurando árvores doentes e deterioradas”,³¹⁶ “presta-nos um serviço”.³¹⁷ Os animais trabalham e realizam uma função, no interior da natureza,

³¹² MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. 13.

³¹³ Idem, p. 78.

³¹⁴ Idem, p. 79.

³¹⁵ Idem, p. 92.

³¹⁶ Idem, p. 182.

³¹⁷ Idem, *Ibidem*.

que é realizada para a sua própria prole, para a sua espécie e para as relações interespecíes, logo, também para o homem.

Esse trabalho atribui uma função aos animais, no interior do mundo natural, que dita o movimento silencioso da natureza, uma forma de especialização. Essa especificação do trabalho, que vai remodelando os animais de dentro para fora, exemplifica Michelet: “o avestruz, semelhante ao camelo até mesmo pela estrutura interna”,³¹⁸ “se sua asa esboçada não pode removê-lo do chão, isso o ajuda a andar poderosamente, dá-lhe extrema velocidade; é sua vela para atravessar seu oceano árido da África”.³¹⁹ Percebam que Michelet destaca que não se trata de um trabalho realizado por um órgão específico, mas de uma função que é realizada pelo organismo do animal como um no todo; por isso, ele compara o avestruz ao camelo, pela velocidade no deserto. O mesmo acontece com outros pássaros. O trabalho dos pássaros, por vezes, não é realizado por uma ferramenta especializada. Para fazer o ninho, “o pássaro não tem a mão do esquilo, nem o dente do castor. A ferramenta, na verdade, é o corpo do próprio pássaro, seu peito, cujos materiais ele pressiona e aperta até que os torna absolutamente maleáveis; mistura-os, submete-os ao trabalho geral”.³²⁰ “É até surpreendente, pois lhe faltam os instrumentos”³²¹ – afirma o historiador. Portanto, no interior desse movimento insensível da natureza, o que dita sua lógica é menos a especialidade de um órgão, do que a propensão que o conjunto orgânico tem de realizar para cumprir determinada função no interior do mundo natural.

O trabalho não é realizado apenas no nível das espécies, mas também no interior do grande tecido da natureza, no qual os seres carregam as marcas desse esforço. O movimento insensível e silencioso da natureza ganha assim uma historicidade. Os pinguins, como descreve Michelet, cujas asas “não servem como véu, não ajudam a andar, são apenas uma indicação, como um souvenir da natureza”.³²² É a mesma explicação que o historiador atribui à impressão de decadência de alguns animais. “Para carregar este corpo tão leve, a garça tem o suficiente; quase sempre sua silhueta manca é, assim, desenhada no céu em um hieróglifo estranho. Qualquer um que tenha pesquisado na história, no estudo de

³¹⁸ Idem, p. 40.

³¹⁹ Idem, Ibidem.

³²⁰ Idem, p. 208.

³²¹ Idem, Ibidem.

³²² Idem, p. 43.

raças e impérios caídos, é tentado a ver isso como uma imagem de decadência”.³²³ Essa imagem de decadência é reminiscência de uma época na qual a garça realizou a laboriosa função de preparar a Terra para outras espécies.

Milhões de seres de natureza indecisa, pássaros-sapos, peixes alados, infestaram os limites mal traçados dos dois elementos. O que você, o fraco e o último nascido do mundo, teria feito? O pássaro preparou a terra para você. Batalhas gigantescas ocorreram contra os monstros enormes, filhos do lodo; o filho do ar, o pássaro, assumiu o tamanho de um gigante. Se suas histórias ingratas não têm nenhum traço de tudo isso, a grande história de Deus a conta no fundo da Terra onde depositou os vencidos, os vencedores, os monstros exterminados por nós e aquele que os destruiu.³²⁴

Os pinguins e as garças carregam, em seus corpos, os sinais das transformações resultantes desse esforço da natureza. A aparente imobilidade da natureza no presente, na qual o historiador revela seu esforço constante, adquire status de princípio de mobilidade no itinerário histórico da natureza, que são perceptíveis nos organismos a partir do seu remodelamento interno. Essa historicidade não é uma exclusividade dos organismos vivos; da mesma forma, “a montanha, batida por tempestades, conta o épico da Terra, sua dura e dramática história e, como testemunhas, mostra seus ossos”³²⁵ – descreve Michelet. Pela ambiguidade que os ossos assumem na afirmação, o historiador descreve estratos da Terra e os fósseis que por vezes são encontrados, ambos, signos de mudança e de alteração do mundo vivo.

Os fósseis, os estratos e a conservação de determinados aparelhos são resultados do trabalho da natureza, sua marcha, o caminho de sua historicidade. Simultaneamente, sua manutenção representa a lembrança de uma outra época, mas também sua transformação. Isso porque o trabalho de ontem não é o mesmo trabalho de hoje. No entanto, o corpo guarda consigo essa espécie de recordação, das quais os fósseis são as testemunhas de um outro momento no qual essas memórias do corpo foram instrumentos necessários para o trabalho especializado. Marcas de transformações ou da transitoriedade, metamorfoses incompletas, como com os pinguins, “que tinham conseguido transformar suas barbatanas em barbatanas escamosas. A metamorfose não foi coroada de pleno sucesso: aves indefesas e

³²³ Idem, p. 58.

³²⁴ Idem, p. 59. Tradução nossa.

³²⁵ Idem, p. LII.

desajeitadas, eles permanecem peixes hábeis”.³²⁶ O fóssil não é um fim, mas renascimento e transformação, fundamentalmente, transporte. Por isso, os fósseis, considerados antes de uma extinção, dão provas de transição e de metamorfose constante que a natureza realiza.

Como Lamarck, Michelet rejeita a imutabilidade e as transformações bruscas da natureza, pois esta realiza mudanças que são insensíveis, através de esforços por complexificação. De acordo com Yvette Conry, apesar das várias formas que essa marcha assumiu, no interior do século XIX, Lamarck, em seus estudos da flora Francesa de 1778, teria radicalizado e uniformizado essa marcha ao assumir a discriminação entre método e sistema de Buffon, estabelecendo o desenvolvimento de sequências infinitas, graduadas de formas e funções. Conry destaca que Lamarck teria completado o seu sistema natural pensando através das criaturas transitórias de Charles Bonnet. Citando Lamarck, a filósofa afirma: “a palavra é tratada como uma linha que pode ser traçada entre as produções da natureza, mas essas linhas de separação não existem na natureza: há seres que não são nem animais, nem plantas, nem minerais e que se tentaria em vão se relacionar com um ou outro”.³²⁷ Em *L'Oiseau*, Michelet não argumenta sobre a indivisibilidade entre orgânico e inorgânico, como na citação acima de Lamarck, mas sabemos que ele vai retomar esse tema em *La Mer*, sob sua perspectiva da geração espontânea e heterogeneidade de Pouchet.³²⁸ No entanto, concentrando-nos em seu livro de 1856, a indivisibilidade do mundo orgânico é mantida e a ideia de complexificação da *Filosofia Zoológica* é substituída por esse ímpeto voluntarioso, de esforço e de trabalho, que, ao ser realizado, estabelece funções nos organismos e realiza transformações. Essa seria uma interpretação idealista, afinal, esse esforço é uma ideia que regula a variação entre as espécies, não se tratando, portanto, apenas de uma reação mecânica, mas de uma mudança de forma e dos instrumentos orgânicos a partir de uma ideia, uma emoção, uma pulsão.

Uma outra distinção em relação a Lamarck, na leitura micheletiana da natureza, diz respeito a não exclusão de uma mobilidade revolucionária geológica cuvieriana,

³²⁶ Idem, pp. 16-17.

³²⁷ CONRY, Yvette. L'idée d'une "marche de la nature" dans la biologie prédarwinienne au XIXe siècle. In: *Revue d'histoire des sciences*, tome 33, n°2, 1980. pp. 99. Tradução nossa.

³²⁸ Cf. SÉGINGER, Gisèle. "Michelet and La Mer: Biology and the Philosophy of History". In: BENDER, Niklas; SÉGINGER, Gisèle. *Biological Time, Historical Time: Transfers and Transformations in 19th Century Literature*. Boston: Brill, 2019.

tal como quando o historiador descreve o surgimento dos pássaros “contra a erupção de um mundo inesperado que estava fervendo, agitando, subindo, entrando, tendo nos comido”.³²⁹ À primeira vista, poderia ser uma contradição, pois, afinal, Cuvier propôs essa marcha do mundo como inorgânica e definiu a imutabilidade do mundo orgânico. Em Michelet, as duas se unem em um exercício similar ao realizado por E. Saint-Hilaire.

Em 1799, Cuvier publicou sua *Mémoire sur les espèces d'éléphants vivants et fossiles*, na qual identifica, em esqueletos fósseis encontrados na Sibéria, uma espécie extinta. Iniciando pelas partes conhecidas, o naturalista realiza os cálculos de suas funções fisiológicas determinando sua organização geral.³³⁰ Partindo da ideia de que nos animais existem elementos que são estritamente necessários para a subsistência deles como organismo funcional, todas as alterações são, para Cuvier, acidentais ou circunstanciais. A definição de espécie deve se dar, para Cuvier, a partir da estrutura definitiva, uma unidade formal orgânica. A unidade orgânica é formada pela correção dos órgãos na sistematização do corpo como estrutura interna e externa: a economia orgânica. Retomando o estudo da espécie encontrada, o Mamute, suas estruturas ósseas da dentição e da mandíbula permitiram inferir que seu aparelho digestivo é diferente do dos tipos de elefantes e que, portanto, possuem estruturas anatômicas diferentes, estabelecendo assim, o Mamute, como uma outra espécie, uma descontinuidade no interior da mesma classe, o que torna inviável uma origem comum por uma unidade de composição. A extinção se dá, no interior da leitura cuvieriana, quando a economia orgânica da espécie não consegue lidar com as mudanças do meio, ou seja, quando as correlações são insuficientes para lidar com uma nova realidade ambiental. A extinção, fundamentalmente, é morte, fim de um projeto de composição orgânica.

Pimenta dá um exemplo de como a extinção atua no interior da teoria de Cuvier:

em virtude de uma alteração ou de uma transposição climática, um animal carnívoro pode ser estrangido a alimentar-se de ervas por anos a fio e mesmo por gerações sucessivas, mas isso não altera a configuração de sua arcada dentária, de sua epiglote, de seu aparelho digestivo, nem tão pouco a correlação de suas partes, apenas impõem uma restrição circunstancial, que pode modificar temporariamente o seu aspecto físico. Já o desaparecimento

³²⁹ MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. 175.

³³⁰ CUVIER, G. *Mémoire sur les espèces d'éléphants vivants et fossile*. Paris: Baudoin, 1798.

súbito da sua fonte de alimentação, ou uma alteração climática drástica e repentina, seria causa suficiente para a aniquilação da espécie.³³¹

Na leitura de Cuvier, o estabelecimento de uma economia orgânica comum em uma espécie define os limites e acessibilidades de conformação às realidades do meio. Um único indivíduo, em uma situação atípica para a sua espécie, não conseguiria alterar a conformidade orgânica. O único fator capaz de alterar estruturalmente uma espécie é uma modificação generalizada: as revoluções do globo terrestre.

A lógica estabelecida entre função orgânica e corpo coloca Michelet ao lado de naturalistas como Lamarck e Saint-Hilaire. Para eles, a capacidade de ação é determinante para a reorganização orgânica. Uma interpretação distinta daquela de Cuvier, na qual a organização orgânica e sua funcionalidade fisiológica deve anteceder às funções exercidas pelos instrumentos de um corpo. Essas distinções permitem pensar o fenômeno da extinção e a leitura dos fósseis por duas estruturas de pensamento distintas.

Já Étienne Geoffroy Saint-Hilaire definiu, em sua *Anatomia Filosófica*, que, a partir de um plano de composição comum, de origem embriológica, os seres se especializavam de acordo com as suas necessidades. Saint-Hilaire, dessa forma, tentava dar uma continuidade à natureza em resposta à ideia de extinção e sucessão biótica de Cuvier. Este geólogo defendeu que a extinção ocorria em um processo de sucessão biótica realizado de forma brusca pelas revoluções do globo terrestre. Com essas transformações do meio, os animais vulneráveis, ou sem uma disposição orgânica compatível, extinguiriam-se. Para Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, a extinção não era um exemplo de fim de uma determinada espécie, mas de sua mutabilidade. A disposição do corpo não é rígida, mas potencialmente móvel; de acordo, portanto, com as necessidades do vivente, os animais podem passar por uma aclimatação, que permitiria a eles se desenvolver. Para explicar esse processo, Saint-Hilaire retoma o termo “metamorfose” de Lamarck e o entende como ação orgânica que permitiria ao animal viver em ambiente inicialmente hostil.

Em Saint-Hilaire, Étienne e Isidore, a extinção não é pensada como a morte de um projeto orgânico, uma vez que esse projeto ainda existe no interior de uma ideia

³³¹ PIMENTA, Pedro Paulo. “A querela dos Análogos: Cuvier e Geoffroy de Saint-Hilaire”. In: *A trama da natureza: organismo e a finalidade na época da ilustração*. São Paulo: Editora da Unesp, 2018, p. 405.

de plano de unidade e composição comuns. Em *Recherches sur de grands sauriens trouvés à l'état fossile vers les bords maritimes de la Basse-Normandie*, Étienne Saint-Hilaire realiza o estudo de animais que seriam ligados à estrutura orgânica do Crocodilo, o telessauros, no qual “o sistema orgânico de saurianos está próximo ao dos mamíferos por um elo que liga o que se pensava sempre separado; e, em seguida, para os geólogos, que este fato importante de um intermediário estar ocupando o meio de um intervalo amplo é adquirido pela ressurreição de um animal perdido”.³³² Após o trabalho descritivo das determinações de todos os gêneros telessaosaurianos, Saint-Hilaire conclui que, apesar da extinção dessa espécie, seus indivíduos são “intermediários entre ictiossauros e crocodilos; eles começaram a surgir, quando os ictiossauros começam a desaparecer: ainda os encontramos misturados no mesmo terreno”.³³³ O telossauro é um parente do crocodilo, define o naturalista. “Mesmos materiais constituintes de qualquer outro lugar sendo distribuídos na mesma ordem e de acordo com o princípio das conexões, sendo também, cada um, empregado e adaptado de acordo com o caráter de sua função especial”.³³⁴

Michelet, acreditamos, parte de uma ideia comum a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire: uma marcha da natureza que consiga acoplar a sucessão biótica do meio à extinção a partir da ideia de transformações graduais. Em carta destinada a Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, filho de Étienne, o historiador francês questionou o que deveria ser estudado na relação do homem com as espécies animais, caso tivesse que estudar a origem do homem em espécies extintas. Isidore não hesitou em responder-lhe o seguinte:

Monsieur e ilustre colega e amigo,

A ideia de que os vertebrados antigos estavam mais próximos dos seres humanos do que seus pares contemporâneos é totalmente falsa. Quanto mais nos afastamos da época atual, mais profundamente penetramos nas camadas do globo, e mais diferente a criação animal é daquela que o homem poderia ter contemplado quando, por sua vez, apareceu na cena do mundo, e também mais diferente do próprio homem. Nos terrenos mais antigos, onde são encontrados fósseis, os animais, dos quais encontramos detritos, nunca podem se encaixar nos gêneros que vemos representados na natureza atual, e muitas vezes nem sequer se encaixam em famílias, ordens, às vezes nas classes existentes hoje. Mais tarde, se os animais não se encaixam nos gêneros atuais, eles são pelo menos vizinhos deles, diferem apenas em

³³² SAINT-HILAIRE, E. Geoffroy. *Recherches sur de grands sauriens trouvés à l'état fossile vers les bords maritimes de la Basse-Normandie*. Paris: Firmin Didot Frères, 1831, p. 55. Tradução nossa.

³³³ Idem, p. 46.

³³⁴ Idem, p. 31.

caracteres muito secundários e, portanto, naturalmente caem nas mesmas famílias. É assim que os ictiossauros, pterodátiles, plesiossauros, animais de terras antigas, não se encaixam em nenhum gênero, família, e até mesmo o pterodátile, em nenhuma classe hoje existente: os mastodontes mais recentes, os paleotérios e os lofiodonts, ainda não se encaixam em nenhum de nossos gêneros atuais, mas não se desviam muito dele e, naturalmente, registram-se ao lado deles, nas mesmas famílias, como os mastodontes ao lado dos elefantes, os paleotérios ao lado das antas. Nos tempos mais recentes, os animais fósseis são, em grande parte, não apenas em famílias, mas também em gêneros, conhecidos; são, por exemplo, espécies, agora extintas, de ursos, gatos, veados, etc. etc., mas não tipos estranhos à natureza atual. Finalmente, em terras recentes, encontramos as mesmas espécies que vivem hoje na superfície do solo. Assim, as diferenças que são inicialmente clássicas, ordinais ou de família, depois genérica, específica, depois nulas, para fazer uso da ideia que Schimper* teria dado e que, aliás, não vejo claramente expressa na obra de M. Secrétan. Tudo isso é aplicável também ao homem em particular; não existe na criação antiga (pelo menos no que a conhecemos) seres que se aproximam tanto do homem com os primeiros animais, como as famílias de macacos hoje. Além disso, no resumo anterior, devemos ver apenas a expressão de todos os fatos, e não a generalização vigorosa, certa e definitivamente estabelecida na ciência dos resultados fornecidos pela observação. Na paleontologia, os autores (incluindo M. Secrétan, após Schimper) são pródigos em afirmações absolutas, mas todas essas afirmações devem ser marcadas com grandes pontos de dúvida. Argumentamos em paleontologia com tão pouca certeza quanto raciocinaríamos sobre a distribuição geográfica das espécies, um navegador que tocava alguns pontos das costas nas várias partes do mundo. Entre as ideias apresentadas pelo Sr. Secrétan e que muitas vezes já foram apresentadas na França, na Alemanha e em outros lugares, uma das que teve mais sucesso é a hipótese de criações sucessivas. Nada é menos demonstrado do que a realidade dessa hipótese, uma hipótese que é reproduzida em toda parte e em toda parte atribuída (mesmo por seu panegirista oficial, M. Flourens) a Cuvier, que a rejeitou formalmente, como já indiquei em meus ensaios sobre *zoologia geral* (p. 35). Quanto a essa outra afirmação (p. 46), de que a divisão do reino animal em quatro ramos, proposta por Cuvier, é consagrada e demonstrada pela geologia e pela anatomia comparada, isso não é apenas duvidoso, mas falso. Por um lado, não há impossibilidade, como diz o autor, de passar de um dos quatro tipos para o outro e a unidade do plano subsiste de um ponto de vista muito geral, mas, além disso, de um ponto de vista mais particular, e isso especialmente de acordo com os trabalhos de M. de Blainville, os três primeiros tipos de Cuvier estão muito mais intimamente relacionados entre si do que com o último, que compreende dois tipos extremamente distintos e mais distantes um do outro do que os três primeiros tipos grandes de Cuvier. Isso levou o Sr. de Blainville a propor, e isso é, na minha opinião, uma grande melhoria do ponto de vista lógico e do ponto de vista zoológico propriamente dito, uma divisão ternária do reino animal. Um primeiro tipo inclui os três primeiros ramos de Cuvier (vertebrados, articulados, moluscos); os outros dois incluem a maioria dos animais colocados por Cuvier no quarto ramo, grande parte dos quais também deve ser transferida para o primeiro tipo. A geologia concorda com essas novas visões, bem como com as de Cuvier, porque o que ela fornece é simplesmente a prova de que, em geral, e com exceções, exceto a necessidade, acima de tudo, de preencher imensas lacunas, a natureza procedeu do simples ao composto e, conseqüentemente, dos animais que todas as classificações colocam na parte inferior da escala animal àqueles que ocupam o topo.

Aceite, por favor, a nova expressão dos meus sentimentos mais dedicados e minha mais alta consideração. I. Geoffroy-Saint-Hilaire.³³⁵

Isidore se torna o principal divulgador das ideias do pai após sua morte, em 1844. Acreditamos que esse conjunto de ideias sobre a forma como a natureza funciona será empregado por Michelet, tanto no que diz respeito às transformações e às sucessões bióticas, quanto em relação à noção de um desenvolvimento que ocorre no interior da marcha da natureza, do mais simples ao mais complexo, a partir de um plano único de composição – vale lembrar, a esse respeito, que o historiador francês recorre ao exemplo dos plesiossauros em seu livro.³³⁶ A marcha da natureza opera, em Jules Michelet, por uma complexidade dos corpos orgânicos, dos simples aos quadrúpedes. Não por acaso, ele insistiu nas formas de organização.

Os trabalhadores da natureza se organizam. Alguns em monarquia, como no caso dos macacos e algumas espécies de aves, que possuem um rei ou um chefe. Michelet dá mais ênfase às “táticas perfeitas”³³⁷ daqueles que se organizam em repúblicas, pois a “associação mais segura é a de iguais”.³³⁸ Para ele,

O avestruz, o pinguim, uma série de espécies, unem-se para isso. Várias espécies, unidas para viajar, formam, na época da emigração, repúblicas temporárias. Sabemos o bom entendimento, a gravidade republicana, as táticas perfeitas de cegonhas e tetraz. Outros, menores e menos armados, em climas e lugares onde a natureza, cruelmente fértil, constantemente gera inimigos formidáveis, não se atrevem a se afastar uns dos outros, aproximam suas casas, sem confundi-los, e sob um teto comum vivendo em células separadas, formam verdadeiras colmeias.³³⁹

Para Michelet, tanto no trabalho, quando na organização dos seres, existe uma moral, um espírito voluntarioso subscrito nessa ordem geral da natureza. Essa grandeza moral, inclusive, estabelece a hierarquia dos seres. “Quanto mais é, maior o ser sobe; cada grau de existência depende do grau de amor”.³⁴⁰ Foi a amplitude do amor que, de certa forma, desenvolveu os seres em sua organicidade. “Mesmo no animal superior, o quadrúpede, cujo calor do sangue parece ter duplicado o amor”.³⁴¹ Existe uma sucessão biológica no interior da marcha da natureza, do simples ao

*Trata-se de categorias desenvolvidas por Guillaume Philippe Schimper para descrever o parentesco de espécies nos estudos paleontológicos.

³³⁵ MONOD, Gabriel. Isidore Geoffroy-Saint-Hilaire et Michelet. In: *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques*. Tomo 66, 2º semestre. Paris: A. Picard et fils, 1911, p. 368. Tradução nossa.

³³⁶ MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. 59.

³³⁷ Idem, p. 222.

³³⁸ Idem, *Ibidem*.

³³⁹ Idem, *Ibidem*. Tradução nossa.

³⁴⁰ Idem, p. 03.

³⁴¹ Idem, p. 04.

complexo, que Michelet relaciona a uma questão moral, o esforço voluntarioso. A marcha da natureza caminha para a harmonia e para a redução gradual da violência. Um exemplo disso é a redução dos insetos e das aves de rapina:

Mas esses destruidores úteis estão diminuindo gradualmente, tornando-se menos necessários. (...)O mundo da caça alada, seja pela destruição do homem ou pelo desaparecimento de certos insetos, dos quais os pequenos pássaros viviam, permite-nos ver diminuir os tiranos odiosos do ar; a águia está se tornando rara, mesmo nos Alpes, e os preços exagerados e enormes pelos quais o falcão é pago parecem indicar que o primeiro, a mais nobre das aves de rapina, quase desapareceu hoje. Assim, a natureza gravita em direção a uma ordem menos violenta.³⁴²

A dor e a violência no interior da historicidade da natureza caminham inversamente para a complexidade dos corpos organizados: “a natureza gravita em direção a uma ordem menos violenta”, afirma Michelet. Essa ideia de que o mundo opera de um estado violento para um menos hostil não é fruto da imaginação do historiador, pois Beaumont, para defender a tese das mudanças revolucionárias da crosta contra os uniformitaristas, utilizou das diferenças da disponibilidade mineral na superfície para enfatizar, em suas palavras, que “o enfraquecimento gradual dos agentes químicos que atuaram na superfície do globo, em comparação com a ordem em que as diferentes classes de seres organizados apareceram, revela, na história da natureza, um plano tão harmonioso quanto o admirado na constituição de cada ser em particular”.³⁴³

A história natural micheletiana nos permite um exercício pouco explorado: o de analisar o lugar da história dos homens no interior da cadeia dos seres. O desenvolvimento das espécies na história natural segue um desenvolvimento no qual o homem ocupa seu ápice, por sua inteligência e amor. Apesar de não utilizar a palavra Deus, ou criador, o historiador invoca a ideia de uma natureza e uma providência, adaptando de Saint-Hilaire a concepção de um plano que existe desde a criação. Como na teratologia, se o embrião não segue o plano devido às interferências, produz monstros, talvez daí a perspectiva apocalíptica que Michelet tem de seu tempo.

A dor e a morte são apenas transitórias para Michelet, pois simbolizam o lugar de renascimento e de metamorfose necessários para se atingir o ápice do estágio, já

³⁴² Idem, p. 107. Tradução nossa.

³⁴³ BEAUMONT, Élie de. *Nota sur les emanations volcaniques et métallifères*. S.N, 1849, p. 83. Tradução nossa.

que a natureza, na sua ordem transcendental, foi projetada, mesmo que por uma dinâmica móvel, para a república harmônica orquestrada pelo homem. Não por acaso, o historiador finaliza seu livro defendendo o processo de domesticação de Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, que criticava o processo da prática da criação de animais exclusivamente pelo seu critério de utilidade,

A arte da domesticação não vai longe se estivermos preocupados apenas com os usos dos quais os animais domesticados serão para o homem. Deve sair principalmente da consideração da utilidade que o homem possa ser para os animais. Desde seu dever de apresentar todos os convidados deste globo a uma sociedade mais suave, pacífica e superior.³⁴⁴

Daí a função do homem no interior dessa cadeia dos seres, afinal, “todo o trabalho, qualquer chamada do homem para a natureza, supõe a inteligência da ordem natural. A ordem é tal, e essa é a sua lei”,³⁴⁵ escreve o historiador francês. Portanto, a função natural do quadrúpede superior, do homem, não é proteger todos os seres, mas unificá-los no interior de uma convivência pacífica. A harmonia do mundo apenas se torna completa quando o homem realiza a sua função na cadeia dos seres: “A pacificação e o comício harmônico da natureza viva”.³⁴⁶ Como Michelet afirma, seu livro tem um objetivo diferente daquele de Toussenel: a “diferença entre este livro e o de Toussenel é que, por mais harmonioso que seja e discípulo do pacífico Fourier, ele é, no entanto, um caçador. A vocação militar da Lorena explode por toda parte. Este livro, pelo contrário, é um livro de paz, escrito precisamente em ódio à caça”;³⁴⁷ ao contrário do caçador, Michelet quer proclamar a comunhão entre homens e animais. O homem, como ser que ocupa o ápice dessa cadeia, deve realizar – organicamente é o único suscetível a isso – e promover essa comunhão de todas as espécies.

A superioridade do homem vem do poder que ele possui para operar uma síntese das faculdades particularizadas que caracterizam a natureza inferior. A especialização, ou seja, a subordinação do animal às condições ambientais, é uma deficiência fatal. O homem, pelo contrário, aproveitando-se do controle voluntário da razão, está além de seus irmãos.

³⁴⁴ MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. 278. Tradução nossa.

³⁴⁵ Idem, p. 171.

³⁴⁶ Idem, p. X.

³⁴⁷ Idem, p. 184. Tradução nossa.

Essa interpretação micheletiana da natureza, em *L'Oiseau*, não deixa de ser uma leitura que lida com as questões científicas e filosóficas sobre a relação entre o homem e a natureza do seu tempo. Desde que a ideia de uma fixidez do mundo começou a ruir no cenário francês, com Lamarck, Cuvier³⁴⁸ e Saint-Hilaire, a dificuldade de estabelecer as categorias dos seres deu lugar ao seguinte questionamento: afinal, como explicar as mudanças que ocorreram na natureza e a definição do limite de uma espécie no interior dessa nova lente? A natureza micheletiana não opera por ruptura, pois, como ele afirma, “onde acreditamos ver, em suas obras, um salto, um vazio, uma passagem súbita e inarmônica, acusamos a nós mesmos essa lacuna, à nossa ignorância”.³⁴⁹ Para Michelet, a história natural move em transitoriedade, na qual podemos alocá-la no interior das “polifonias temáticas da marcha da natureza” que marcaram o pensamento entre Lamarck e Darwin, destacadas por Yvette Conry.³⁵⁰

Os capítulos de *L'Oiseau* se estruturam tal como um processo de desenvolvimento: do “Ovo” para as asas que não voam do “Pássaro-peixe”; depois, os pássaros que não conhecem o ar em “Asas”; as espécies de transição em “Decadência” e o processo de complexificação pelas “Temperaturas e Regiões”, até a “Especialização”; são títulos e subtítulos dos capítulos que fazem analogia à marcha da natureza, dos períodos mais violentos da Terra aos seres mais superiores; do processo embrionário à ação mais voluntariosa do Rouxinol; suas páginas constituem uma sucessão da cadeia dos seres e um programa metafísico para o homem, no qual o esforço voluntarioso promove a especificação do trabalho e aloca os seres nesse movimento orgânico.

A autonomia da criação natural baseia-se no esforço voluntarioso e de organização, presente até mesmo no organismo mais simples, como o ovo, e estabelece uma hierarquia de processos mentais e valores que ligam a autonomia física, o trabalho, a personalização de atividades e gradação progressiva da marcha

³⁴⁸ Apesar de Cuvier se posicionar contra as metamorfoses das espécies, sua geologia opera por uma sucessão biótica que permite uma certa historicidade da Terra pelas revoluções do globo terrestre. Cf. CUVIER, George. Discurso sobre as Revoluções da Superfície do Globo. Tradução de Francisco de Ferreira Abreu. São Paulo: Edições Cultura, 1945, p. 45.

³⁴⁹ MICHELET, Jules. *L'oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. 39.

³⁵⁰ CONRY, Yvette. L'idée d'une “marche de la nature” dans la biologie prédarwinienne au XIXe siècle. In: *Revue d'histoire des sciences*, tome 33, n°2, 1980, pp. 97-149.

da natureza, uma espécie de teleologia, na qual a melhoria sucessiva do organismo é sempre acompanhada de um desenvolvimento da vida interior.

5.2 Da geografia histórica à História Natural: Natureza, política e a cura no encontro das três revoluções

Com a instauração de Napoleão III e o afastamento de suas funções públicas, Michelet realiza uma espécie de autoexílio. “Doente do coração”,³⁵¹ em suas próprias palavras, os médicos lhe aconselharam um refúgio no campo. Em *L’Oiseau*, ele informa ao seu público que “as violentas aventuras deste tempo, a dispersão de um mundo de inteligência onde vivíamos”,³⁵² o teriam levado a buscar um alibi na natureza: “a quem pedir descanso, refresco moral, se não à natureza?” De certa forma, o também agora escritor de História Natural busca na natureza não somente uma cura para si, mas uma cura para os homens. A natureza promove essa *vita nuova* para Michelet e, talvez, seguindo seu modelo, seja possível promovê-la na sociedade.

Não se trata, nesse caso, da natureza oposta ao homem e à liberdade, ou da eterna guerra entre o homem e a natureza, presente em seus textos do início de 1830, quando ele sublinhava o conflito: “os dois inimigos estão frente a frente, a terra e o mar, o homem e a natureza”.³⁵³ A natureza que é descrita em *L’Oiseau* ensina a harmonia possível entre as diferenças; trata-se da natureza que realiza a pacificação e o comício harmônico, a natureza que se revelou ao historiador como a “história natural seria um ramo da política”,³⁵⁴ na qual “todas as espécies vivas chegaram, em seu humilde direito, batendo na porta para serem admitidas na democracia”.³⁵⁵

A natureza, nas primeiras obras de Michelet, é a inimiga da liberdade. “Dos dois adversários, um não muda, o outro muda e fica mais forte. A natureza continua a mesma, enquanto todos os dias o homem leva alguma vantagem sobre ela”.³⁵⁶ Nesses primeiros escritos de Michelet, a diferença entre Ocidente e Oriente está fundamentalmente nessa relação entre liberdade e natureza. Como ele afirma, “no Ocidente, a natureza não dá nada de si mesma, impõe como lei necessária o exercício da liberdade. Era necessário pressionar o inimigo e formar essa associação próxima,

³⁵¹ MICHELET, Jules. *L’oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. IV.

³⁵² Os pesquisadores da vida e obra de Michelet interpretam essa doença como algo psicossomático, relacionada às decepções com as questões pessoais, políticas e sociais do início de 1850. Cf. VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours. 1798-1874*, Paris, Gallimard, 1998.

³⁵³ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tomo II. 1833, p. 19.

³⁵⁴ MICHELET, Jules. *L’oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. XLIX.

³⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

³⁵⁶ MICHELET, Jules. *Introduction à l’histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831, p. 11.

que é chamada de cidade”.³⁵⁷ Em sua *Introdução à História universal*, ele narra a história dessa batalha entre a liberdade e a natureza. Sobre a Índia ele escreve: “no ponto de partida, na Índia, berço de raças e religiões, o ventre do mundo, o homem está curvado, prostrado sob a onipotência da natureza”,³⁵⁸ mas “aqui, a intoxicação não é, como na Índia, a da natureza, a embriaguez é voluntária”.³⁵⁹ Na Pérsia, não é diferente: “o homem, dominado pela natureza, não tenta lutar, entrega-se a ela incondicionalmente”.³⁶⁰ No Oriente, “o homem que testemunhou essa precária maravilha, à qual sua própria vida estava ligada, foi vencido pela natureza”;³⁶¹ “numa imobilidade paciente e orgulhosa, ele desafia a existência dessa natureza inimiga e se vinga da lógica da realidade que o esmaga”.³⁶²

Diferentemente do Oriente, no Ocidente “o princípio heroico do mundo, a liberdade, há muito tempo amaldiçoada e confundida com o destino, sob o nome de Satanás, apareceu sob o seu nome real. O homem rompeu gradualmente com o mundo natural na Ásia e, pela indústria, examina um mundo livre”;³⁶³ “você vê em cada estação diminuir o poder fatal da natureza”.³⁶⁴ No império Romano, “sem dificuldade. Ela havia rejeitado com horror no bacanal a primeira aparição da adoração orgiaca da natureza”.³⁶⁵

De fato, nos primeiros volumes da *Histoire de France* e em sua *Introduction à l'Histoire Universelle*, existe uma polarização entre homem/natureza, liberdade/fatalidade, que o historiador narra como uma cartografia do civilizado, que vai do Oriente para o Ocidente. A natureza aparece como inimiga em Jules Michelet, porque ela evita que o homem realize a sua engrenagem histórica.

Para sair da inércia do fatalismo, era preciso romper com a natureza. Essa associação entre fatalismo e natureza compõe o obstáculo para o homem no seu caminho para a liberdade, “a ordem natural e fatal”³⁶⁶ das coisas. Michelet afirma: “você deve lutar e não fugir; olhar para a face dessa natureza inimiga, conhecê-la,

³⁵⁷ Idem, p. 22.

³⁵⁸ Idem, p. 12.

³⁵⁹ Idem, p. 71.

³⁶⁰ Idem, p. 116.

³⁶¹ Idem, p. 133.

³⁶² Idem, p. 93.

³⁶³ Idem, p. 65.

³⁶⁴ Idem, p. 98.

³⁶⁵ Idem, p. 65.

³⁶⁶ Idem, p. 89.

subjugá-la pela arte, usá-la para desprezá-la”.³⁶⁷ A natureza é inimiga, pois ela é um empecilho à realização do espírito humano, que é o exercício da liberdade. Na natureza, nada de novo ocorre, pois ela é pura fatalidade. O homem, na sua busca pela liberdade, precisa enfrentá-la. O homem é movimento, a natureza, estabilidade.

Em seus livros sobre a história da França, esse antagonismo não se desfaz. O deslocamento geográfico adquire uma historicidade, o mesmo movimento da liberdade contra a natureza, que era realizado do Oriente para o Ocidente, é realizado se deslizando pelo tempo, dos estratos mais antigo para o recente. No final do primeiro livro sobre a História da França, em 1833, Michelet conclui: “a liberdade é forte nas eras civilizadas, a natureza o é nos tempos bárbaros; então, as fatalidades locais são todo-poderosas, a simples geografia é uma história”.³⁶⁸ Na Idade Média, diz Michelet, “a natureza encarrega-se de regular os negócios dos homens”;³⁶⁹ “a natureza é atroz;³⁷⁰” Esta é a paixão oriental, a imolação da alma à natureza, o suicídio da liberdade. Mas a liberdade é vivaz, ela não deseja morrer. Ela indigna-se contra a natureza e, inicialmente, repele suas ameaças.

Paule Petitier nos informa que as primeiras obras de Jules Michelet sobre a história da França são marcadas pelos trabalhos do geógrafo Jean-Antoine Letronne, que na época era diretor da *École Normale*. É com ele que o historiador vai dividir o pressuposto de que a geografia é, em grande parte, o domínio da memória, e que se aprende geografia nos livros de história e em viagens.³⁷¹ O *Tableau de la France* é uma grande exposição geográfica da França. Como disse Michelet,

O verdadeiro ponto de partida de nossa história deve ser uma divisão política da França formada segundo sua divisão física e natural. A história, de início, é toda a geografia. Não podemos narrar a época feudal ou *provincial* (essa última palavra, igualmente, bem a designa) sem ter caracterizado cada uma das províncias. Mas não basta traçar a forma geográfica dessas diversas regiões: é sobretudo por seus frutos que elas se explicam, quero dizer, pelos homens e eventos que devem fazer sua história.³⁷²

Portanto, Michelet parte de um distanciamento entre história e geografia: “a sociedade, a liberdade, domaram a natureza; a história apagou a geografia”.³⁷³ Essa posição intelectual e restrita da geografia, como afirma Paule Petitier, era comum no

³⁶⁷ Idem, p. 73.

³⁶⁸ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tomo I. 1833, p. 435

³⁶⁹ Idem, p. 90.

³⁷⁰ Idem, p. 17.

³⁷¹ PETITIER, Paule. *La Géographie de Michelet*. Paris: L'Harmattan, 1997.

³⁷² MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tomo II. 1833, p. 02-03. Tradução nossa.

³⁷³ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tomo II. 1833, p. 128.

início do século XIX, pois, antes da geografia humana, a geografia era uma descrição da natureza, afastada das questões físicas e morais do homem.

É nesse contexto que devemos entender o livro dois da *História da França* de Jules Michelet, no qual a história é uma anti-história, é geografia, porque a natureza impede a realização da história humana. É o avanço da civilização contra a natureza que permite a história acontecer. Se a natureza de 1830 não é a mesma de 1856, é porque a primeira se confundia com a imobilidade do Antigo Regime, operava por essências previamente dadas, estabelecidas e imóveis, leis fixas que poderiam estagnar o percurso do homem; aquela natureza era combatida em nome da criatividade e da liberdade prometeica do homem, um obstáculo à história; a-histórica, como definiu Michelet, essa natureza era a manifestação do passado e da tradição, uma forma de escravidão, que pode ser resumida pelas leis da natureza em Turgot:

Os fenômenos da natureza, sujeitos a leis constantes, estão encerrados em um círculo de revoluções sempre iguais. Tudo renasce, tudo perece; e nessas gerações sucessivas, pelas quais as plantas e os animais se reproduzem, o tempo traz de volta, a cada instante, a imagem do que fez desaparecer.³⁷⁴

A história anterior à idade moderna era uma espécie de pré-história, uma geografia, uma vez que ela operava na relação intrínseca e de oposição entre homem e natureza. O percurso até a Idade Moderna é o triunfo do homem, da civilização, da história sobre a natureza e seu fatalismo. A era moderna seria assinalada pela consolidação do homem, do histórico, da liberdade e do prometeico, fundamentalmente, seria a submissão da natureza e da sua fatalidade. Seu auge seria a Revolução Francesa, o fim da estrutura fatalista do Antigo Regime, do governo e da estrutura social do sangue pela constituição do espírito do povo. Essa interpretação da natureza associada, por vezes, à proximidade de Michelet com a crítica ao sensualismo de Cousin, oposição entre matéria e espírito, é anterior à recepção de Hegel no cenário francês, como demonstramos com a citação de Turgot.

A reticência do historiador se encontra na ausência do espírito na natureza, como podemos perceber em seu anexo no final do livro I da *História da França* (1833), quando ele defende que a mutabilidade deveria ser explicada “pela ação da liberdade sobre a matéria”.³⁷⁵ De certa forma, Michelet interpreta a natureza como matéria,

³⁷⁴ TURGOT, Anne-Robert-Jacques. “*Sur les progrès successifs de l’Esprit humain*” In: *Oeuvres Complètes*. Paris: Delance, 1808, p. 215. Tradução nossa.

³⁷⁵ MICHELET, Jules. *Histoire de France*. Tome I. Paris: Hachette, 1833, p. 326.

preferindo explicações “francamente espiritualistas”,³⁷⁶ portanto, definidas pela ação do espírito que apenas ocorreria no homem.

Em *L'Oiseau*, Jules Michelet nos informa que a natureza passou por uma Revolução Francesa. Em suas palavras, “recebi, em meu coração, a grande revolução francesa nas ciências naturais, a era de Lamarck e Geoffroy Saint-Hilaire, tão frutífera pelo método, poderosos revigorantes de toda a ciência”.³⁷⁷ Como se, com Buffon e Saint-Hilaire, com seus métodos, a natureza tivesse sido conduzida a sua era moderna, ganhando sua própria historicidade. Fazer sua história e escamotear seu logro fatalista só foi possível porque a própria natureza passou por uma revolução metodológica. Na era moderna, após as duas Revoluções Francesas, a que os homens fizeram e a que ela “recebeu”, realizada pelos naturalistas, a natureza deixa de ser uma fonte e lugar do Antigo Regime e muda seu próprio estatuto no interior do pensamento micheletiano. A natureza que se encontra em seus livros naturalistas não é a mesma da sua *Introduction à l'Histoire Universelle*; elas são separadas pelas Revoluções Francesas. Essa revolução naturalista não libertou a natureza do Antigo Regime, mas permitiu aos homens enxergá-la de outra forma. Fundamentalmente, por meio dela, Michelet percebeu a ação de uma vontade, que já existia em sua interpretação sobre o espírito humano e a sua liberdade.

O mundo é formado por metamorfoses lentas e graduais que personalizam as espécies e simultaneamente criam uma história, ditando o seu ritmo de transformação:

Serei um pássaro ou um quadrúpede? Grande pergunta, hesitação perplexa, combate longo e variado. Todas as aventuras são contadas, as várias soluções são colocadas, realizadas por seres bizarros, como o ornotorrinco, que só terá bico de pássaro, como o pobre morcego, inocente e terno em seu ninho de família, cuja forma indecisa torna feiura e infelicidade. Nele, vemos que a natureza procura a asa, e ainda encontra apenas uma membrana, que, no entanto, já faz a função.³⁷⁸

Não podemos deixar de perceber que o trabalho dos animais é condicionado ao meio. No entanto, não se trata aqui do meio no sentido que Darwin conferiu-lhe, a partir dos estudos que o levaram à *Origem das espécies*, pensado a partir das relações entre os viventes e o meio, no qual a convivência entre os seres estabeleceria uma competição.³⁷⁹ O meio em Michelet é uma ação direta sobre o vivente, que o faz

³⁷⁶ Idem, p. 326.

³⁷⁷ MICHELET, Jules. *L'Oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. VII.

³⁷⁸ Idem, p. 39. Tradução nossa.

³⁷⁹ CANGUILHEM, Georges. “O vivente e o seu meio”. In: *O conhecimento da vida*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 139 – 168.

reagir, trabalhar e, de certa forma, acomodar-se organicamente na realidade externa. Como no caso do pica-pau, mesmo sendo da mesma espécie, o que diferencia esses animais na França e na Alemanha é o meio e sua acomodação a ele, “que tem de perfurar o envelope dos nossos antigos carvalhos europeus, ele tem um instrumento completamente diferente, um bico quadrado, pesado e forte”.³⁸⁰ Esse meio, de acordo com Canguilhem, encontra sua raiz em Lamarck, para o qual

as mudanças nas circunstâncias acarretam mudanças nas necessidades, mudanças nas necessidades acarretam mudanças nas ações. Uma vez que essas ações são duráveis, o uso de alguns órgãos os desenvolvem ou os atrofiam e essas aquisições ou essas perdas morfológicas obtidas pelo hábito individual são conservados pelo mecanismo de hereditariedade.³⁸¹

É justamente contra esse meio e sua pretensão fatalista que Michelet enxergou uma ação revolucionária da vida animal, que, através do seu esforço de trabalho, capacidade de ação criativa, realiza sua revolução francesa no exercício de acomodação orgânica. A luta da natureza contra a própria natureza incorpora a luta entre liberdade e fatalidade que, antes, existia apenas na guerra entre o homem e a natureza. De certa forma, a natureza aspira, no interior desse conflito, um teor de civilidade prometeica. Existe uma realidade moral e um mundo mental que autoriza o historiador a aproximar a mente humana do espírito animal. Segundo Michelet, a imaginação criativa não está excluída do mundo animal, em particular no caso do belo desenvolvimento do rouxinol-artista.

Destaquemos a ideia de Revolução Francesa da natureza como mudança de método e enfatizemos o verbo usado por Michelet: receber. Foucault, em *As palavras e as coisas*, destaca que, na virada do século XVIII para o XIX, a *episteme* ocidental passou por uma transformação, que, se não foi abrupta, marcou um corte fundamental na forma de se produzir conhecimento. A partir do final do século XVIII, com Lamarck e Bichat, a interiorização do tempo dá início a um processo de formação de leis apreensíveis do funcionamento profundo dos organismos, um olhar que não permite se prender exclusivamente no visível e que possibilita distinguir o orgânico do inorgânico, rompendo fundamentalmente com a ideia de *mathesis universallis* da *episteme* clássica. Um passo decisivo foi dado com o novo estatuto da história e a emergência de novas empiricidades, como por exemplo, a biologia. Essa

³⁸⁰ MICHELET, Jules. *L'Oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p.183.

³⁸¹ CANGUILHEM, Georges. “O vivente e o seu meio”. In: *O conhecimento da vida*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 146.

transformação nos estudos sobre as ciências da natureza, que tornou possível as ciências da vida, Michelet destaca que a recebeu. Diferentemente da Revolução Francesa, na qual o historiador se denomina possuidor do seu espírito, essa revolução da natureza, ele a recebeu como se tivesse se apropriado em um segundo momento.

É sobre essa nova lente, no seu autoexílio promovido pela doença, que o historiador encontrará a cura para si e para a origem do seu mal:

O trabalho foi proibido para mim; pela primeira vez, em trinta anos, fui separado da minha caneta, da vida de tinta e papel que sempre vivi. Esta parada, que eu pensei ser estéril, foi muito frutífera para mim, na realidade. Eu olhei, eu observei. Vozes desconhecidas acordaram em mim.³⁸²

“Uma revolução aconteceu em mim”, disse o historiador, na mesma Itália, “minha gloriosa enfermeira” que trouxe Vico, após ter recebido a Revolução Francesa de Saint-Hilaire e Lamarck. Diferentemente da sociedade francesa malograda, a natureza é harmônica, distante da percepção dos tempos violentos, marcados por golpes e revoluções abortadas; na natureza ele encontrou a revolução em exercício. O contraste entre a história dos homens e a História Natural é revelado em seu exílio:

Essa doçura contrastou fortemente com os pensamentos do presente, com o passado sombrio que então ocupou minha caneta. Eu estava escrevendo 93. A história heroica e fúnebre me envolveu, possuiu-me – devo dizer? Consumiu-me Todos os elementos de felicidade que eu tinha ao meu redor, que eu sacrifiquei no trabalho, adiando-os por um tempo que, de acordo com todas as aparências, tinham que ser recusados para mim, eu me arrependi deles todos os dias, e eu continuei olhando para ele. Era uma luta diária de afeto e natureza contra os pensamentos sombrios do mundo do homem. Esta luta sempre será uma lembrança cativante para mim. O lugar permaneceu sagrado para mim em pensamento. Não existe mais de outra forma. A casa está destruída, outra construída em vez disso.³⁸³

Algo atrapalhou o caminho revolucionário humano, seja o presente do “golpe e a reação das revoluções abortivas” (que obrigaram Michelet a “ir mais longe”), seja o passado e o Terror de 1793; a história natural pode operar como um mecanismo de intersecção entre essas duas revoluções e lançar luz ao caminho prometeico humano. No mesmo lugar que Michelet encontrou seu álibi, ele visualizou o caminho da Revolução. A História Natural, como um ramo da política, torna-se uma forma de levar aos homens o princípio que se revelou através da revolução das ciências: à harmonia da natureza, à comunhão das revoluções abortivas, do passado e do presente. Como Michelet, ao enxergar essa natureza revolucionária e prometeica, os homens se

³⁸² MICHELET, Jules. *L'Oiseau*. Paris: Hachette, 1856, p. XLVI. Tradução nossa.

³⁸³ Idem, p. VI. Tradução nossa.

reconciliam com os caminhos da Revolução e se dão conta do seu papel no banquete democrático. Que a cura de Michelet seja a cura social. É aqui que Michelet revela mais claramente o propósito pedagógico de seu ensaio naturalista. A interpretação progressista da História Natural dos pássaros contém a resposta ao problema humano, pois mostra que o natural pode explicar como aquelas criaturas são capazes de criar uma segunda cidade, que é o fundo da civilização; os pássaros são, “sem metáfora, as crianças pequenas da natureza, crianças da Providência”.³⁸⁴

Nos textos de História Natural, o escritor da *Histoire de France* interpretou uma moral que se mistura às recentes teses das ciências da vida e da natureza na construção de uma imaginação exposta em sua narrativa sobre o mundo vivo, que se transformou e está em constante mudança, do interior dos corpos dos minúsculos organismos ao mundo exterior, na formação de complexas sociedades. Seus livros naturalistas, do qual *L'Oiseau* é o primeiro, representam um lugar excepcional de continuidade de suas ideias políticas e históricas, ou seja, podem ser entendidos como forma de divulgação de sua interpretação de mundo, que pretende unificar o homem e a natureza. Se o historiador da França ainda não pertence a uma metafísica completamente secular de uma moral darwiniana,³⁸⁵ a natureza micheletiana se assenta na interpretação de Cadeia dos Seres, próxima a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire e seu círculo, nos quais a história não se afasta completamente, pois a realização de um plano da natureza e da história exigem esforços de seus trabalhadores. É entre uma natureza romântica e o exercício prometeico dos homens e dos seres que Jules Michelet produziu seu naturalismo e encontrou um papel para a sua História e a História Natural, na identificação do princípio heroico e no desenvolvimento de uma nova ordem de tempo.

³⁸⁴ Idem, p. 237.

³⁸⁵ Ele cita Darwin em seu texto sobre os insetos, mas apenas de um resumo feito por Lyell.

Considerações finais

Foi numa noite lúgubre de novembro que contemplei o sucesso de meus esforços. Com uma ansiedade que beirava agonia, reuni perto de mim os instrumentos essenciais com os quais eu poderia introduzir uma fagulha de existência na coisa sem vida que jazia a meus pés. Já era uma da manhã: a chuva batucava sinistramente nas vidraças e minha vela tinha queimado quase até o fim quando, sob o brilho daquela luz semiapagada, vi o opaco olho amarelo da criatura se abrir; sua respiração era pesada, e um movimento convulsivo agitou-lhe os membros.

Mary Shelley

Em um texto que nos serviu como suporte para os capítulos aqui apresentados por nós, Gabriel Monod assevera como Michelet buscou refúgio na história natural e nas ciências da natureza em momentos de crise. O historiador fez dessas leituras mais do que um momento de expiação; ele as incorporou em suas reflexões sobre a historicidade e a compreensão das ações humanas, fundindo, em um mesmo olhar, história e história natural. No entanto, o que buscamos destacar é que essa relação aconteceu de formas distintas entre 1830 e 1856.

Com o objetivo de discutir a relação entre a escrita da história de Jules Michelet e as ciências da natureza e da vida, optamos por um caminho cronológico que nos permitisse perceber as mudanças sensíveis no decorrer do itinerário do seu pensamento. Esse percurso nos levou a refletir sobre as maneiras como esses saberes eram apropriados, no esforço de construir uma inteligibilidade para a sua historiografia e para uma nova história da França.

Se, no clarão de julho, Jules Michelet ainda se mostrava reticente em relação à potencial transformação da natureza e sua relação com a História, isso não o impediu de levar, para a historiografia, a ideia de metamorfose e de construção orgânica para pensar a formação da nação francesa em um povo formado por uma multiplicidade de raças. Mais tarde, em sua interpretação sobre a Revolução Francesa, a interrogação sobre a continuidade entre a tradição católica e a revolucionária teve uma contribuição dos debates geológicos sobre o questionamento do presente como lugar de compreensão dos fenômenos do passado. O historiador detinha o argumento recapitulativo dessas noções e técnica de análises no interior das apropriações das ciências da natureza em sua historiografia, mantendo uma relação de ordem operatória.

De fato, seria a percepção de que a sociedade estava fragmentada, os descaminhos da Revolução de 1830 e o infortúnio da Revolução de 1848, além da aproximação amigável dos naturalistas, que promoveram efetivamente a junção, na década de 1850, entre história e história natural, na qual a teratologia e o Museu de História Natural tiveram um lugar preponderante. É sob o papel pedagógico do Museu de História Natural – em que o historiador vislumbra uma relação profícua entre o passado e o presente ativando os homens para o lugar deles no interior de uma ordem imanente que estava perturbada pelas ações de seus contemporâneos – que podemos notar a constituição de uma proposta historiográfica naturalista.

O que inquietou Michelet foi a impressão de tranquilidade do presente diante de uma situação que, para ele, era de catástrofe. Não por acaso, ele associa essa situação aos estudos teratológicos: o corpo monstruoso por excesso consegue sobreviver, mesmo diante de sua anormalidade; o monstro de Frankenstein tem uma espécie de vida, mesmo que sem alma.

É justamente sob a ideia de formação de um corpo, cara à embriologia e à teratologia, que o escritor da *Histoire de France* deixa escapar uma meta intrínseca para a sociedade francesa e a humanidade: a ideia de uma cadeia dos seres, concepção naturalista com a qual o historiador dialoga, estabelece um lugar para o homem no interior do mundo natural e histórico, indicando uma função que deveria ser realizada. Michelet, em parte, narra a história dessa deturpação, da fuga desse plano, de metamorfoses incompletas, de Renascimentos abortados e Revoluções sequestradas. Se não existe uma filosofia da história que transcende as ações humanas, pelo menos há elementos que nos permitem pensar uma posição e funcionamentos em um mundo que conecta todos os seres em um projeto dinâmico.

As obras produzidas entre os anos de 1855 e 1857 demarcam a emergência, em sua historiografia propriamente, de um naturalismo, e o seu livro de História Natural, diferentemente de um projeto exploratório, está mais próximo de uma continuidade da sua reflexão de uma integração entre História e Natureza, o que não existia no início da sua historiografia.

Essa natureza micheletiana, concebida em um contexto pré-darwiniano, exerceu, em sua historiografia, o papel de uma providência, como indicamos no último capítulo. Trata-se de uma concepção que, apesar das diferenças das leituras, permite-nos situar em Cuvier e Saint-Hilaire a ideia de que existe um progresso na ordem do

mundo natural, que se desenvolve em sua historicidade e à qual a História dos homens deveria se integrar; é justamente a ausência dessa comunhão, para retomar um termo do historiador francês, que leva à calamidade do presente.

O descompasso entre a história dos homens e a história natural reverbera o distanciamento de Jules Michelet com uma certa ideia de progresso, cara ao pensamento liberal do século XIX. Se, no calor da Revolução de 1830, mesmo que de forma mitigada, ele conferia à França uma certa preponderância frente às nações, a desilusão do Segundo Império confere a face apocalíptica da construção da história, que deve ser analisada como uma medicina dos monstros para retomar seu caminho.

Quando as ciências da natureza funcionaram como um recurso, Jules Michelet buscou, por detrás dessas lentes, encontrar uma nova forma de interpretar o homem, o passado e a natureza. As imagens, metáforas e saberes das ciências são evocadas, por vezes, para a compreensão e a construção de inteligibilidade de problemas delimitados em contextos específicos de sua obra, e das questões que emergem no presente do historiador. Em outro momento, quando o escritor de *O Povo* realizou o entrelaçamento historiográfico entre o natural e o humano, ele encontrou um papel para o homem em um projeto da natureza. Envelopada por uma macroestrutura da ordem do natural, a marcha da natureza opera como uma providência, fazendo da natureza uma espécie de meta sistêmica intrínseca.

Se Jules Michelet encontrou uma resposta nas ciências da natureza para um problema moral e histórico dos homens, é porque a forma de se pensar a natureza, na curva entre os séculos XVIII e o XIX, como argumentou Foucault, começou a se fundar em um *a priori* histórico que concedia ao invisível um outro estatuto, articulando o empírico e o transcendental, e que impôs os limites da vida como condição de conhecimento tornando possíveis saberes como os das ciências da vida, a embriologia, a fisiologia, a histologia e a paleontologia.³⁸⁶ Um dos elementos importantes da transformação da vida em um conceito sintético *a priori* é uma mobilidade na concepção de tempo que permitiu transferências de estratégias e modelos de explicação recíprocos: teorias das transformações, da revolução à crise

³⁸⁶ No verbete micheletiano não existem ciências da vida, muito menos uma distinção entre ciências da natureza e ciências da vida. No entanto, para enfatizar a mudança epistêmica entre as ciências, na curva entre os séculos XVIII e XIX, optamos por diferenciar os campos dos saberes ainda incipientes nas primeiras décadas do século XIX, como ciências da vida. Cf. FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

social, dos tecidos à espécie. O tempo conectou o natural e o humano e produziu uma nova imaginação sobre o funcionamento do mundo, forjada a partir dessas novas lentes.

Anexos

A. ISIDORE GEOFFROY SAINT- HILAIRE E MICHELET ³⁸⁷

Haveria um estudo interessante a ser feito sobre as relações de Michelet com os homens da ciência de seu tempo. A ciência da natureza sempre atraiu Michelet, ao mesmo tempo que a ciência do homem e, embora tenha composto apenas nos últimos vinte anos de sua vida obras de história natural, ele planejava, já em 1825, escrever um *Étude religieuse des sciences naturelles* e, em 1849, esboçou o plano de um livro intitulado: *Le Ventre*, que teria sido um livro de psicologia social, concomitante a um livro de fisiologia. O amigo íntimo de sua primeira juventude, Poincot, era um estudante de medicina, e Michelet invejava-o por estudar as leis da natureza, em vez das evoluções humanas; as ciências de Deus, em vez das do homem, como a política e a história. Mais tarde o vemos constantemente, em seus momentos de pior sofrimento moral, buscar refúgio na leitura das obras de fisiologia e história natural. Em uma nota escrita em 1863, Michelet recorda a memória dos grandes estudiosos, cuja relação era tão preciosa para ele:

Vários capítulos do meu *Histoire de France* foram submetidos ao meu ilustre camarada do *collège*, M. Elie de Beaumont, que então, contra Cuvier, detinha a vanguarda da ciência. Também fui encorajado pela amizade de um homem muito engenhoso, Edwards, o mais velho. Naturalista eminente, físico, etc., ele seguiu as línguas da história natural do homem, com um espírito verdadeiramente enciclopédico, muito admirado por Burnouf que, também, tinha começado com as ciências físicas, antes de se tornar o primeiro linguista do mundo. A tendência enciclopédica de Edwards o levou da história natural às línguas. Senti-me profundamente incompleto do meu lado materialista. Eu sofri a poderosa atração do Geoffroy Saint-Hilaire, esta casa se sombriou, infelizmente! Vazia atualmente. Então conheci Serres e a embriogênese. Lá se ligam a história e a história natural. Mais tarde, Pouchet. Os grandes cirurgiões Dupuytren, a *pléiade* Amussat, Lisfranc, Marjolin, Hahnemann, médico homeopático, Bouchardat, médico químico. Mais tarde, Berthelot, Robin. A natureza me atraiu em 1830. Retido pela especialidade absorvente fora das ciências naturais, fiquei feliz às vezes em dar pelo menos

³⁸⁷ Esse texto é a transcrição de uma fala proferida por Gabriel Monod na *Académie des sciences morales et politiques*, posteriormente publicado na *Revue Blue* em 1911. Fundador da *Revue Historique* (1875), Monod dedicou parte dos seus cursos, no *Collège de France*, à análise da vida e obra micheletina, postumamente publicadas sob o título *La vie et la pensée de Jules Michelet* (1923). Um dos pioneiros a desbravar os arquivos pessoais de Jules Michelet, Gabriel Monod é uma referência importante nos estudos sobre o escritor da *Histoire de France*. Nosso objetivo, ao trazermos essa tradução aqui, é evidenciar essas relações que demonstram o interesse de Jules Michelet pelas então denominadas ciências naturais, destacando principalmente sua relação com a família Saint-Hilaire a partir da década de 1840. Tradução nossa.

uma olhada. Eu pude esclarecer. Frequentemente ia, comovido e devoto, ao *Jardin des Plantes*. Eu vi o grande Geoffroy, uma inocência de gênio, infância admirável e sublime. Encontrei ali o acolhimento amigável dessa família única, mas sempre lamentada, na qual tudo respirava doçura, a calma fecunda para a mente. Em 1842, conheci Serres, que poderia ser considerado um dos Geoffroys. Às vezes assisti a suas aulas. Seu livro *Embryogénie* me levantou o véu de Ísis, fez-me vislumbrar o enorme significado moral do que se acredita ser físico. Ele ardeu dentro de mim por muito tempo, até a revelação do gênio de Pouchet, da bela pesquisa de Coste, Gerbes, no ponto tão sério em que as ciências do homem e da natureza se cruzam, da vida material e social. Esse ponto é o nosso nascimento, o mistério de nossa origem, de nosso berço vivo.

Michelet não perdeu a oportunidade de prestar homenagem ao gênio e personagem de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, em *O Povo*, na *História da Revolução*, em seus livros de história natural, além de unir Isidore Geoffroy Saint-Hilaire ao seu pai em seu reconhecimento e admiração. Foi por eles que conheceu e entendeu a genialidade de Lamarck e viu, na química orgânica, o ponto de refutação do mecanismo materialista. Isto é o que ele escreveu, em 20 de novembro de 1838, quando retornou do funeral de Broussais, seu colega na Academia de Ciências Morais e Políticas. Nesta ocasião, suas palavras assumem um caráter verdadeiramente profético:

Eu estava entre Blanqui, Lucas, Châteauneuf, Villermé, perto de Geoffroy Saint-Hilaire. Em frente, uma verdadeira conciliação de materialismo, toda a Faculdade de Medicina. Ao pé do catafalco, a figura sinistra de Orfila, e a face bondosa de Larrey. Eu tinha uma perspectiva, por compensação, Dumas, o químico. Pareceu-me ver o *mecanismo médico* morrer, começando no futuro, como resultado da química, da medicina *orgânica*. Broussais, embora tenha recomendado a observação *fisiológica*, no entanto, contentou-se com uma medicina *mecânica* e negativa, renunciando a questionar os *modos medicativos* da natureza. Broussais foi um herói; sua medicina, ou melhor, sua cirurgia, a de uma era heroica, realmente francesa: teve muito espírito e coragem, em um dado momento, é francês.

Os Geoffroy Saint-Hilaires deram a Michelet afeto pelo afeto, admiração pela admiração. Isidore escreveu a Michelet, em 11 de setembro de 1841, depois de receber o volume V da *História da França* (Carlos VII e Joana D'Arc):

Senhor e ilustre colega, acabei de ler, com o maior interesse, a primeira parte do seu quinto volume. Permita-me agradecer-lo pelo precioso presente e por tudo que ele já me trouxe de prazer intelectual e educação. Joana D'Arc revive nestas belas páginas; a *vida* ativa e real de suas personagens é uma das características eminentes de suas obras. Você tem o dom para o qual o povo reconhece os enviados de Deus. Você diz para os mortos: Levantem-se, e eles se levantam; eles caminham e agem diante de nossos olhos.

Alguns meses depois, Michelet fez um curso, no *Collège de France*, sobre a Filosofia da História e se viu preparando uma lição sobre as primeiras idades do mundo e a evolução pela qual a humanidade passou surgindo de espécies animais primitivas. Ravaisson havia lhe emprestado as obras de Secrétan e Schimper, e Michelet escreveu a Isidore Geoffroy Saint-Hilaire para lhe perguntar o que acreditava ser necessário para pensar a relação do homem com espécies animais, o que seria necessário estudar em sua origem em espécies extintas, como Schimper queria. Eis o que Isidore disse:

30 de abril de 1842

Monsieur e ilustre colega e amigo,

A ideia de que os vertebrados antigos estavam mais próximos dos seres humanos do que seus pares contemporâneos é totalmente falsa. Quanto mais nos afastamos da época atual, mais profundamente penetramos nas camadas do globo, e mais diferente a criação animal é daquela que o homem poderia ter contemplado quando, por sua vez, apareceu na cena do mundo, e também mais diferente do próprio homem. Nos terrenos mais antigos, onde são encontrados fósseis, os animais dos quais encontramos detritos nunca podem se encaixar nos gêneros que vemos representados na natureza atual, e muitas vezes nem sequer se encaixam em famílias, ordens, às vezes nas classes existentes hoje. Mais tarde, se os animais não se encaixam nos gêneros atuais, eles são pelo menos vizinhos deles, diferem apenas em caracteres muito secundários e, portanto, naturalmente caem nas mesmas famílias. É assim que os ictiossauros, pterodátiles, plesiossauros, animais de terras antigas, não se encaixam em nenhum gênero, família, e até mesmo o pterodátile, em nenhuma classe hoje existente: os mastodontes mais recentes, os paleotérios e os lofiodons, ainda não se encaixam em nenhum de nossos gêneros atuais, mas não se desviam muito dele e, naturalmente, registram-se, ao lado deles, nas mesmas famílias, como os mastodontes ao lado dos elefantes, os paleotérios ao lado das antas. Nos tempos mais recentes, os animais fósseis são, em grande parte, não apenas em famílias, mas também em gêneros, conhecidos; são, por exemplo, espécies, agora extintas, de ursos, gatos, veados, etc. etc., mas não tipos estranhos à natureza atual. Finalmente, em terras recentes, encontramos as mesmas espécies que vivem hoje na superfície do solo. Assim, as diferenças que são inicialmente clássicas, ordinais ou de família, depois genérica, específica, depois nulas, para fazer uso da ideia que Schimper* teria dado e que, aliás, não vejo claramente expressa na obra de M. Secrétan. Tudo isso é aplicável também ao homem em particular; não existe na criação antiga (pelo menos no que a conhecemos), seres que se aproximam tanto do homem com os primeiros animais, como as famílias de macacos hoje. Além disso, no resumo anterior, devemos ver apenas a expressão de todos os fatos, e não a generalização vigorosa, certa e definitivamente estabelecida na ciência dos resultados fornecidos pela observação. Na paleontologia, os autores (incluindo M. Secrétan, após Schimper) são pródigos em afirmações absolutas, mas todas essas afirmações devem ser marcadas com grandes pontos de dúvida. Argumentamos em paleontologia com tão pouca certeza quanto raciocinaríamos sobre a distribuição geográfica das espécies, um navegador que tocava alguns pontos das costas nas várias partes do mundo. Entre as ideias apresentadas pelo Sr. Secrétan e que muitas vezes

já foram apresentadas na França e na Alemanha e em outros lugares, uma das que teve mais sucesso é a hipótese de criações sucessivas. Nada é menos demonstrado do que a realidade dessa hipótese, uma hipótese que é reproduzida em toda parte e em toda parte atribuída (mesmo por seu panegirista oficial, M. Flourens) a Cuvier, que a rejeitou formalmente, como já indiquei em meus ensaios sobre *zoologia geral* (p. 35). Quanto a essa outra afirmação (p. 46), de divisão do reino animal em quatro ramos, proposta por Cuvier, é consagrada e demonstrada pela geologia e pela anatomia comparada, isso não é apenas duvidoso, mas falso. Por um lado, não há impossibilidade, como diz o autor, de se passar de um dos quatro tipos para o outro, e a unidade do plano subsiste de um ponto de vista muito geral, mas, além disso, de um ponto de vista mais particular, e isso especialmente de acordo com os trabalhos de M. de Blainville, os três primeiros tipos de Cuvier estão muito mais intimamente relacionados entre si do que com o último, que compreende dois tipos extremamente distintos e mais distantes um do outro do que os três primeiros tipos grandes de Cuvier. Isso levou o Sr. de Blainville a propor, e isso é, na minha opinião, uma grande melhoria do ponto de vista lógico e do ponto de vista zoológico propriamente dito, uma divisão ternária do reino animal. Um primeiro tipo inclui os três primeiros ramos de Cuvier (vertebrados, articulados, moluscos); os outros dois incluem a maioria dos animais colocados por Cuvier no quarto ramo, grande parte dos quais também deve ser transferida para o primeiro tipo. A geologia concorda com essas novas visões, bem como com as de Cuvier, porque o que ela fornece é simplesmente a prova de que, em geral, e com exceções, exceto a necessidade, acima de tudo, de preencher imensas lacunas, a natureza procedeu do simples ao composto e, conseqüentemente, dos animais que todas as classificações colocam na parte inferior da escala animal àqueles que ocupam o topo.

Aceite, por favor, a nobre expressão dos meus sentimentos mais dedicados e minha mais alta consideração. I. Geoffroy Saint-Hilaire

Michelet, ao receber essa carta, escreveu, em seu diário no domingo, 1º de maio: "A natureza há muito inspirou seu salvador e profetizou-o de formas imperfeitas que subiram até ele". Michelet foi aos Saint-Hilaire para penetrar nas ideias expressas por Isidore sobre a unidade da composição dos seres e suas transformações. Como a Sra. Isidore expressou o medo de que essas ideias pudessem ser contrárias à religião, Michelet respondeu: "Deus era uma mãe que tinha que amamentar o mundo por gotejamento" e, voltando para casa, ele transpôs para o papel, a fim de apresentar na lição de quinta-feira, 5 de maio, uma pintura poética da criação, visivelmente inspirada nas ideias de Isidore Geoffroy Saint-Hilaire.

A vida é apenas um suspiro, uma aspiração, um nascimento. *Omnis natura ingemiscit e parturit.*

A grande mãe deu à luz muito antes de nós. O homem não é um ensaio. Ela o escondeu em seus primeiros esboços, os destroços de seus antigos sonhos, mas vamos tirá-lo deles.

Estamos curiosos para ver como nossa boa mãe, tendo mal dado à luz a si mesma, sob o hálito quente de Deus, começou a sonhar com seu filho. Visivelmente, no início, velada em uma névoa quente, ela começou a remoer.

De longe, ela viu bem que, móvel e vivente o Planeta como era, faria em sua superfície pequenos planetas vivos, que viveriam dele e modificariam sua vida.

O espírito lhe deu séculos, e por séculos ela veio conceber esses sistemas vivos tão complicados dos animais superiores. Como ela deve ter ficado orgulhosa quando viu, sob florestas de gramíneas colossais, samambaias de sessenta pés, o último nascido do lodo, as poderosas e terríveis bestas que corriam, nadavam, voavam, em um de um jeito enlameado.

Ela se recuperou e fez melhor: ela fez o mastodonte, e quando ela viu este elefante colossal andando no chão fortalecido, parecia-lhe que o objetivo foi alcançado, que o ser final tinha chegado porque finalmente, ver esta criatura forte e harmônica, tão solidamente fundada, animal nobre, como ele vai, grave e forte, entre as florestas mais baixas! Parece um rei, o sábio da criação animal: na caverna de seu crânio realiza o sonho da natureza.

Mas a natureza tinha que parar de sonhar, para inflar suas concepções, reduzi-las e refiná-las, que, saindo de toda essa poesia material, deixou o espírito emergir.

Esta vitória do Espírito é o homem. Deus, cansado de monstros, roubou a criação, e fez o ser frágil e delicado.

A natureza rude ri, por sua vez, por não poder imaginar que a criança nasceu viável. Os fortes se compararam e rugiram com escárnio. Este tinha um dom secreto que ninguém viu no início, mas que era fazê-lo durar, fazê-lo crescer e crescer, a ponto de se tornar o forte dos fortes e o rei dos reis.

Ele tinha essa coisa única, que era sua *causa vivendi*, por mais efêmero que ele fosse; é que o Criador o fez criador. Sem ele, teria durado menos do que qualquer uma das espécies extintas.

E é por isso que a natureza sonhou com ela por tanto tempo e buscou, em seus rascunhos disformes, esse salvador que foi o primeiro a lutar contra a morte, a aumentar a vida, a criar ao lado da criação, a se opor ao trabalho incessante da destruição de obras que não morrem.

Isidore Geoffroy Saint-Hilaire não se assustou com esses voos poéticos da imaginação de Michelet, pois sabia que foram inspirados pela paixão pela verdade científica; Isidore, ele próprio, era uma mente sensível o suficiente aos encantos da eloquência, curioso o suficiente sobre as aventuras do pensamento filosófico para deleite próprio, a ponto de ir muitas vezes ao *Collège de France* ouvir as palavras entusiasmadas e proféticas de seu amigo. Ao mesmo tempo, continuava fornecendo as informações científicas que o próprio lhe pedia.

Uma carta interessante, de 31 de dezembro de 1844, sobre Buffon, escrita por ocasião do curso que Michelet propôs fazer, em 1845, sobre a Revolução e seus precursores no século XVIII, fornece-nos provas do cuidado que Michelet tomou para estudar seus autores nas melhores edições e com um espírito verdadeiramente científico. Assim expressa Isidore:

Caro e ilustre colega,
Eu queria consultar nosso bibliotecário antes de responder a você, mas ele saiu de manhã e aqui eu sou forçado a responder somente com as minhas luzes.

A melhor, a excelente edição de Buffon, é a da impressão real, em três partes da mineração, do homem, generalidades, mamíferos, 15 vols.; aves, 9; suplementos, 7.

Mas pode-se considerar como boas as edições mais baratas, nas quais se reimprimiu, *de acordo com a ordem seguida por Buffon*, que é a ordem cronológica, a ordem em que foram gradualmente acorrentados os pensamentos de um grande homem que se contradisse com frequência, e em geral muito felizmente.

Buffon era, *simplesmente*, um grande escritor quando começou, muitas vezes cometeu erros sublimes mais ou menos graves. Mais tarde, como grande naturalista, como grande escritor, suas ideias, sem perder sua grandeza, tornaram-se verdadeiras.

Daí a necessidade de preservar a *ordem de Buffon*, ou seja, os quadrúpedes domésticos, depois os quadrúpedes selvagens de nossos países, depois os animais exóticos, depois os macacos e finalmente os pássaros. Se, quando se lê Buffon nessa ordem, às vezes o vê em contradição consigo mesmo, sabe-se pelo menos qual é o julgamento de primeira instância. E qual é o julgamento soberano.

Todas as edições em que a ordem de Buffon foi mantida são boas. Tábuas sozinhas geralmente deixam algo a desejar.

Entre as edições, indicarei o Buffon publicado em 1838 por Pillot, 6 volumes grandiosos em 8°, formato do *Panthéon Littéraire* (incluindo 5 volumes de texto, um de pranchas). À frente do primeiro volume, um extenso trabalho do meu pai *sobre a vida, as obras e as doutrinas de Buffon*. Esta peça é a única em que Buffon foi compreendido e feito para entender. Não podemos esquecer, no entanto (e menos hoje do que nunca!), a bela lição de M. Villemain sobre Buffon como um literário. M. Villemain está pouco usual, e ele é, depois do meu pai, aquele que melhor entendeu Buffon como um estudioso. Quanto a *notice* de M. Cuvier sobre Buffon, na *Biographie Universelle*, apesar de todo o meu respeito por M. Cuvier, é uma peça pobre em que Buffon é representado apenas como um grande escritor e o autor fundamental sobre quadrúpedes. Da filosofia de Buffon, de suas grandes visões pelas quais ele abraçou, a partir do século XVII, todo o futuro da ciência, do que, a nossos olhos essencialmente constitui Buffon, não há sequer uma palavra. Quanto ao trabalho recente do Sr. Flourens, é um pedaço de um membro da Academia Francesa. Isso é um parêntese longo, muito longo. Volto às edições de Buffon.

Eu disse-lhe os certos. Aqui estão os maus. Estes são os que queríamos classificar *metodicamente* o trabalho de Buffon. Ao passar assim o grande naturalista francês sob o jugo de Lineu, todas as eras estavam confusas, e violentamente quebraram o elo dos pensamentos de Buffon.

Então, pegue uma das edições da primeira categoria para evitar cuidadosamente as de segunda. Esse é o meu conselho, ao qual agora vou acrescentar um pedido. Se às vezes você sair à noite, você vai nos fazer muito felizes vindo, quando puder, para nos ver às sextas-feiras. Nosso amigo, Sr. Quinet, nosso outro amigo D'Eichthal, Sr. Reynaud, e vários outros nos disseram para vir nos ver nas noites de sexta-feira: seria um grande prazer reencontrá-lo. Somos apenas um pequeno comitê de amigos unidos pela ciência e pela filosofia.

Renovo a vocês a expressão dos meus sentimentos mais ilustres e dedicados, e acrescento a ele, fiel ao uso de nossos pais, votos que são, aliás, ditados ainda mais pelo coração do que pelo uso.

I. Geoffroy Saint-Hilaire.

Essas relações de amizade e correspondência científica duraram até a morte de Geoffroy Saint-Hilaire em 1861. Uma carta, de 23 de julho de 1860, endereçada a

Michelet enquanto ele escrevia *La Mer*, na qual buscava o que Étienne Geoffroy tinha escrito sobre peixes, termina com essas linhas:

Não reclame das fadigas causadas a você pelo seu Luís XIV. Este volume é uma de suas belas obras que o historiador não só faz um relato admirável de grandes eventos, como faz um ato de justiça. O grande Luís XIV é agora apenas Louis, o grande egoísta. Eu já tinha esse rei em horror; agora tenho isso em execração e aplaudo sua história vingativa.
Seu colega devotado.

I. Geoffroy Saint-Hilaire.

Esses poucos extratos oferecem, parece-nos, um interesse real. Eles nos deixaram saber qual era a amizade de dois grandes homens e lançam uma luz preciosa sobre a história intelectual de Michelet, evidenciando nele, de 1841 a 1845, o futuro autor do *Pássaro*, *O Inseto*, *O Mar*, *A Montanha*.

Gabriel MONOD.

Sessão realizada em 9 de setembro de 1911.

MONOD, Gabriel. Isidore Geoffroy Saint-Hilaire et Michelet. In: *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques*. Tomo 66, 2º semestre. Paris: A. Picard et fils, 1911, pp. 365-374. Tradução nossa.

B. Quadro cronológico da obra e vida de Jules Michelet

1798. 21 de agosto: Jules Michelet nasce em Paris durante o Diretório e as comemorações da ocupação francesa no Egito.

1799. Golpe do 18 de Brumário e a nomeação dos cônsules Napoleão, Ducos e Sieyès.

1804. Início do Primeiro Império com a aclamação de Napoleão Bonaparte.

1808. Jean-François Furcy-Michelet, pai de Michelet, ficou preso, durante alguns meses, por dívidas.

1812. A tipografia do pai é colocada em interdição e posteriormente fechada. Jules Michelet começa seus estudos no Lycée Charlemagne.

1814. Início do período histórico denominado Restauração Francesa.

1815. Governo dos Cem dias de Napoleão.

1817. Baccalauréat (Qualificação para o Ensino superior). Michelet se torna tutor no Instituto Briand.

1818. Jules Michelet obtém sua *licence ès lettres*.

1819. Doutorado. Duas teses: Exame da vida de homens ilustres de Plutarco, *De percipienda infinilale secundum Lockium*.

1820. Morre Poinot, seu amigo de infância, formado em medicina.

1822. Foi aprovado na *aggregation* e se torna professor no Colégio Saint-Barbe e professor substituto no Lycée Charlemagne.

1824. 20 de maio: Casamento com Pauline Rousseau. No dia 28 de agosto, nasce Adèle, sua primeira filha.

1825. Realiza um discurso “sobre a unidade das ciências” no Collège Sainte-Barbe na ocasião da distribuição de prêmios. Publicou seu primeiro manual para estudantes – trabalho de vocação didática: *Tableau chronologique de l’histoire moderne*.

1826. Maio: Encontro com Quinet na casa de Victor Cousin. Publica outro manual: *Tableaux synchroniques de l’histoire moderne*.

1827. Janeiro: Nomeado por Frayssinous para a École Normale (maître de conference de filosofia e história). Iniciou suas atividades em 3 de fevereiro. Publica sua tradução de Vico, acompanhada de uma breve biografia do filósofo e de um texto introdutório, re intitulada de *Principes de la philosophie de l’histoire*.

1828. Publica mais um manual: *Précis de l'histoire moderne*. Michelet torna-se professor de Louise-Marie Thérèse, princesa de Berry, então com 9 anos.

1829. 17 de novembro: nasce seu segundo filho, Charles.

1830. Revolução de Julho. Michelet se torna chefe da Seção Histórica dos Arquivos (1830-1852) e professor da princesa Clémentine. Frustração com sua primeira candidatura ao Collège de France.

1831. Publica sua *Introduction à l'Histoire Universelle*.

1833. Publicação de *Précis de l'histoire de France* e dos tomos I e II da *L'Histoire de France*.

1834. Ministra um curso na Sorbonne em substituição a Guizot. Michelet pede, em uma carta a Guizot, que seja substituído por Duruy na École para se dedicar à Sorbonne (4 de fevereiro). Ele aspirou à cadeira de Geografia, mas desistiu em favor de Guignaut.

1835. Publicação de *Oeuvres choisies de Vico* e do tomo I das *Mémoires de Luther*.

1836. Publicação de *Mémoires de Luther*, tomo II.

1837. Publicação de *L'Histoire de France*, tomo III e de *Origenes du droit français*.

1838. Substituído por Filon na École Normale, Michelet se torna candidato ao Collège de France. Eleito, em 13 de fevereiro, para a cadeira de História e Moral. No início de março, é eleito para a Academia de Ciências Morais e Políticas.

1839. 24 de julho: Morte de sua esposa Pauline.

1840. Publicação de *Histoire de France*, tomo IV

1841. Publicação de *Histoire de France*, tomo V. Sra. Dumesnil foi morar com o historiador.

1842. 8 de janeiro: Michelet é substituído por Yanoski no Collège de France. Pede uma licença para acompanhar a sra. Dumesnil que está doente. Em 31 de maio, a sra. Dumesnil morre.

1843. Publica *Des Jésuites*, em conjunto com Edgar Quinet, resultante de um curso ministrado por ambos no Collège de France no mesmo ano. Adèle e Alfred Dumesnil se casam em 3 de agosto.

1844. Publicação de *Histoire de France*, tomo VI. Troca de correspondências com Athénaïs Mialaret, que lhe informa acerca da situação política de Vienna.

1845. Publica *Du Prêtre, de la Femme et la Famille*. Michelet termina definitivamente sua preceptoría com a princesa Clémentine. No dia 13 de julho, o colegiado do

Collège de France vota que os professores não se desviem de sua matéria de Ensino – pauta aprovada após críticas ao conteúdo ministrado por Jules Michelet.

1846. 18 de novembro: Furcy-Michelet, seu pai, morre. Publica *Le Peuple*.

1847. Publicação de *Histoire de la Révolution*, tomos I e II.

1848. Primavera dos povos. O curso de Michelet é suspenso por Salvandy em janeiro, mas foi retomado em março com o início do período revolucionário. A Revolução se encerra com a vitória de Luís Napoleão Bonaparte pelo sufrágio universal masculino.

1849. Publicação de *Histoire de la Révolution*, tomo III. Michelet se casa com Athénaïs Mialaret.

1850. Publicação de *Histoire de la Révolution*, tomo IV. 2 de julho, nasce Yves-Jean-Lazare, terceiro filho de Michelet. Falecido poucos meses depois, em 24 de agosto.

1851. Michelet é acusado de demagogia e seu curso foi suspenso no Collège de France. Publica *Légende d'Or de la démocratie: Pologne et russie. Légende de Kosciusko e Histoire de la Révolution*, tomos V. Golpe de Estado abolindo a República e instituindo o Segundo Império.

1852. Michelet é destituído de todos os cargos públicos.

1853. Publicação de *Histoire de la Révolution*, tomos VI e VII.

1854. Publicação de *Légendes démocratiques du Nord*.

1855. Publicação de *Histoire de France au XVI siècle*, tomo I e II.

1856. Publicação de *Histoire de France au XVI siècle*, tomo III e tomo IV. Inicia, com *L'Oiseau*, a publicação de livros sobre história natural.

1857. Publicação de *Histoire de France au XVII siècle*, tomo I e de *L'Insecte*.

1858. Publicação de *Histoire de France au XVII siècle*, tomo II e de *L'Amour*.

1859. Publicação de *La Femme*.

1860. Publicação de *Histoire de France au XVII siècle*, tomo III.

1861. Publicação de *La Mer*.

1862. Publicação de *Histoire de France au XVII siècle*, tomo IV. *La Sorcière*, obra recusada por Hachette, foi publicada por Lacroix.

1863. Publicação de *Histoire de France au XVIII siècle*, tomo I.

1864. Publicação de *Bible de l'humanité*.

1866. Publicação de *Histoire de France au XVIII siècle*, tomo II.

1867. Publicação de *Histoire de France au XVIII siècle*, tomo III.

1868. Publicação de *La Montagne*.

1869. Prefácio sobre o seu método histórico na reedição completa da *Histoire de France*. Publica *Nos Fils*.

1870. Proclamação da III República. Guerra Franco-Prussiana. Michelet se recusa a ser nomeado para a Academia Francesa e sugere que Quinet seja nomeado. O historiador assina o Manifesto de Paz de Marx e de Engels.

1871. Comuna de Paris. Publica *La France devant l'Europe*,

1872. Publica *Histoire du XIX siècle*, tomo I e II. Viaja para a Suíça e, depois, para Hyères na França, onde fica até sua morte no dia 10 de fevereiro.

1874. Publicação póstuma da *Histoire du XIX siècle*, tomo III.

1876. Apesar da vontade de Michelet, seus restos mortais são transportados de Hyères para Paris, por sua viúva, e são enterrados em Père-Lachaise.

C. Nota sobre as fontes bibliográficas da obra micheletiana

Como nosso objeto de estudo é a compreensão da escrita da história de Jules Michelet em movimento, em sua relação com as ciências da vida, não poderíamos ser desatentos sobre a autoimagem que o historiador busca promover na última década de sua vida. Essa busca foi marcada pela construção de prefácios nas reedições que acabam por definir mais esses momentos do que o próprio ambiente no qual as obras foram publicadas originalmente. Sobre a obra micheletiana, há a polêmica que envolve a interferência de sua última companheira, Athénaïs Michelet, que possuía os direitos autorais e se permitia alterar elementos nas reedições, uma vez que alguns livros, nas décadas de 1860 e 1870, foram elaborados em conjunto pelo casal.

Por isso buscamos, sempre que possível, trabalhar com as primeiras edições. Isso nos foi permitido pelo portal eletrônico da Biblioteca Nacional da França, *Gallica*, que fornece as primeiras edições das obras editadas pela editora Hachette: *Introduction à l'histoire universelle* (1831), *Mémoires de Luther* (1835), *Histoire de France*, Tomo I ao VI (1843-1844), *Des Jésuites* (1843), *Du Prêtre, de la femme, de la famille* (1845). Pela editora Chamerot, o portal também nos proveu com a primeira edição de *Histoire de France au XVI siècle*, Tomo I, II e III (1855-1856) e o *Cours professé au Collège de France: 1847-1848*, além do *Principes de la philosophie de l'histoire* (1827), da editora Jules Renouard.

Para a obra *Le Peuple*, utilizamos a versão traduzida pela editora Martins Fontes. Quanto ao livro sobre a *História da Revolução Francesa*, adotamos a edição brasileira da Companhia das Letras. O *Pássaros* segue versão portuguesa da editora Vegas. Nesses casos, comparamos e consultamos originais do francês, publicados nas *Œuvres Complètes* organizados por Paul Viallaneix, que, além de partir da obra original, transcreve as notas realizadas no manuscrito, no caso da obra *Povo*. Apesar da versão brasileira da *História da Revolução Francesa* traduzir da reedição de 1869, na coletânea francesa tivemos acesso à primeira edição, com notas indicando as diferenças para com as reedições. Nos tomos que utilizamos até aqui, em nossa pesquisa, as variações são mínimas.

Quanto aos diários, cartas e textos de juventude de Jules Michelet, obtivemos acesso pelos trabalhos organizados por Paul Viallaneix pela editora Gallimard: *Écrits de Jeunesse (1820-1823)* e *Journal (1828-1860)*. Dessa parceria, foi publicado o

Cours au Collège de France (1838-1844), que conta com o famoso curso de 1839-1841 sobre o Renascimento.

Referências

a) Obras de Jules Michelet

MICHELET, Jules. "Discours sur l'unité de la Science" (1825). In: *Écrits de Jeunesse*. Paris: Gallimard, 1959.

_____. *Cours au Collège de France (1838-1844)*. Paris: Gallimard, 1995.

_____. *Du Prêtre, de la femme, de la famille*. Paris: Hachette, 1845.

_____. *Écrits de Jeunesse*. Paris: Gallimard, 1959.

_____. *Histoire de France au XVI siècle. Renaissance*. Paris: Chamerot, 1855.

_____. *Histoire de France*. Paris: Lacroix, 1869.

_____. *Histoire de France*. Tome I. Paris: Hachette, 1833.

_____. *Histoire de France*. Tome II. Paris: Hachette, 1833.

_____. *Histoire de France*. Tome III. Paris: Hachette, 1837.

_____. *História da Revolução Francesa*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1989.

_____. *Introduction à l'histoire universelle*. Paris: Hachette, 1831.

_____. *Journal (1828 - 1848)*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1959.

_____. *Journal (1849 - 1860)*. Tomo 2. Paris: Gallimard, 1962.

_____. *L'Héroïsme de L'Esprit (1856)*. In: *Œuvres Complètes*. Tomo IV. Paris: Flammarion, 1988.

_____. *La Mer*. Paris: Michel Lévy Frères, 1875 (1861).

_____. *Mémoires de Luther écrits par lui-même*. Tome II. Paris: Hachete, 1837.

_____. *O Povo*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *Os Pássaros*. Tradução de Rebelo de Bettencourt. Lisboa: Vegas, 2003 (1856).

MICHELET, Jules; QUINET, Edgar. *Des jésuites*. Paris: Hachette et Paulin, 1843.

b) Livros, teses e artigos sobre a obra de Michelet

ARAMINI, Aurélien. *De la fusion à la tradition: Les deux pensées micheletiennes de l'histoire de l'Introduction à l'histoire universelle à la Bible de l'humanité*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université de Franche-Comté. Franche-Comté. p. 519, 2011.

BÉNICHOU, Paul. "Michelet". In: *El Tiempo de los profetas: Doctrinas de las épocas románticas*. Cidade do México: Fundo de Cultura Económica, 2001, pp. 463-525.

BARTHES, Roland. *Michelet*. Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1991.

BERNARD-GRIFFITHS, Simone. "Rupture entre Michelet et Quinet". In: *Romantisme*, 1975, n°10. Michelet cent ans après. pp. 145-165.

CARRÉ, J. "Michelet et Montalembert". In: *Michelet et son temps*. Paris: Perrin et Compagnie, 1926, pp. 96-120.

CREIJGHTON, Camille. *La Survivance de Michelet: Historiographie et politique en France depuis 1870*. Tese (Doutorado em História) – University of Amsterdam, Amsterdam, 2016.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

GROSSMAN, Lionel. "Jules Michelet and Romantic Historiography". In: *Scribner's European Writers*, eds. Jacques Barzun and George Stade (New York: Charles Scribner's Sons, 1985), vol. 5, 571- 606.

_____. "Michelet and Natural History: The Alibi of Nature". In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 145, 2001, pp. 283-333.

HAAC, Oscar. *Les principes inspirateurs de Michelet*. New Haven and Paris, 1951.

KAPLAN, Edward. *Michelet's Poetic Vision: A Romantic Philosophy of Nature, Man and Woman*. Amherst, Mass., 1977.

_____. "Michelet évolutionnisme". In: *Romantisme*, 1975, n°10. Michelet cent ans après. pp. 111-128.

LANSON, Gustave. "Formation de la méthode historique de Michelet". *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 1905, Vol. 7, pp. 5-31.

LE GOFF, Jacques. "As Idades Médias de Michelet". In: *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, pp. 19-42.

_____. *A História deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: UNESP, 2015.

MONOD, G. *Les maîtres de l'histoire: Renan, Taine, Michelet*. Paris: C. Levy, 1894.

_____. *La vie et la pensée de Jules Michelet*: cours professé au Collège de France. Tomo II. Paris: Champion, 1923.

MONOD, Gabriel. Isidore Geoffroy-Saint-Hilaire et Michelet. In: *Séances et travaux de l'Académie des sciences morales et politiques*. Tomo 66, 2^o semestre. Paris: A. Picard et fils, 1911.

NOËL, Eugène. *Michelet et ses enfants*. Paris: Dreyfous, 1878.

ORR, Linda. "L'éternel entracte: le temps de l'histoire naturelle". In: *Revue D'Histoire Littéraire de la France*, vol. 74, no. 5, 1974, pp. 775-786.

_____. *Nature, History and Language*. London: Cornell University, 1976.

PETITIER, Paule. *Jules Michelet: L'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006.

SEEBACHER, Jacques. "Le Côté De La Mort ou L'histoire Comme Clinique." In: *Revue D'Histoire Littéraire De La France*, vol. 74, no. 5, 1974.

SERRES, Michel. "Michelet: the Soup". In: *Hermes: Literature, Science, Philosophy*. Baltimore: The Johns Hopkins, 1982, pp. 29-38.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. *A profetiza e o historiador*. Sobre a feiticeira de Jules Michelet. Belo horizonte: UFMG, 2017.

VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours*. 1798-1874, Paris, Gallimard, 1998.

_____. Michelet, machines, machinisme. In: *Romantisme*, 1979, n°23. Aspects d'une modernité, p. 03 -15.

_____. Michelet et la Révélation de 1789. In: *Romantisme*, 1985, n°50. Religions et religion, p. 61 – 74.

c) *Obras de autores do século XVII, XVIII e XIX*

BICHAT, Xavier. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris: Brosson, 1800.

_____. *Anatomie générale*. Paris: au bureau de l'Encyclopédie, 1834.

BEAUMONT, Élie de. *Recherches sur quelques-unes des révolutions de la surface du globe*. Paris: Brochant de Villiers, 1841.

_____. *Note sur les systèmes de montagnes les plus anciens de l'Europe*. S/N, 1847.

BUCHEZ, Philippe-Joseph-Benjamin; ROUX-LAVERGNE, Pierre-Célestin. *Histoire parlementaire de la Révolution française*. Volume I. Paris: Paulin, 1834.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução Francesa na França*. Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Unicamp, 2013.

COUSIN, Victor. "l'Histoire abrégée des sciences métaphysiques, morales et politiques, depuis la renaissance des lettres par Dugald Stewart". In: *Fragments philosophiques*. Paris: Ladrance, p. 330.

_____. *Cours de philosophie: Introduction à l'histoire de la philosophie*. Paris: Pichon et Didier, 1828.

DUGÈS, Antoine. *Mémoire sur la Conformité organique dans l'échelle animale*. Montpellier: Castel, 1832.

EDWARDS, William Frédéric. *Des caractères physiologiques des races humaines considérés dans leurs rapports avec l'histoire*. Paris: S/N, 1829.

GEOFFROY SAINT-HILAIRE, Étienne. *Philosophie anatomique*. Paris: Bahlière, 1834, p.15.

GUIZOT, François. *Du gouvernement représentatif de l'état actuel de la France*. Paris: Maradan, 1816.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*. Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2001.

LYELL, Charles. *Principles of Geology*. Nova York: Appleton, 2010.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *O Espírito das Leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POUCHET, Félix-Archimède. *Nouvelles expériences sur la génération spontanée et la résistance vitale*. Paris: Masson et fils, 1862.

_____. *Recherches et expériences sur les animaux ressuscitants, faites au Muséum d'histoire naturelle de Rouen*. Paris: Baillière et fils, 1859.

_____. *Théorie positive de la fécondation des mammifères, basée sur l'observation de toute la série animale*. Paris: Roret, 1842.

SAINT-SIMON, Claude-Henri. *La physiologie sociale. Oeuvres choisies*. Introduction et notes de Georges Gurvitch (org.). Paris: Presses universitaires de France, 1965.

SERRES, Etienne-Renaud-Augustin. *Recherches d'anatomie transcendante et pathologique: théorie des formations et des déformations organiques, appliquée à l'anatomie de Ritta-Christina, et de la duplicité monstrueuse*. Paris: Firmin Didot Frères, 1832.

TAINÉ, H. *Essais de critique et l'histoire*. Paris: Hachette, 1866.

TURGOT, A. "Sur les progrès successifs de l'Esprit humain". In: *Oeuvres Complètes*. Paris: Delance, 1808.

VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova: acerca da natureza comum das nações*. Tradução de Antônio Lázaro de Almeida Prado. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

d) *Bibliografia geral*

ARIÉS, Philippe. *O Tempo da História*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 2013.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade literária*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BENDER, Niklas; SÉGINGER, Gisèle. *Biological Time, Historical Time: Transfers and Transformations in 19th Century Literature*. Boston: Brill, 2019.

BILLARD, Jacques. *De l'École a la République: Guizot et Victor Cousin*. Paris: PUF, 1998.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992.

CAIANIELLO, Silvia. "L'enjeu épistémologique de la notion d'époque entre organisme et système au XIXe siècle". In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2009. pp. 111-139.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e patológico*. Tradução de Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2002.

CARBONELL, Charles-Oliver. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DASTON, Lorraine. "A Economia Moral da Ciência". In: ALMEIDA, Thiago (ORG.). *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberARS, 2017, pp. 37- 68.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França do século XIX e XX*. Tradução de Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DIGEON, Claude. *Crise allemande de la pensée française: 1870-1914*. Paris: Presses Universitaires de France. 1959.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Tradução de Leonor Martinho e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.

FLORENZANO, Modesto. "Notas sobre tradição e ruptura no renascimento e na primeira modernidade". In: *Revista de História*, Vol. 135, 1996.

FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

_____. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques: Le Moment Romantique*. Paris: Seuil, 2002.

GIRARD, Louis. "Le Régime Parlementaire Selon Guizot." In: *Bulletin De La Société De L'Histoire Du Protestantisme Français (1903-)*, vol. 122, 1976, pp. 121-129.

HAINES, B. (1978). "The Inter-Relations Between Social, Biological, and Medical Thought, 1750-1850": Saint-Simon and Comte. In: *The British Journal for the History of Science*, 1978, pp. 19-35.

HARTOG, François. "A história seduzida pela epistemologia?". In: *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Tradução de João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

JACOB, François. *Lógica da vida: uma história da hereditariedade*. Tradução de Ângela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

KLINKERT, TH.; SÉNGINGER, G. *Biographes, mythes et Savoir biologiques: dans la littérature français du XIX siècle*. Paris: Hermann, 2019.

_____. *Littérature française et savoirs biologiques au XIX siècle*. Traduction, transmission, transposition. Berlin: De Gruyter, 2019.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

PIMENTA, Pedro Paulo. *A trama da natureza: organismo e a finalidade na época da ilustração*. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

PERRU, Olivier. "Zoonites Et Unité Organique: Les Origines D'une Lecture Spécifique Du Vivant Chez Alfred Moquin-Tandon (1804-1863) Et Antoine Dugès (1797-1838)". *History and Philosophy of the Life Sciences*, vol. 22, no. 2, 2000, pp. 249-272.

RANCIÈRE, Jacques. *O Fio perdido*. Tradução de Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

RÉGNIER, Philippe. "Du Saint-Simonisme comme science et des Saint-Simoniens comme scientifiques: généralités, panorama et repères". In: *Bulletin de la Sabix*, 44 | 2009, p. 45-52.

ROONEY, Anne. *A História da Biologia*. Da Ciência dos tempos antigos à ciência moderna. São Paulo: Brasil editora, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

SALOMON, Marlon (Org.). *Heterocronias: estudos sobre as multiplicidades dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018.

SÉGINGER, Gisele. *Écriture(s) de l'histoire*. Paris: Presses Universitaires de Strasbourg, 2005, p. 07.

SÉGINGER, G. et al. *Penser le vivant*. Paris: LISAA, 2017.

TATON, R (Dir). *A Ciência Moderna: o século XVIII*. Tomo III. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1960.